

ISSN 0104-8015

POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 26 - Abril de 2007



Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba



Revista *Política & Trabalho*
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba

Coordenação 2005/2007

Ariosvaldo da Silva Diniz

Adriano de León

Publicação anual do PPGS/UFPB

nº 26 – abril de 2007

ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB), Armelle Giglio-Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França), Bryan S. Turner (National University of Singapore, Cingapura), Brasília Carlos Ferreira (UFRN), César Barreira (UFC), Cláudia Fonseca (UFRGS), Cynthia Lins Hamlin (UFPE), Edgard Afonso Malagodi (UFCEG), Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra), Ilse Scherer-Warren (UFSC), Jacob Carlos Lima (UFSCar), Jessé Souza (UFJF), Joanildo A. Burity (FUNDAJ), José Arlindo Soares (UFPB), Julie Antoinette Cavignac (UFRN), Maria Carmela Buonfiglio (UFPB), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Paulo Henrique Martins (UFPE), Regina Novais (UFRJ), Rubens Pinto Lyra (UFPB), Sandra J. Stoll (UFPR), Theophilos Rifiotis (UFSC), Vera da Silva Telles (USP).

EDITOR

Terry Mulhall (UFPB)

COMISSÃO EDITORIAL

Aécio Amaral Jr. (UFPB)

Artur Perrusi (UFPB)

Eliana Monteiro Moreira (UFPB)

Ítalo Fittipaldi (UFPB)

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados à Revista *Política & Trabalho*:

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (0-XX-83) 3216 7204
E-mail: politicaetrabalho@gmail.com Site: www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho
Capa (layout e arte): Jeff Jordan - Big Mutant (Detail)

Brasil – Abril de 2007

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)**

**Ano XXIV
Número 26
Abril de 2007**

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Rômulo Soares Polari

Vice-Reitora - Maria Yara Campos Matos

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - Marcelo Sobral da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor - Lúcio Flávio de Vasconcelos

Vice-Diretora - Sandra Regina Moura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Ariosvaldo da Silva Diniz

Vice-Coordenador - Adriano de León

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

ISSN 0104-8015

Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 24, n. 26 (2007). - João Pessoa: PPGS-UFPB, 2007

Semestral

V.

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5. Cultura.

BC - UFPB

CDU 301

| | |
|---|-----|
| MÍDIA E PODER | |
| IMPÉRIO E COMUNICAÇÃO: A GUERRA DA MÍDIA DE MARSHALL McLUHAN <i>Michael MacDonald</i> | 9 |
| AS CULTURAS COTIDIANAS E AS MÍDIAS <i>Wellington Pereira</i> | 27 |
| MEGAGRUPOS MÍDIÁTICOS E PODER: CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NARCISISTA <i>Adriane Roso e Pedrinho Guareschi</i> | 37 |
| MODERNIDADE E MORALIDADE | |
| “VIDA FALSA”: ADORNO E A EXPERIÊNCIA MODERNA SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL <i>Simone Magalhães Brito</i> | 57 |
| EXPERIÊNCIAS DA DOENÇA E DO TRATAMENTO | |
| REDES SOCIAIS E SAÚDE: SOBRE A FORMAÇÃO DE REDES DE APOIO SOCIAL NO COTIDIANO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL <i>Breno Augusto Souto Maior Fontes</i> | 87 |
| CORPO, SAÚDE E TRABALHO: (RE)PENSANDO OS USOS DO CORPO E OS “PAPÉIS FEMININOS” NA EXPERIÊNCIA DO CÂNCER DE MAMA <i>Waleska de Araújo Aureliano</i> | 105 |
| POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | |
| A CRISE DO FORDISMO E O EMBATE ENTRE QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: CONCEITOS QUE SE EXCLUEM OU QUE SE COMPLEMENTAM? <i>Luciano Rodrigues Costa</i> | 127 |
| O SISTEMA “S” E OS NOVOS DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO SENAI DA PARAÍBA <i>Roberto Vêras de Oliveira, Eugenio V. Pereira Neto, Alexandre Santos Lima e Diogo Fernandes da Silva</i> | 143 |
| REPENSANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL | |
| A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO MEIO DE SUPRESSÃO DA POLÍTICA <i>Attila Magno e Silva Barbosa</i> | 177 |
| MERCADORES DA CIDADANIA: LIMITES E DESVIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA <i>Isleide Arruda Fontenelle</i> | 203 |
| RESENHAS | |
| BRAGA, José Luiz. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p. <i>Joana Belarmino</i> | 227 |
| DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. 2ª ed – São Paulo: Contexto, 2006. <i>Ellen Elsie Nascimento</i> | 231 |
| CORDEL | |
| HOMEM SALÃO: O DONO DO CAOS <i>Dilsom Barros</i> | 237 |

Mídia e Poder

IMPÉRIO E COMUNICAÇÃO: A GUERRA DA MÍDIA DE MARSHALL McLUHAN*

Michael MacDonald

Das suas primeiras reflexões sobre propaganda como uma ‘instituição mágica’ em 1952 até seus últimos escritos sobre ‘O Cérebro e a Mídia’ em 1978, Marshall McLuhan foi reprovado por sua visão utópica das tecnologias midiáticas como ‘extensões do homem’ e por não entender os novos, mais desconhecidos poderes retóricos da mídia eletrônica de massa. Em *Gramofone, Filme, Máquina de Escrever*, por exemplo, Friedrich Kittler (1999) rejeita o ideal de McLuhan de ‘compreensão da mídia’ como uma ilusão humanista. A emergência de um sistema total de comunicações sobre uma base digital, argumenta Kittler, marca o ponto máximo no horizonte da ‘mídiatização’ em si: a mídia dominante de nosso tempo ‘controla toda compreensão’ (para não mencionar nosso ‘esquematismo de perceptibilidade’), e por esta razão o objetivo de McLuhan de entender a mídia permanece uma ‘impossibilidade’ (1999: xli). Similarmente, em seu *Sociedade do Espetáculo*, Guy Debord descreve McLuhan como o primeiro ‘apologista’ do espetáculo e por essa razão o ‘mais convincente imbecil do século’ (1983, p. 57). Longe de unificar a humanidade numa rede de comunicações, argumenta Debord, a aldeia global marca o triunfo do capitalismo como um ‘espetáculo global’ que fragmenta a ‘unidade do mundo, e a gigantesca expansão do espetáculo moderno expressa a totalidade dessa perda’ (1983, p. 29). E em *A Arte do Motor*, sua análise da mídia moderna de massa e sua ‘*data coup d’etat*’ Paul Virilio critica McLuhan por ‘se hipnotizar’ frente às possibilidades utópicas da comunicação global. O retiro de McLuhan dentro de um reino de realidade virtual e a ‘falsa proximidade de um mundo sem densidade ou sombra’ renova a procura por transcendência religiosa por meio da máquina: a ‘descorporificação’ do corpo no ciberespaço é um *deus ex machina* (‘Deus Máquina’) que abre um novo ‘vetor de vôo’ para o grande além (1995, p. 24).

* Artigo publicado originalmente, sob o título “Empire and Communication: the media wars of Marshall McLuhan”, na *Media, Culture & Society*, Vol. 28(4) pp. 505–520. Tradução do original: Rui Gomes de Mattos de Mesquita. Revisão da tradução: Aécio Amaral Jr.

Essas críticas não são inteiramente injustas. Às vezes McLuhan realmente parece ver as máquinas midiáticas como veículos de vôo para uma ‘harmonia cósmica’ que ‘transcende espaço e tempo’ (1995, p. 238). À sua própria maneira, McLuhan entendeu que a essência da tecnologia, como Heidegger coloca, ‘não é nada tecnológica’ (1997, p. 4). McLuhan entendeu que aquelas mídias – do gramofone e da câmara à máquina de escrever e ao telefone – não são simplesmente objetos mecânicos, mas, essencialmente, respostas humanas à diminuição sensitiva, desmembramento, luto e morte. Thomas Alva Edison, por exemplo, o inventor ‘meio-surdo’ da gravação do som, projetou seu fonógrafo para preservar ‘as últimas palavras das pessoas que estão morrendo’, e assim o fazendo percebeu uma das mais profundas das ambições dos escritores desde a Antigüidade até o presente: ‘o discurso’, proclama em voz alta uma antiga propaganda de fonógrafo, ‘tornou-se imortal’ (Kittler, 1999, p. 21)¹. E como mostra Avital Ronell em *O Livro do Telefone: Tecnologia – Esquizofrenia – Fala Eletrônica*, sua brilhante ‘biofonia’ de Alexander Graham Bell, o telefone também vem a se tornar como que uma resposta à morte e ao luto e assim recruta uma outra história menos religiosa da metafísica do que a tragédia heideggeriana do Ser: ‘quem quer que partisse primeiro [Alexander Graham Bell ou seu irmão, Melville] deveria contatar o sobrevivente através de um meio demonstravelmente superior ao mais tradicional canal de espiritualismo’ (1989, p. 4)². De fato, em seu desejo de ser reabsorvido dentro do *Logos*, McLuhan chegou a ver, até mesmo no advento da eletricidade, a realização de uma escatologia religiosa: como a Galáxia de Gutenberg implode dentro da ‘constelação’ de Marconi, o espírito vivo da eletricidade nos conduz da letra morta da cultura tipográfica a um novo casamento do homem, máquina e cosmos – um ‘matrimônio de natureza supraterrrestre’ (1995, p. 104). Eis porquê, para McLuhan, Karl Marx chegou muito tarde para a revolução comunista. Ao focar sua crítica do capitalismo nos modos mecânicos de produção industrial, Marx perdeu a revolução de 1844, o ano do telégrafo elétrico – a ‘primeira pulsação do verdadeiro sistema nervoso do mundo’ – que selou a humanidade numa ‘membrana global’ de comunicação espontânea, uma comunidade ou ‘aldeia global’ (1964, p. 262). Hoje o computador, com sua tradução instantânea dos balbucios dos dados, códigos e línguas, irá finalmente

¹ Como esses exemplos sugerem, o relato do próprio Heidegger da essência da tecnologia como ‘emoldurante’ (Gestell) obscurece um dos traços mais autênticos da tecnologia midiática: sua raiz na morte, ansiedade e finitude.

² Ventriloquia, hipnotismo, mágica e fantasmas todos assistem ao debute do telefone no espetáculo de variedades no final do século XIX, a performance caracterizando uma ‘prótese para um membro humano, isolado no palco, carregando uma voz de um lugar de ausência’ (Ronell, 1989, p. 366). ‘Os Terrores do Telefone’, diz a manchete do jornal New York Graphics de 1877, ‘O Orador do Futuro’ (McLuhan, 1964, p. 236).

harmonizar a confusão de idiomas em uma ‘condição pentecostal de entendimento e unidade universais’ (1964, p. 266). De certo modo, então, McLuhan pode na verdade ser descrito como um ‘metafísico’ da mídia, especialmente desde quando ele descreve sua abordagem do ambiente midiático como rigorosamente ‘thomista’.

E ainda, por causa de todo seu ‘otimismo tribal primitivo’ (Baudrillard, 1981, p. 172), McLuhan também entendeu que aquela aldeia global ou ‘teatro global’ tornou-se um teatro de guerra, um espaço de representação para uma ‘violência brutal’ e ‘conflito máximo’. E por causa de toda sua fé na ‘consciência integral’, prometida pela nova mídia de comunicação global, McLuhan ainda conseguiu escrever a epígrafe de nosso presente político e seus novos ‘turbilhões de poder’: “Todo dia é dia de socorro no jardim da infância global...” (1995, p. 123). No sentido de lançar luzes sobre essa visão mais sombria, radical de mídia de massa exposta por McLuhan, no que segue eu examino sua decisiva – mas não amplamente reconhecida – contribuição aos estudos radicais de mídia atuais, especialmente ao trabalho de Paul Virilio, Friedrich Kittler, Jean Baudrillard entre outros preocupados com a aliança entre guerra, mídia e informação na sociedade ‘pós-moderna’. Após algumas reflexões sobre o ‘mosaico’ da abordagem da ecologia midiática de McLuhan e sua visão de mídia como ‘extensões’ do homem, eu examino três modulações de seu aforismo mais inglório: o meio é a mensagem, o meio é a massagem, o meio é a era da massa*.

Mensagem

Se for verdade, como defende Nietzsche em *A Vontade de Poder* (1964, p. 235), que a história moderna européia é a história de seus ‘narcóticos’, então a emergência da mídia industrial de massa nos últimos anos do século XIX – a idade ‘heróica’ de invenção da mídia – parecia jogar um papel decisivo na emergência da alta modernidade e sua ‘guerra do ópio permanente’ (Debord, 1983, p. 44) em nossos corações, mentes e corpos. Desde as fascinantes palavras do sofista Gorgias, que relaciona o poder das palavras sobre o espírito ao poder das ‘drogas’ (*pharmakoi*) sobre o corpo, até a ‘exorbitante eloquência’ da televisão, que induz a um tipo de transe militar espartano na consciência coletiva, a história da mídia é inseparável da história da narcose, da intoxicação e das experiências psicodélicas.

* Como não foi possível expressar a idéia do aforismo com clareza total, o transcrevemos conforme no original: “the medium is the message; the medium is the massage; the medium is the mass-age” (NT).

O discurso é um lorde poderoso [*mezas dynastes*], escreve Górgias em seu *Encomium of Helen*, que por meio do mais fino e invisível corpo executa os mais divinos trabalhos... Exatamente como diferentes drogas causam dor, outras prazer... Algumas entorpecem e enfeitiçam o espírito com um tipo de persuasão demoníaca (Bizzel e Herzberg, 1990, p. 41)³.

Em uma carta ao economista político Harold Innis, McLuhan observa que a retórica da propaganda moderna evoca todas as ‘noções mágicas’ e ‘potenciais’ celebradas pelos sofistas da Grécia antiga: a propaganda mobiliza todos os recursos do ‘sofisma sistemático’ para induzir ao ‘entorpecimento’, ‘alucinação’, ‘hiperestesia’ e uma ‘desmobilização’ geral da consciência (*‘rigor mortis psíquico’*) (1987, p. 46)⁴. Sucumbir a esse assalto retórico é estar ‘pasmado’ (*medusée*) com ‘a persuasão de Górgias’ (Platão), é estar reduzido a um ‘Zumbi’, um ser privado de desejo, discurso e razão (em outras palavras, o consumidor ideal)⁵. Por isso, argumenta McLuhan, nós devemos ver a mídia de massa

³ Essa é a razão pela qual McLuhan parecia satisfeito em saber que ‘alguns acham meu trabalho alucinógeno’, desde que seus livros, como LSD, parecem projetados para simular os ‘redemoinhos elétricos’ do ambiente da mídia de massa (embora o católico sóbrio prossegue para observar que muitos de seus colegas da Universidade de Toronto acham seus livros uma ‘péssima viagem’). Nós sabemos, entretanto, que um leitor com maiores inclinações hermenêuticas, a saber o papa, parecia gostar da ‘viagem interior’ induzida pelas ‘explorações’ de McLuhan do novo cenário da mídia, pois em 1973 McLuhan ascendeu à posição de ‘Conselheiro de Comunicações Sociais’ do vaticano. Duas décadas depois, Marshall McLuhan seria elevado ao status de ‘santo patrono’ da revista Wired, uma publicação devotada à cultura digital e ao ‘planeta interligado’.

⁴ Aludindo (talvez) à definição de Marx da mercadoria como um ‘hieróglifo social’, McLuhan reivindica que aquela ‘quebra de código’ da indústria de propaganda e seu regime de signos provarão ser tão importantes quanto decifrar os hieróglifos da pedra Rosetta. Notando a ‘regressão notável’ à linguagem pictográfica do Egito antigo, o diretor cinematográfico Abel Gance observa que nossos olhos ‘ainda não se ajustaram’ aos hieróglifos luminosos, essa nova linguagem cinematográfica. Adorno, também, procurou decifrar a retórica hierográfica da cultura de massas. De acordo com Adorno, a mídia moderna de massa pertence ao ‘império milenar de um sistema de casta industrial governado por um fluxo de intermináveis dinastias. Por essa razão, a indústria cultural em si se expressa em um ‘script hierográfico sacerdotal que dirige suas imagens para aqueles que foram subjugados, não para que eles possam ter prazer, mas apenas para que eles sejam lidos’ (1998, p. 80). Até os signos de néon iluminando a paisagem urbana são os próprios ‘sinais alegóricos’ do fim da cultura, ‘cometas pressagiando o desastre natural da sociedade, sua morte congelada’ (1998, p. 83). entre 1966 e 1969, 18,6% dos PhDs em sociologia eram alcançados por mulheres, enquanto que este número sobe para 58,4% em 2001. Os números para uma mudança racial começa mais tarde. Em 1980, 14,4% dos PhDs em sociologia eram alcançados por minorias, enquanto que em 2001 este número sobe para 25,6%.

⁵ Marx via a mídia de massa – como o mundo ‘do invólucro obscuro’ da mercadoria e sua ‘necromancia’ – como o reino do morto vivo. Retomando a definição hegeliana do dinheiro

indiretamente, a partir de uma distância crítica, assim como o herói mítico Perseu usa o espelho para admirar – e decapitar – sua Medusa. As muitas alusões de McLuhan ao espelho de Perseu refletem a profunda intenção por trás de suas ‘explorações’ do ambiente midiático, o que tem sido repudiado por alguns de seus críticos como uma ‘massa negra para diletantes’ (1995, p. 233): como o espelho de Perseu, o trabalho de McLuhan nos possibilita observar a mídia sem ser enfeitiçado pela ‘persuasão diabólica’. Diferente do reflexo que embasbaca Narciso, o espelho de Perseu habilita-nos a nos desembabacarmos. A análise da propaganda de McLuhan como um ‘folclore do homem industrial’ também ressalta uma de suas principais contribuições para o estudo da mídia. Ao interpretar a mídia não apenas como máquinas para ‘conjurar palavras de ilusão’, mas como ‘novas linguagens com poder único de expressão’, McLuhan identifica a emergência de um novo modo de persuasão que recruta todos os recursos da retórica clássica – já, para Roland Barthes, uma espécie de ‘máquina cibernética’ – formando um supergênero retórico ou um hiper-retórico (1995, p. 244). ‘Meus amigos’, disse uma vez Jacques Lacan em seu seminário, ‘você não têm idéia do quanto devem à geologia’ (1992, p. 157). Antes de descartarmos o método de McLuhan de ‘escavilhar’, ‘inquirir’ e ‘perfurar’ as camadas do ambiente midiático, nós devemos recordar que algumas das mais radicais formulações da filosofia moderna (aquelas de Kant, Nietzsche e Deleuze, para citar apenas alguns) tomaram emprestados muitos de seus instrumentos analíticos da geografia às ciências da terra. Saussure, Marx e Freud também usaram conceitos da geologia para analisar a coexistência de diferentes tempos na lingüística, economia e formações físicas. Quando Kant, por exemplo, não estava ensinando sismologia,

como a ‘vida do que está morto, movendo-se em torno de si próprio’, Marx compara a extração de mais-valia do corpo social a um tipo de vampirismo: a mercadoria ‘assume a forma de capital, de trabalho morto, que domina e suga o poder do trabalho vivo’ (1970, p. 52). Em *O mito hoje*, Barthes também recorre à imagem do bálsamo [embalming] para descrever como a ideologia transfigura a história em natureza, a dialética em paralisia. A ideologia preserva a si própria através da ‘introjeção na realidade de alguma essência purificadora que irá parar sua transformação, seu vôo rumo a outras formas de existência’ (eis porque seu estudante, Baudrillard, fala do congelamento da mensagem em um ‘vôo’ [vacuous ether] e da ‘glaciação do sentido’). Para Barthes, assim como para Marx, a ideologia é o reino do não-morto, e a retórica da mercadoria uma ‘linguagem que não quer morrer: ela arranca dos sentidos que dão a sua sustentação uma sobrevivência insidiosa, degradada; ela provoca neles uma suspensão artificial [e] os transforma em cadáveres falantes’ (1972, p. 133).

E, contudo, por baixo do ‘véu místico’ da ideologia em que a mercadoria é velada por enigmas, mistérios e ‘sutilezas teológicas’, nós redescobrimos o corpo real da mercadoria como a materialização do trabalho, o que Marx denomina o ‘cristalino da substância social’.

geologia e geografia física em Königsburg (como ele fez durante mais de 30 anos), estava embarcado em uma ‘viagem da razão’ para pesquisar a paisagem interna do ‘espaço-pensamento’ (*Gedankesraum*) da mente, apenas para descobrir que a razão é só uma ‘minúscula ilha’ imersa em um ‘vasto terreno de ilusão’ (1996, p. B295/A236). Como Kant, McLuhan se dispôs a ‘mapear um novo terreno’ no campo sensorial, descortinando toda uma ‘geografia da percepção’ moldada pelas forças e pressões do ambiente midiático. Importante aqui é a ênfase de McLuhan nas dimensões materiais da mídia, pois isso nos possibilita apreender as mais radicais implicações de seu mais famoso aforismo: o ‘meio é a mensagem’ (o ‘axioma’ fundante, para Baudrillard, de nossa era de simulação e ‘hiperealidade’). Descendo à ‘terra incógnita’ da mente média, McLuhan descobre que as categorias de entendimento não são formas *a priori* (como sustenta Kant), mas, ao contrário, estruturas impostas a nossas mentes pelo ambiente tecnológico⁶. A famosa tese de *A Galáxia de Gutenberg: a Constituição do Homem Tipográfico* (1962), recordemos, diz que ‘todas as grandes formas e inovações culturais’ do início da sociedade moderna tiveram sua origem na ‘física’ da tipografia ou em seus efeitos materiais. A transição da cultura literária para a tipográfica produz um ‘horror metafísico’: a imprensa escrita é uma ‘lembrança sísmica do terror global das novas tecnologias ambientais’ (1970, p. 6). Sistemas abstratos de tropos e esquemática na retórica; formas universais de implicação na lógica formal; o princípio de causalidade; fórmulas em matemática; produção em série; a esfera pública; nacionalismo – é ‘de um signo sem significado ligado a um som sem significado [que] nós construímos a forma e o significado do homem ocidental’ (1968, p. 62). McLuhan assim descobre o ‘*a priori* tecnológico’ (Kittler): nós podemos racionalizar apenas na medida das máquinas de informação de nosso tempo. As explorações de McLuhan do moderno ‘midiazonte’*, assim, mostram como a materialidade da mídia – sua ‘física’ e ‘química’, sua ‘fissão’ e ‘fusão’ – vêm a dominar nossos hábitos de percepção, formas de entendimento e instituições sociais. Mas se a mídia impõe determinado ‘ritmo’, ‘escala’ e ‘modelo’

⁶ Nietzsche foi um dos primeiros pensadores a reconhecer a íntima conformidade entre ‘trabalho cerebral’ (Kopfarbeit) e as tecnologias midiáticas. ‘Nossos instrumentos de escrita também estão trabalhando em nossos cérebros’, ele escreveu em 1882, ainda quando seu próprio estilo estava mudando – graças à sua máquina de escrever – de ‘argumentos a aforismos, de pensamentos aos trocadilhos, da retórica ao estilo telegrama’ (Kittler, 1999, p. 203). Nietzsche até escreve uma adorável pequena ode à sua própria máquina Mailling Hansen: Essa bola de escrever é uma coisa como eu: feita de ferro, mas em viagens facilmente torcida. [The writing ball is a thing like me: made of iron yet easily twisted on journeys] (Kittler, 1999, p. 207).

* Trata-se de um neologismo “mediascape” utilizado por McLuhan para se referir ao “landscape” da mídia. Portanto, traduzi como “midiazonte”, aludindo a “horizonte” da mídia (NT).

na sociedade – se o meio é a mensagem –, isto se dá porque o meio não é um meio sem corpo, mas uma *substância* para a transmissão de força, poder e energia. Para McLuhan, o ambiente midiático é o ‘turbilhão’ ‘redemoinho’ das forças materiais ou imateriais, dos efeitos corpóreos e incorpóreos: uma ‘tornado’ de violência’ (1995, p. 238). A visão de uma ecologia midiática como uma matriz de forças em constante ‘fluxo’ (a palavra grega para ambiente, McLuhan freqüentemente chama atenção, é *periballo*, ou ‘atacar de todos os lados’) revela o rigor do método ‘mosaico’ de análise de McLuhan, que é não raro desconsiderado como arbitrário e impressionista. Como imagens especulares da tornado da mídia (o turbilhão verbo-voco-visual), os livros de McLuhan são projetados para trabalhar como uma ‘câmara de nuvem’, para a colisão de imagens, aforismos e fotografias, um turbilhão no sentido de Ezra Pound de uma ‘imagem da qual, e através da qual, e dentro da qual, as idéias estão sempre apressadas’ (McLuhan, 1987, p. 39). McLuhan abandona um ponto de vista fixo – em si um produto da cultura impressa – sobre o ambiente midiático e em seu lugar cria uma ciência de misturas mais sutil (o que Nietzsche chamaria de uma ‘química de conceitos’) para lidar com uma nova ecologia midiática e seu ‘ciclotron social’ (para não mencionar sua geometria, a qual ele liga à estranha topologia do mundo vitral de Lewis Carroll)⁷. Aqui o simbólico método de invenção, o *sym-ballein* ou arremesso conjunto de idéias em um ‘caleidoscópio’ textual, torna-se uma lógica de descoberta possibilitando a McLuhan iluminar uma ‘vida das formas’ secreta – e as formalidades do poder – em ação no ambiente midiático. Esse *ars inveniendi* por seu turno revela motivos mais profundos por trás do uso de aforismos de McLuhan como um ‘inquérito verbal’. Como um estudioso mergulhado na história da retórica (a sua dissertação em Cambridge em 1948 era sobre Thomas Nashe e o *trivium*), McLuhan sabia aproveitar as propriedades balísticas do aforismo, um gênero cuja velocidade de comunicação e impacto decisivo, rivaliza ‘um projétil arremessado por um braço vigoroso’ (Sêneca). Como Nietzsche, que liga o aforismo a uma flecha ou carga explosiva, McLuhan utiliza o aforismo como uma máquina de guerra. Exatamente como o ‘choque de efeito’ surrealista lança a obra de arte para além da estética e para a balística, os aforismos de McLuhan – o meio é a mensagem, o meio é a massagem, o meio é a era da massa – são mísseis verbais (bilhetes) projetados para manter sintonia com máquinas de informação e comunicação correndo em velocidade próxima à da luz.

⁷ Antes de Einstein, Lewis Carroll mapeou o tempo-espaco desse novo mundo da mídia eletrônica. Uma vez que Alice passa através do ‘ponto máximo no horizonte do mundo visual, quebrando a parte dura do vitral do mundo, ela se envolveu em uma série de rápidas metamorfoses’ (McLuhan, 1964, p. 68).

Massagem

Em sua descrição clássica sobre a emergência da tecnociência, Martin Heidegger identifica a conquista do mundo como uma ‘imagem’ (*Weltbild*), como um dos eventos fundantes da modernidade. Por imagem, obviamente, Heidegger não se refere a uma mera imagem, mas a uma rede de representações matemáticas projetadas sobre o mundo para torná-lo calculável. Mas o grande pensador do Ser, entretanto, sustentava uma notável visão de televisão, um meio, ele previu, que em breve viria a dominar ‘toda a maquinaria da comunicação’⁸. De acordo com Heidegger, a ‘abolição’ do espaço e do tempo na imagem da televisão representa a fase final dessa conquista do mundo como imagem, o último ato catastrófico na ‘tragédia do Ser’ que começa, convenientemente, no cinema subterrâneo da alegoria da caverna de Platão: ‘A dominação sem limites da tecnologia moderna em toda esquina desse planeta é apenas a última conseqüência de uma técnica de interpretação do mundo muito antiga’⁹ (1997, p. 67). Heidegger podia estar estado errado em relação à confrontação entre o Nacional Socialismo e a tecnologia ‘planetária’ (isto foi, ele reconhece, sua ‘maior estupidez’), mas ele estava certo sobre a ascendência da televisão¹⁰. A televisão veio realmente a dominar a maquinaria da comunicação, tanto que, de acordo com McLuhan, essa ‘espetacular extensão do nosso sistema nervoso (...) Afetou a totalidade de nossas vidas pessoais, sociais e políticas’ (1964, p. 276). Como a mais ‘bonita’ e ‘prototípica’ tecnologia de nossa era (Baudrillard, 1988), a televisão nos ajuda a apreender o sentido mais radical de uma das mais incompreendidas teses de McLuhan: o meio é a massagem.

⁸ Até nos seus momentos mais pessimistas (‘apenas um Deus pode nos salvar agora...’) Heidegger não poderia ter imaginado que 1,6 bilhão de aparelhos de televisão estariam em uso até o ano 2000.

⁹ Diga-se de passagem, que em 1781 o diácono Luthorbourg, um cenógrafo teatral (muito semelhante aos sofistas ou “figuras na sombra” do teatro subterrâneo de Platão), tinha já reintegrado o cinema à sua herança platônica ao confeccionar um instrumento de câmara escura denominado, à boa maneira platônica, de ‘eidophusikon’.

¹⁰ Em certo sentido, ao identificar a ‘grandiosidade interna’ do movimento Nacional Socialista com a confrontação com a tecnologia global e o homem moderno, Heidegger, como Rector (ou, como ele preferia, Fuhrer) da Universidade de Freiburg, tornou-se uma das ‘criaturas monstruosas da tecnologia, semelhante às máquinas’ que ele então detestava (Zimmerman, 1990, p. 48). A distinção final entre pensador e trabalhador-trincheira foi levantada em 1945 quando Heidegger foi ordenado a executar o ‘trabalho-serviço’ que ele tinha demandado de seus alunos onze anos antes em seu discurso de posse como reitor: julgado um dos mais ‘dispensáveis’ pelo Partido, ele foi posto para trabalhar cavando diques ao longo do rio Rhine nos últimos meses da guerra.

Embora ‘o meio é a massagem’ seja freqüentemente tomado para se referir aos prazeres estéticos da mídia, ao toque carinhoso da visão e do som, McLuhan vê a mídia – especialmente a televisão – como máquinas retóricas que ‘gravam’ suas imagens na ‘sensibilidade pública e privada’ (muito do *logos* gorgiânico, aquele poderoso lord (*mega dynastes*), ‘estampa’, ‘imprime’ e ‘grava’ sua imagem no espírito). De acordo com McLuhan, a televisão atrai o espectador para uma superfície a ser ‘tatuada’ por ondas de luz e energia sonora que ‘paralisam’ os olhos e irradiam o observador como uma ‘máquina de raios-X’¹¹. ‘A violência do ambiente industrial e mecânico, escreve McLuhan acerca da televisão, é vivida e atribuída significado e motivo nos nervos e vísceras dos jovens’ (1995, p. 117). A análise de McLuhan dos efeitos atormentadores da televisão (um meio que conduz seus efeitos ‘indelevelmente inscrito em nossas peles’ [1995, p. 245]) é de extrema importância para Baudrillard, que argumenta que a televisão transforma nossa pele em ‘uma superfície de comunicação macia e funcional’ (1988, p. 19) e nossos corpos em ‘telas de monitoria’ (1988, p. 27). Por isso é injusto por parte de Virilio ridicularizar McLuhan por estar ‘completamente errado’ em sua visão ‘idílica’ da televisão. É duplamente injusto porque o trabalho mais brilhante de Virilio sobre a logística da ‘percepção militar’ referencia-se livremente na visão de mídia de McLuhan como um processo secreto que gera energia através da ‘fissão’ e da ‘fusão’. Por exemplo, quando Virilio observa que a televisão finalmente ‘explodiu a realidade em si mesma’, ele está reiterando o relato de McLuhan da televisão como a implosão de tempo e espaço em ‘velocidade absoluta’ da comunicação instantânea. McLuhan foi um dos primeiros a ver que a transmissão instantânea da informação em escala global causa uma ‘reação em cadeia’ que reproduz informação ‘quimicamente explosiva’ (ou, como um oficial sênior da Patagônia coloca, ‘radioativa’). Originalmente arquitetada como um sistema de radar para guiar mísseis em balística, a televisão gera uma explosão de conhecimento áudio-visual ou uma ‘bomba de informação’ que evapora o espaço e o tempo com sua velocidade instantânea de comunicação. Com o advento da televisão, então, o meio se torna a massagem. Ao possibilitar a todos verem o mesmo evento, ao mesmo tempo, da mesma perspectiva, a televisão introduz numa ‘idade de fusão e, até fisicamente, a bomba de hidrogênio... [uma idade] de interfusão, implosão’ (1964, p. 211). Esta é a razão pela qual McLuhan recomenda treinamento em retórica, estudos de mídia e literatura como ‘defesa civil’ contra a mídia de massa e seu ‘efeito colateral no corpo social’.

¹¹ Nós não concordamos com McLuhan, no entanto, quando ele descreve a televisão como um ‘deus fogo’ zoroástrico.

Muito antes de McLuhan começar a medir os efeitos da nova mídia em nossas vidas pública e privada, Walter Benjamin tinha reconhecido o poder dessas tecnologias em transformar nossos hábitos de percepção e formas de compreensão. Em seu amplamente reproduzido ensaio ‘A obra de arte na era da reprodutibilidade mecânica’ (1973 [1936]), por exemplo, Benjamin argumenta que o advento do cinema e da fotografia iria em breve reconfigurar todo um ‘aparato perceptivo’. Exatamente como a psicanálise traz para o foco a ‘ótica do inconsciente’ que trabalha subjacente à superfície do pensamento consciente, a câmara também invade a substância do mundo como um instrumento cirúrgico, cortando fundo dentro de uma ‘rede de realidade’ para expor os mundos invisíveis aos nossos olhos desarmados¹². Antecipando o argumento de McLuhan de que a mídia é uma extensão protética do corpo (mídia mecânica) e do sistema nervoso (mídia eletrônica), Benjamin sugere que a guerra epidêmica no século XX mostra que o corpo político incorporou a tecnologia como seu órgão: ‘ao invés de drenar rios, a sociedade direciona um fluxo humano em um leito de valas... E através do combustível de guerra a aura é abolida de uma nova maneira’ (1973, p. 244). Um dos grandes méritos do ensaio de Benjamin é que ele mostra como o êxtase da negação nos Futuristas é em si induzido pela mídia de massa e pelo seu bombardeamento áudio-visual. Na idade da reprodução mecânica, ao que parece, apenas o espetáculo sublime da guerra industrializada, das ‘orquídeas de fogo’ das máquinas de atirar ao ‘choque e pavor’ dos ataques noturnos de míssil – pode suprir a ‘gratificação artística de um senso de percepção que tem sido mudado pela tecnologia’ (1973, p. 247). Por causa de todo seu idealismo tecnológico (Baudrillard, 1988), McLuhan oferece um relato ainda mais radical do que essa reengenharia do sujeito humano (o ‘aparato psíquico’) que começa nos últimos anos do século XIX, relato que exerce uma profunda influência sobre os escritos de Kittler, Virilio e Baudrillard. Dilatações, extensões, projeções, amputações, amplificações, macro-cirurgias: McLuhan expõe a anatomia do corpo esfacelado e reinstrumentalizado pela tecnologia. De fato, McLuhan vai mesmo além da ‘tão sonhada metalização do corpo humano’ dos Futuristas, quando ele

¹² A comparação entre a câmara e o bisturi é instrutiva. A câmara corta no fluxo do tempo para capturar o momento de decisão, o punctum, ou ‘desejo de kairós’, como Barthes chama sua Câmara Lúcida. Como Ernst Jünger, herói de guerra e especialista em fotografia, uma chapa fotográfica ‘aprisiona o pássaro veloz em vôo exatamente como captura o homem no “momento da verdade” [Augenblick] no qual ele se esfacela numa explosão (Zimmerman, 1990, p. 57). Num piscar de olhos o instante se torna eterno, e por esta razão as primeiras fotografias – o ‘espírito fotográfico’ – tomou o retrato como um meio de comunicação com os mortos.

prevê um acoplamento cada vez mais íntimo entre o homem, a máquina e a informação que iria resolver uma antiga discordância entre natureza e cultura, *physis* e *techné*. À luz da revolução de implantes e micromáquinas em curso hoje, para não mencionar os trilhões de aparelhos de *telemática* sustentando nosso mundo interligado, nós bem que podemos imaginar se o homem não está se tornando o ‘órgão sexual do mundo das máquinas’ (1995, p. 262). Por fim, McLuhan veio a compreender que o advento da mídia eletrônica não apenas antecipa o fim do ‘homem tipográfico’, mas o fim do corpo em si. ‘Na velocidade da luz, observa McLuhan, todos tendem a se tornar ninguém’ (1995, p. 168). Por um tempo, a tecnologia mecânica estende seu corpo no espaço, hoje, depois de 100 anos de tecnologia eletrônica, ‘nós estendemos nosso próprio sistema nervoso em um abraço global, abolindo o espaço e o tempo’ (1964, p. 24). Ao transformar o corpo em uma aparição ou espectro, um ser composto de ondas de luz, a realidade virtual ‘angeliza’ e ‘eterifica’ o velho material bruto da carne e do sangue, deixando para trás a figura fantasmagórica do ‘homem desencarnado’, homem como puro ‘software’: ‘nós nos vemos sendo traduzidos cada vez mais na forma de informação, movendo em direção a uma inovação tecnológica [e simulação] da consciência’ (1964, p. 26).

Era da massa

Em *Gramofone, Filme, Máquina de Escrever* (1999), seu vasto relato da radical transformação do ‘ambiente midiático’ proporcionada pela invenção das novas tecnologias de comunicação nos últimos anos do século XIX, Friedrich Kittler propõe-se a mostrar que a moderna mídia de massa – apesar de sua origem humilde, e até mesmo ‘animal’ – veio para ‘determinar a situação’. Relembrando o método mosaico usado por McLuhan para definir a ‘constelação’ de eventos que criaram a Galáxia de Gutenberg, Kittler entrelaça sua dramática história dessas ‘ur-mídia’ com a estranha antologia dos primeiros escritos sobre o gramofone, o projetor de filmes e a máquina de escrever. Esses ‘mitos’, histórias, ‘oráculos’ da *inventio* da tecnologia – junto com o bizarro arquivo de mapas, imagens, quadrinhos, fotografias, diagramas técnicos e fórmulas matemáticas – transformam o livro de Kittler em uma loja de curiosidades da história da mídia e da tecnologia. Mas além de revelar como o horror e novidade dessas máquinas ‘inscreveram a si próprias nos papéis velhos dos livros’ durante a idade “heróica” da invenção da mídia, essas ficções da ciência e sua estética de terror também evocam a ‘imagem fantasmagórica de nosso presente como futuro’, possibilitando a Kittler descortinar uma outra história, mais perturbadora, sobre a emergência

de nossa própria estratégia presente (1999, p. xi). Na arqueologia de Kittler sobre a mídia, a passagem da escrita para essas novas ‘tecnologias mecânicas de armazenamento’ – em outras palavras, da Galáxia de Gutenberg à Constelação de Marconi – não é apenas uma mutação na história da estética, mas a revolução da mídia de massa como ‘tecnologias de poder’. A energia liberada por essas máquinas midiáticas despedaça o monopólio do mundo escrito como um meio de armazenar e transmitir informação, marcando assim a emergência de uma nova forma de monopólio de mídia: ‘uma mídia totalmente vinculada a uma base digital’ (1999, p. 18).

Como McLuhan (1968) identifica em *Guerra e Paz na Aldeia Global* (e alhures), a implosão da Galáxia de Gutenberg arma os estrategistas militares com um novo ideal de guerra total como mobilização total da mídia. Desde então Thomas Alva Edison expôs sua fotografia a um apreciativo Chanceler Bismarck em 1887 (que não hesitou em ‘imortalizar sua voz em cera’), e máquinas midiáticas têm jogado um papel cada vez mais decisivo na conduta da vida militar. Tão cedo como em 1917 os fantasmas de celulóide do cinema eram compelidos ao serviço militar quando o general Ludendorff (sua força superada pelo ‘arsenal perceptual’ das campanhas midiáticas inglesas e americanas) mobilizou a indústria cinematográfica alemã como uma força de ‘persuasão’ e ‘meios de influência políticos e militares’ (Kittler, 1999, p. 135)¹³. De acordo com Ludendorff (fundador da indústria cinematográfica alemã), o uso do filme é absolutamente imperativo... Para uma conclusão bem sucedida da guerra (Kittler, 1999, p. 131). Depois da Primeira Guerra Mundial, o ideal da mobilização total – o esforço total que transforma Estados antagônicos em ‘fundições monstruosas’ e ‘ferrarias semelhantes a vulcões’ (Ernst Jünger) – será aplicado às guerras de informação e persuasão. De fato, desde a Segunda Guerra Mundial o combate tem se tornado cada vez mais uma contenda pelo domínio do ‘espectro eletromagnético’, uma guerra etérea da mídia e da

¹³ De fato, desde que a metralhadora de Richard Gatling forneceu o cilindro giratório para o projetor de filmes, pode-se dizer que a história do cinema coincide com a história das armas automáticas. O transporte da fotografia apenas repete o transporte das balas (Kittler, 1999, p. 124). Com a síntese mortal da câmara e da metralhadora em ‘arma cronofotográfica’ de Etienne-Jules Marey, a colisão histórica entre cinema e guerra parece ter se completado: ‘a morte mecanizada era imortalizada... Que a metralhadora aniquilou a câmara fez imortal’ (1999, p. 124). Parece completo. Pois o motor cinematográfico também põe em movimento ‘todo um novo ciclo de luz’ que culminará em um sistema global de vigilância e uma ‘total iluminação’ (1999, p. 74). Obviamente, o pungente arsenal de hoje atinge uma nova nota na antiga e ‘mortal harmonia’ entre olho e arsenal, pois o míssil guia o olho do espectador para seu alvo no espetáculo televisivo do também chamado ‘golpe cirúrgico’.

informação. Como a ‘imersão’ dos repórteres televisivos nas unidades americanas de combate no Iraque demonstra, setores inteiros da mídia popular já estão absorvidos pelo campo militar de percepção, uma fase, ao que parece, de um impulso pela ‘mídiação do mundo’ (ou, como coloca um esperançoso estrategista militar, ‘uma total dominância do espectro’).

A análise de McLuhan dessa batalha das máquinas midiáticas lança nova luz na arte da guerra em nossa idade da ‘influência estratégica’. Da mesma forma que os primeiros sofistas sitiaram a polidez intrínseca do espírito, a ‘cidade interna’ (Platão), a mídia eletrônica de massa abriu uma nova frente na antiga guerra da subjetividade – o sistema nervoso em si. ‘Agora que o homem estendeu seu sistema nervoso central através da tecnologia eletrônica’, escreve McLuhan sobre essa nova guerra de nervos, ‘o campo de batalha mudou para a imagem mental – construindo e desconstruindo, ambos na guerra e nos negócios’ (1964, p. 102)¹⁴. A vitória nessa guerra retórica significa capturar o ‘campo de percepção’ do soldado e das massas civis: para capturar o inimigo deve-se capturar primeiro seus ‘corações’ e suas ‘mentes’ (o velho *pathos* e *logos* da persuasão aristotélica). Nesse sentido, a retórica, como Jünger tinha entendido, é também um ‘verdadeiro direcionador de combate’ (Kittler, 1999, p. 235). Aqui se pode traçar a história da retórica como uma força espiritual, começando com a *agon* atlética e militar entre os sofistas e Platão. O próprio Sócrates aprendeu a duras penas que a dialética não é a única ciência doce. ‘Primeiro eu senti como se tivesse sido atingido por um habilidoso boxeador’, Sócrates confessa após algumas contendas verbais com Protágoras, ‘e fiquei razoavelmente cego e tonto com o efeito de suas palavras e o barulho dos aplausos’ (Platão, 1990, p. 339e). McLuhan era bem consciente que a retórica da multimídia empurra de todo jeito a força de persuasão para o nível da violência, *peitho* para *bia*. A Guerra Fria, para McLuhan, é acima de tudo ‘uma batalha eletrônica de informações e imagens que vai mais a fundo e é mais obsessiva do que as velhas guerras quentes da indústria metálica’ (1964, p. 295). Essa ‘batalha de ícones’ é também uma batalha retórica dirigida a ‘erodir o apoio coletivo de um rival (...) a caneta diariamente se torna mais poderosa do que a espada’ (1964, p. 294). Como McLuhan observou quarenta anos atrás, a guerra material empreendida por homens e máquinas (a ‘conquista externa do espaço’) estaria cada vez mais intimamente relacionada com a guerra imaterial empreendida pela mídia e pela informação contra a mente, o corpo e o sistema

¹⁴ Como McLuhan anota, essa guerra de informação cria ‘um mundo insubstantivo de pseudo-eventos’ e, assim, um novo tipo de ser humano, o que Albert Speer nos julgamentos de Nuremberg chamou de ‘recipiente acrílico de ordens’ (1964, p. 36).

nervoso (a ‘conquista interior do espírito’). Essa conquista do espírito antecipa a análise de Virílio da retórica como um exercício de ‘força espiritual’ que propaga uma energia cinética no soldado e nas massas civis (o velho *movere* romano) que ‘os impele em direção ao campo de batalha’. ‘Da domesticação de outras espécies ao treinamento rítmico do soldado ou servente à alienação do trabalhador da produção’, escreve Virílio em *A Arte do Motor*, ‘nós nunca dominamos a extensão geofísica sem controlar, de forma crescentemente próxima, a substância, o cerne microfísico do sujeito’ (1995, p. 11). Esse desejo de dominar o mais profundo nexos de subjetividade nos leva ao mais radical âmago da verdade do meio como massagem.

No coração do espetáculo moderno, diz Debord, nós redescobrimos a ‘mais velha especialização social – a especialização do poder...’ (1983, p. 49). É útil relembrar, nesse contexto, que ser ‘mediatizado’ (*mediatesé*) (uma inovação do código napoleônico) originalmente significou ser destituído dos direitos imediatos, sofrer uma morte civil – ser excomungado. Talvez essa seja a real mensagem da realidade da televisão, um gênero que explora toda a crueldade e violência de um ‘aparato pressionado a servir valores rituais’ (Benjamim, 1973, p. 245). *Dog Eat Dog, Survivor, Boot Camp, Eliminate, Celebrity Boot Camp, Fear Factor, Temptation Island, The Apprentice, Forever Eden, The Weakest Link*: todos esses programas de televisão revivem os rituais arcaicos do ostracismo e da ex-comunicação. ‘A tribo falou’, anuncia o anfitrião de *Survivor*, abafando a chama simbólica quando os exilados tomam seu caminho solitário para fora da ilha e retornam ao deserto causticante da vida moderna (o circuito diurno do *talk-show*).

Por causa de todo seu delirante otimismo tribal, McLuhan sabia que esse novo primitivismo ou ‘retribalização’ era arquitetado para ‘nos despojar de nossa individualidade civilizada... Em uma harmonia programada de necessidades e aspirações’ (1995, p. 154). E, como Theodor Adorno, McLuhan apreendeu todas as implicações dessa reprodução do arcaico na mídia moderna de massa:

O poder do rádio [e da mídia eletrônica em geral] para retribalizar a humanidade, seu reverso quase instantâneo do individualismo ao coletivismo, fascista e marxista, tem passado despercebido (...) [mas] o efeito do rádio como um revival do arcaísmo e antigas memórias não se limita à Alemanha de Hitler (1964, p. 267).

Ele é, por isso, um curto passo do entretenimento à guerra psicológica, para a retórica como a arte de ‘fazer com que as pessoas morram por você’ (Kittler, 2000, p. 117). Como se revela, McLuhan também se esforçou para nos falar de retórica como uma arma imaterial de guerra: na idade da influência estratégica, convencer é conquistar (*convaincre*).

Numa brilhante leitura da mitologia que rondava o cérebro de Albert Einstein e sua mais famosa criação, $E=MC^2$, Roland Barthes mostra como essa equação evoca o sonho de conhecimento dos velhos alquimistas reduzidos a um tipo de fórmula mágica. A fórmula de Einstein nos garante acesso à

...unidade da natureza, a possibilidade ideal de uma redução fundamental do mundo, o não fixável poder da palavra, a antiga luta entre um segredo e uma afirmação, e a idéia daquele conhecimento total pode ser descoberto apenas de uma só vez, como um cadeado que de repente se abre depois de mil tentativas sem sucesso (1972, p. 69).

Por toda sua comicidade, a leitura do mito de Einstein de Barthes (1972, p. 71) como uma alegoria do ‘infinito poder do homem sobre a natureza’ levanta uma questão séria: nós estamos realizando, em nossa idade do ‘idealismo cibernético, da fé cega na informação radiante’, o velho desejo dos alquimistas de dominar o homem e a natureza por meio de um sistema de conhecimento secreto (Baudrillard, 1983, p. 67)? Se nós aceitarmos por um momento o argumento de McLuhan de que toda época é dominada por certa mídia de comunicação (barro, papiro, pergaminho, papel, celulóide, circuitos elétricos, fibra ótica – a *materialidade* real da mídia), e que cada mídia tende a impor seu único ‘monopólio do conhecimento’, então se torna óbvio que o surgimento da computação durante a Segunda Guerra Mundial assinala um novo estágio e uma nova aliança entre o império e a comunicação. Se nós chamamos isso de ‘dominação cibernética’ (Heidegger), ‘subjetivação cibernética’ (Virílio), uma ‘ordem mundial cibernética neocapitalista que objetiva o controle total’ (Baudrillard) ou, no estilo direto do Pentágono, ‘Dominação Global da Informação’ (DGI), parece claro que essa alquimia da informação produziu uma nova forma de ‘dominação do conhecimento’ (*Herrschaftswissen*) (Max Scheler). Até meados dos anos 1960, McLuhan já havia compreendido que a digitalização da mídia e da informação – a redução das letras a números ou, mais precisamente, um sinal (1) e sua ausência (0) – estabelece um novo *imperium* midiático que torna a fotografia o ‘paradigma fantasmático do antigo poder’. Como uma revolução derrotada, o colapso da Galáxia de Gutenberg e sua ‘monarquia’ da impressão prepara o caminho para um ‘oligopólio’ da informação ainda mais despótico¹⁵.

¹⁵ Há muitos diferentes nomes para essa mutação na história da mídia: ‘sociedade pós-industrial’ (Daniel Bell); a ‘sociedade programada’ (Claude Lefort); a ‘sociedade do espetáculo’ (Debord); ‘sociedade pós-moderna’ (Lyotard); a ‘sociedade semiúrgica’ (Baudrillard); a ‘sociedade em rede’ (Manuel Castells); e inúmeros outros.

Muito antes de Virilio começar a analisar a aliança entre a velocidade e a política (o ‘princípio da aceleração’ de McLuhan), McLuhan percebeu que a ‘velocidade absoluta’ da eletricidade altera todas as ‘configurações de poder’ na política global (1995, p. 83)¹⁶. De fato, como aponta McLuhan em *A Compreensão da Mídia* (e alhures), uma das batalhas decisivas da Segunda Guerra Mundial foi uma batalha imaterial de números, letras e símbolos travado entre duas máquinas tirânicas de informação: a máquina alemã ‘Enigma’, que camuflava as transmissões secretas de rádio das forças armadas, e a máquina inglesa ‘Colossal’, o protocomputador inventado por Alan Turing para decifrar o enigma das mensagens cifradas. Aqui a visão heraclitiana do cosmos como uma guerra ardente de elementos em oposição torna-se o ‘movimento ígneo binominal’ das redes de computador e máquinas de inteligência, e deste ponto em diante a guerra será conduzida com força espiritual dos fluxos de dados, sistemas de informação e outras espécies de ‘máquinas retóricas’ (Felix Gattari). Virilio captura a essência dessa nova e luminosa guerra de informação e comunicação quando ele define o Estado Nacional Socialista como ‘democracia’ fundada numa fusão letal de velocidade (*dromos*) e poder (*kratos*), um estado similar, nesse contexto, às democracias da antiga Atenas (com sua moeda e sua força naval) e a moderna América (com sua força aérea e, mais recentemente, sua ‘força digital’)¹⁷. Mas se a velocidade é a essência da guerra, então o fato de a tecnologia militar ter superado a própria velocidade, atravessado a ‘barreira do tempo’ (o que Innis chama de a ‘terceira margem do império’), pareceria tornar possível um ideal mais elevado de guerra total. Ainda que a guerra total, como Clausewitz é cuidadoso em apontar, permaneça um ideal da razão, uma ficção reguladora que possibilita a alguém medir a guerra real contra um ideal ‘absoluto’ de guerra, contra a ‘luz negra’ de um *polemos* infinito, estrategistas militares estão, entretanto, lutando para tornar o ideal sempre mais próximo da experiência. A guerra total não é mais uma guerra meramente sobre exércitos, cidades e civilizações, mas uma guerra sobre a totalidade do Ser, sobre o espaço-tempo do mundo natural em si. O assalto dromocrático flanqueia o mundo, projetando força (como eles dizem) em um ‘tempo-espaço não mais de mortais, mas de uma única máquina

¹⁶De maneira similar, a velocidade do sistema ferroviário durante a Guerra Civil – a primeira guerra do transporte de massas – havia levantado o campo de batalha de ‘intensidade sem precedentes’ (McLuhan, 1964, p. 101).

¹⁷Uma outra conexão entre velocidade e política veio recentemente à luz. Médicos, pesquisando os arquivos do Terceiro Reich, têm recentemente determinado que de 1941 a 1945 o médico de Hitler, Dr. Theodor Morell, estava injetando diariamente altas doses de metafetamina – anfetamina.

de guerra' (Virilio, 1986, p. 29). Assim, numa torção final na dialética do esclarecimento e sua técnica de dominação do homem e da natureza, esse *Blitzkrieg* da máquina de mídia absorve o globo em um sistema de 'iluminação total' e assim conquista o mundo 'como um campo, como distância, como matéria' (Virilio, 1995, p. 146). Por causa de todo esse delírio utópico, McLuhan teria provavelmente compartilhado a visão apocalíptica de Virilio do 'fim do mundo'. No século XVII Gottlob Leibniz, sonhando com uma linguagem universal, viu na elegância mística do sistema binário a imagem da criação divina. Hoje, na era da Força Digital e Dominação Global da Informação, McLuhan provavelmente veria o sistema binário como a imagem da dominação, o grande código de um novo *imperium* da mídia que 'normaliza o estado da revolução que é a guerra' (McLuhan, 1995, p. 203).

Referências

- Adorno, T. (1998). *The Culture Industry*. London: Routledge.
- Barthes, R. (1972). *Mythologies*, trans. A. Lavers. New York: The Noonday Press.
- Baudrillard, J. (1981). *For a Critique of the Political Economy of the Sign*, trans. C. Levin. St Louis: Telos Press.
- Baudrillard, J. (1983). *Simulations*. New York: Semiotext(e).
- Baudrillard, J. (1988). *The Ecstasy of Communication*, trans. B. Schutze and C. Schutze. New York: Semiotext(e).
- Benjamin, W. (1973). *Illuminations*, trans. H. Zohn. London: Fontana.
- Bizzell, P. and B. Herzberg (eds). (1990). *The Rhetorical Tradition: Readings from Classical Times to the Present*. Boston, MA: Bedford Books.
- Debord, G. (1983). *Society of the Spectacle*. Detroit: Red and Black.
- Heidegger, M. (1977). *The Question Concerning Technology and Other Essays*, trans. W. Lovitt. New York: Harper.
- Kant, I. (1996). *The Critique of Pure Reason*, trans. W. Pluhar. Indianapolis, IN: Hackett.
- Kittler, F. (1999). *Gramophone, Film, Typewriter*, trans. G. Winthrop-Young. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- Kittler, F. (2000). *Literature, Media, Information Systems*. Canada: G&B Arts International.
- Lacan, J. (1992). *The Seminar of Jacques Lacan Book VII*, trans. D. Porter. New York: Norton.
- Marx, K. (1970). *Capital: A Critique of Political Economy*. Chicago: Henry Regnery Co.
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*. Toronto: University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding Media: The Extensions of Man*. New York: Signet.

RESUMO

Império e comunicação: a guerra da mídia de Marshall McLuhan

Das suas primeiras reflexões sobre propaganda como “instituição mágica” em 1952 até seus últimos escritos sobre “O Cérebro e a Mídia” em 1978, Marshall McLuhan foi criticado pela sua visão utópica das tecnologias da mídia como “extensões do homem” e pelo seu fracasso em entender os novos, mais formidáveis poderes retóricos da mídia eletrônica em massa. Essas críticas não são inteiramente infundadas. Às vezes McLuhan interpreta as máquinas da mídia como veículos de ascensão para uma “harmonia cósmica” que transcende espaço e tempo. No entanto, apesar do seu “otimismo tribal delirante” (Baudrillard), McLuhan percebeu que a aldeia global ou “teatro global” tem se tornando um teatro da guerra, um espaço prévio para a “violência gigantesca” e o “conflito máximo”. Para iluminar essa visão mais radical da mídia em massa, esboçada por McLuhan, esse artigo examina sua decisiva – mas desconhecida – contribuição para os estudos de mídia hoje, sobretudo para o trabalho de Paul Virilio, Friedrich Kittler e outros preocupados com a aliança entre guerra, mídia e informação na sociedade moderna. Depois de algumas reflexões sobre a abordagem “mosaica” de McLuhan para a ecologia da mídia e sua visão da mídia como a extensão do homem, eu examino três modulações do seu mais famoso aforismo: a mídia é a mensagem; a mídia é a massagem; a mídia é a era da massa.

Palavras-chave: comunicação; materialidade; retórica; tecnologia; guerra

ABSTRACT

Empire and Communication: The Media Wars of Marshall McLuhan

From his first reflections on advertising as a ‘magical institution’ in 1952 to his last writings on ‘The Brain and Media’ in 1978, Marshall McLuhan was reproached for his utopian view of media technologies as the ‘extensions of man’ and for his failure to understand the new, more formidable rhetorical powers of the electric mass media. These criticisms are not entirely unjust. At times McLuhan does seem to view media machines as vehicles of flight into a ‘cosmic harmony’ that ‘transcends space and time’. But for all his ‘delirious tribal optimism’ (Baudrillard), McLuhan also understood that the global village or ‘global theatre’ has become a theatre of war, a staging area for ‘colossal violence’ and ‘maximal conflict’. In order to shed new light on this darker, more radical vision of the mass media set forth by McLuhan, this article explores his decisive – but largely unacknowledged – contribution to radical media studies today, especially to the work of Paul Virilio, Friedrich Kittler and others concerned with the alliance of war, media and information in modern society. After some reflections on McLuhan’s ‘mosaic’ approach to the media ecology and his view of media as the extensions of man, I examine three modulations of his most infamous aphorism: the medium is the message; the medium is the massage; and the medium is the mass-age.

Keywords: communication; materiality; rhetoric; technology; warfare

AS CULTURAS COTIDIANAS E AS MÍDIAS

Wellington Pereira

Os espelhos epistemológicos

O nosso objetivo é, inicialmente, inverter a lógica do debate no sentido "naturalista", no qual um campo de saber, cujos códigos são legitimados socialmente, aparece em supremacia, no sentido axiológico, em relação a outros. Neste sentido, cultura e comunicação, seriam campos de maior importância do que o cotidiano, de acordo com uma "arqueologia" das ciências humanas e sociais, considerando os padrões utilitários e racionais das ciências modernas. Em outra perspectiva, poderíamos pensar invertendo a lógica das hermenêuticas, como a comunicação e as mídias procuram se apropriar dos aspectos estéticos e filosóficos do cotidiano, através de leituras preferenciais (Hall, 2003, p. 366).

De algum modo, a quebra da hegemonia da cultura sobre a comunicação e destas sobre o cotidiano, em se tratando da análise dos fenômenos culturais, tem sido mais evidenciada pelos pedagogos e antropólogos; menos pelos sociólogos e teóricos da comunicação. Estes, na maioria, presos a esquemas tautológicos responsáveis pela perpetuação de modelos comunicacionais que não interagem com a complexidade dos movimentos sociais. Para alargar nossa compreensão, poderíamos construir a seguinte questão: para que servem a cultura e a comunicação na vida cotidiana?

O cotidiano e as culturas

De acordo com Michel Maffesoli:

...o cotidiano não é um conceito que se pode mais ou menos utilizar na área intelectual. É um estilo no sentido [...] de algo mais abrangente, de ambiente, que é a causa e o efeito, em determinado momento, das relações sociais em seu conjunto [...] De tudo o que foi dito, deve-se lembrar que o estilo pode ser considerado, stricto sensu, uma encarnação ou ainda a projeção concreta de todas as atitudes emocionais, maneiras de pensar e agir, em suma, de todas as relações com o outro, pelas quais se define uma cultura (Maffesoli, 1985a, p. 64).

Nesta primeira assertiva, partindo da citação de Michel Maffesoli, podemos dizer que há dois momentos, nos quais a cultura e a comunicação começam a interagir com o cotidiano: 1) o problema da alteridade ? o reconhecimento do outro; 2) as maneiras de agir e pensar dos indivíduos. Neste segundo ponto, temos a aproximação do cotidiano como espaço de produção de fatos sociais, a partir do conceito de Durkheim:

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (Durkheim, 2003, p. 52).

No primeiro ponto, se faz necessário verificar se é possível estender o conceito de estilo às formas cotidianas. Assim, evitaremos pensar o estilo como algo pessoal, mas estabelecido nas tribos e comunidades. Para não cair na armadilha positivista “o estilo é o homem”, preferimos utilizar o conceito de formismo sociológico, tomado emprestado a Simmel. Neste sentido, podemos pensar a forma como a “gramaticalidade do invisível” que liga signos de diferenças semânticas e estabelece territórios sintáticos capazes de dialogar entre si, estabelecendo o formismo social. Maffesoli define o formismo como “(...) um polípode que tem implicações estéticas, éticas, econômicas, políticas, e, evidentemente, gnosiológica” (Maffesoli, 1985b, p. 111).

As formas na vida cotidiana têm a função de ligar os fatos sociais, através da sinergia ou das sinestésias produzidas por cada cidadão. Assim, os indivíduos geram fatos sociais, de acordo com a anomia estabelecida em cada momento sociocultural, e, ao mesmo tempo, reconhecem as alteridades de outras formas culturais. Dirimindo as distâncias entre fato social e formas sociais, podemos afirmar que a cultura e a comunicação não estão fora da cotidianidade, o que significa o modus como os autores sociais qualificam os objetos do imaginário. Em outras palavras, a reversibilidade do *taedium vitae* ? o tédio da vida ? em manifestações estéticas. Para efeitos didáticos, poderíamos estabelecer três elementos constitutivos da vida cotidiana: 1) o mundo da vida; 2) a vida cotidiana; 3) a cotidianidade.

O mundo da vida é um conceito caro à fenomenologia de Alfred Schutz. Ele designa o mundo intersubjetivo que existe antes do nosso nascimento. Portanto, devemos observar as heranças socioculturais constituídas em nosso imaginário (Schutz, 1979, p. 72). Há de se considerar o caráter de “estocagem” do conhecimento adquirido na luta pela sobrevivência.

A partir da metade do século XIX, o conceito de vida cotidiana aparece

em consonância com a descrição de mundo civilizado. “Esta vida cotidiana se manifesta como um dos temas centrais, primeiro nas pesquisas sobre saúde pública, como as realizadas pelo médico Villermé, em seguida no plano sociológico por Le Play, na França, e Dilthey, na Alemanha” (Juan, 1991, p. 20).

Não é demasiado afirmar que o conceito de vida cotidiana, num primeiro momento, se debruça sobre as condições de vida dos trabalhadores, das condições objetivas da produção capitalista, como: “O trabalho forçado, a falta de repouso, a ausência de cuidados, a insuficiência e a má qualidade da alimentação, a embriaguez, atitudes de imprudência, desordens, assim como os salários abaixo das necessidades reais” (Juan, 1991, p. 21).

A cotidianidade é a qualidade, a adjetivação dos procedimentos da vida cotidiana. Na sociedade de consumo, a cotidianidade pode se confundir com bem-estar material, produção de bens simbólicos, luxo “gaspillage” (desperdício). É preciso, sobretudo, pensar a cotidianidade em relação ao imaginário social de cada povo: as riquezas estéticas traduzidas nos ritmos, nas imagens e na fala. Isto é o que faz com que a vida cotidiana não seja igual para grupos sociais, mesmo que estes ocupem o mesmo espaço urbano.

Ao elegermos a cotidianidade como umas das formas qualitativas da vida cotidiana, estaremos contrariando a assertiva de Henri Lefebvre:

A história do cotidiano compreenderia pelo menos três partes: a) estilos; b) o fim dos estilos e o começo da cultura (século XIX); c) a instalação e a consolidação da cotidianidade, que mostraria como o cotidiano se cristaliza, há mais de um século, com o fracasso de cada tentativa revolucionária (...) (Lefebvre, 1991, p. 86).

A comunicação na vida cotidiana e o problema das disjunções semânticas.

Um dos problemas de representação da vida cotidiana nas mídias é o seu caráter disjuntivo. Ou seja, as editoriais de cidades ou gerais ? algumas têm como título “cotidiano” ? mostram o dia-a-dia dos cidadãos através de uma lógica da irrupção social. Os fatos cotidianos aparecem isolados dos estatutos sociais e das forças estético-ideológicas empreendidas na luta pela ocupação dos espaços na sociedade. O cotidiano das camadas periféricas dos grandes centros urbanos é sempre o que não deu certo, o fracasso de uma atitude social, ou mesmo, a demonstração da exclusão dos indivíduos do processo de “modernização”, como uma ameaça aos “vencedores” que já ultrapassaram os conceitos da modernização e podem usufruir da “livre” circulação de bens simbólicos.

Há uma mudança nos cenários sociais que favorece a “desregulamentação” do social em detrimento de um novo modelo de sociedade: a sociedade do medo. E o medo é a grande mercadoria que a informação midiática embrulha em formatos narrativos para ser exibida no cotidiano. O medo é vendido através da sofisticação tecnológica, o que exige do seu mercado consumidor a constante agregação de acessórios ao *modus vivendi* (muros altos com cercas elétricas, cães de guarda, humanos ou não, sistema panóptico). Deste modo, a leitura dos jornais, os olhares sobre as reportagens televisuais, a escuta do noticiário radiofônico podem comprovar que o difícil é viver a vida cotidiana.

Mas por quê? Porque a informação midiática é inversamente proporcional ao ideal comunitário. O ideal comunitário resiste na vida cotidiana, a partir de redes semânticas capazes de tornar viáveis ações imperceptíveis no cotidiano, mas importantes na manutenção dos imaginários sociais. As redes semânticas são tecidas na vida cotidiana pela sintaxe de vários autores, que ocupam espaços diferentes e são responsáveis pela produção de diversas formas estéticas, do sublime ao grotesco. Mas são imperceptíveis pelos construtos da sociedade da informação. Por quê? A resposta deve seguir três vias de interpretação: 1) a epistemologia da vida cotidiana; 2) as disjunções cotidianas; 3) o problema da comunicação no cotidiano.

A epistemologia da vida cotidiana se constrói no reconhecimento de saberes fora dos círculos institucionais, diretamente responsáveis pela conexão de formas sociais que dão impulsos às atitudes dos atores sociais. São os saberes que não se polarizam entre *doxa* (senso comum) e *episteme* (conhecimento sistematizado), mas buscam unir as contradições das novas formas de convivência social. Ao procurar entender as interconexões dos saberes na vida cotidiana, o pesquisador se depara com um dos principais desafios: o efêmero. Mas, ao invés de tomar os fenômenos cotidianos como algo que se “esfuma” na moldura dos processos discursivos, é preciso pensar que estes micro-saberes (a desconfiança, a reação passiva, a afirmação do dito pelo não-dito) fazem parte, na maioria das vezes, de uma estratégia de “gastar” o tempo para dominá-lo.

Os micro-saberes são formas de organizações táteis, visuais e sensoriais que demarcam os territórios socioculturais nos quais os poderes se exercem. Eles são anteriores a uma microfísica do poder, pois, necessariamente, não determinam uma ordem. Estes “saberes banais” estabelecem um fluxo de relações sócio-estéticas que, através do oxímoro ou das metáforas, provocam o jogo das alteridades sem a violência da dominação, utilizando o riso, a pantomima, as gingas, tatuagens ? pensamos aqui em todas as possibilidades lúdicas do corpo?, para desestabilizar a institucionalização dos momentos em ambiências formais: no púlpito, na escola.

Os micro-saberes e o politeísmo da vida cotidiana

Os saberes cotidianos se configuram através do efêmero. Englobam os campos da religiosidade, das estéticas e dos prazeres, mas, sobretudo, de uma ética do “devir”, na qual o indivíduo é respeitado, em sua comunidade, por sua capacidade de produzir blagues, trocadilhos, glosas em relação aos discursos factuais e institucionalizados socialmente. Estes atores podem ser bêbados, poetas, prostitutas, vagabundos. Eles dominam os signos escondidos na arquitetura do banal. O importante é pensar a comunicação, nesta construção de uma epistemologia do cotidiano, como um recurso para entendermos que: “[...] há polaridades que reúnem atitudes e sentimentos e que, em suas tensões conflituais, constituem toda estruturação social” (Maffesoli, 1985b, p. 219).

As disjunções cotidianas

A forma como a vida cotidiana se apresenta na mídia, por exemplo, guarda as marcas das disjunções sociais. Neste sentido, o cotidiano é o espaço por excelência das fragmentações, dos atos não concretizados de acordo com as tensões entre o espaço público e o campo jornalístico. Para Bourdieu, um campo “é um espaço social estruturado, um campo de forças, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço ? que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (Bourdieu, 1997, p. 57). Em oposição às assertivas de Bourdieu, podemos pensar que a vida cotidiana veiculada pelas mídias não é apenas um reflexo de campos configurados para a manutenção de poderes institucionalizados. Estes são constituídos pela linguagem das mídias que preferem ocultar as forças sociais divergentes para “doar” aos leitores liberdades “languageiras”, democracias “descritivas”.

Mas o que destacamos aqui como uma armadilha montada para o campo jornalístico é que a vida cotidiana foge ao enquadramento do social pela sociedade. E isto é quase que imperceptível quando se pensa as comunidades através das mídias. O problema é que a aplicabilidade de teorias sobre a vida cotidiana é, em geral, realizada de forma vertical. Nem sequer chegamos a alcançar os níveis analíticos dos tipos ideais weberianos, mas partimos de um “lócus” absoluto, no qual os principais elementos de caracterização do cotidiano dos grandes centros urbanos são: a pobreza econômica, o aniquilamento das diferenças étnicas, a baixa taxa de escolaridade, a precariedade da saúde pública, a violência sexual. Para garantir a visibilidade dos desencaixes sociais, as mídias, especificamente os jornais impressos, vão utilizar o substantivo feminino violência como o conceito geral capaz de reunir todas as anomalias sociais.

Mas, nesta doxa da violência ou da violência da doxa, não são contempladas outras formas de violência, como o “terrorismo cognitivo”, ou seja, a capacidade de distorção de conceitos históricos, a manipulação das palavras em prol de ajustes socioeconômicos e ideológicos. Evidentemente, mostrar o cotidiano como algo incompleto ? desde o buraco na rua, a longa fila de bancos, o desespero dos aposentados do INSS nos postos de saúde, o aumento hodierno dos combustíveis, a ineficiência do ensino ? é uma estratégia de manutenção de um Estado que aceita a sociedade e rejeita o social. Negar o social em detrimento da sociedade é empobrecer o caráter epistemológico da vida cotidiana e as múltiplas possibilidades de os seus agentes produzirem intervenções e mudanças inusitadas. Nesta investigação dos fenômenos produzidos no cotidiano, os produtores de linguagens (jornalistas, publicitários, cineastas, relações públicas, bacharéis em turismo) devem ultrapassar estas injunções sociais impostas ao nosso dia-a-dia e procurar entender, como diz Georg Simmel, “a profunda aparência da vida cotidiana” (Simmel, apud Maffesoli, 1985b, p. 213).

Os problemas da comunicação e da cultura na vida cotidiana

Para podermos compreender a comunicação na vida cotidiana sugerimos pensar nesta proposição de Georg Simmel: “Todos os eventos banais, exteriores, são finalmente ligados por fios condutores às opções finais, referentes ao sentido e ao estilo de vida” (Simmel apud Maffesoli, 1985a, p. 65). Como o predomínio é dos sistemas informacionais, das comunidades em rede, há um deslocamento da principal função da comunicação: reconquistar o caráter antropológico e social das comunidades.

Uma das primeiras denúncias da perda da função comunitária da comunicação foi feita por Walter Benjamin em seu ensaio *O Narrador* (Benjamin, 1985, p. 197). Evidentemente, a preocupação de Benjamin, acerca da forma pela qual se constrói a narrativa na contemporaneidade, nos traz implicações da ordem sociocultural, mas também não deixa de nos alertar para a substituição das narrativas tradicionais por técnicas informacionais. Este é um dos principais problemas de reconhecimento do imaginário da vida cotidiana: o estabelecimento de uma comunicação vertical, mediada por ferramentas eletrônicas com ênfase nas imagens.

O não reconhecimento da complexidade da vida cotidiana, na sociedade pós-moderna, ocorre pelo caráter instrumental da informação, do preenchimento dos vazios sociais pela quantidade e pela comercialização de conteúdos que não respeitam a alteridade, as diferenças culturais e recriam contextos históricos artificiais. A vida cotidiana, sem a efetivação dos processos comunicativos, fica mais confusa, e o grau de separação entre os homens ? a proxemia ? aumenta.

Para alguns pesquisadores existe um fosso entre o desenvolvimento tecnológico e o processo comunicativo, como afirma Dominique Wolton:

Essa defasagem entre a facilidade da Comunicação Técnica e a dificuldade da Comunicação Humana é a primeira razão pra que se construa uma teoria da comunicação. O canal não basta para criar a relação. É preciso compreender as razões da defasagem entre a eficiência da condição técnica e a dificuldade da comunicação humana e social (Wolton, 2004, p. 15).

O nosso conflito começa neste abismo entre a técnica de informar e as estratégias de comunicação que se estabelecem na vida cotidiana.

Do ponto de vista da aluvião de informação, temos a ilusão do suprimento das lacunas socioculturais através da difusão de mensagens, no menor espaço de tempo possível, com a aceleração do tempo social. Nesse sentido, o conhecimento passa a depender da capacidade de deslocamento e estocagem de signos. Isto é a função da “comunicação midiática”. A comunicação midiática se define pela antecipação das realidades através das tecnologias. E aqui não se trata de polarizar a discussão sobre as novas tecnologias à maneira de apocalípticos ou integrados, mas de pensar os processos comunicacionais a partir da vida cotidiana, ao contrário das teorias vigentes que pensam o cotidiano a partir da superposição de conceitos.

É proveitoso tomar como alerta esta afirmação de Dominique Wolton:

O mais fácil, na comunicação, ainda são as ferramentas; o mais complicado, os homens e a sociedade. Mesmo que amanhã houvesse 6,5 bilhões de internautas, isto não bastaria para garantir a paz entre as civilizações, as sociedades, as culturas e as religiões (Wolton, 2004, p. 15).

Evidentemente, estamos enfatizando a função pedagógica da comunicação, que pode ser apreendida nas formas da vida cotidiana, como afirma Wolton: “Na verdade o desafio da comunicação não é a gestão das semelhanças, mas a gestão das diferenças” (Wolton, 2004, p. 17).

Agora, podemos estabelecer o nosso desafio: 1) pensar a comunicação e a cultura a partir da vida cotidiana; 2) verificar os signos da vida cotidiana independente de modelos culturais e comunicacionais formulados a priori. O conceito de cultura que nos interessa é o do complexo mundo do cotidiano, no qual predominam: a concepção de movimento, a interferência e mudanças no mundo tido como natural (isto vale para a aceitação passiva das novas tecnologias), sem cairmos no paralelismo clássico dos conceitos de civilização e cultura (Edgar, 2003, p. 75). Se alguns autores consideram que “a comunicação

é fundamentalmente um problema do campo da cultura” (Lopes, 2004, p. 34), isto deve ser resolvido na leitura das epistemologias do cotidiano.

Hoje, para um expressivo número de teóricos da cultura e da comunicação, não haveria sentido falarmos do retorno de “um modelo comunicacional Torre de Babel”, pois as máquinas tradutoras venceram as guerras hermenêuticas. O problema é que a Torre de Babel, no campo das comunicações e das culturas, não se estabelece mais na verticalização dos paradigmas, dos modelos, obviamente saturados pela razão. O perigo está na construção de babéis a partir do eixo sintagmático, horizontal, na incapacidade de organizar tanta informação sem um tempo social para interpretação.

Assim, iniciamos a era da Babel sintática, perdendo, cada vez mais, o poder de organizar os significados ? não apenas no sentido normativo ? mas sem capacidade para entender a natureza da cultura, como nos explicita Clifford Geertz: “A cultura é pública porque o significado o é” (Geertz, 1989, p. 22). Se a cultura é o bem público, ela deve ser pensada a partir dos signos da comunicação que se configuram como sistema reticular na vida cotidiana:

Rede sutil, complexa, na qual cada elemento, objeto, assunto, situação anódinas, eventos importantes, pensamento, ação, relação etc., só funcionam enquanto ligados ao todo e só fazem sentido dentro e pela globalidade. É isso que se percebe, de uma maneira mais ou menos consciente, na valorização contemporânea do cotidiano. Sente-se em correspondência com os outros, participa-se, com os outros, de um conjunto mais vasto (Maffesoli, 1985a, p. 65).

Referências

- BENJAMIN, Walter. (1985). *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC
- HALL, Stuart. (2003). *Da diáspora - identidades e mediações culturais*. Tradução: Adelaine La Guardiã Resende et alii – Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.
- LOPES, Luiz Carlos. (2004). *O culto às mídias - interpretação, cultura e contratos*. São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos.
- MAFFESOLI, Michel. (1985a). *A contemplação do mundo - Porto Alegre: Ate e Oficinas*.
- MAFFESOLI, Michel. (1985b). *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense.

DURKHEIM, Émile. (2003). Durkheim- Sociologia – Org. José Albertino Rodrigues. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.

SCHUTZ, Alfred. (1979). Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

JUAN, Salvador. (1991). Les formes élémentaires de la vie quotidienne. Paris: Puf.

LEFEBVRE, Henri. (1991). A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática.

BOURDIEU, Pierre. (1997). Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

WOLTON, Dominique. (2004). Pensar a comunicação. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

RESUMO

As culturas cotidianas e as mídias

Há supremacia do campo midiológico em relação ao cotidiano? Esta é a questão que (re)convocamos no presente estudo ao invertermos o eixo tradicional teórico do problema, entendendo a comunicação e as culturas cotidianas como aspectos relevantes a serem considerados pelas mídias. Cultura aqui, assim como informação, é entendida como um bem público, um direito da coletividade que precisa de significação.

Palavras-chave: mídias; comunicação; cotidiano; cultura; poder

ABSTRACT

Everyday culture and the media

Does the mass media field dominate everyday culture? This is the question that I offer for analysis in this study by inverting the traditional theoretical axis in understanding communication and everyday culture as indispensable aspects to be considered by the mass media. Culture, here, like information, is understood as a public good, a collective right which requires signification.

Keywords:

Recebido para apreciação: fevereiro de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

Wellington Pereira é doutor em Sociologia pela Université Paris V, Sorbonne e docente pesquisador da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, na qual dirige o Grupecj - Grupo de Estudos sobre o Cotidiano e o Jornalismo. wellingtonpereyra@gmail.com

MEGAGRUPOS MIDIÁTICOS E PODER: CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NARCISISTAS

*Adriane Roso
Pedrinho Guareschi*

Introdução

Falar sobre mídia e poder é, no mínimo, entrar em um campo completamente minado. A mídia se tornou tão poderosa que poucas pessoas ou grupo de pessoas têm a coragem de enfrentar esse poder midiático - nem mesmo os políticos de esquerda - e produzir um discurso alternativo a essa proposta neoliberal que nos assola.

Se há cerca de 15 anos atrás a grande mídia podia ser vislumbrada como o “quarto poder”, agora ela se estrutura, cada vez mais, como empresas globais complexas na medida em que passa a ser controlada, dirigida por hiperempresas (e.g., a AOL Time Warner, a Microsoft, a Disney etc.). Como alerta Ramonet (2006), este “quarto poder” se viu esvaziado de sentido e foi perdendo sua função fundamental de contrapoder, no novo tipo de capitalismo que surgiu – um capitalismo de especulação, dentro do qual se assiste a um confronto brutal entre o mercado e o Estado, entre o setor privado e os serviços públicos, entre o indivíduo e a sociedade, entre o íntimo e o coletivo, entre o egoísmo e a solidariedade. O verdadeiro poder está atualmente nas mãos de um punhado de grupos econômicos planetários e de empresas globais cujo peso nos negócios do mundo inteiro é extremamente forte.

De fato, os meios de comunicação de massa foram infiltrados por essas hiperempresas, as quais têm se apoderado dos mais diversos recursos para reverberar uma voz econômica única, global e poderosa. Essas hiperempresas se organizam a partir de diferentes formas de rede, criando o que Castells chamou de *network society* (Castells, 1996).

Essa é a problemática que queremos enfrentar nesse artigo. Propomos a aprofundar uma discussão teórica sobre as mídias enquanto hiperempresas, criticando-as enquanto superpoderes institucionais, dando ênfase principalmente ao papel da comunicação nas sociedades modernas e à maneira como os meios de comunicação agem no cotidiano das pessoas e da vida social. Dentro de um

enfoque histórico-crítico, adotamos como pressuposto teórico fundamental que os meios de comunicação (patrocinados por seletos grupos financeiros e industriais), além de construírem e transformarem a realidade, o cotidiano e o ambiente sócio-cultural em que vivemos, criam novas representações sociais. Essas novas representações vão propiciar a germinação e o fortalecimento de uma nova subjetividade, uma subjetividade mediada, descontextualizada dos locais e contextos da vida cotidiana.

Dividiremos a discussão em três partes concatenadas. Na primeira parte, apresentaremos uma breve discussão sobre poder. Mostraremos que há dois modos fundamentais de compreender o fenômeno do poder: o poder enquanto uma capacidade individual e o poder como “relação”. Essa capacidade individual, ou essa qualidade de cada pessoa, no momento que se transforma numa relação, pode assumir papéis completamente opostos: se esse poder-capacidade é colocado a serviço de outros, ele pode se constituir numa prática que poderá ajudar as pessoas a superarem seus problemas, constituindo-se, assim, numa prática emancipatória e de libertação; é um poder-serviço. Entretanto, no momento em que esse poder é empregado para dominar e trazer as capacidades (poderes) de outros a nosso serviço, ele se transforma em dominação e usurpação, num poder-dominação.

Argumentaremos que existem diversos tipos de poder que circulam na sociedade moderna: poder econômico, poder político, poder coercitivo e poder simbólico, e que, na atualidade, a mídia agrega esses quatro poderes às suas ações para alcançar seus objetivos de hiperempresa.

Na segunda parte, abordaremos a mídia como poder institucional; ou seja, procuraremos mostrar como, na atualidade, as empresas da mídia moderna, controladas por grandes corporações, se comportam como empresas ao invés de cumprirem sua finalidade constitucional de serviço público. Focalizaremos nossa atenção na realidade brasileira e como as mídias aqui se comportam. Mostraremos que, acompanhando a rapidez das mudanças sócio-econômicas e da tecnologia no mundo, essas hiperempresas encontram sempre novos meios de capturarem os receptores a valorizarem um modo de vida capitalista neoliberal, como, por exemplo, investindo em jornais ditos alternativos e na Internet.

Na terceira e última parte, vamos ligar tudo isso, mostrando como as mídias controladas pelas hiperempresas se apoderam de um poder psicológico e simbólico, influenciando na formação da subjetividade moderna.

Vamos mostrar também, como conclusão, que se o “quarto poder” se esvaziou nos últimos tempos, novos movimentos de resistência estão aflorando. Timidamente, porém planetariamente, avilta-se um público mais cético, mais cínico e mais crítico às ações desses superpoderes.

Poder: uma realidade onipresente

O poder é uma realidade que pode ser percebida como perpassando todos os grupos, comunidades, sociedades. Ele está presente em todas as dimensões do cotidiano, em todos os meandros e momentos da vida social, na maioria das vezes sem ser percebido. Dele se pode muito bem dizer o que a esfinge dizia a quem a encontrasse: “Decifra-me, ou te devoro”. Quem não consegue perceber, detectar e controlar o poder, será irremediavelmente vítima dele. É necessário desmistificar esse termo.

Nessa primeira parte orientamos nossa discussão através de dois passos: primeiro, vamos falar do poder como “recurso”, qualidade; depois, mais longamente, do poder como “relação”.

A primeira acepção toma poder em seu sentido primeiro, etimológico, denotativo: poder é a capacidade, o recurso, a qualidade, de se *poder* fazer ou produzir algo. Se eu sei dirigir, eu tenho o “poder” de dirigir, isto é, eu “posso” dirigir. Quando eu consigo fazer algo, digo que “posso”, tenho poder. Nesse sentido, poder não é nem positivo, nem negativo, pois em geral se tem a idéia de que poder é sempre negativo.

Como consequência disso, podemos dizer que todos nós temos *poderes*, potências e possibilidades – todas, palavras originadas de poder. E à medida que nos organizamos, podemos resistir e transformar a realidade. Mais adiante, retomaremos esse ponto, ao discutirmos os processos de subjetivação e singularização.

Outra acepção de poder é entendê-lo e tomá-lo como “relação”. O conceito de relação implica necessariamente um outro; para algo *ser*, necessita de outro. No momento em que entendo poder como relação, preciso estar bem consciente de que existe aí um *outro*. Mas como isso se processa? Pois aqui está o interessante da questão: sempre que tomo poder como relação, subentendo, ou assumo, alguma prática em que, por exemplo, ou estou tirando, expropriando, poder (isto é, capacidades, recursos, como no primeiro sentido) de outros, ou estou colocando meu poder (de novo: capacidades, recursos, qualidades) a serviço de outros. Por isso ficaria mais claro se pudéssemos, ao discutir as relações de poder, empregar, junto com o termo poder, outra palavra, como poder dominação e poder serviço.

Se formos examinar o que sucede dentro de nosso mundo social misterioso e fascinante, veremos que ele é uma espécie de turbilhão fantástico de choques e contra-choques, enfrentamentos, tensões, uma espécie de arena onde se aliam, se amam, se defrontam e se digladiam, momento a momento, os seres humanos. A “essência” de um grupo, de uma comunidade, de uma

sociedade são as relações (Guareschi, 2005). Pois o poder é essa *matéria prima* que é, por assim dizer, oferecida ou expropriada, nessas relações. Ao falarmos em poder dominação, por exemplo, numa análise minuciosa e criteriosa, constatamos que se dá nesse processo uma espécie de roubo, de apropriação, de um poder (capacidade, recurso) de outro/a, em proveito próprio. Esse poder relação pode aparecer tanto em relações não-estruturadas, como em relações estruturadas. O poder, como relação estruturada, pode passar a se cristalizar e vai constituindo parte da cultura de um grupo (Roso, Bueno e Guareschi, 2000).

Podemos examinar vários tipos de dominação. Na dominação econômica, por exemplo, é a capacidade de trabalho de um ser humano que é tirada e colocada a serviço de outro. Quando alguém enriquece, muitas vezes isso se dá pela expropriação da capacidade de trabalho, da força ou poder de trabalhar, de outra pessoa. Na dominação política, seu poder consiste no fato de todo ser humano ter, a partir de sua dignidade e liberdade, o direito e o dom (capacidade) de decisão, de escolha, de participação, de dizer sua palavra. Esse poder ele delega a outros, para que eles possam dirigir e governar a sociedade. Agora, no momento em que esse governante, ou engana o eleitor para receber seu voto, ou extrapola os limites dentro dos quais essa representação lhe foi concedida, ele está exercendo uma dominação política.

Do mesmo modo a dominação religiosa, extremamente comum nos nossos dias, que acontece quando determinados pastores, ou líderes religiosos, se intitulam “representantes” de um “poder superior” e com isso, através de estratégias muito bem conduzidas e persuasivas, passam a dominar as consciências das pessoas, quando não forçando-as até mesmo a uma expropriação econômica em vista desse poder “sagrado” supostamente só a eles concedido e que reivindicam apenas para si.

Há ainda uma forma muito interessante de dominação, que é a dominação que se dá através da expropriação do poder simbólico. Pois existe também um poder, uma capacidade, que se fundamenta no simbólico. Das pessoas que detêm tal poder, diz-se possuírem um capital simbólico. Mas, como vimos, é necessário, caso a caso, investigar de que modo tais pessoas chegaram a adquirir tal poder. A capacidade de trabalhar certas habilidades, nós as conseguimos através de um esforço e empreendimento pessoal. Já o poder simbólico só é possível dentro de um contexto social, onde determinados agentes conquistam, ou lhes são conferidos, qualidades e poderes baseados em crenças, tradições, teorias, que são tidas como de especial valor pelos membros do grupo; seria, poderíamos dizer, um “estereótipo” positivo. Pode muito bem acontecer, então, que, com base em tais poderes simbólicos, algumas

peças passem a exigir de outras privilégios e benesses que se materializam, na maioria das vezes, em bens materiais e outras concessões.

Ressaltamos esse poder *simbólico*, pois é através dele, principalmente, que a mídia atua. Como veremos adiante, principalmente na terceira parte, a mídia constrói uma realidade simbólica: algo passa a existir, ou deixa de existir, se é ou não veiculado. E na medida em que constrói a realidade, ela vai também agregando valores a essa realidade, dando-lhe uma conotação valorativa. Ao dizer que algo existe, ela diz igualmente se aquilo é bom ou ruim. Além disso, a mídia dispõe de outro recurso, que é a criação das pautas de discussão - quase tudo o que é falado no cotidiano das pessoas, é agendado pela mídia.

Conclui-se daqui que aqueles que detêm as instituições da mídia, detêm também o poder sobre a realidade, sobre a sociedade, sobre esse novo ambiente social e cultural do mundo globalizado. A comunicação constrói, hoje, o novo ambiente social.

Thompson (1998) afirma que a mídia, entre outras instituições, assume um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e comunicação. “Estas e outras instituições culturais forneceram importantes bases para a acumulação dos meios de informação e comunicação, como também os recursos materiais e financeiros, e forjaram os meios com os quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e distribuídos pelo mundo social” (1998, p. 24).

O que Thompson esquece de salientar é que, cada vez mais, as instituições da mídia fazem uso, hoje, de outros tipos de poder, como o econômico e o político. Ao acumularem globalmente esses poderes, se tornaram hiperempresas mundiais que passaram a controlar os mais diversos tipos de recursos, como materiais, tecnológicos, financeiros, de autoridade, de força física, e não somente os meios de informação e comunicação. É o que veremos a seguir.

Mídia como poder institucional: reféns da mídia tecnológica

A partir da revolução digital, as empresas midiáticas sofreram grandes mudanças. Essas mudanças, salienta Thompson (1995), são resultado dos desenvolvimentos que ocorreram tanto no nível da economia política quanto no nível da tecnologia. No nível da economia, observam-se as tendências da sempre maior concentração das indústrias da mídia, da sua crescente diversificação, da contínua globalização e da desregulamentação. Comentaremos algumas dessas tendências a seguir.

Vamos falar da primeira tendência: a concentração. O mercado global da mídia é dominado por um primeiro grupo de cerca de 10 enormes

conglomerados: Disney, Time Warner, Bertelsmann, Viacom, Nerws Corporation, TCI, Sony, General Eletric (proprietário da NBC), PolyGram (pertencente primariamente a Philips) e Seagram (proprietária da Universal). Essas empresas possuem ações em diversos setores da mídia e operam em todos os cantos do mundo. Ainda outras 40 empresas fecham o sistema global da mídia, sendo que a maioria dessas empresas é da Europa Ocidental, ou da América do Norte, mas existem grupos que são da Ásia e da América Latina (McChesney, 1998, p. 12-13).

No Brasil, essa onda de “*joint venture*” também se avolumou nos cinco últimos anos, especialmente transações transnacionais. É aqui se acentua a terceira tendência das indústrias da mídia, que é a globalização. As fusões do Grupo Abril com *A Capital Group International* em 2004, da Folha de São Paulo e da OUL (Universe Online) em 2005, DirectTV e Sky em 2005 (Zimmermann, 2005), são exemplos dessa tendência.

Esse padrão universal de fusões assume no Brasil características próprias: primeiro, porque fortalece e consolida - através das expansões horizontais, verticais e cruzadas da propriedade - a posição já hegemônica de um único grupo nacional - as Organizações Globo; segundo, porque mantém inalterado o histórico domínio do setor por uns poucos grupos familiares e pelas *élites políticas* locais e/ou regionais (Lima, 1998).

Os principais grupos familiares do setor de *comunicações* no Brasil são: a *família Marinbo (Globo)*, que participa como acionista em 17 emissoras de TV, das quais 15 são VHF, e 20 de rádio; a *família Sirotsky (RBS)*, que participa de 14, possui 13 concessões de VHF e é acionista de mais 1, além de 21 de rádio; a *família Saad (Bandeirantes)*, que tem 9 concessões em VHF e 21 de rádio; a *família Abravanel (SBT)*, que também tem 9 concessões de televisão; a *família Dallevo Junior (Rede TV)*, que tem 5 concessões de TV e 6 de rádio. A *família Daou (TV Amazonas)*, que tem 5 concessões de TV e 4 de rádio; e a *família Câmara (TV Anhangüera)*, que tem 7 concessões de TV e 13 de rádio¹.

De fato, o Brasil é um caso típico onde o direito à comunicação ocorre de forma abusiva e desrespeitosa em relação aos direitos humanos. A concessão pública é mecanismo desvirtuado e não garante a igualdade, a impessoalidade e a melhor proposta entre os concorrentes (Fantazzini & Guareschi, 2006).

¹ Esses dados foram atualizados a partir de Lobato (1995). Talvez outro forte concorrente de conglomerado midiático esteja surgindo. Mais recentemente, no sul do país, temos a aquisição das Rádios Guaíba AM e FM, da TV Guaíba e do Jornal Correio do Povo pela Igreja Universal do Reino de Deus. A Igreja também está negociando a compra de quatro emissoras afiliadas ao SBT no Paraná e dois jornais (Zero Hora, 2007).

Essas fusões são especialmente importantes para as megaempresas quando se referem à área da informática, pois além de ficarem no controle dos recursos, ampliam sua região de domínio, estendendo suas fronteiras de difusão de discursos neoliberais, inclusive a outros consumidores que estão alterando sua convivência com as mídias. Essa é a segunda tendência, a da diversificação. Consumidores que já não se satisfazem com as informações das redes tradicionais, como a televisão, o rádio e os jornais de grande circulação, ficam na ilusão de que, ao buscarem fontes de informação alternativas, estão se libertando do jugo das mídias.

Muitas pessoas que passaram a usar a Internet como forma alternativa de adquirirem informação, não se dão conta de que muitas das informações veiculadas pela Internet são mera cópia das veiculadas por outras grandes mídias. As multinacionais da comunicação convergem na direção da Internet para ali ampliar sua voz e seu poder, alerta Klinenberg (2007). Durante muito tempo, a Internet foi caracterizada pelo número ilimitado de seus novos *sites*, entretanto, os *sites* mais procurados são associados aos grupos de comunicação mais poderosos. Os grandes grupos de comunicação transformaram, dessa forma, os grandes espaços da Internet numa enorme caixa de ressonância, na qual textos idênticos se repetem de um *site* para o outro sem que o jornalismo original ganhe coisa alguma com isso.

Cientes da importância que as novas tecnologias estão tendo na população, as grandes mídias estão utilizando um recurso muito poderoso, que é o recurso da infiltração nos setores formuladores e aprovadores de políticas públicas. A Google, por exemplo, está recrutando candidatos para a posição de “*Policy Counsel*”, no Brasil.

O candidato aprovado irá trabalhar para defender as políticas públicas do Google junto aos *policy makers* em Brasília, São Paulo e no resto do Brasil. Elementos-chave incluirão privacidade e proteção de dados, regulação de conteúdo, propriedade intelectual (incluindo direitos autorais, patente e marca registrada), políticas de comunicação e mídia, e a regulamentação das redes e das tecnologias da Internet. Em adição, o conselho de políticas do Brasil representará o Google junto às associações das indústrias locais, ONGS, e grupos de *advocacy* (Google, 2007).

É claro que a Internet ainda atinge um grupo relativamente pequeno no mundo como um todo. Mas as grandes mídias encontram sempre novos meios de atraírem os receptores a valorizarem um modo de vida capitalista neoliberal, como, por exemplo, investindo em jornais dito alternativos ou jornais “*free*” (não pagos) e na Internet. Por detrás dessa “*gratuidade*” trabalham agentes poderosos das grandes mídias. A grande maioria dos jornais com pequena

tiragem (de até 14 mil exemplares), espalhados pelo país, são financiados ou vinculados a outros grandes jornais².

Quais os impactos que essas tendências dos megagrupos midiáticos geram nas culturas da sociedade contemporânea? O primeiro impacto é que esses megagrupos midiáticos, ao adquirirem o controle de outras pequenas empresas, impossibilitam a democratização da comunicação: carência na pluralidade de informações, fortalecimento de uma ética e cidadania neoliberais, e constante violação dos direitos humanos. O som e as imagens difundidos têm caráter uníssono, cujo mote é o fortalecimento da política neoliberal: “Quanto mais poder se tem, mas poder se quer”. Em simples palavras: nos tornamos reféns da mídia!

Um exemplo bem claro de como as instituições da mídia agem como hiperempresas, interessadas fundamentalmente no apoderamento de mais recursos é a cobertura da mídia americana sobre a vitória da ala esquerda em países da América Latina. As grandes mídias apenas têm refletido, ao invés de investigado, os motivos do fracasso dos *policymakers* em entender as mudanças ocorridas aqui.

Outra ilustração recente de como as instituições da mídia ecoam as propostas neoliberais pode ser encontrada no modo como elas trataram o “Acordo de Livre-Comércio da América Central” (CAFTA). Essa foi uma iniciativa controversa desde seu início, no entanto, os maiores jornais americanos fizeram um trabalho muito pobre de análise dos prós e contras. De fato, os conselhos editoriais ecoaram a retórica dos políticos que argumentaram que rejeitar o Acordo de Livre-Comércio da América Central poderia condenar os centro-americanos a um empobrecimento maior, minando as democracias que recém estão aprendendo a voar e estimulando a imigração ilegal para os Estados Unidos (veja Cook, 2006).

O segundo impacto que essas tendências dos megagrupos midiáticos causam nas culturas da sociedade contemporânea relaciona-se à emergência de um novo “modo de ser”, ou de uma nova subjetividade³. Guattari (1994) alerta que as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua

² Como exemplo, podemos citar o jornal “Folha do Porto”, que circula em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com uma tiragem de 14 mil exemplares, distribuído gratuitamente. Ele está associado ao Grupo Editorial Sinos, um dos maiores da região metropolitana do estado.

³ Entendemos sujeito e subjetividade fundamentalmente a partir de Guattari & Rolnik, Deleuze e Foucault. O sujeito é, ao mesmo tempo, produto e produtor, constituído por, e constitutivo de, vastas redes de trabalho social. A subjetividade é produzida não somente por instâncias individuais, mas coletivas e institucionais.

inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. E é disso que queremos falar agora.

Mídia como poder psicológico e simbólico: produção de subjetividades narcisistas

Sabemos que o ser humano se constrói a partir das relações que ele vai estabelecendo no espaço de sua existência. Nos dias de hoje, contudo, principalmente a partir dos últimos 30 anos, pode-se dizer que *existe um novo personagem dentro de casa*, que está presente em nossas vidas e com quem nós mais estamos em contato. Em 87,5% dos domicílios brasileiros há, pelo menos, um aparelho de televisão, sendo que nas áreas urbanas esse percentual chega a 93,2%. A média de horas diárias que o brasileiro fica diante da TV é de 4 horas/dia (IBGE, 2000). Interessante acrescentar que em apenas 85% dos domicílios há geladeira em casa.

Mais recentemente, outro personagem entra em cena: a Internet. No Brasil, no total da população de 10 anos ou mais de idade, verificou-se que 21 % das pessoas já acessaram a Internet em algum local, pelo menos uma vez, no período de referência dos últimos três meses, em 2005 (IBGE, 2005). O Orkut, por exemplo, transformou-se em uma das maiores mídias nacionais, a ponto de estar tirando audiência da Rede Globo. Por causa dele, o Brasil é o único país em que *sites* de relacionamentos ganham do email como plataforma em que o usuário destina mais tempo de conexão (Malini, 2006).

Se num passado recente, o lazer direcionava-se especialmente às atividades externas, como, por exemplo, ir à missa, aos clubes, ou brincar na calçada com os amigos da rua, nos dias de hoje, muito em decorrência do medo da violência, o uso de mídias (televisão e Internet) tornou-se a opção mais viável. Entramos num processo crescente de enclausuramento doméstico (*home centredness*) e de individualismo (veja Castells, 1996), no qual as novas mídias tornaram-se o novo espaço físico de “relações interpessoais”.

Pois é com esses novos personagens que nós passamos, hoje, a nos relacionar, numa relação que Thompson (1998) chamou de “quase-interação midiada”. Queiramos ou não, tal fato tem a ver com a constituição e construção de nossa subjetividade. Se examinarmos as características de tais personagens, constatamos que eles são praticamente os únicos que falam; estabelecem com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo; não fazem perguntas, apenas dão respostas etc. Já imaginaram o poder de tais personagens?

Em uma quase-interação midiada, seja através da televisão ou do computador, somos forçados a enfrentar o desafio de re-construir nosso “modo

de ser” cotidianamente, de constituir nossa subjetividade. Como as grandes mídias agenciam o processo de produção de subjetividades? Construindo a realidade e colocando “a pauta” de discussão na sociedade.

As mídias de massa, ao construírem a realidade (Berger & Luckman, 1985), vão acumulando poderes que lhes permitem ocupar um campo socioeconômico, cultural e político diferenciado. Na medida em que a mídia constrói a realidade - algo existe, ou não, nos dias de hoje, sociologicamente falando, se é, ou não, veiculado -, ela vai também agregando valores à sociedade, dando-lhe uma conotação valorativa. Ao dizer que algo existe, ela diz igualmente se aquilo é bom ou ruim. Em princípio, as realidades veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário. O que está na mídia não é só, então, o existente, mas contém, igualmente, algo de positivo. Isso é transmitido aos ouvintes ou telespectadores; as pessoas que “aparecem” na mídia são as que “existem” e são “importantes, dignas de respeito”.

Ao lado disso, a mídia dispõe de outro recurso, que é a criação das pautas de discussão - quase tudo o que é falado no cotidiano das pessoas, é agendado pela mídia. Ao redor de 80% dos temas e assuntos que são falados no trânsito, no trabalho, em casa, nos encontros sociais etc., são colocados à discussão pela mídia; ela determina, até certo ponto, o que deve ser falado e discutido. Ou seja, a mídia contribui fortemente para determinar quais as questões privadas que se tornam eventos públicos.

Há algo, contudo, que nós não podemos fazer - e aqui está a conseqüência mais séria dessa questão: se a mídia decidir que algum assunto, ou algum tema, não deva ser discutido pela população de determinada sociedade, ela tem o poder de excluí-lo da pauta. Uma população inteira fica impossibilitada de *saber e conhecer* que tal problema existe numa sociedade, ou que tal fato sucedeu nesse local. Essa é a força de quem detém o poder de decidir sobre o conteúdo da pauta.

Ao mesmo tempo, ela também é representada (vista) como o agente modificador (salvador) dos problemas que atravessam a sociedade. Ao criar a realidade e colocar a pauta, ela faz denúncias que satisfazem (ao menos temporariamente) a sociedade, como denúncias de corrupção, de violação aos direitos humanos, de conflitos agrários etc. A manchete de um jornal de grande circulação é emblemática desse ponto: “Quando a mídia flagra, a coisa começa a mudar”, afirma o embaixador da Argentina Juan Pablo Lohlé (2007, p. 32).

Outro exemplo é a veiculação da epidemia da aids em mídias (escritas) de grande circulação. A aids foi midiaticizada intensamente, colocando em xeque uma série de pressuposições, levantando uma série de questionamentos sobre as relações sociais. O que foi veiculado nas mídias de massa passou a fazer parte

naturalmente do cotidiano das pessoas: a aids como a doença do outro, a doença de homossexuais, a doença dos usuários de drogas injetáveis, a doença dos “grupos de risco”. Esse é o *caráter mundano da atividade receptiva* (Thompson, 1995), no qual a construção dos comportamentos sociais ³/₄ aquilo que é aceitável ou não passa a ser, em grande parte, controlado e ditado por agentes externos.

Todavia, o que foi colocado em pauta pelas mídias, inicialmente, pode ter refletido, anos mais tarde, no curso da epidemia e na representação social da aids. As mulheres estavam praticamente ausentes na representação da epidemia. Numa pesquisa de levantamento (Roso & Guareschi, 2005) de matérias na revista *Veja* sobre aids, cobrindo o período de janeiro 1995 a dezembro de 1999, constatamos que o número de artigos enfocando mulheres, publicados nesse período, era pequeno. Ou seja, a mídia, ao não pautar as mulheres, propiciou que estas não se sentissem vulneráveis à epidemia e, pior ainda, que as autoridades políticas não tomassem a atitude apropriada para controlar e prevenir a epidemia entre as mulheres⁴. Como salientou Cook (1997), a identificação e a definição de problemas públicos pela mídia não somente afetam as massas de audiência, mas os políticos e os formuladores de políticas públicas também. A construção da mídia da aids influencia não somente como nós, enquanto indivíduos, iremos reagir, mas também como nós reagiremos, enquanto comunidade organizada politicamente.

Examinemos a seguinte questão: que tipos de subjetividades interessam às grandes mídias na contemporaneidade? Para se manterem como megaempresas lucrativas, elas necessitam produzir uma massa serializada de indivíduos consumistas: seres desejantes insatisfeitos, impacientes e imediatistas, que vivem o aqui-e-agora. Cria-se uma realidade-cultura, como discutido por Bauman (2005, p. 144): “*uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento*”, produzindo não mais relações humanas duradouras, sólidas, autênticas, mas meros “relacionamentos de bolso”, do tipo que se ‘pode dispor quando necessário’ e depois tornar a guardar” (Bauman, 2004, p.10). Fazendo uso de uma expressão de Lasch (1983), poderemos chamar isso de *cultura narcisista*, na qual impera a ansiedade, a ameaça representada pelo outro, desejos sem limites, atitudes sexuais mais permissivas do que puritanas.

Nos relacionamentos desenhados nas novelas televisivas, nos relacionamentos formados em *Reality Shows* e nos relacionamentos gerados no Orkut, podemos encontrar exemplos que podem ilustrar esses processos de subjetivação e essa nova subjetividade narcisista.

⁴ Das edições de 1993 a 1999 encontramos 24 artigos sobre aids, destes apenas 5 enfocam especificamente as mulheres.

Prestemos atenção em como o fenômeno da infidelidade é focado nas novelas do “horário nobre”. Na novela *Páginas da Vida* (da Rede Globo), por exemplo, finalizada em março de 2006, fizeram parte central do enredo, no mínimo quatro triângulos amorosos envolvendo a questão da infidelidade: Carmen (Natália do Vale), Gregório (José Mayer) e Sandrinha (Danielle Winits); Sílvio (Edson Celulari), Olívia (Ana Paula Arósio) e Tônia (Sandra Braga); Leo (Thiago Rodrigues), Alice (Regiane Alves) e Olívia (Ana Paula Arósio); Renato (Caco Cioler), Lívia (Ana Furtado) e Isabel (Vivianne Pasmanter). Abordar esse tema não é problema por si só, o problema é quando os produtores de formas simbólicas (mensagens) nas mídias se utilizam de estratégias como a de naturalização e de eternalização⁵: as sucessivas cenas de infidelidade são veiculadas como se fossem fenômenos naturais, eternos e justificados, na medida em que o que vale nesses relacionamentos é a busca eterna do prazer pessoal (narcisismo) a qualquer preço. Carmem traiu seu marido Bira (Eduardo Lago) com Gregório, Gregório traiu Carmem com Sandrinha e, esta, por sua vez, se a novela continuasse, provavelmente trairia Gregório com Machadão (Zé Victor Castiel)... E como tramas de adultério aumentam o índice de audiência (Mesquita, 2005), as mídias se apropriam desse fenômeno, que é consumido vorazmente pela audiência, reforçando a valência dos “relacionamentos de bolso” onde o outro só é importante enquanto proporciona prazer sexual. Daí que “Trair e coçar é só começar!”⁶

Tomemos outro exemplo. O Orkut é uma comunidade *online* criada para tornar a vida social do usuário mais ativa e estimulante, cuja missão é de ajudá-lo a criar uma rede de amigos mais íntimos e chegados⁷. No entanto, tem-se a impressão que ele, na realidade, contribui mais para o rompimento de relacionamentos. Basta acessar as comunidades “Namorado vs. Orkut”, “Orkut atrapalha namoro”, “Orkut destrói relacionamentos”, “Orkut acaba

⁵ Na estratégia da naturalização um estado de coisas (e.g., a infidelidade, a violência conjugal) que é uma criação social e histórica passa a ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais. Na eternalização os fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes (veja Thompson, 1995).

⁶ Filme dirigido por Moacyr Góes. Uma adaptação da peça “Trair e coçar é só começar”, de Marcos Caruzo, estrada em 1986 e ainda em cartaz. Ingressou no Guinness Book como a mais longa temporada ininterrupta do teatro nacional, 20 anos, e atraiu cerca de 4 milhões de espectadores. Informação disponível em <http://www.trairecocar.com.br/> (acessado em 20 de abril 2007).

⁷ Fonte: <http://www.orkut.com/About.aspx>

com meu casamento” e “Orkut + Casal = Quebra-pau” para perceber que muitas são as pessoas descontentes com os tipos de relacionamentos que o Orkut ajuda a produzir. Ou, então, clicar no *site* de Investigação Virtual (<http://www.investigacaoovirtual.com/main.htm>), que oferece serviços de investigação sobre adultério e infidelidade na Internet.

Por que tudo isso acontece? No Orkut, salienta Malini (2006), o usuário produz o espaço, ao mesmo tempo em que reproduz a própria vida. Vida e produção se confundem porque são as redes sociais que são ativadas e postas a produzir. Nele, o indivíduo que coopera não faz isto por motivos altruístas. Ele quer reconhecimento, pois sabe que é esse o capital que o torna mais produtivo e que o possibilita obter renda. É toda a sua capacidade de impregnar subjetividade no produto que é valorizado nas redes de produção; um arsenal de informação gerada nesses ambientes é proveniente da própria vida dos usuários. É a experiência que é posta na produção (ibid). Mais do que isso: trata-se de uma produção de subjetividade narcisista. Todos os dias o internauta se descobre entrando compulsivamente no seu espaço para ver quem o visitou, quem postou depoimentos, ou recados que ampliam sua rede de contatos interpessoais. É uma expansão infinita de relacionamentos “de bolso” e de comunidades dos mais diversos tipos e ideologias, nos quais basta um clique para se ligar e desligar de algum relacionamento.

Esse tipo de subjetividade é eficiente e capaz de garantir a sobrevivência psíquica no cotidiano contemporâneo? Já que a sociedade em que vivemos caracteriza-se pela desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, pela quebra dos elos entre as gerações, e é formada por um grupo de indivíduos egocentrados, sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (Hobsbawm, 2003), faz sentido vivermos somente para o momento, fixarmos nossos olhos em nossos desempenhos particulares.

Lasch (1983) argumenta que é frente a esta visão fatalista do futuro que se dá a contração do *eu* nesse *eu mínimo* e que se estabelece uma nova relação com *o outro*. Nesta nova relação, *o eu fixa seu olhar* em si mesmo e, apesar de sua ilusão de onipotência, torna-se dependente de outros para validar sua autoestima. Decorre daí a necessidade de acessar constantemente a sua página no Orkut.

Como conclusão, pode-se afirmar que as megaindústrias midiáticas contribuem com a produção de conexões descartáveis, virtuais ou quase-virtuais, sem comprometimento algum e “deletáveis”; o sujeito fabricado é centralmente consumista-narcisista.

Conclusão: mídia e resistência

Vimos, até aqui, que quem detém as instituições da mídia, detém, muitas vezes, o poder sobre a realidade, sobre a sociedade, sobre esse novo ambiente social e cultural do mundo globalizado. A mídia deixou de ser o “quarto poder” para aliar-se às forças da globalização e do neoliberalismo. Através de suas práticas discursivas e de suas estratégias de poder (econômico, político, cultural e simbólico), as grandes mídias vão construindo os seres humanos e modelando suas subjetividades. Como diz Moscovici (2002), o *zeitgeist*, hoje, é a comunicação. A sociedade se fundamenta agora na comunicação e na produção de conhecimento através da informação. A comunicação de massa constrói, hoje, o novo ambiente social e produz novas subjetividades: subjetividades narcisistas.

Como reagir? Como se defender? Como resistir à ofensiva deste novo poder que traiu os cidadãos se passando para o inimigo?, pergunta Ramonet (2007). Tanto ele como Silverstone (2002) respondem: basta, simplesmente, criar um “quinto poder”, cuja função seria a de denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia.

No horizonte, já podemos enxergar novas vozes nessa direção. Novos movimentos sociais, culturais e políticos têm agido em rede, construindo e fortalecendo um poder de enfrentamento, de resistência ao instituído. Esses novos movimentos são caracterizados, pontuam Guattari e Rolnick (1996), não somente por uma resistência contra o processo de serialização da subjetividade, mas também por uma tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva. Nesse processo os indivíduos estabelecem *uma relação de expressão e de criação, e se reapropriam dos componentes de subjetividade*.

Essas novas vozes se recusam aos modos de encodificação preestabelecidos, aos modos de manipulação e telecomando. Recusam, para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular (ibid).

O “quinto poder” levanta sua voz para que o direito à comunicação e à informação seja de todos os cidadãos. Vozes como a da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, do Observatório Internacional da Mídia, do Observatório da Imprensa, e do Centro de Mídia Independente se juntam a um movimento planetário de luta contra a hegemonia das grandes mídias.

A campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania” foi lançada no Brasil em 2002 e é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados com entidades da sociedade civil, destinada a promover

o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão nos programas de televisão. A campanha consiste no acompanhamento permanente da programação da televisão para indicar os programas que, de forma sistemática, desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania (<http://www.eticanatv.org.br>).

A criação do Observatório Internacional da Mídia (Media Watch Global), em janeiro de 2002, resultou das articulações do II Fórum Social Mundial, realizado em fevereiro desse ano em Porto Alegre. A instituição é formada por jornalistas, profissionais da mídia, representantes da sociedade civil, professores e pesquisadores de universidades e jornalistas da América Latina, Europa e Estados Unidos, com o objetivo de questionar a mídia, lutar por uma ecologia da informação e por um jornalismo ético (<http://www.mwglobal.org>).

O Observatório da Imprensa é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. Tem presença regular na Internet desde abril de 1996 (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>).

O Centro de Mídia Independente quer dar voz a quem não tem voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os “novos movimentos”) e sobre as políticas às quais se opõem (<http://www.midiaindependente.org>).

Além desses movimentos mais organizados coletivamente, encontramos diversos blogs que foram criados com o intuito de fazer críticas às dominações das grandes mídias. Só para citar alguns, temos “Mídia para quem precisa”, “Desabafo país”, “Fazendo mídia”, “Anti-jornalismo”, “Sivuca. Os sem-mídia contra-atacam” e “Conversa Afiada”.

Ao somarmos o conhecimento das circunstâncias históricas e psicossociais que produzem subjetividades narcisistas e consumistas às lutas e resistências coletivas, torna-se possível vislumbrar e traçar alternativas de emancipação de milhões de pessoas vulneráveis às estratégias de um poder-dominador megamidiático.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. (2004). *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERGER, Peter. L. & LUCKMAN, Thomas. (1985). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel. (1996). *The rise of the network society*. (The information age: economy, society and culture, v.1). Oxford, Blackwell:
- COOK, Jonathan. (2006). “Media Assault on Latin America”. *The Nation*, May 1st: 28.
- COOK, Timothy. (1997). “News coverage of AIDS”, in: P. Norris (ed.). *Politics and the press. The new media and their influences*, p.217-236. Boulder, Colorado, and London: Lynner Rienner Publishers.
- FANTAZZINI, Orlando & GUARESCHI, Pedrinho. (2006). “A campanha Ética na TV e o conteúdo da programação televisiva”, in: C. M. CHAGAS, J. E. E. ROMÃO & S. LEAL. *Classificação indicativa no Brasil. Desafios e perspectivas*, pp. 117-128. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça.
- GOOGLE (2007). “Ofertas de emprego. *Brazil Policy Counsel*- São Paulo. Brazil”. Informação obtida no <http://www.google.com.br/support/jobs/bin/answer.py?answer=59596> (Acessado em 3 abr. 2007). Tradução dos autores.
- GUARESCHI, Pedrinho. (2005). *Psicologia social crítica como prática de libertação*, 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GUATTARI, Félix (1994). *Práticas ecosófica e restauração da cidade subjetiva*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 116: 9-25.
- HOBSBAWN, Eric. (2003). *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBGE (2000). *Censo 2000*. Disponível online www.ibge.gov.br/censo/ (Acessado em 9 abril 2007).
- IBGE (2005). Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Disponível online <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/comentarios.pdf> (Acessado em 9 abril 2007).
- KLINENBERG, Eric. (2007). “Concentração & diversidade. Novas táticas dos monopólios da informação”. *Observatório da Imprensa*. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=415IPB001> (Acessado em 5 de abril 2007).
- LASCH, Christopher. (1983). *A Cultura do Narcisismo. A Vida Americana numa Era de Esperanças de Declínios*. Rio de Janeiro: Imago.
- LIMA, Venício. A. de. (1998). “Globalização das comunicações: o novo e o velho no sistema brasileiro”. *Observatório da Imprensa, Jornal de Debates*, 48, 5 jul. 1998. Disponível online <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd050798a1.htm> (Acessado em 24 abril 2006)
- LOBATO, E. (1995). “Globo monopoliza setor de TV a cabo”, *Folha de São Paulo*, 9 abril 1995: pp. 1-1 e 1-16.

- LOHLÉ, Juan Pablo (2007). Entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, 22 abril 2007, Propina na Ruta 14: 32.
- MALINI, Fabio (2006). “O consumismo da atenção”. Apresentação oral. Evento “Capitalismo Cognitivo”. Rede Universidade Nômade, CCB, dezembro 2006. Disponível *online* www.fabiomalini.wordpress.com (Acessado em 25 março 2007).
- McCHESNEY, Robert W. (1998). “The Political Economy of Global Communication”, in: R. W. McChesney et al. (eds). *Capitalism and the Information Age*. NY: Monthly Review Press: 1-26.
- MESQUITA, Lígia (2005). A outra só na ficção. Revista Quem [online], 297, 17 maio 2005. Disponível *online* <http://revistaquem.globo.com/Quem/0,6993,EQG1197547-2157-2,00.html> (Acessado em 23 abr. 2007).
- MOSCOVICI, Serge (2002). “Prefácio”, in: P. Guareschi & S. Jovchelovitch. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- RAMONET, Ignacio. (2006). Os medios de comunicación de masas na era da Globalización. *Renova Galiza*. Revista de pensamento cívico, estudos culturais e solidariedade galega., 2 (extra): 15-19. Barcelona, xullo 2006. Disponível *online* <http://www.forocivico.galegobcn.org/documentos/%201%20a%2040.pdf> (Acessado em fevereiro 2007).
- RAMONET, Ignacio. (2007). Free papers or a free press. *Le Monde Diplomatique*. English Edition, Jan. 2007. Disponível *online* <http://mondediplo.com/2007/01/01press> (Acessado em fevereiro 2007).
- ROSSO, Adriane & GUARESCHI, Pedrinho (2005). “Mulheres e AIDS na mídia impressa no Brasil e nos Estados Unidos da América (Relatório de pesquisa não publicado)”. Porto Alegre: PUCRS.
- ROSSO, Adriane, NORA, Sandra & GUARESCHI, Pedrinho. (2000). “Planejamento em saúde: o poder em discussão”. *Saúde em Debate*, 24: 38-53.
- SILVERSTONE, (2002).
- THOMPSON, John B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- THOMPSON, John B. (1998). *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- ZERO HORA (2007). Universal no Correio do Povo. Informe Especial, 1 abril 2007.:3.
- ZIMMERMANN, Patrícia. (2005). Anatel aprova fusão da Sky e DirecTV, mas proíbe exclusividade de canais. *Folha Online*, Brasília, 17 nov. 2005. Disponível *online* <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u102458.shtml> (Acessado em 10 março 2007).

RESUMO

Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas

O artigo enfoca a relação entre mídia e poder, dando ênfase a três pontos centrais: discussão dos diferentes tipos de poder; operação da mídia como poder institucional, em forma de mega-mpresas conglomeradas, diversificadas e globalizadas; e como a mídia, ao fazer uso de um poder simbólico, influi na construção de subjetividades cada vez mais narcisistas e consumistas. Conclui-se mostrando as possibilidades de resistência a esse poder cada vez mais onipresente da mídia.

Palavras-chave: mídia; subjetividade; poder simbólico

ABSTRACT

Mega-enterprises and power: the construction of Narcissistic subjectivities

The article focus on the relation between media and power, emphasizing three main points: the discussion among different sorts of power; how media operates as an institutional power through conglomerate, diversified and globalized mega-enterprises; and how media uses symbolic power or influence in the construction of subjectivities more and more Narcissistic and consumerist. As a conclusion the possibilities to resist to such omnipresent growing power are shown.

Keywords: media; subjectivity; symbolic power

Recebido para apreciação: março de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

Adriane Roso é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e pesquisadora independente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. (adrianeroso@yahoo.com; roso@fulbrightweb.org)

Pedrinho Guareschi é Professor Titular e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Doutor em Psicologia Social e Comunicação pela Universidade de Wisconsin at Madison - UWM (USA). (guareschi@puers.br)

Modernidade e Moralidade

“VIDA FALSA”: ADORNO E A EXPERIÊNCIA MODERNA SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL

Simone Magalhães Brito

A afirmação de Adorno de que “não há vida correta na falsa”¹ resume não só os dilemas do pensamento negativo, mas também o “espírito” e problemas teóricos de toda a primeira geração da Escola de Frankfurt. O desencantamento da práxis revelado nessa afirmação, e entendido em seu tempo como uma “degeneração” do Marxismo, se tornou fundamental para o entendimento da experiência contemporânea. Em meio aos os rumores de uma pós-política, a abordagem desenvolvida por Adorno em torno da “vida falsa” é fundamental para o entendimento de uma época que facilmente abole a História ou a Política.

A noção de uma “vida falsa” ou danificada certamente expressa muito do momento particular vivido pelo autor: judeu exilado tentando sobreviver não só a Hitler mas também à América. Adorno sabia de três mundos e não tinha simpatia por nenhum deles: a Alemanha Hitlerista, a Rússia de Stalin e os Estados Unidos dos lavadores de pratos que se tornam milionários². Nenhum destes mundos poderia ser considerado um lugar próprio para o “humano”, e em todos eles a existência estava prestes a se tornar uma função do sistema. No entanto, como mostra Robert Pippin³, de um ponto de vista literário, essa afirmação de que a vida cessou de ser vivida não apresenta nada de único e pode ser encontrada em Elliot, Orwell, Lawrence, Nietzsche e muitos outros pensadores modernistas. A importância de Adorno se revela ao realizar essa afirmação do ponto de vista da filosofia e teoria social: não se trata apenas de um conjunto de impressões acerca das dificuldades de agir de forma reta e justa, mas de uma teoria sobre como e porquê ser reto e justo se tornou tão difícil.

A afirmação adorniana de que a vida é falsa torna-se ainda mais problemática quando consideramos que não há nela nenhum reflexo de platonismo. Ou seja, a afirmação de que a vida é falsa não pressupõe a existência de um sentido verdadeiro a ser revelado, ela é verdadeiramente falsa: como se

¹ “Es gibt kein richtiges Leben im falschen” (Minima Moralia, §18)

² Adorno, 1998, p. 91.

³ Pippin, 2005, p. 98-99.

tudo que é o mundo fosse a caverna. Pode-se ter esperança, ainda que tardia e precária, de que haja um mundo justo e verdadeiro, mas se este houver é por que foi construído a despeito do mundo em que vivemos.

Ecoando o problema aristotélico de como ser justo numa pólis injusta e tendo em vista a aceleração do capitalismo, a pergunta de Adorno é: como ser moral num mundo imoral? O ponto fundamental apresentado na idéia de vida falsa (que também traz uma referência a *Sittlichkeit* hegeliana) é a idéia de que ser justo não é apenas um problema individual, mas também depende das formas sociais.

Desse modo, a “forma” que evita uma vida reta é o próprio capitalismo. O mal é tão arraigado nas formas capitalistas que, ainda que alguém deseje ser bom ou virtuoso terá dificuldades em conseguí-lo. As formas sociais sob o capitalismo se desenvolveram tanto no sentido da pura utilidade e do esvaziamento dos significados que a “experiência” se tornou mera repetição ou compulsão. A vida falsa ou uma vida que não é vivida é, de fato, uma referência aos problemas da experiência sob o capitalismo.

Contudo, essa pequena explicação da “vida falsa” ainda não é suficiente para demonstrar em que sentido ela não é apenas mais um dos diagnósticos sombrios da modernidade. Sem desmerecer a importância sociológica dos “diagnósticos sombrios”, o que se precisa esclarecer é que há um projeto teórico conectado com esse conceito: mais que apenas uma descrição da experiência, o que está em jogo é uma teoria da experiência moderna sob o ponto de vista moral. Também é importante perceber que Adorno não é, como querem alguns, um dos pais do pós-moderno e que na verdade o motivo de sua crítica é “esclarecer o Esclarecimento”. Tendo em vista essas considerações, a “vida falsa” não é apenas uma afirmação da “infinita humilhação” de viver sob o capitalismo, porém a sua teoria moral e sociológica.

No esteio de uma tendência na teoria social contemporânea de se discutir problemas ético-morais que já foi chamada de uma “virada ética”⁴, recentemente vários autores têm se dedicado a demonstrar a existência de uma teoria moral adorniana e a sua relevância para o debate contemporâneo⁵. O presente trabalho está ligado a essa tentativa de reunir os elementos dispersos do pensamento moral adorniano, porém adotando uma perspectiva sociológica ou, mais precisamente, objetivando a constituição de uma sociologia crítica da moral.

⁴ Para uma introdução à idéia de uma “virada ética” em teoria social ver: GARBER, M.; HANSEN, B.; WALKOWITZ, R. (ed) (2000) *The turn to ethics*. New York: Routledge.

⁵ Bernstein, 2001; Finlayson, 2002; Hammer, 2006.

Constelação: vida falsa e pensamento identitário

Uma sociologia da moralidade baseada nas formas do pensamento tradicional iniciaria o seu trabalho por definições dos tópicos da moralidade ou, pelo menos, com as definições sociais do que é moral ou imoral. O primeiro problema com essa abordagem é que ela necessariamente coloca a sociologia da moralidade fora dos limites da moralidade. Como Bauman⁶ demonstrou de uma maneira simples: caso seja tomado como moral/bom o que os atores sociais assim consideram, então necessariamente teremos que aceitar como justo ou bom muitas formas de preconceito e violência. É no problema da moralidade que os limites e fraquezas da disciplina (especialmente na sua vertente positivista) se revelam. Seguindo Bauman, o dilema principal da disciplina pode ser expresso de forma muito simples: se a moralidade deve ser considerada apenas mais um aspecto do social, mais uma dimensão “construída” pelos atores, então tudo o que a Sociologia tem a dizer é que, por exemplo, durante o Holocausto os indivíduos construíram a idéia de que os judeus eram inferiores.

Dessa forma, o primeiro aspecto a ser ressaltado numa sociologia da moralidade é a necessidade de que ela também reflita o que é moral, isto é, esteja conectada a uma filosofia da moral. Seguindo a perspectiva adorniana, o ponto de partida para se pensar a moral é o reconhecimento de que esta não é necessariamente moral e que, portanto, tem que ser confrontada (pensamento negativo) para que venha a se tornar moral.

O segundo aspecto a ser mencionado é que qualquer tentativa de expôr o pensamento Adorniano tem que levar em consideração o seu fundamento de repulsa contra conceitos claros e resultados precisos na forma requerida pelo pensamento identitário. O trabalho do “conceito” não pode ser separado da forma da reificação: a ênfase na relação de subordinação entre as idéias realiza a necessidade de tornar o outro um mesmo e reitera a violência e ressentimento contra o que é diferente. A idéia de ordenar o mundo caótico está muito próxima a uma forma de “purificação”: purificar a linguagem de suas conotações históricas em favor de um momento que pretende se impôr⁷. Dessa forma, o pensamento negativo é uma recusa em definir termos⁸ e construir sistemas (pois que “o todo é o falso”), numa busca por enfrentar os problemas de múltiplas perspectivas e principalmente aquelas encobertas pelo conceito.

⁶ Bauman, 1992.

⁷ Rose, 1978, p. 15.

⁸ Ibid, Ibidem.

Assim, o trabalho de revelar a problemática da vida falsa precisa ser pensado em termos diferentes da teoria tradicional. A noção de vida falsa condensa vários processos que compõem a experiência sob o capitalismo e a melhor maneira de compreendê-los é, mais do que pela determinação, buscando as suas conexões e tensões, tentando responder por que esses processos sempre extravasam os limites das definições⁹. Esse método que pretende expor a dinâmica das relações de significado e valor é a própria noção benjaminiana de uma “constelação” que tanto influenciou Adorno.

Na “Dialética Negativa” Adorno afirma que as constelações resistem ao momento de negação e iluminam precisamente a face do objeto para a qual as classificações são indiferentes¹⁰. Dessa forma, “vida falsa” não é um conceito, quando Adorno está usando de diversos predicativos para se referir à vida (danificada, reificada, condensada, bárbara etc.), a sua intenção não é definir o que é a vida, mas antes “esclarecer” a condição da existência, entender o predicamento moral numa sociedade de capitalismo avançado e revelar a pluralidade de processos responsáveis pelo esvaziamento da experiência.

O objetivo desse artigo é revelar a constelação da vida falsa e suas implicações para o pensamento moral. Para isso, a primeira dificuldade a ser enfrentada vem do fato de que todo o pensamento negativo ou toda a obra de Adorno, de alguma forma, está relacionado à vida falsa, das discussões sobre música à psicanálise, da arte à educação, o ponto de partida para o esclarecimento é o problema da condição de vida sob a égide da lógica de produção. Se por um lado isto confirma a tese aqui apresentada de que o pensamento negativo é uma tentativa de encontrar parâmetros para a vida reta, por outro lado revela um grande problema: onde e como limitar a discussão de um tema que se apresenta por toda a obra adorniana.

A primeira idéia seria obviamente se limitar ao livro *Minima moralia*, que é a principal obra adorniana sobre o problema da moral onde se apresenta um inventário dos problemas morais e da experiência sob o capitalismo. Contudo, a dificuldade ainda permanece, uma vez que não são os processos e formas sociais que estão sendo revelados, mas as próprias experiências. Dessa forma, o itinerário seguido aqui abordará um texto adorniano que não ocupa lugar fundamental no corpo da sua obra, mas que discute claramente as formas sociológicas produzindo a vida falsa¹¹.

⁹ Sobre o método das constelações em Adorno ver: Buck-Morss, 1997.

¹⁰ Adorno, 1973, p. 162.

¹¹ Essa leitura também está claramente influenciada pela perspectiva das Aulas de Filosofia Moral de 1963

“*Aldous Huxley e a utopia*”¹² é certamente um artigo periférico na obra de Adorno, contudo nele está delineada a perspectiva negativa sobre o problema da vida no capitalismo. Neste ensaio que analisa a sociedade do *Admirável mundo novo*¹³, Adorno afirma que “a ficção do futuro curva-se diante da onipotência do presente (...) a imagem do mais distante é substituída pela imagem do mais próximo, como quando se olha o espetáculo com o binóculo invertido”¹⁴. O argumento apresentado por Adorno é que o *Admirável mundo novo* é um retrato da nossa sociedade com todos os seus problemas. A intenção primeira deste pequeno trabalho sobre Huxley é revelar as aporias do pensamento distópico, porém essa discussão interessa de maneira direta ao presente argumento, uma vez que ao demonstrar como a perversão da utopia realizada por Huxley é fruto do esvaziamento da vida sob o processo de reificação, Adorno também revela e articula a sua própria teoria social. Não se trata de afirmar que esta crítica a Huxley é de alguma forma especial para entender o problema da moralidade em Adorno, mas tão somente facilitar uma aproximação que por outras vias seria certamente mais difícil. O fato de que ao se discutir o *Admirável mundo novo* tem-se acesso a situações, personagens e formas de sociabilidade claramente delineadas, permite uma melhor percepção do problema discutido por Adorno.

Antes de apresentar uma discussão dos temas que compõem a constelação da vida falsa, será apresentada uma breve discussão da interpretação geral de Adorno do *Admirável mundo novo*.

Admirável mundo novo: vida falsa como continuidade da necessidade

Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley, é uma famosa novela de ficção científica escrita em 1932 que tenta lidar com um medo recorrente na tradição ocidental: os efeitos da tecnologia sobre a vida, ou o que será a vida quando a tecnologia for completamente desenvolvida. Em sua época, a novela foi bastante perturbadora por revelar um mundo diferente daquele apresentado pela ideologia do progresso, particularmente o autor tenta chamar atenção para os perigos da utopia e para o fato de que a perfeição da sociedade pretendida pelas formas de progresso só pode acontecer em oposição à liberdade individual¹⁵. O retrato das possibilidades terríveis contidas nas idéias de controle da população, engenharia genética e toda sorte de aparatos tecnológicos é usado como ataque à toda forma utópica.

¹² Adorno, 1998.

¹³ A partir de agora referido como AMN.

¹⁴ Adorno, 1998, p. 115.

¹⁵ Matter, 1983, p. 94.

Seguindo o método de análise cultural proposto por Kracauer¹⁶, pode-se afirmar que novelas, filmes ou formas culturais em geral estão intimamente conectadas com a experiência social: elas são as imagens com que as massas sonham. Dessa forma, a idéia do *AMN* causou um grande impacto em sua época por trabalhar com o espanto e as ambigüidades vividas pelos atores sociais naquele momento. Não que esta obra contenha alguma idéia filosófica importante, mas simplesmente ela revela em suas inconsistências e fraquezas as ambigüidades do seu tempo.

No ano 632 depois de Ford, a ciência é extremamente desenvolvida e o condicionamento humano total é uma realidade: através de mensagens liberadas durante o sono, padrões de comportamento esperados são produzidos com perfeição e uma droga chamada “soma” é usada para corrigir alguma possível frustração ou infelicidade. Os embriões são planejados e manipulados para produção de vários níveis de seres humanos, dos inteligentes e belos Alfas-mais até os deformados e intelectualmente limitados Episilons. A “estabilidade” é planejada e engendrada como o caminho para a felicidade e cada classe é levada a acreditar na importância de sua posição e seu trabalho: dos dirigentes até os escravos felizes. Quando não estão trabalhando, as pessoas se dedicam a diversas formas de prazer como o consumo conspícuo (compras), prática de esportes e festas. Enquanto o sexo é promovido universalmente e considerado socialmente construtivo, amor e parentesco são vistos como formas primitivas e obscenas.

A trama mostra a estória de Bernard Max, um Alfa (com comportamento disfuncional devido a erros ocorridos no laboratório onde ele foi produzido) que se apaixona por Lenina. A paixão em si já é um motivo problemático, uma vez que a sociedade considera os sentimentos deste tipo como resquícios de uma primitividade humana que se tornou abominável. Para tentar impressionar o seu objeto de amor, Bernard a leva para um passeio numa reserva selvagem no Novo México e lá descobrem John (o Selvagem), filho de uma habitante da civilização que por ‘acidente’ foi deixada na reserva. O Selvagem é levado para ser exibido em Londres e a novela se desenvolve ao demonstrar o espanto deste com o mundo civilizado e perfeitamente planejado.

O que a novela pretende demonstrar através do choque do Selvagem, nutrido nas leituras de Shakespeare, com o mundo que desenvolveu a tecnologia e controle social de maneira perfeita é a natural impossibilidade humana de encontrar satisfação. O lado sombrio e perturbador da mente humana estaria sempre sabotando a perfeição, revoltando-se com suas conquistas, e a idéia que o livro pretende demonstrar é como o ressentimento pela perfeição faz parte da

¹⁶ Kracauer, 1995; Kracauer, 1998.

natureza humana. Ou, simplesmente, que as utopias são um grande engano, pois que uma sociedade perfeita seria entediante.

O que é interessante notar é como o espanto que o *AMN* um dia causou foi perdido. Numa versão da obra feita para o cinema em 1998 isso se torna evidente, ao tentar “modernizar” o roteiro, os produtores tiveram a idéia de realizar o filme num cenário contemporâneo de shopping centers, raves, show biz e DNA, e o resultado foi revelador: o *AMN* é simplesmente chato e banal. Certamente, uma das intenções de Huxley era mostrar que um mundo onde tudo é “perfeito” se torna entediante, mas para o público da primeira metade do século XX a experiência era exatamente o oposto: a idéia de seres humanos criados em laboratório, drogas que trazem felicidade, sexo sem compromisso era simplesmente estupefaciente. Os fãs de Huxley reclamaram que os roteiristas haviam banalizado a estória, contudo a explicação para o desencantamento do *AMN* modernizado é simples: ele é simplesmente igual ao nosso mundo, os medos que um dia ele gerou já foram reprimidos ou acomodados. Por um caminho distinto e sem o privilégio da experiência histórica, Adorno chegou à mesma conclusão evidente no filme: o *AMN* é exatamente o nosso mundo ou a experiência de viver sob o capitalismo.

Segundo Adorno, a percepção que Huxley tem da vida como a tragédia do controle e a superficialidade da cultura, representa tão somente o pânico do intelectual burguês enfrentando a sociedade massificada. Dessa forma, ainda que Huxley consiga revelar um “núcleo” de relações sociais e que com seu engenhoso exagero consiga criar um senso de possibilidade, essa percepção é severamente limitada por uma certa perspectiva sobre a cultura, sobre as formas da dominação e também um conceito de crítica estreito. O que supostamente seria uma crítica ao mundo capitalista é esvaziado ao se tornar só mais um lamento onde “a sua indignação com a falsa felicidade sacrifica também a idéia da verdadeira felicidade”¹⁷. A hipostasiação dos problemas presentes e a sua transferência para o futuro elaboram mais uma forma de se aceitar a presente condição da sociedade. Para Adorno, o medo da utopia é tão somente uma forma de bloquear o reconhecimento “da calamidade que evita a realização da utopia”.

A versão huxleyana (ou o medo) da utopia cria uma visão do futuro através do exagero do presente: a utopia é transformada em distopia sem que se perceba a ideologia presente nesse movimento. A impossibilidade de se determinar a história, cuja idéia não pode ser facilmente privada de elementos utópicos e redentores, é substituída pelo presente: “projetando-se no futuro, o mundo se

¹⁷ Adorno, 1998, p. 99.

torna um inferno: as observações sobre a situação atual da civilização são impelidas, por sua própria teleologia, até a evidência imediata de sua monstruosidade”¹⁸.

A pretensão das antiutopias de determinar o movimento histórico está fadada a gerar enganos: não é o futuro, mas tão somente um presente intensificado o que está sendo reproduzido. É nesse sentido que o *AMN* se torna um documento das aporias da experiência capitalista, um retrato da vida falsa ou do mundo onde a experiência perdeu seu sentido e a reificação se torna total.

O que está sendo chamado aqui de constelação da vida falsa é uma tentativa de reunir a multiplicidade de problemas sociológicos envolvidos na deterioração da experiência como problematizado por Adorno ao discutir o *AMN*. A idéia é demonstrar como o argumento adorniano contra a percepção distópica do que é a vida é capaz de articular um inventário dos problemas da experiência sob o capitalismo. Essa abordagem também pretende revelar como na noção de vida falsa Adorno conecta os debates intelectuais do seu tempo acerca do que é viver sob o capitalismo. Ao discutir os temas da necessidade, dominação, emergência de um novo tabu e reificação é possível perceber o porquê da relevância da leitura particular de Adorno para uma sociologia da moral.

Sobre a necessidade

O principal tema na novela de Huxley é o problema da necessidade humana, ou melhor, o que a vida se tornaria caso a necessidade fosse extinta. O argumento é de que a ciência levaria a humanidade a uma situação nunca alcançada antes: o fim da necessidade; contudo, essa satisfação plena e ausência de sofrimento apenas resultariam na destruição do que é verdadeiramente humano. O autor não só acreditou na mais ideológica de todas as promessas da modernidade, uma sociedade que se torna perfeita graças à tecnologia, como até começou a temer a sua improvável realização. A mensagem de Huxley é muito clara e é constantemente expressa pelo romântico Selvagem: só necessidade e sofrimento podem garantir o valor e os sentimentos “humanos”, afastados destas chagas o que faz um humano se perde e têm-se apenas robôs ou monstros.

Contudo, um olhar cuidadoso vai revelar que a sociedade do *AMN* está bem longe de ter resolvido o problema da necessidade e apenas imita a ideologia capitalista. Basta perceber que se aquela sociedade supostamente aboliu a necessidade, ao mesmo tempo manteve intacta as estruturas de poder capitalistas tais como as conhecemos agora. Numa escala de racionalização planetária, o dinheiro, o lucro e a estrutura de classes persistem. Naquele suposto futuro, a

¹⁸ Ibid, p. 94.

estrutura de classes permaneceu intacta tendo como única diferença expressiva a reposição da ideologia pela biologia. Isso significa que “a reprodução da estupidez, que antes acontecia de maneira não consciente sob o ditame das necessidades materiais, passa a ser uma tarefa da triunfante cultura de massas, agora que a miséria poderia ser eliminada”¹⁹.

Os “Epsilons”, a classe trabalhadora, são biologicamente condicionados à estupidez através de uma deformação do cérebro induzida; os centros de condicionamento criam uma “atmosfera artificial de miséria”. Essa não é só uma descrição de uma sociedade capitalista, mas a própria expressão da sua contradição principal: “em meio a possibilidades ilimitadas, eles organizam a humilhação e a regressão”²⁰. Huxley não percebe essa contradição e simplesmente reproduz o que vê: o “fim de todas as necessidades” convive com uma miséria condicionada/produzida e, tal qual acontece em nossa realidade, essa contradição é deslocada e reprimida. O autor prefere temer a tecnologia e sofrer pelas suas possibilidades do que enfrentar um problema muito mais fundamental: as relações de trabalho escondidas no *AMN*. Nas palavras de Adorno: “...seguindo a crença dos filisteus românticos, ele atribui à técnica uma culpa (...) que não reside nela mesma, mas é consequência (...) de seu entrelaçamento com as relações sociais de produção”²¹.

O problema da necessidade é um tema recorrente na obra de Adorno, a sua localização em meio ao projeto do pensamento negativo segue a interpretação marxista ao reunir imprecisão conceitual²² com uma centralidade ímpar para a compreensão e crítica do sistema. O principal problema com a interpretação de Huxley é o mesmo que Marx já havia criticado nas suas análises da economia clássica: a incapacidade de perceber as relações entre necessidade e dominação. Contra a percepção huxleyana de que a superação da necessidade levaria necessariamente ao tédio e futilidade, Adorno vai constituir uma espécie de (dispersa) teoria negativa das necessidades demonstrando que a superação das necessidades é o principal aspecto da sociedade que “ainda não é”. A diferença das duas abordagens está no fato de que enquanto para Huxley a “necessidade” é um detalhe, na leitura marxista feita por Adorno ela é o tema mais fundamental. A necessidade organiza a existência nos seus níveis psicanalítico, sociológico e político e é como uma fratura exposta que evita o sentimento de completude da felicidade passada²³.

¹⁹ Adorno, 1998, p. 95.

²⁰ Ibid, p. 96.

²¹ Adorno, 1998, p. 110.

²² Heller, 1974.

²³ A felicidade passada não tem um sentido histórico, mas psicanalítico: a imagem tardia do abrigo e unidade na experiência uterina (MM).

Huxley achava que com a superação das necessidades materiais, os seres humanos seriam obrigados a enfrentar necessidades muito mais importantes: as necessidades espirituais (que o Selvagem como representante da burguesia identifica diretamente com Shakespeare). Mas, Adorno argumenta que a superação das necessidades só poderia acontecer junto com uma mudança no modo de produção que levaria a uma práxis totalmente diferente entre os humanos. Uma vez que o problema das necessidades é abordado, é impossível dizer como seria um mundo que aboliu todas as necessidades, simplesmente por que esse é um mundo que “ainda não é” e, conseqüentemente, nunca foi experienciado por nenhum ser humano.

A oposição entre necessidade e coisas mais “altas” ou do espírito, faz das primeiras simplesmente um estrato biológico e esquece que cada necessidade é historicamente mediada. Antes mesmo de Norbert Elias, Marx já havia demonstrado como necessidades são construídas e, especialmente, como cada nova necessidade, de maneira legítima, supera as antigas necessidades. Mesmo que alguém insista que algumas necessidades são mais fundamentais desde que elas persistem e reaparecem (daí se falar em necessidades mínimas), isso se deve muito mais à sua persistência no sistema e não à natureza humana. É possível falar de necessidades básicas (e apontá-las no mundo inteiro) não pelo fato dessas necessidades serem próprias da existência humana, mas simplesmente por que o sistema (a forma capitalista de produção) as engendra e mantém. O fundamento do sistema capitalista é a manutenção da necessidade, não pela incapacidade de prover bens a todos, mas pela importância do “faltar algo” para a dinâmica do sistema.

Essa discussão sobre o problema da necessidade demonstra como o debate entre marxismo e weberianismo acerca do “começo” do capitalismo é implodido por Adorno. A dupla aceitação da tese da contradição dos modos de produção (Marx) e também da “ética protestante” vai criar uma noção altamente dispersa do que o capitalismo é. O passo seguinte completará a diluição: abordar necessidade não como uma condição humana, mas como uma função do sistema faz com que “algo” do capitalismo surja junto com a humanidade. Não é possível aqui discutir esse problema, que é o próprio problema da História em Adorno, mas é importante perceber que muitas vezes o uso do termo “capitalismo” ou sistema representa não o momento histórico, mas uma “forma social” que se tornou dominante sob o capitalismo, a mesma forma que dá suporte à condição de *Homo homini lupus*.

A insistência no esvaziamento da vida espiritual, a perda de algo de humano, é um signo da incompreensão de como “esvaziamento” e estranhamento estão relacionados à produção. O que é chamado sociedade da abundância não satisfaz a necessidade, segundo Adorno, simplesmente porque é uma abundância de “lixo”. Infelicidade e tédio não são causados pela alma humana e seus desejos impossíveis,

mas devido ao fato de que a abundância que se tem é de porcarias: coisas falsas que não têm nenhuma relação com a práxis verdadeira.

O *AMN* está tão conectado às formas capitalistas, que em nenhum momento consegue pelo menos arranhar o brilhante verniz da ideologia. Entretanto, uma vez que a discussão é posta nos termos de Huxley de necessidades materiais *versus* espirituais, Adorno segue Horkheimer e afirma que as primeiras devem receber prioridade: pela simples razão de que suprir necessidades materiais é possível²⁴. Ainda, o fim da necessidade, no sentido material, representaria o fim do modo capitalista de produção.

Esta interpretação está claramente enraizada na tradição marxista, onde a satisfação das necessidades requer uma transformação na relação “trabalho e necessidade”. Sob a ordem do capital, o trabalho existe para satisfazer as necessidades deste, não para satisfazer as necessidades e desejos humanos²⁵. As necessidades são dessa forma constantemente recriadas e ninguém pode afirmar o que é realmente necessário e o que é uma necessidade criada pelo sistema. Este processo leva a uma problemática que Adorno assumirá em seu trabalho: a existência de necessidades falsa e verdadeiras e a impossibilidade de se decidir entre elas.

Marx já havia apontado para esta incerteza quando se referiu às necessidades do estômago ou do espírito. Essa dúvida com respeito às necessidades tem sua origem na própria alienação do trabalho. Na relação original do homem com as coisas (antes da divisão do trabalho) este problema não existe, pois todas as coisas são criadas de acordo com a expressividade humana, o homem é o senhor na sua relação com as coisas. No ato de laborar a coisa, o homem expressa e cria ele mesmo e, por conseguinte não há possibilidade de se falar numa falsa necessidade²⁶. Alienação é precisamente a negação desta forma expressiva de trabalho: a extensão orgânica de significado entre o homem e a coisa é quebrada e os objetos migram para um mundo à parte.

As coisas apartadas do mundo da expressividade aparecem como independentes: o fetichismo da mercadoria. Assim, o caráter fantasmagórico da mercadoria surge do esquecimento de como ela foi produzida. Num sentido, a mercadoria ainda satisfaz necessidade, mas seguindo Adorno é possível dizer que se tomarmos a mercadoria como uma tentativa de substituir a relação original do trabalho que é de expressividade, ela é falsa. Considerando que na teoria

²⁴Para Adorno a idéia de suprir necessidades espirituais é mais um nonsense da intelectualidade burguesa, uma vez que por necessidade espiritual alguém pode imaginar o direito à nostalgia, inquietação etc.

²⁵ Heller, 1974, p. 48.

²⁶ O único exemplo que ainda se aproxima dessa forma original seria a criação artística.

crítica Marx só pode ser lido junto com Freud, é importante perceber que no momento em que uma coisa falsa (mercadoria) tenta substituir uma coisa original (a mercadoria como sublimação repressiva da expressividade), tudo o que ela consegue é apenas enervar a necessidade. A mercadoria é também a lembrança da expressividade perdida e necessariamente causa frustração. Uma vez que a presença da mercadoria ativa a memória da submissão humana, ou a memória da perda do fundamento da humanidade, a mercadoria se torna uma fonte de frustração e dor.

Huxley não foi capaz de entender o caráter social da mercadoria e, por conseguinte, lida com o mundo da produção enquanto pura fantasmagoria. Adorno aponta qual é o problema do *AMN*:

Huxley fetichiza o fetichismo da mercadoria. O caráter mercadoria torna-se para ele algo de ôntico, existente em si mesmo, diante do qual ele capitula, em vez de desmascarar esse sortilégio como mera forma de reflexão, como falsa consciência que os homens têm de si mesmos (Adorno, 1998, p. 110).

O ponto focal na crítica adorniana é demonstrar que o problema não é o tipo de necessidade, mas simplesmente a sua satisfação. Até as falsas necessidades, quando satisfeitas, provocariam uma mudança radical no sistema. Se as pessoas tivessem o direito de satisfazer as mais falsas, estúpidas e absurdas necessidades do capitalismo, se todo o “lixo” do capitalismo fosse disponível para todos, então a condição humana mudaria radicalmente. Neste ponto a idéia é bem simples: indivíduos que não fossem assombrados pela luta pela sobrevivência, pelo medo da penúria e da humilhação, assumiriam o controle de suas vidas e poderiam começar a reconhecer as coisas realmente necessárias.

O que a noção de vida falsa pretende revelar é um processo de intensificação do problema da necessidade, um aprofundamento da fratura e a emergência de um novo estágio: a total impossibilidade de satisfação conectada à perda da expressividade. Seguindo a teoria de Veblen, Adorno afirma que será sempre possível as elites demonstrarem o seu status aos outros, mas nunca satisfazer as suas necessidades. Essas pessoas têm o direito de se mostrarem diferentes pelas coisas que possuem (usá-las ideologicamente, os símbolos de poder), mas não podem controlar a dimensão da necessidade, pois na vida falsa “em princípio todos são objetos, até mesmo os mais poderosos”²⁷. Isso não significa que Adorno está igualando em sofrimento Alphas e Epsilons, mas apontando para a impossibilidade de minimizar a função da necessidade e da insatisfação na sociedade capitalista.

²⁷Adorno, MM, § 17.

Sobre a dominação: a funcionalização do tempo livre

Após apresentar a idéia de que a sociedade está baseada na necessidade, num persistente e doloroso estado de carência, a pergunta que emerge imediatamente é sobre a “resistência” à necessidade ou o clássico problema das esquerdas de porquê as pessoas não se revoltam com esse estado de coisas. A compreensão da manutenção da necessidade requer a discussão de um aspecto que só por razões heurísticas pode ser tratado em separado: o problema da dominação. Necessidade e dominação são inseparáveis, uma vez que as estruturas de dominação sustentam a escassez, desde a ameaça da fome até a humilhação de não possuir aquele par de tênis ou vestido²⁸.

Ao seu marxismo particular, Adorno vai incluir também a leitura da psicanálise, um passo muito comum no seu círculo intelectual que visava não só recriar a análise marxista, mas principalmente enfatizar o sentido de totalização do capitalismo. O mecanismo dando suporte a essa conexão teórica é a idéia de que cada sistema para operar requer uma certa organização das pulsões. Dessa forma, para o seu funcionamento adequado, o modo de produção capitalista requer uma alteração instintual e Adorno segue a idéia de Marcuse de que a civilização começa quando o objetivo primário que é a “satisfação das necessidades” é efetivamente renunciado²⁹.

Apesar da possibilidade de uma renúncia emancipatória, ela é normalmente dolorosa e patológica. Reforçando um sentido presente na teoria freudiana, Marcuse e Adorno vão ler a dimensão de dor e patologia presentes na civilização como requisitos necessários de toda sociabilidade. Há muitas semelhanças entre o freudomarxismo de Adorno e Marcuse, porém num ponto fundamental existe uma divergência: enquanto Marcuse acreditava numa possibilidade de liberação, Adorno aponta para a idéia de que qualquer forma social carrega também a forma da dominação.

Mais uma vez, o *AMN* apresenta um bom exemplo de como a dominação funciona, uma vez que naquela sociedade esse processo atingiu o seu ápice: tematizar a liberdade. Adorno centra a sua análise do problema da dominação em Huxley principalmente na esfera da sexualidade, uma vez que ele não faz “nenhuma distinção entre liberação e degradação sexual”³⁰. O princípio reinante naquela sociedade é supostamente a “absoluta disponibilidade de todos sobre todos”, o envolvimento com apenas uma pessoa seria imoral por violar o

²⁸Adorno, 2005, p. 120.

²⁹Marcuse, 1969, p. 29

³⁰Adorno, 1998, p. 99.

princípio de ‘ser um’ com a sociedade. Para Huxley, a extrema disponibilidade e aniquilação do self é repulsiva porque destrói os valores do indivíduo: um ser humano que existisse só para os outros perderia o seu valor.

Contudo, Adorno argumentará que qualquer pessoa que viesse a existir daquela forma (apenas para os outros) “teria sem dúvida se alienado de si mesmo, mas também teria escapado do jugo da autopreservação que mantém tanto o *Brave New World* quanto o antigo”³¹. Em tal situação, apesar da perda do self, ninguém poderia afirmar que o indivíduo seria infeliz ou entediado. Existir apenas para o Outro, perder-se dessa maneira, é exatamente o que se espera das muitas formas de redenção: num exemplo, é a própria realização da utopia cristã. Não é gratuitamente que tantas religiões pregam a existência para o Outro, pois essa forma de existir, se for possível, dilui as formas de sociabilidade pré-estabelecidas e inaugura uma “abertura” nas formas de estar no mundo que é o oposto da segurança e predictibilidade. A “pura fungibilidade” destruiria o núcleo da dominação e isso faz a descrição de Huxley da vida sexual simplesmente implausível: houvesse liberdade sexual e haveria liberdade. Adorno vai demonstrar o caráter repressivo da sexualidade naquela sociedade e como Huxley, em seu vitorianismo, simplesmente não conseguiu distinguir entre liberdade e libertinagem.

Não existe fungibilidade no *AMN*, uma vez que toda a sexualidade é ordenada e refuncionalizada para servir ao sistema. O que esse discurso traz de relevante para o pensamento negativo é uma demonstração da força da ideologia da liberdade em sua capacidade de apaziguar desejos de maneira mais satisfatória que qualquer ética protestante. No entanto, o que interessa demonstrar nessa discussão é a extensão do problema da dominação que passa a atingir a própria constituição dos indivíduos. Para além das formas óbvias de dominação empregando a violência aberta e incitando a revolta, há maneiras sutis e eficientes de reafirmar o sistema. Contudo, a sutileza da dominação não diminui o seu aspecto de regressão e violência, pelo contrário: é a aparência inócua que garante a manutenção de suas formas.

Há um outro exemplo muito interessante onde Adorno discute a natureza da dominação sob o capitalismo, que é o problema do tempo livre e como as pessoas o experienciam. Na verdade, esse é um dos melhores temas para entender o que é a vida falsa segundo Adorno³². Marx já havia enfatizado a importância do tempo livre como o momento de reprodução das capacidades humanas. Problematizando a perspectiva marxista, o argumento de Adorno é que a melhoria e o aumento do tempo livre em comparação com a época de Marx não significa um aumento da liberdade dos trabalhadores, mas exatamente o seu oposto.

³¹Ibid, p. 101.

³²Adorno, 1998, p. 167.

Uma vez que a promessa de felicidade foi incorporada pelo sistema, o tempo livre também passa a representar e reproduzir a falta de liberdade. Contudo, o problema não é apenas a falta de liberdade e a funcionalização do tempo livre com o intuito de fortalecer o sistema, mas como essas novas formas são imperceptíveis às pessoas, ou como as pessoas sem liberdade são inconscientes deste fato.

Numa análise dos “hobbies”, Adorno oferece uma interessante abordagem do problema. Não é só o fato de que a maioria das atividades para o tempo livre (nas economias desenvolvidas) sempre estão relacionadas a alguma indústria, mas a estrita separação entre tempo de lazer e tempo de trabalho, a neurose meticulosa em transformar essas duas coisas em mundos completamente diversos. Na verdade, essa compulsão por separar liberdade de trabalho ocorre apenas como tentativa de apagar a difícil verdade de que não existe mais nenhuma diferença. Na tentativa de salvaguardar a experiência do mundo como ele é, é desenvolvida uma compulsão por afastar os dois mundos. Esse processo se desenvolveu como se a ética protestante houvesse criado um seu movimento paralelo e complementar, um tipo de ética protestante dos hobbies³³. A casualidade dos hobbies deu lugar à idéia de que todos precisam ter um, ou vários. Cada vez mais se tornam desinteressantes as pessoas que não têm um hobby ou uma “paixão” fora do trabalho.

“A reificação subjogou quase que totalmente o tempo livre”³⁴. Essa invasão, contudo, não é acidental: considerando-se tudo que um tempo verdadeiramente livre poderia oferecer em termos de prazer e felicidade, ele seria incompatível com a existência sob o capitalismo e viver essa oposição radical seria insustentável. Uma boa maneira de entender o que é dominação e reificação é perceber esses processos como formas letárgicas. Ao contrário do que se imagina da dominação como o confronto violento, relações sanguíneas e ódios antigos, é fundamental para o pensamento adorniano perceber que a efetividade da dominação e reificação se dá de maneira “normal”, suave, até com um sorriso ou um “sinto muito”. Para Adorno, a fonte do mal está na banalidade do cotidiano que veste de normalidade e aceitação o sofrimento e o absurdo.

O que está em jogo nesse processo de normalização é que o sentimento de falta ou perda da liberdade é abstraído dos sujeitos e as pessoas se sentem livres simplesmente porque não entendem o que seja falta de liberdade. Adorno se refere a uma desensibilização à liberdade onde, na ausência dos padrões da falta de liberdade, todos se tornam livres.

³³Ibid, p. 169.

³⁴Ibid, p. 170.

Uma vez que se percebe que a desensibilização para a liberdade é claramente um processo de repressão, pode também se esperar pelo retorno do reprimido. Neste caso, especialmente na repressão da liberdade em meio ao tempo livre, a reação se dá na forma do tédio. O problema do tédio, que é tão importante para a análise cultural contemporânea, já havia sido discutido por Adorno e incluído como parte fundamental da vida falsa, pois que é uma reação a uma vida privada de escolhas verdadeiras³⁵. A facilidade com que tudo passa a ser infestado pelo tédio apenas revela a incapacidade de se lidar com as coisas. Dessa forma, a experiência alienada está sujeita ao tédio e, conseqüentemente, este se transforma numa função da compulsão presente no sistema.

Uma vez que o tempo livre se torna mais um momento no processo de dominação, o que deveria ser o tempo de restaurar as capacidades humanas se transforma num reflexo do “ritmo imposto pelo sistema ao sujeito”. Num movimento muito próprio do pensamento adorniano, a dominação sistêmica faz com que o tempo livre se torne não só a negação da liberdade, mas também o ressinta. Como a mercadoria que incita a carência, um falso tempo livre produz a incapacidade em lidar com a liberdade (desenvolvendo no sujeito a ansiedade e o medo da mesma). Assim, na vida danificada, aqueles que estão privados da liberdade não protestam e lutam por uma vida livre porque, na verdade, nutrem o sentimento de desprezo e medo por tudo que a liberdade promete.

Um novo tabu

A conexão e persistência da necessidade e dominação leva Adorno a apontar a emergência de um “novo tabu”. O sofrimento é a condição da vida falsa, mas ao mesmo tempo, os indivíduos sob o capitalismo acreditam estar vivendo no melhor dos mundos possíveis. Para amenizar a dor causada por sua violência e brutalização, a vida falsa tem que ser sustentada pela força de um tabu: o tabu do existente, ou tabu daquilo “que é”.

No exemplo do *AMN* é interessante perceber como os caracteres do Selvagem e de Bernard Max causam desconforto aos outros, as pessoas “normais” consideram as perguntas insistentes do primeiro e as “dúvidas” do segundo como pura inconveniência. O fato é que num sistema prestes a se tornar total não há espaço para dúvidas ou a abertura para se pensar “por quê?”. Os porquês, ou porque a vida deveria ser de uma maneira ou de outra, são considerados uma ofensa grave e não podem ser tolerados por muito tempo. Na versão do *AMN* para o cinema foi criado um personagem apenas

³⁵Adorno, 1998, p. 171.

para expressar essa idéia, é uma criança claramente diferente e disfuncional devido ao mau hábito de levar as coisas a sério, de querer entender os porquês da existência, seus olhos estão sempre deixando escapar uma curiosidade sobre o mundo tida como inadequada por carecer de "utilidade" no mundo que aboliu a inutilidade.

As pessoas de 632 a. F. reagem aos inconvenientes porquês com a mesma reposta: "Eu não sei", e assim tentam manter a incompreensão intacta. Neste ponto Adorno afirma que Huxley revelou uma característica fundamental do capitalismo:

Huxley não aponta apenas o rancor que a enunciação da mais simples verdade provoca naqueles que não se permitem qualquer contato com a verdade, para não colocar em risco o próprio equilíbrio, mas apresenta também o diagnóstico de um novo e poderoso tabu. Quanto mais a existência social, graças à sua onipotência e restritividade, transforma-se em ideologia de si mesma aos olhos dos desiludidos, tanto mais rotula-os como pecadores, cujos pensamentos ousam blasfemar contra a noção de que o que existe é justo, simplesmente porque existe (Adorno, 1998, p. 96).

O tabu do existente ocupa um lugar central no pensamento negativo, uma vez que o primeiro se tornou a condição que o segundo precisa enfrentar. Não é apenas nas formas de pensamento que a diferença é eliminada, a sociedade também trata com ódio e rancor tudo aquilo que não é igual a ela mesma. Na vida falsa, os valores sociais são determinados por referência aquilo que é, como se o fato da existência devesse ser considerado a condição definitiva para a determinação do bom e do justo. Aqui se enxerga claramente o teor da crítica adorniana ao positivismo, onde "o mundo das idéias foi rebaixado ao nível da mera existência" e as demandas de uma perspectiva "objetiva" significam simplesmente que a ciência deva estar em conformidade com a sociedade (como sistema) e realizando o seu trabalho de garantir que a humanidade permanecerá na sua existência pervertida.

A sociedade capitalista tem como pacto fundador a concordância sobre estar se vivendo a vida no melhor dos mundos possíveis. Este pacto é realizado e atualizado nas múltiplas formas de silêncio sobre a vida. Não é a toa que a própria noção de vida sai do âmbito das discussões científicas, tornando-se exotérica até nas ciências humanas e sendo tematizada apenas nas formas do incessante retorno da metafísica. O exemplo do *AMN* é excelente para exemplificar a forma do novo tabu, uma vez que nele os indivíduos são claramente infelizes e movidos por raiva e ressentimento (a intensidade da vida é a intensidade da frustração), mas a simples menção da palavra infelicidade faz com que o Selvagem pareça ridículo e absurdo. Em tudo que se assemelhe a uma crítica ao

estabelecido, a operação se repete: o tabu do existente tenta dissolvê-la, mas não por confronto e sim por um estado de alerta, por uma espécie de reação alérgica ou instintual à simples forma da diferença. Desse modo, não importa o conteúdo da crítica, pois todas as críticas se tornam a mesma forma, puramente uma forma que desequilibra o sistema. Numa vida tendendo à reificação total, os indivíduos são literalmente “produtos” da sociedade e a crítica é vista como uma ameaça à constituição individual. Da mesma forma que os “outros” vêm desequilibrar a harmonia do “meu” grupo, a crítica coloca em risco todo o “meu mundo” para o qual não existe substituto. A crítica passa a significar ao senso comum o abismo depositário onde o medo e a raiva reprimidos sobrevivem.

Adorno entende um tabu como idéias não conscientes ou pré-conscientes, manifestações coletivas que persistem e influenciam a realidade de forma a se tornarem realidade. Freud já havia demonstrado que o significado da palavra tabu e, especialmente, o poder que ele exercia nas comunidades primitivas não pode mais ser diretamente entendido em nosso tempo, e Adorno está ciente dessa transformação ao utilizar o termo. Na verdade, a sua intenção é assumir o problema das transformações no poder do tabu (na transição de uma comunidade para a sociedade) e afirmar que os tabus em sociedade não adquiriram nenhum conteúdo novo: são apenas imitações do antigo. Deve-se perceber que o que está em jogo tanto para Freud quanto para Adorno não é o fim do poder do tabu ou a diluição de sua capacidade de ameaçar (no sentido de um não compartilhamento de idéias ou do fim do interdito), mas apenas as diferenças em sua forma.

O deslocamento do tabu original não criou uma sociedade mais livre, ao contrário apenas reforçou a antiga heteronomia. As discussões pós-vitorianas sobre o tabu são afetadas pela má interpretação do tabu como imediatamente referente à sexualidade ou a interditos sexuais quando, de fato, o cerne da questão não é a sexualidade, mas a fonte de heteronomia: a própria condição e possibilidade da sociedade. Assim, a discussão proposta por Adorno revela a existência de novas formas de sociabilidade igualmente violentas e repressivas: “na verdade os tabus sexuais não desapareceram. Apenas uma nova forma de repressão, com todo o seu potencial destrutivo, foi alcançada³⁶. O novo tabu significa um reforço da heteronomia em níveis tão profundos que se referir a ele ou a algo que o represente tornou-se desnecessário, a sua violência não é mais exterior e sua interiorização é percebida como a própria humanidade.

³⁶Adorno, 1998, p. 73.

Do ponto de vista da teoria psicanalítica contemporânea a perspectiva geral de Adorno apresenta vários problemas³⁷, mas enquanto teoria social o argumento permanece fascinante e cheio de insights. O ponto fundamental do argumento adorniano é que enquanto o tabu primitivo derivava sua força (o bloqueio da justificativa racional) da proibição do incesto, na era do esclarecimento o seu poder, a sua capacidade de bloquear as demandas de justificação, não precisam mais de uma razão. Ou em termos atuais: o tabu não precisa mais de um referente³⁸. Ou seja, o tabu não precisa mais de uma forma nem de conteúdos essenciais, a única coisa essencial em sua constituição é o seu poder de constrangimento e sua intimidade com a manutenção da sociedade. Contudo, para que a natureza do tabu segundo Adorno seja entendida, é necessário perceber que a energia do tabu é mobilizada e manipulada. Cada modo de produção representa também uma forma particular de mobilização do tabu e, particularmente na forma capitalista, uma forma específica passou a operar: não existe mais ofensa ao tabu. O novo tabu não requer uma ofensa para que sua violência entre em operação, ele é ativado simplesmente pela presença da diferença ou de algo com forma estranha ao sistema que ele protege.

No exemplo do *AMN* o poder do novo tabu emerge no desconforto dos personagens quando estes são confrontados com qualquer forma de questionamento, qualquer dúvida sobre a necessidade de que a vida seja como é. No mundo planejado reina a alegria de se ser como se é, ainda que se seja lamentavelmente limitado. Os indivíduos com um suposto senso prático e genuína conexão com a "realidade" são na verdade os instrumentos da violência do mesmo. A idéia defendida por eles é a de que a sociedade é tudo o que pode ser e que, portanto, qualquer um argumentando ao contrário traz problemas à "realidade".

O novo tabu é muito claramente apresentado no romance não só na tentativa comum de não entender o que os diferentes dizem (Bernard Max e o Selvagem), mas especialmente no desfecho da estória: quando o selvagem se suicida, imediatamente o poder do tabu é expresso, pois é impossível viver questionando a sociedade. O fato de que a vida poderia ser diferente e de que ela não responde às necessidades humanas é fadada ao escárnio e incompreensão. É interessante notar como no *AMN* aquele que questiona a existência é levado a se suicidar. Se por um momento tenta-se imaginar a continuidade da estória, muito provavelmente a reação do público foi: se ele cometeu suicídio foi uma escolha individual, o seu modo particular de lidar com a vida. E a ideologia das escolhas e ações mais uma vez tenta esconder o fato de que viver se tornou impossível. Adorno toma esse

³⁷Ver Alford, 2002

³⁸Adorno, 1998, p. 76.

momento para exemplificar o que ele define como a morte do pré-requisito subjetivo de oposição e julgamento autônomo³⁹.

O aspecto mais importante a ser observado sobre o novo tabu é o reforço da capacidade de minimizar os efeitos da dominação. O Selvagem não morreu após ser jogado aos leões e, de uma maneira geral, não há sinais de violência em toda sombria descrição do *AMN*. Os indivíduos podem se sentir tristes, entediados, cansados, deprimidos, desestimulados, confusos etc., mas muito raramente alguém se sente vítima da dominação. Mais ainda: também é raro que o problema esteja além do indivíduo. Essa forma específica da violência da vida falsa (uma violência que não é experienciada enquanto tal), o modo como ela se aprofunda sem deixar que sua carga pese ou que a rebelião seja lembrada⁴⁰, está muito próxima de duas outras interpretações sociais: primeiro Norbert Elias e a percepção do processo civilizador como internalização da violência e autocontrole, e, segundo, Foucault e o panopticismo, onde a perfeição do poder torna o seu exercício desnecessário⁴¹.

Reificação total: universalização da equivalência

Se uma das características de viver a vida falsa é a arraigada aceitação do mundo em que vivemos, o “melhor dos mundos possíveis”, tal aceitação não pode ser pensada como algo passível de destruição através do ‘simples’ brilho da verdade. A fonte da falsidade está no próprio modo de produção, a sua forma ou lógica principal (o princípio de equivalência geral) que, historicamente, migrou para todas as esferas sociais desnaturando a sociabilidade.

Nesse ponto Adorno está muito próximo de uma interpretação marxista, uma vez que “a vida cessou de viver” no momento em que os seres humanos foram impedidos de se expressar e passaram a viver num mundo indiferente à sua vontade. Seguindo a teoria marxista da alienação, Adorno concorda que a verdade escondida pelo sistema é que o mundo, apesar de sua resistência e indiferença à vontade humana, é o resultado de uma forma de trabalho, o humano não pode mais reconhecer o seu próprio produto e foi “dragado pela maquinaria” criada a partir dele⁴². Adorno afirma: “Huxley não admite que a desumanidade

³⁹Adorno, 2005, p. 207.

⁴⁰É importante lembrar que Adorno não está afirmando que o caráter da violência se dispersa, mas tão somente que ele está sendo reprimido e, conseqüentemente, sujeito a retorno.

⁴¹Foucault, 1995.

⁴²Adorno in: Tiedemann, 2003, p. 196

fantasmagórica do Brave New World é uma forma esquecida de relação humana, é trabalho social; ele não admite que o homem totalmente reificado é o homem que ofuscou a si mesmo”⁴³.

O capitalismo impôs aos indivíduos uma nova disciplina. Inicialmente a sua rotina era dirigida ao corpo, mas esta teve que ser suplementada por mecanismos psicológicos devido à necessidade de internalização do intenso jogo de desejo e frustração na relação com o mundo das mercadorias. A contínua intensificação daquele jogo possibilitou que a forma mercadoria fosse liberada do mundo da economia e atingisse a totalidade da vida, a disciplina então se torna espiritual. Este é o problema apontado por Lukács em *História e consciência de classe*, servindo como esteio da primeira geração da Teoria Crítica: a sociedade como um todo é agora afetada pela forma mercadoria no processo de reificação. Não é mais apenas o corpo que é exercitado em carência e frustração, mas até mesmo o “espírito” (Geist) passa a ser regido pela forma das coisas. O substrato dessa interpretação é claramente a teoria marxista dos valores e a demonstração de como a mercadoria se transforma numa fantasmagoria, contudo Lukács dramatiza fundamentalmente esse processo ao estabelecer uma diferença qualitativa entre a mercadoria em particular, isolada, e a mercadoria como um universal. Em outros termos, a forma singular migrou da esfera da produção para todas as outras esferas da sociedade na forma de um princípio geral.

Em termos marxistas, o trabalho é uma categoria fundamental por determinar o que é o humano: é a fundação do humano no sentido de que é através do trabalho que o ser biológico se torna ser humano. Na sua origem, o trabalho é uma atividade expressiva (e para a Teoria Crítica o único exemplo ou lembrança dessa forma de trabalho seria a prática artística), contudo a expressividade se perde ao ser confrontada com a forma mercadoria ou com qualquer outra forma (basta lembrar mais uma vez a insaciável demanda por liberdade no mundo da arte e o ressentimento que os cânones causam). Assim, a forma mercadoria, o valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso, estabelece o profundo estranhamento entre o homem e o produto de sua expressividade fazendo com que a ascensão da mercadoria represente também a negação da humanidade.

A quantificação do trabalho em horas determinada pela produção da mercadoria estabelece uma equalização que é absurda do ponto de vista da experiência: uma hora na vida de um ser humano jamais pode ser igual a uma hora de outro ser humano, a menos que, e esse é o ponto de onde Adorno deriva a sua teoria da vida moral sob o capitalismo, *a experiência seja eliminada*. Dessa forma, ao produzir mercadorias o homem não atinge nada além da sua própria

⁴³Adorno, 1998, p. 110.

degradação e desumanização. É contudo óbvio que a noção de reificação não traz nenhum sentido novo para a teoria marxista do valor, mas a sua importância está em indicar o processo de sua universalização, a intensificação da compulsão capitalista, e também a sua direção. Exploração, mecanização, desumanização deixam de ser peculiaridades do mundo do trabalho e agora todas as esferas da vida recendem à reprodução do capital.

Baseado nesse momento lukacsiano da universalização do princípio geral de equivalência é que a *Dialética do esclarecimento* surge tentando responder ao problema de como o reino do espírito, que deveria ser o momento da resistência, também sucumbiu ao princípio de equivalência.

Adorno vai se referir ao momento da “total reificação” e reafirma o insight de Lukács ao revelar como o processo de reificação é levado a cabo pelas formas do pensamento, até mesmo aquele que se pretende crítico. Assim, além da dimensão social da reificação, Adorno também usa o termo num sentido mais específico: reificação como uma forma mental ou intelectual, a tentativa de subsumir todas as formas do pensamento à identidade ou ao princípio de equivalência.

Sob o capitalismo, até mesmo as tentativas de crítica sucumbem ao sistema, uma vez que o próprio pensamento está limitado pelo princípio de equivalência geral. As formas estabelecidas do pensamento estão baseadas na crença de que um conceito é capaz de identificar e delimitar um objeto ou que o conceito e o objeto são equivalentes. Porém, dado que um conceito é incapaz de determinar completamente um objeto, a afirmação da identidade representa a falsa crença de que um conceito é igual ao seu objeto. É assim que o pensamento da identidade faz do diferente um mesmo.

Apesar dos problemas com essa apresentação, o aspecto importante a ser ressaltado aqui é que o que está em jogo é o mesmo tipo de abstração que tem efeito no mundo da produção: o pensamento da identidade está necessariamente ligado à forma precisa que iguala uma hora na vida de um ser humano, que nunca será a mesma em experiência, à outra ou a muitas outras. No desenvolvimento desse processo, o trabalho é constantemente equalizado e transformado num ‘mesmo’ até a sua total determinação como um valor monetário.

Quando uma hora da vida de um ser humano, com todas as suas possibilidades de expressão e experiência, é transformada na hora de trabalho e limitada a uma certa quantia de dinheiro, a violência da identidade aparece na sua forma mais clara. Na obrigação de tornar o mundo idêntico e impor universalmente uma ordem que não existe encontra-se necessariamente violência⁴⁴.

⁴⁴Só as formas da não-identidade são capazes de impôr resistência a esse processo.

A vida falsa é o mundo onde o pensamento perdeu a sua autonomia e capacidade de compreensão, limitando-se a encontrar a solução de problemas e respostas eficientes⁴⁵ ou reproduzir o princípio geral de equivalência na sua forma compulsiva. É também um mundo que se torna refratário à experiência devido à intensidade e extensão do processo de reificação.

A vida falsa

Após a apresentação dos problemas da necessidade, dominação, reificação e um novo tabu, é possível ter uma idéia de toda a série de problemas contidos na noção de vida falsa e especialmente como estes fazem referência a temáticas diversas. O esclarecimento da teoria social contida nessa abordagem é importante para deslocar a interpretação da vida falsa como apenas uma figura de estilo e revelar a sua forma que condensa uma problematização da experiência sob o capitalismo.

Uma vez que essa constelação foi revelada, é possível começar a entender o problema moral no pensamento adorniano. Os elementos apontados operam juntos uma “eliminação dos pré-requisitos de oposição”, na vida falsa a capacidade de agir retamente é tão precária porque os indivíduos não são mais aptos a reconhecer o que é o mal, ou como a vida poderia ser diferente; o esvaziamento da experiência está ligado à incapacidade em reconhecer o que é humano ou desumano.

A desumanidade do capitalismo (e de sua forma mimética, o *AMN*) é um produto da dominação. Essa conclusão seria óbvia caso a ênfase não estivesse colocada no aspecto humano da desumanidade: o inumano é uma relação entre seres humanos que não é consciente de sua própria natureza. Esta compreensão é extremamente importante porque revela como o pensamento moral de Adorno não é apenas uma impressão ou sentimento modernista, porém uma problematização da experiência num dado modo de produção. O que a constelação da vida falsa introduz de forma muito clara é como o estranhamento das relações humanas evita a oposição e reforça a aceitação do mundo injusto.

No *AMN* reina um extremo desconforto erroneamente identificado com o tédio resultante do fim da repressão. No entanto, esse desconforto é o sinal da vida e experiência monádicas, um sofrimento que não encontra lugar para se expressar e tem que ser reprimido. Adorno aponta para uma espécie de ideologia da felicidade onde a percepção da dominação e do sofrimento são deslocados.

⁴⁵Adorno, 2005, p. 196.

Obviamente, Adorno não está afirmando o fim do sofrimento, mas simplesmente indicando como sua percepção está sendo afetada e até mesmo evitada. Uma vez que a experiência do sofrimento não encontra formas de expressão, ela se torna ressentimento. Na vida falsa, indivíduos não conseguem entender ou encontrar formas sociais para expressar o seu sofrimento e, nessas condições, a visão daqueles que ainda podem sofrer, aqueles que ainda possuem uma experiência ou sentimentos, provoca raiva e mais ressentimento. Fazer sofrer os inocentes se torna uma função da vida falsa.

Para a moralidade, o ponto fundamental na noção de vida falsa ou na experiência monádica é que a capacidade de viver com as diferenças ou com o sofrimento que se mostra é constantemente enfraquecida. Numa filosofia moral como a kantiana, por exemplo, o fato dos indivíduos serem ressentidos e infelizes não deveria interferir com a demanda de ser moral. Na filosofia moral adorniana por sua vez, ainda que suas raízes kantianas sejam profundas, a dimensão sociológica passa a ser fundamental para a ação moral e qualquer estabelecimento de imperativos morais tem que levar em consideração essa dimensão sociológica. A moralidade negativa revela que o imperativo moral, para ser parte da moralidade, precisa reconhecer que as formas sociais o evitam e contradizem.

Assim, a interpretação de Adorno do que é a “vida falsa” é fundamental para entender porque a moralidade se tornou problemática nesta época e também para que se estabeleça a relevância de uma abordagem sociológica para a problematização da moralidade. A constelação da vida falsa revela as dimensões da experiência capitalista que fazem do Outro o alvo da raiva e ressentimento.

Referências

- ADORNO, T. W. (1950). *The Authoritarian personality*. New York: Norton.
- ADORNO, T. W. (1998) *Prismas*. São Paulo: Ática
- ADORNO, T. W. (1973) *Negative Dialectics*. London: Routledge.
- ADORNO, T. W. (1993) *Hegel: Three studies*. MIT Press.
- ADORNO, T. W. (1998). *Critical Models. Interventions and catchwords*. NY: Columbia U. Press
- ADORNO, T. W. (2000). *Problems of Moral Philosophy*. Cambridge: Polity Press
- ADORNO, T. W. (2000b). *Introduction to Sociology*. California: Stanford U. Press.
- ADORNO, T. W. (2001). *Metaphysics: Concepts and problems*. Cambridge: Polity Press
- ADORNO, T. W. (2005). *Minima Moralia. Reflections from damaged life*. London: Verso.
- ALFORD, C. F. (2002). *Levinas, the Frankfurt School and Psychoanalysis*. London, NY: Continuum.
- ALFORD, C. F. (1988). *Narcissism: Socrates, the Frankfurt School, and psychoanalytic theory*. New Haven: Yale University Press.
- ARENDT, H. (1963) *Eichmann in Jerusalem; a report on the banality of Evil*. London: Faber and Faber
- BAUMAN, Z. (1989): *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Z. (1993). *Postmodern Ethics*. Oxford: Basil Blackwell.
- BAUMAN, Zigmunt. (2000). *Liquid Modernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- BENHABIB, S. (1986). *Critique, norm, and utopia: a study of the foundations of critical theory*. New York: Columbia University Press.
- BENJAMIN, J. (1988). *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*. New York: Pantheon Books.
- BERNSTEIN, J. M. (2001). *Adorno. Disenchantment and Ethics*. New York: Cambridge University Press.
- BERNSTEIN, R. J. (2002). *Radical Evil :a philosophical interrogation*. Oxford: Polity Press.
- BUCK-MORSS, S. (1997). *The origin of negative dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin and the Frankfurt Institute*. Hassocks, Eng.: Harvester Press.
- CONNERTON, P. (1980). *The tragedy of enlightenment: an essay on the Frankfurt School*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- DE VRIES, H. (2005). *Minimal Theologies: Critiques of Secular Reason in Adorno and Levinas*.
- DELANTY, G. (Ed.). (2004). *Theodor Adorno (Sage Masters in Modern Social Thought S.)* Sage.(vol 1)
- FINLAYSON, J. G. (2002). *Adorno on the Ethical and the Ineffable. European Journal of Philosophy*, Volume 10, p. 1-25
- HAMMER, E. (2006). *Adorno and the Political*. London: Routledge.
- HELLER, A. (1974). *The theory of Need in Marx*. London: Alison & Busby.
- HIRSCH, M. (2003). *Adorno: The Possibility of the Impossible: vol 1&2*
- HUHN, T. & ZUIDERVAART, L. (Ed.). (1999). *The Semblance of Subjectivity: Essays in Adorno's "Aesthetic Theory"*. MIT Press
- HUHN, T. (Ed.). (2004). *The Cambridge Companion to Adorno* . Cambridge: Cambridge University Press
- JARVIS, S. (1998). *Adorno: A Critical Introduction (Key Contemporary Thinkers S.)*. Polity

- Press
- KORSGAARD, C. M. (1996). *The sources of normativity*. New York : Cambridge University Press.
- KRACAUER, S. (1995). *The mass ornament: Weimar essays*. Cambridge: Harvard University Press.
- KRACAUER, S. (1998). *The salaried masses: duty and distraction in Weimar Germany* / London ; New York : Verso.
- LUKACS, G. (1968). *History and Class Consciousness*. London: Merlin Press.
- MARCUSE, H. (1970). *Eros and Civilization*. London: Sphere.
- MATTER, W. (1983). On Brave New World. in: *No place else : explorations in utopian and dystopian fiction*. Carbondale : Southern Illinois University Press. p. 94-109
- MULLER-DOOHM, S. (2005). *Adorno: An Intellectual Biography*. Polity Press
- O'CONNOR, B. (2004). *Adorno's negative dialectic: philosophy and the possibility of critical rationality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- O'NEILL, J.(1977). *On critical theory*. London: Heinemann Educational.
- PENSKY, M. (1997). *The Actuality of Adorno: Critical Essays on Adorno and the Postmodern* (SUNY Series in Contemporary Continental Philosophy) NY: State University of New York Press
- PIPPIN, R. (2005). *The persistence of subjectivity. On the Kantian Aftermath*. Cambridge U. Press.
- ROSE, G. (1978). *The Melancholy Science. An introduction to the thought of Theodor W. Adorno*. London: MacMillian.
- SCHWEPPEHAUSER, G. (2003). *A filosofia moral negativa de Theodor W. Adorno*. Educ. Soc., Aug. vol.24, no.83, p.391-415.
- SHERRATT, Y. (2002). *Adorno's Positive Dialectic*. Cambridge: Cambridge University Press
- SILBER, J. R. (1991). *Kant at Auschwitz*. In: Proceedings of the Sixth International Kant Congress, p. 177-211.
- TIEDEMANN, R. (Ed). (2003). *Can one live after Auschwitz? A philosophical reader*. California: Stanford University Press.
- WELLMER, A. (1991). *The persistence of modernity: essays on aesthetics, ethics and postmodernism*. Cambridge: Polity Press.

RESUMO

"Vida falsa": Adorno e a experiência moderna sob o ponto de vista da moral

Este artigo propõe uma leitura da noção adorniana de "vida falsa" como uma composição de problemas sociológicos fundamentais para o entendimento da moralidade contemporânea. Através do método das constelações, as questões da necessidade, dominação, reificação e ascensão de um novo tabu revelam não só as aporias e desencantos da experiência, mas também o porquê da precariedade da vida moral em uma sociedade capitalista.

Palavras-chave: moralidade; Theodor Adorno; experiência; necessidade; reificação

ABSTRACT

"False life": Adorno and the modern experience from a moral standpoint.

This article presents an interpretation of Adorno's notion of false life as a sociological concept which is fundamental for contemporary morality. The problems of need, domination, reification and new taboo are organized in a constellation that not only aims to reveal our experience disenchantment and aporias but also explain why the moral life has become so precarious under capitalism.

Keywords:

Recebido para apreciação: janeiro de 2007

Aprovado para publicação: março de 2007

Experiências da Doença e do Tratamento

**REDES SOCIAIS E SAÚDE:
SOBRE A FORMAÇÃO DE REDES DE APOIO
SOCIAL NO COTIDIANO DE PORTADORES DE
TRANSTORNO MENTAL**

Breno Augusto Souto Maior Fontes

A agenda das reformas do sistema de saúde conta com um capítulo importante, o da reforma do sistema de saúde mental. Desde a década de 1970 diversos países empreendem tentativas de introduzir novas práticas no tratamento dos portadores de transtorno mental. As denúncias de Goffman e Foucault, deslocando o foco do discurso psiquiátrico e sua prática terapêutica, para uma abordagem humanística, integradora e que tivesse, conseqüentemente, a preocupação com o indivíduo em sua totalidade – não aquele classificado, medicalizado e naturalmente circunscrito aos diversos campos da área médica: consultórios, ambulatórios e hospícios – são o estopim do processo.

Com as reformas no sistema de atenção aos portadores de transtorno mental, reintroduz-se o indivíduo na sociedade, convidando outros atores para a participação no processo de seu tratamento: os círculos sociais mais próximos (a família, os vizinhos), o campo profissional. Reconhece-se, desta forma, a importância das redes sociais, dos apoios sociais conseqüentes desta inserção em campos de sociabilidade mais amplos, tanto do ponto de vista da reconstrução de um cotidiano, muitas vezes perdido pelo sofrimento psíquico, e também como importante auxiliar no tratamento, a partir dos diversos dispositivos de apoio e de solidariedade oferecidos por estes outros atores não inscritos no campo médico. Trataremos, aqui, de discutir a literatura sobre o assunto, ao mesmo tempo que apresentaremos, a partir da experiência da reforma brasileira, os desafios desta nova abordagem terapêutica.

Convém estabelecermos alguns recortes na revisão da literatura que apresentamos abaixo. Um primeiro ponto bastante importante é que tratamos de um tipo particular de campo de sociabilidade, que são as interfaces diversas estabelecidas entre os atores que se inserem na prática terapêutica do sofrimento psíquico. Não somente os cuidadores, mas também os que são objeto dos cuidados e aqueles que fazem parte das redes de sociabilidade destas pessoas. Consideramos os campos sociais fortemente institucionalizados (os manicômios, os serviços médicos diversos) e também as associações profissionais, as de auto-

ajuda, as ONGs, as associações de moradores. As redes egocentradas dos portadores de transtorno mental são igualmente abordadas, principalmente quando se consideram os fluxos de apoio no enfrentamento do sofrimento psíquico. Este recorte se torna indispensável para o enquadramento adequado da construção conceitual que desenvolvemos abaixo sobre as práticas de sociabilidade que, na prática, podem ser úteis para a análise de qualquer campo específico de sociabilidade.

Um outro elemento a se considerar é o da construção social do doente mental. É sabido que os “loucos” há tempos são simplesmente isolados do convívio social, seja pela pura e simples expulsão da comunidade¹, passando pelas casas de internamento e até pela terapêutica moderna, inaugurada por Pinel, em que o asilo, local de tratamento, é também local de confinamento e de exclusão. O sentido do internamento, embora as instituições tenham relativamente se mantido inalteradas, começa a mudar. A loucura é agora compartimentalizada em campos discursivos próprios, e instrumentalizada pelas técnicas terapêuticas. Mas o doente mental ainda é objeto de exclusão, isolamento e até condenação moral. O doente mental, isolado em um manicômio, lentamente é acometido do que Goffman chama de “morte social”: desestruturação completa de seus laços de sociabilidade, interiorização dos padrões institucionalizados da rotina hospitalar, a ponto de o louco e o hospital se confundirem.

Também o doente mental, ainda em convívio em sua comunidade primária – a família, a vizinhança - é lentamente submetido ao desgaste de uma construção social já há muito tempo consolidada de seu estado de saúde, o que resulta na tentativa protetora de seus familiares de o isolar no ambiente doméstico, evitando o espaço público, a discriminação, a chacota e o escárnio. É o que, por exemplo, conclui Rabelo (2001, p. 80), a propósito da relação entre o doente mental e a vizinhança:

A proximidade das casas e a profusão das redes sociais de amizade e parentesco – que se imbricam e entrecruzam – trazem como consequência inevitável o envolvimento dos vizinhos no drama da doença – quer como prestadores de ajuda e apoio, quer como veiculadores de informações e estigma. Mais do que qualquer outra enfermidade, a doença mental afeta sobremaneira a dinâmica social da vizinhança. Reter o doente no espaço reduzido da casa e, portanto, evitar que ele se envolva em incidentes com os vizinhos é, em geral, tarefa árdua. Muitos ‘malucos’ acabam se transformando em personagens do bairro, ora temidos, ora

¹“Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos” (Foucault, 2005, p. 09).

ridicularizados, perseguidos pelas crianças e evitados por adultos temerosos. Em suas narrativas, as mães respondem aos estereótipos que orientam tais reações, revisando habilmente a biografia dos filhos, de modo a reconstruir-lhes a identidade em termos mais favoráveis.

Analisar redes sociais de portadores de transtorno mental significa levar em consideração a particularidade do estigma da doença mental e o processo de (des)estruturação social resultante da trajetória da carreira do doente mental. Significa incorporar o campo institucional (os profissionais de saúde e suas instituições: os hospitais, os manicômios, os centros de atendimento), porque nestes espaços passa a acontecer parte significativa do cotidiano dessas pessoas, o seu campo de sociabilidades secundárias e o de seus cuidadores²: associações de moradores, ONGs, Igrejas; e também os campos de sociabilidade primária dos doentes mentais: amigos, parentes, colegas de trabalho, vizinhos. Pessoas com quem se relaciona e de onde retira apoio para o enfrentamento de seu sofrimento psíquico.

Apoio social, ou como as pessoas constroem solidariedade

Os cuidados dos portadores de transtorno mental estão bastante ancorados na sociedade civil (associações, ONGs) e na esfera privada (famílias, amigos, redes primárias de forma geral). Os cuidadores, além dos profissionais do campo médico, também são os familiares, os amigos, as associações e grupos de apoio.

Na literatura consultada, encontramos uma rica discussão sobre o fenômeno da “solidariedade”: sobre como se manifesta este fenômeno, como em diversas civilizações acontece esta prática³. Em literatura mais específica sobre cuidados com portadores de transtorno mental, encontramos um debate sobre apoio social, refletindo sobre como o fenômeno da solidariedade se manifesta neste campo de sociabilidade particular. Apresentamos, aqui, de forma sumária, um breve relato desta rica discussão⁴.

²Os cuidadores, quando existem, são membros da família, com forte presença feminina (mães, esposas e filhas).

³Neste caso, a importante discussão de Mauss, com o seu ensaio sobre a dádiva, que ainda hoje inspira muitos acadêmicos.

⁴Já apresentamos, em outro local (Fontes, 1999), uma revisão da literatura sobre redes sociais e solidariedade. Introduziremos aqui algum comentário sobre este assunto, ligando-o à literatura sobre apoio social (social support), de origem predominantemente norte-americana, que procura explicar a importância dos vínculos sociais para a saúde das pessoas, e também para o enfrentamento das adversidades.

Contemporaneamente, as ações estruturadoras da solidariedade se localizam principalmente no mercado e no Estado, definindo as ações sociais dominantes, calcadas na racionalidade instrumental: o dinheiro e o poder (Habermas, 1978; 1987). As ações não estabelecidas pela racionalidade instrumental, entretanto, sempre estiveram presentes e se constituem em instrumento indispensável à manutenção do tecido social. Localizando-se na esfera do mundo da vida (e definidas operacionalmente pela racionalidade substantiva), estas ações produzem solidariedade de outro nível. Os intercâmbios estabelecidos entre os atores não se dão de forma pontual e localizada, como é o caso das situações de troca de mercado entre consumidores, ou nas relações do Estado na provisão de serviços públicos, caracterizando também uma relação localizada entre o produtor de bens e o detentor de direitos (o cidadão). A solidariedade produzida na esfera do mundo da vida se dá a partir de trocas não circunscritas em um espaço de tempo, traduzindo-se antes de tudo pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajetória de sociabilidade não necessariamente inscrita na contabilidade da equivalência de objetos que se intercambiam. A troca, que se dá a partir do dom (elemento caracterizador deste tipo de solidariedade), apresenta as seguintes características:

Não existe sempre o retorno, no sentido habitual, mercantil do termo, de retorno material de objetos ou de serviços... Ao contrário, o retorno é frequentemente maior que o dom. Desde que haja troca, esta se distancia do princípio de equivalência mercantil. Os parceiros parecem frequentemente ter o prazer de desequilibrar constantemente o princípio da equivalência da troca, quer dizer, preferem se manter em estado constante de dívida... A única coisa não totalmente livre do dom é o fato de receber. Quer queira ou não, se recebe, e existe sempre retorno: a gratidão, que suscita o reconhecimento, este suplemento que circula e que não entra nas contas, são retornos importantes para os doadores (Godbout, 1992, p. 136-137).

Os processos de solidariedade originários a partir do fenômeno do dom e ancorados no cotidiano se constituem em elemento fundamental na estruturação do vínculo social. Primeiro, como nos mostra Godbout, a partir da transformação do indivíduo em pessoa,

...sujeito que se posiciona em uma série de atos de direitos e obrigações, de dívidas e créditos, que desenham sua existência concreta, que estabelece o lugar real, simbólico ou imaginário, onde as pessoas entram em interação (...) lugar de interconhecimento direto e concreto, seja de efetivas relações face a face ou simplesmente virtuais” (Ibid, p.197).

Depois, o estabelecimento da reciprocidade e da interdependência mútua que caracteriza a estruturação da sociedade, como nos mostra Gouldner (1960). Este processo de certa forma complementa as atividades inscritas na esfera econômica, onde o padrão de troca, levado a cabo a partir da divisão do trabalho, é realizado, resultando na interdependência das pessoas.

Como funcionam estes mecanismos de solidariedade? Desde Durkheim, em seu clássico *Da divisão do trabalho social*, os processos geradores de solidariedade, fundamentais para a manutenção do laço social, estão associados à interdependência entre os indivíduos em suas atividades cotidianas. Deste modo, as instituições sociais, locais de desempenho dos papéis sociais, seriam o lócus das práticas de solidariedade. Das práticas de solidariedade, identificadas por Mauss enquanto produtoras de “dádiva”, ou aquelas encontradas no mercado, não haveria diferenças significativas no que diz respeito às suas características básicas (geradoras de interdependência e de vínculo social etc.). A localização destes processos de sociabilidade, entretanto, se daria de maneira diferente, como observamos acima.

Nas sociedades modernas, aparentemente, haveria uma predominância das práticas sociais orientadas pelo dinheiro ou pelo poder, segundo a tese de Habermas⁵. As outras práticas (estruturadas no mundo da vida), entretanto, não desaparecem; inclusive, são de vital importância para o funcionamento destas sociedades (é a tese de Goudbout). Estas práticas se estruturam a partir da construção de redes sociais centradas nos processos de sociabilidade vivenciados pelos indivíduos em seu cotidiano.

A crescente importância de processos sociais centrados no mundo cotidiano seria uma das facetas mais importantes das mudanças que estão em curso. As estruturas identitárias se centram cada vez mais em afirmações particulares, primárias (religiosa), étnica, territorial (Castells, 1997), o que pode ser caracterizado como um paradoxo: diante de um mundo cada vez mais globalizado, se localizam crescentemente em laços ancorados em sociabilidades específicas. Conceitos totalizantes utilizados até então pelas ciências sociais, como classe, Estado, se tornam inadequados para explicar esta nova realidade.

Haveria, deste modo, um espaço cada vez mais importante para as ações coletivas localizadas em busca identitária de grupos que se definem enquanto pertencentes a uma etnia, um território, ou uma configuração cultural particular. Tais processos se estruturam por fora dos padrões anteriormente dominantes,

⁵ Esta progressiva interdependência entre os indivíduos, ao lado de uma individualização crescente, provocada pela economia monetária, é exemplarmente analisada em Simmel (1991).

como por exemplo, o da esfera do trabalho, ou mesmo perpassam os espaços territoriais do Estado-nação.

O campo dos cuidados da saúde, como vimos, não se restringe aos profissionais da área médica. Parte importante dos atores está localizada em campos de sociabilidade da sociedade civil (associações voluntárias, ONGs) e na esfera privada (as redes de sociabilidade primária – família, vizinhos, amigos). Existe uma intensa literatura que trata do assunto, descrevendo este fenômeno pelo nome de “Apoio Social”, que pode ser definido como “o conjunto de provisões instrumentais ou expressivas, reais ou percebidas, levadas pela comunidade, redes sociais e amigos íntimos” (Peña, 2003). Ainda segundo este autor, deve ser considerado três níveis de análise dos mecanismos que ativam o Apoio Social: (a) a comunidade; (b) as redes sociais; (c) as ligações mais íntimas, que proporcionam vínculo mais estreito.

O apoio social, como vimos, está ligado ao fenômeno do dom, de manifestação mais larga que cuidados a pessoas. É uma forma de circulação de recursos aportada por práticas de sociabilidade fora do mercado e do Estado. Em uma manifestação mais particular, a de cuidados a doentes ou pessoas com necessidades, ou a atenção e conforto psicológico resultantes desta relação, o apoio social tem efeitos muito conhecidos à saúde das pessoas e, indiscutivelmente, não pode ser substituído pela atenção proporcionada pelo Estado. Neste sentido, como afirma Badura (1986, p. 56):

1. Psychosocial needs like the feelings of belongingness, of being accepted and loved can be met only within the context of social relationships, especially within the family and at the work place;
2. Social policy is able to protect and to promote those informal social relationships; social policy is, however, unable to be a substitute for them;
3. The need for care, or – to frame it differently – the need for stable social relationships and for supportive face-to-face interactions is not confined only to the very young or the very old, to the sick, the disabled or deviant members of our society. Care is something everybody needs in order to cope with the stress and strain of daily life. Care is a fundamental prerequisite of a meaningful social life.

Apoio social, enquanto instrumento que mobilize recursos por fora das instituições localizadas no Estado e no mercado, tem importante função no tratamento e apoio de portadores de transtorno mental. Estes recursos, traduzidos na forma de apoio emocional ou de cuidados para o tratamento e acompanhamento da doença, podem ser alocados na esfera privada, a partir das redes primárias de sociabilidade (amizade, família, vizinhos) ou no campo da sociedade civil, a partir das redes secundárias (ONGs, associações de apoio etc.). Os referidos mecanismos não podem ser vistos como substitutos do Estado,

nem também passíveis de serem alocados a partir do mercado, pois a forma pela qual são produzidas as sociabilidades se reveste de uma natureza diversa, como já observamos acima. Os vínculos sociais estabelecidos entre as pessoas, por exemplo, resultam em uma prática que não se ancora em uma racionalidade típica da do mercado ou do Estado, a instrumental. Trata-se de um campo específico, que acima denominamos de redes sócio-humanas, que fazem parte do complexo sistema que estrutura o cuidado e atenção à saúde (ao lado das redes sócio-técnicas e sócio-institucional), mas com uma lógica própria.

Insisto no fato de que estas sociabilidades se desenvolvem com uma lógica própria, não sendo, portanto, passíveis de serem substituídas por outras lógicas, e que a sua existência é indispensável a uma prática adequada de cuidados a pessoas que mereçam atenção especial (doentes e idosos, por exemplo). A literatura sobre portadores de transtorno mental é bastante clara a respeito: os benefícios do apoio social sobre a saúde física e mental das pessoas não são aportados de outra forma a não ser a partir da complexa relação estabelecida a partir do vínculo ancorado do dom.

Sobre os cuidados com os portadores de transtorno mental: a reforma psiquiátrica e o desasileamento

Na década de 1960, na Europa, inicia-se um movimento que põe em questão a até então dominante prática de tratamento dos doentes mentais, o asilamento, o isolamento em manicômios. Beneficiados de certa forma pela revolução do tratamento provocada pela descoberta e aperfeiçoamento de uma série de medicamentos, estas pessoas podiam mais facilmente controlar suas crises e portanto ter a oportunidade de uma assistência domiciliar. Abre-se a possibilidade de questionar o modelo terapêutico dominante, fortemente autoritário: pessoas isoladas do convívio social, estigmatizadas e, segundo os críticos mais mordazes, cada vez mais assujeitadas à cultura manicomial.

As causas da doença mental são agora também atribuídas, ao lado dos processos de natureza biológicas, a processos sociais. O internamento em manicômios, desconsiderando esta questão, poderia exercer efeitos contrários ao esperado, o de controle e cura da doença. Defende-se agora o tratamento domiciliar, a reconstrução das redes sociais e empoderamento do doente mental, que se processa a partir do momento em que este indivíduo se põe em contato mais intenso com a família, com os amigos, enfim, quando cada vez mais se aproxima de uma rotina de sociabilidade “normal”. Tal movimento, conhecido por antipsiquiatria, psiquiatria comunitária, psicologia comunitária, é descrito abaixo por Legewie:

The drive for reform with scientific findings led, in USA, and in other western industrial nations, such as England, France, Scandinavia, Holland, Italy, and The Federal Republic of German, to varying developments and changes within the health system, all of which, however, having one goal in common: community oriented psychosocial care...the development of community psychology ... represents and attempts to depart the medical tradition in order to place the issue of mental health and environment within a general frame of reference. A first step was taken in the development of a community psychological prospect in the broadening of the concept of mental illness as something centered on the individual as understood by traditional clinical psychology and psychotherapy. The causes of mental illness are also to be regarded as determined by society and, indeed, specifically by the living conditions in the community. A logical consequence of this fact, social strategies must be put into effect for the prevention and treatment of mental illness, not only on a regional level but also on the local level of the community and the neighborhood as well as the level of primary and secondary groups (Legewie, 1986, p. 219).

No Brasil, a reforma psiquiátrica é resultado de um longo processo onde não somente os aspectos mais específicos da organização dos serviços de saúde mental são considerados, mas o sistema de saúde como um todo. Podemos afirmar que o movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil faz parte do movimento pela reforma sanitária, que culminou na implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) no início da década de 1990.

A reforma Sanitária faz parte de um grande processo descentralizador, com origens na Europa na década de 1970, chegando a América Latina na década seguinte, com a crise de legitimação dos regimes militares. Inaugura-se no continente uma vaga descentralizadora, e o poder local se converte em um denominador comum: é a principal bandeira de luta dos movimentos populares, de todos os partidos de esquerda, assim como dos projetos políticos conservadores e também apoiado por agências internacionais de desenvolvimento.

Participação popular e descentralização são os ingredientes de uma fórmula mágica, espécie de panacéia para as freqüentes crises de legitimação experimentadas pelas democracias ocidentais, com a conseqüente deslegitimação de seus instrumentos de organização política mais importantes, os partidos e os sindicatos. Os novos atores sociais passam a ser os principais agentes desta nova ordem política, instituída enquanto projeto restaurador dos ideários da democracia. Trata-se, na verdade, de um projeto que pretende encontrar uma fórmula que, de certo modo, corrija os vícios da democracia representativa (sem descartá-la), resgatando o princípio da universalidade, da possibilidade de existência de um foro para todos os segmentos da sociedade civil.

Não se trata, portanto, de instituir um sistema substitutivo ao da democracia representativa. Afora algumas experiências de reduzido alcance, não se admite como possibilidade um modelo de representação direta em nossas sociedades, bastante complexas. O que se pretende, na verdade, é uma fórmula complementar, onde, ao lado do sistema representativo, sejam abertos canais de participação que propiciem práticas cooperadas de gestão pública, conduzidas pelo Estado, mas com forte participação da sociedade civil

A ação descentralizadora, vista como um processo administrativo cujo objetivo é o aumento da eficiência com o aproveitamento racional dos recursos públicos disponíveis, deve considerar a esfera pública (lugar por excelência para a decisão sobre a produção de bens públicos) como um instrumento potencialmente poderoso para lograr a justiça social. Neste sentido, o processo descentralizador surge indissolavelmente ligado ao componente participativo, ferramenta de ampliação do acesso da sociedade civil à tomada de decisões.

A gestão participativa tem o seu conteúdo particularmente ancorado no local. Argumenta-se que as questões locais afetam mais diretamente o cotidiano das pessoas e que portanto devem ser resolvidas localmente. A esfera político-administrativa local, o município, deve organizar padrões de gestão onde o componente participativo seja o principal instrumento. A transferência, pois, de competência decisória a comunidades locais é o ingrediente fundamental do processo descentralizador, significando distribuição de poderes.

No Brasil, as experiências das décadas de 1970 e 1980 mostram que, muito além de meras declarações de princípios, as práticas de participação popular na gestão urbana se propagaram de forma impressionante por todas as partes. Entretanto, mesmo conduzidas por atores sinceramente empenhados em fazer valer os princípios de uma prática verdadeiramente democrática, estas experiências geraram também novos problemas. Examinando a literatura destas décadas, e comparando com escritos mais recentes, verificamos uma significativa contradição: de um lado, o otimismo, apoio e entusiasmo em relação à funcionalidade destes novos sistemas de gestão; por outro, certo descontentamento ao constatar que as coisas não funcionam tão bem como se previa.

A reforma sanitária e a conseqüente descentralização do Sistema de Saúde talvez seja uma das mais bem sucedidas experiências de descentralização. Com amplitude nacional, e fortemente regulamentada – garantindo desta forma recursos, base institucional para execução e conseqüente diminuição do risco de descontinuidade das políticas –, esta reforma é o resultado de um intrincado jogo político, com atores se enfrentando na regulação de um sistema complexo – o da gestão de políticas de saúde – envolvendo interesses freqüentemente em conflito. É o resultado dos militantes da saúde pública, inconformados com

uma prática médica dominante ancorada na especialização, fortemente orientada para ações curativas e com cada vez mais presença de interesses privados. A luta pela reforma sanitária traz como principal tópico da agenda o da universalização do acesso, de um lado, e uma ênfase em práticas de promoção de saúde, de outro.

O desenho do modelo é bastante complexo: desde a base (os municípios) até o topo da hierarquia administrativa brasileira (a Federação) são introduzidos mecanismos de participação popular, com os Conselhos de Saúde, formados por representantes da sociedade civil. Estes conselhos e as Conferências de Saúde, definem a agenda da saúde pública do país.

O conteúdo pleno desta prática de cuidados de saúde envolve, conseqüentemente, não somente um modelo de gestão descentralizada e participativa – que no sistema de saúde se estrutura para a definição das agendas a partir dos Conselhos e das conferências – mas também uma intensa relação entre a equipe de saúde da municipalidade com as redes e a comunidade onde habitam, vivem e constroem seus cotidianos. A saúde não é mais objeto de atenção do indivíduo e seu corpo com o cuidador: é o cuidado do corpo, do estado de sanidade, incorporado à promoção da saúde, à participação da comunidade e suas associações e também ao envolvimento das famílias, dos vizinhos. Trata-se, portanto, de uma concepção onde a construção e o resgate destas redes comunitárias e primárias são o conteúdo principal.

Em 06 de abril de 2001 é promulgada a Lei n. 10.216, que dispõe “sobre a proteção e os direitos das pessoas portadores de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Esta lei se baseia em um projeto do Deputado Paulo Delgado, que tramitou no Congresso Nacional por mais de uma década. A sua versão final foi apresentada a partir de um substitutivo do Senador Sebastião Rocha. Esta Lei formaliza uma prática que há algum tempo tem sido adotada em algumas cidades brasileiras⁶, a de oferecer um modelo de assistência diverso do até então existente, o do internamento hospitalar, e a de estimular o apoio da comunidade e dos laços primários do assistido enquanto instrumento central do tratamento. Com efeito, o artigo 2, Parágrafo Único, IX afirma ser direito fundamental da pessoa portadora de transtorno mental “ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental; o artigo 4., §3 veda a internação de pacientes portadores de transtorno mental em instituições com características asilares...”.

⁶Por exemplo, a experiência de Santos, do NAPS (Núcleo de Assistência Psicossocial), tem início na década de 1990.

O modelo de assistência e de tratamento segue o mesmo padrão ditado pelas diretrizes da reforma sanitária: territorialização, participação comunitária e ambiente multidisciplinar. Para o caso dos portadores de transtorno mental, instituem-se os CAPs (Centros de Atenção Psicossocial), com as seguintes características:

...devem oferecer condições que inexistem nos ambulatórios, no sentido de uma atenção diária e integral; devem ser regionalizados e oferecer um tratamento dito comunitário ou territorializado; isto é, que não retire o paciente de seus vínculos sociais e baseie-se não apenas nos recursos da instituição mas nos recursos comunitários; devem oferecer possibilidades expressivas, relacionais, de atividades e de convivência diversificadas e devem incorporar à ação terapêutica iniciativas de ajuda concreta à existência global do paciente antes tidas como extraclínicas (Tenório, 2002, p. 50).

Como consequência principal, o declínio do número de leitos em hospitais psiquiátricos, que passa de 72.514 em 1996 para 53.180 em 2003, um decréscimo de 26,6%, com a progressiva instalação dos CAPs e a inauguração de uma nova prática terapêutica. Como consequências secundárias, os autores têm apresentado algumas, com efeitos às vezes inesperadas ou não desejadas, seja pelo não cumprimento integral do modelo, seja por inadequações da nova proposta de intervenção aos ditames da resistência cultural ou mesmo dos profissionais de saúde mental. Alguns pontos merecem ser considerados:

(a) *a descentralização e as interfaces entre os diversos níveis político-administrativos.* Silva (2005) afirma que “a implementação dos princípios do SUS – como a descentralização da gestão, a atenção integral e a participação da comunidade – desencadeia tantos processos político-administrativos, gerando conflitos entre recursos e responsabilidades. Esse processo de descentralização acaba encarregando mais do que empoderando municípios, serviços e profissionais”.

(b) *o desengajamento do Estado.* Já há algum tempo os especialistas alertam que os processos descentralizadores podem resultar em transferência de responsabilidades desacompanhadas de recursos adequados e que este fato implica concretamente em uma oferta reduzida dos serviços. A mesma questão tem sido apontada por especialistas da reforma psiquiátrica:

...deve-se ter o cuidado para que o Estado não se exima por completo de sua responsabilidade, ao transferir o atendimento a pacientes psiquiátricos para unidades fora de sua rede. A transferência do cuidado dos usuários de saúde mental para Caps municipais e até para aqueles administrados por organizações da sociedade civil não pode significar a desresponsabilização do Estado. Para o Ministério da Saúde é

cômodo e econômico tirar dos hospitais os pacientes internados, como acontece com aqueles beneficiados pelo Programa de Volta para Casa⁷. Neste caso, o usuário dos serviços de saúde mental recebe um benefício de um salário mínimo. Caso continuassem internados, o MS gastaria cerca de 3,5 vezes mais por cada paciente (Mattar, 2004).

Também deve ser considerado o fato de que em países de baixo ou médio desenvolvimento, o Estado do Bem Estar Social não se desenvolve de forma satisfatória, o que faz com que as famílias ou grupos da sociedade civil sejam os provedores principais dos cuidados. Há um risco bastante alto que com a reforma, a desinstalação dos manicômios não seja acompanhada pela substituição dos serviços antes ofertados por outros, o que resulta na maior presença do que Alves denominou de Sociedade Providência:

A Política de Saúde Mental em Portugal é analisada a partir do conhecimento dos modos de produção de respostas na saúde mental. (...) Portugal é uma sociedade semi-periférica, e a sociedade providência [é constituída de modo particular] em que as redes de solidariedade que se processam na base de laços de parentesco (a família) aparecem como forma de resposta social aos problemas que a doença mental coloca. A nossa hipótese anuncia a contradição encontrada ao nível das Políticas de Saúde Mental entre o definido legalmente (Psiquiatria Comunitária de Inserção Social) e a realidade prática (exclusão social) e introduz as famílias e portanto a sociedade providência como fundamental nesta análise (Alves, 1998, p. 06-07).

(c) finalmente, deve-se considerar se efetivamente há um ambiente sócio-cultural ao estabelecimento de práticas previstas na reforma psiquiátrica. De um lado, se há efetiva densidade associativa, conseqüentemente, se as condições de participação são preenchidas. Se as comunidades dispõem de densidade adequada de capital social, permitindo, desta forma, uma efetiva participação. Por outro, se os diversos atores envolvidos diretamente nos cuidados (profissionais de saúde em geral, membros das redes primárias dos pacientes envolvidos diretamente na sua assistência) assimilam o conteúdo ou a filosofia desta nova prática, incorporando-a sem resistências, ou se, diante de um quadro institucional novo, velhas mentalidades ainda persistem. Se, por exemplo, as famílias – por conta da difícil tarefa de lidar com o preconceito, o estigma e a exclusão – julguem mais adequada a prática tradicional do asilamento e que, na impossibilidade prática de internar o portador de transtorno mental, o isole em sua residência e o exclua do convívio social; ou se a equipe de saúde ainda considere mais eficaz o tratamento medicamentoso, utilizando-o preferencialmente a outro que se apresente como alternativo.

⁷ Programa que dispõe sobre auxílio monetário aos portadores de transtorno mental, ou seu representante legal instalado a partir da Lei n. 10708, de 31 de julho de 2003.

Referências

- ALVES, Maria de Fátima Pereira. (1998). A família como suporte da política de saúde mental em Portugal. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, (Dissertação de Mestrado).
- BADURA, (1986). Bernhard Social networks and the quality of life. In: FRICK, Dieter (Ed) The quality of urban life. Social, psychological and physical conditions. Berlin, Walter de Gruyter, pp.55-61
- BARNES, J.A (1987). Redes sociais e processo político in: A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização e Introdução de Bela Feldman-Bianco. São Paulo, Global, 1987, pp.159-92
- BENBENASTE, Verônica. (2006). *Flujo de Información y referencias de usuarios en la Red infanto-juvenil de Salud Mental de ciudad de Buenos Aires. Estudio de caso utilizando Análisis de Redes Sociales. Buenos Aires*, CEDES-FLACSO. (Maestría en Ciencias sociales y Salud).
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2002). Secretaria de Assistência à saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em saúde. *Experiências Inovadoras no SUS: Relatos de Experiências/Novas tecnologias Assistenciais/Secretarias Estaduais de Saúde/ Brasília*, Ministério da Saúde.
- BRASIL, Ministério da Saúde. (2004). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas estratégicas. *Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília*, Ministério da Saúde.
- BRUGHA, T.S. (ed) (2006) *Social support and psychiatric disorder : research findings and guidelines for clinical practice*. London, Cambridge University Press
- CANIELLO, Márcio; JUSTINO FILHO, José. (2005). *Eficiência e eficácia nos Conselhos Municipais de Saúde da Paraíba: um estudo comparativo*. In: SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), XII Congresso GT Saúde e Sociedade. Belo Horizonte (mimeo)
- CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera. (2003). O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(2):569-584, 2003
- CARDOSO, Carlos Alberto; RODRIGUES, Núbia (1998) Idéia de sofrimento e representação cultural da doença na construção da pessoa. In: DUARTE, Luís Fernando. *Doença e sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, , pp. 137-149
- CASTELLS, Manuel (1997) *The rise of the network society*. Cambridge, MA, Blackwell
- CASTRO, Janete Lima; VILAR, Rosana Lúcia Alves; FERNANDES, Vicente de Paula. Precarização do trabalho do agente comunitário de saúde: um desafio para a gestão do SUS (mimeo)
- CHEUNG, Siu-Kau; SUN, Stephen Y.K. (2000) Effects on self-efficacy and social support on the mental health conditions of mutual-aid organization members. *Social Behavior and personality*, 28(5):413-22
- COHEN, Simone Cynamon; CYNAMON, Szachna Elisaz (et al) (2004) Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(3):807-813
- CORTES, Soraya Maria Vargas (2002). Construindo a possibilidade da participação dos usuários. Conselhos e Conferências no sistema Único de Saúde. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan/jun pp. 18-49

- COSTA, Albanita Gomes; LUDEMIR, Ana Berarda. (2005) Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da zona da mata de Pernambuco, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(1):73-79
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. (2004). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1 São Paulo, Editora 34.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz; KYRILLOS NETO, Fuad (2004). Sobre a retórica da exclusão. A incidência do Discurso ideológico em serviços substitutivos de cuidados psíquicos. *Psicologia, Ciência e profissão*, 2(11):116-125
- DUPERTIUS, Leslee L. ALDWIN, Carolyn. BOSSÉ, Raymond. (???) Does the source of support matter for Different health outcomes? Findings from the normative aging study
- FERNANDES, Paula T (et al) (2004) Formação de grupos como suporte Psicológico e Social na Epilepsia. *J. Epilepsy Clin. Neurophysio* 10(3):171-174
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior (1999). Capital Social e Terceiro Setor: Sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. *Cadernos do CRH*, 30/31:239-264
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior; MARTINS, Paulo Henrique (2004) *Redes Sociais e Saúde*. Recife, Editora da UFPE
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior (org); MARTINS, Paulo Henrique (org) (2006) *Redes, práticas Associativas e Gestão Pública*. Recife, Editora da UFPE,
- FORTES, Paulo Antônio de Carvalho.(2004) Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.3, pp. 30-35
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2005 (coleção Estudos)
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica* (2004). São Paulo, Forense Universitária
- FREITAS, Alexandre Simão. Fundamentos para uma sociologia crítica da Formação Humana. Um estudo sobre o papel das redes associacionistas. Recife, PPGS/UFPE, 2005 (Tese de Doutorado)
- FREY, Klaus. (2003) Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Rev. Sociol. Polit.* no.21, p.165-185. ISSN 0104-4478
- FRICK, Dieter (Ed) (1986). *The quality of urban life. Social, psychological and physical conditions*. Berlin, Walter de Gruyter.
- GALASKIEWICZ, Joseph. (1994). *Advances in social network analysis*. London, Sage Publications.
- GOFFMAN, Erving. (1996). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- GOUDBOUT, Jacques. (1992) *L'esprit du don*. Paris, Edition la Découverte
- GOULDNER, Alvin (1960). The norm of reciprocity : a preliminary statement. *American Sociological Review*, n.25 :161-178
- HABERMAS, Jürgen (1978) *Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé*. Paris, Payot.
- HILLMAN, Alison.(2005) Human rights and desinstitutionalization: a story in the Americas. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, 18(4/5)
- LATOUR, Bruno. (2005). On Recalling ANT. In: LAW, John; HASSARD, John (eds) *Actor Network theory and after*. Oxford, Blackwell Publishing. pp. 15-25
- LAW, John; HASSARD, John (eds) (2005). *Actor Network theory and after*. Oxford, Blackwell Publishing.

- LAW, John (2005). After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, John; HASSARD, John (eds) *Actor Network theory and after*. Oxford, Blackwell Publishing. pp.01-15
- LEE, Nick and Steve Brown (1994) Otherness and the Actor network: the undiscovered continent. *American Behavioural Scientist*, 36:772-790.
- LEGEWIE, Heiner; WIEDERMANN, Peter M (1986). Part E: Mental Health – Introduction. In: FRICK, Dieter (Ed) *The quality of urban life. Social, psychological and physical conditions*. Berlin, Walter de Gruyter pp.219-227
- LEVY, Flávia Mauuad; MATOS, Patrícia Elizabeth de Souza; TOMITA, Nilce Emy. (2004) Programa de Agentes comunitários de saúde : a percepção de usuários e trabalhadores de saúde. *Cad.Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 20(1), 197:203
- LIMA, Paulo José Tavares. (2006). Solidariedade: dêskonstruindo estigmas e produzindo inserção social para portadores de transtornos mentais: das experiências comunitárias da cidade de Gheel (Bélgica) às casas-lar da comunidade terapêutica emocy Krause (COMEK) em Jaboatão dos Guararapes-PE. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior; MARTINS, Paulo Henrique (orgs) *redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife, Editora da UFPE.
- LUCCHESI, Patrícia T.R. (2003). Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução de desigualdade em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(2):439-448.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. (2003). Atenção básica e Programa de Saúde da Família (PSF): novos rumos para a Política de Saúde e seu financiamento. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(2): 403-415.
- MATTAR, Maria Eduarda. (2004). Mais reforma em mente in: *La insignia*. 10 de outubro de 2004
- MAUSS, Marcel. (2003) *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif
- MEDEIROS, Marcelo (2000) A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 22, dez (IPEA)
- NETO, Milton Meneses da Costa (org). (2000). *A Implantação da Unidade de Saúde*. Brasília, Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ação Básica
- OLIVEIRA, Francisco J. Arsego. (1998). Concepções de doença: o que os Serviços de saúde têm a ver com isto? In: DUARTE, Luiz Fernando. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 91-94
- PEDROSA, José Ivo dos Santos; TELES, João Batista Mendes. (2001). Consenso e diferenças em equipes do Programa Saúde da Família. *Revista Saúde Pública*. 35(3):303-11
- PEÑA, Roser Fernandes. (2003). Redes Sociales, apoyo social y salud. *Periferia*, número 03, Dez 2003 (disponível no site www.periferia.name)
- PESSOTO, Umberto Catarino; NASCIMENTO, Paulo Roberto; HEIMANN, Luisa Sterman (2001). – A gestão semiplena e a participação popular na administração da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17 n.1, Rio de Janeiro jan/fev.
- PIRELLA, Agostino.(1986) The reform of health and Psychiatric services in relation to the quality of urban life. Experiences in the region of Piedmont and in the city of Turin. In: FRICK, Dieter (Ed) *The quality of urban life. Social, psychological and physical conditions*. Berlin, Walter de Gruyter, pp.241-248
- RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria Sigmas, (2003). significado e Práticas relativos à doença mental. In: RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, pp. 43-74

- RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria (2003). Narrando a doença mental no Nordeste de Amaralina: relatos como realizações práticas. In: RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, pp. 75-87
- RIBEIRO, Edilza Maria. (2004). As várias abordagens da família no cenário do Programa/Estratégia de Saúde da Família (PSF) *Rev. Latino Americana de Enfermagem*, 12(4):658-64
- SANTOS, Jair Ferreira. WESTPHAL, Márcia Faria. (1999). A recente mudança de paradigma no campo da saúde. In: *Estudos Avançados* São Paulo, USP, vol. 13, num. 35, jan/abril, pp 71-88
- SILVA, Pedro Luiz Barros. (2003). *Serviços de Saúde: o dilema do SUS na nova década*. São Paulo em Perspectiva, 17(1): 69-85.
- SILVA, Martinho Braga Batista. (2005). Psychosocial care and population management: discours and practices concerning responsibility in mental health. *Psyvis* [online] jan/jun, pp. 127-150.
- SIMMEL, Georg. (1993) Sociabilidade – um exemplo da sociologia pura ou formal. In: *Simmel, Georg Sociologia* (org.) Evaristo Moraes Filho. São Paulo, Ática, pp.165-181
- SLIWANY, R.M. (1997). *Sociometria: como avaliar a qualidade de vida*. Petrópolis, Vozes.
- SMITH, B.J., & Jones, R.T. (1993). Mental Illness and social support. *Psychological Science*, 207-219.
- SOUZA, Iara Maria (2003). Na trama da doença: uma discussão sobre redes sociais e doença mental. In: RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro, 2003. Ed. Fiocruz, pp. 89-124
- SOUZA, Iara Maria (2003). O asilo revisitado In: RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro, 2003. Ed. Fiocruz, pp. 139-168
- SOUZA, Rafaela Assis; CARVALHO, Alysson Masote. (2003) Programa Saúde Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 8(3):515-523
- SOUZA, Waldir da Silva (2001). Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(4)933-939, jul-ago.
- TENÓRIO, Fernando. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira na década de 80 aos dias atuais: história, ciências, saúde vol. 9(1):25-59, jan.abr.
- TRAD, Leny Alves Bonfin; BASTOS, Ana Cecília de Souza. (1998). O impacto sócio-cultural do Programa de Saúde da Família (PSF): uma proposta de avaliação. *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 14(2): 429-435, abr/jun
- WELMAN, Barry. Network analysis: some basic principles in: _____(ed) *Sociological theory*. 1983
- WIDMER, Eric (2002). Family context as a cognitive networks: a network approach of family relationships. Presentation at the symposium “the complexity of the family system: different approaches to studying within-families dynamics” *International Academy of Family Psychology* Meeting, Heidelberg.
- YUNES, João – O SUS na lógica da descentralização in: *Estudos Avançados* São Paulo, USP, vol. 13, num. 35, jan/abril 1999, pp. 65-70.

RESUMO

Redes sociais e saúde: sobre a formação de redes de apoio social no cotidiano de portadores de transtorno mental

O Brasil experiência a partir da década de 90 uma importante reforma no seu sistema de saúde: a Criação dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e uma nova prática na assistência aos portadores de Transtorno mental. A reforma psiquiátrica no Brasil ainda está em construção. Os seus pressupostos partem do fato de que a âncora territorial e os laços de sociabilidade primários são um instrumento importante, indispensável ao enfrentamento das adversidades provocadas pelo sofrimento psíquico. Pretendemos introduzir a temática da reforma psiquiátrica a partir da experiência dos CAPS; colocando em pauta as seguintes questões: (a): como as redes sociais ancoradas na comunidade podem se constituir em instrumento auxiliar na gestão do programa CAPs, partindo do princípio que a abordagem deste programa tem por pressuposto a base comunitária e de sociabilidade primária de seus assistidos? (b) de que forma diferentes estruturas de redes são mais funcionais ao enfrentamento das adversidades do que convivem com o sofrimento decorrente do transtorno mental? Quer dizer, não queremos somente analisar a lógica da prática destas políticas de saúde a partir de um pressuposto – o da importância do desasileamento e da reinserção do indivíduo na sociabilidades cotidianas -, enunciado nos documentos oficiais sobre CAPS, mas também verificar a possibilidade de se avaliar a eficácia destas práticas de políticas públicas de saúde, considerando que uma ancoragem dos operadores do sistema público de saúde nas estruturas de sociabilidade primárias de seus assistidos significa uma perspectiva diversa daquela adotada, de um lado, em uma medicina clínica, e de outro, em uma hospitalar/asilar dos profissionais de saúde mental.

Palavras-chave: Redes Sociais; Saúde Mental; Políticas Públicas

ABSTRACT

Social networks and health: on the making of social support networks in the everyday life of carriers of mental disease

Since the 1990s Brazil has witnessed a major reform of its health system: the creation of CAPS (Psychosocial attention centres) and a new aid practice for sufferers of mental health problems. Psychiatric reform in Brazil is still in progress. It starts from the basic proposition that the territorial anchor and the ties of primary sociability are an indispensable instrument in dealing with adversity provoked by psychic suffering. We intend to present the theme of psychiatric reform based on the experience of CAPS; putting the following questions on the agenda: (a): how can social networks anchored in the community constitute an auxiliary instrument in the administration of the CAPs programme starting from the proposition that the approach of this programme presupposes a community base and the primary sociability of those care for? (b) In what way are different network structures more functional in dealing with the adversities of those who live with the suffering following from mental crisis? This is to say that we wish not only to analyse the practical logic of these health policies from the presupposition – the importance of de hospitalization and the

reinsertion of the individual in everyday sociability – announced in the official documents of CAPs. We wish also to verify the possibility and evaluate the efficiency of these public health policy practices in view of the fact that the anchoring of the professionals of the public health system in the primary sociability structures of those in their care implies a perspective different from that adopted, on the one hand, by clinical medicine and on the other in a hospital/home of mental health professionals.

Keywords: Social Networks; Mental Health; Public Policies

Recebido para apreciação: marco de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

CORPO, SAÚDE E TRABALHO: (RE)PENSANDO OS USOS DO CORPO E OS “PAPÉIS FEMININOS” NA EXPERIÊNCIA DO CÂNCER DE MAMA

Waleska de Araújo Aureliano

Este artigo é um recorte de uma pesquisa realizada em dois grupos de ajuda mútua voltados para mulheres que tiveram câncer de mama na cidade de Campina Grande (PB) (Aureliano, 2006)¹. A proposta central foi de compreender e mostrar o processo de compartilhamento da experiência da doença através da narrativa das mulheres mastectomizadas dentro dos grupos e como este processo se ligava à reconstrução das identidades sociais afetadas pela doença. A pesquisa de campo revelou um grande leque de possibilidades para se pensar a experiência do câncer de mama na nossa sociedade, quais sejam, os aspectos relacionados à construção e percepção do corpo feminino, a relação da doença/mutilação com a sexualidade, o estigma social do câncer em si como também os aspectos relacionais da doença envolvendo a família, o trabalho e a religião.

Da grande gama de categorias e espaços sócio-culturais envolvidos no processo de adoecimento da mulher vítima do câncer de mama, as questões envolvendo gênero, saúde e trabalho se mostraram extremamente relevantes para se pensar o objeto de pesquisa e seus sujeitos, as mulheres. Neste artigo, busco apresentar, então, os elementos envolvendo estes três aspectos no processo de adoecimento vivenciados por minhas informantes, especificamente para aquelas pertencentes às classes populares², por terem sido elas maioria no meu campo de pesquisa.

¹ Para melhor contextualizar o leitor, um dos grupos pesquisados era, na verdade, um grupo de fisioterapia localizado no hospital público da Fundação Assistencial da Paraíba (FAP), sendo parte complementar do tratamento pós-cirúrgico do câncer de mama naquela instituição. A prática da ajuda mútua desenvolveu-se ali de maneira espontânea entre as pacientes, sendo, no entanto, bastante estimulada pela terapeuta. Todas as pacientes eram atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Já o segundo grupo pesquisado, chamado Amigas e Amigas, não estava ligado a nenhuma instituição médica, embora tenha sido fundado por uma mastologista e uma fisioterapeuta. A proposta deste grupo era claramente a de ser um grupo de apoio à mulher mastectomizada.

² Os termos classes populares e camadas populares referem-se aqui aos grupos sociais caracterizados pela baixa renda familiar que impossibilita ou restringe o acesso a certos

A escolha por articular gênero, saúde e trabalho foi motivada pela constatação na pesquisa de campo de que as alterações corporais resultantes da cirurgia de retirada da mama (a mastectomia) têm uma influência muito grande não apenas (nem principalmente, em muitos casos) nas questões ligadas à sexualidade feminina como possa parecer em um primeiro momento, mas se apresenta de forma muito pertinente na dinâmica laboral, sobretudo para as mulheres das camadas populares, onde a identificação profissional/ocupacional foi majoritariamente definida como *do lar* pelas mulheres entrevistadas. O trabalho doméstico realizado pela grande parte das minhas informantes foi, de certa forma, comprometido e dificultado após a mastectomia. Entretanto, nos discursos observei uma tentativa de manutenção do status de dona de casa como forma de negação do caráter invalidante trazido pela doença/mutilação e como meio de manter uma identidade particular no mundo do trabalho. A gerência dos usos do corpo na atividade doméstica era colocada por muitas delas como uma forma de normatizar o cotidiano após a experiência do câncer, não permitir uma vitimização por parte da família e garantir certa autonomia na atuação dos seus corpos no espaço doméstico³.

Podemos argumentar que outras mutilações ou doenças crônicas afetariam igualmente o desempenho das atividades domésticas de uma dona de casa, tais com a perda de um braço ou de uma perna, sendo estas mutilações até mais significativas no que diz respeito às limitações que podem gerar para a prática de certas atividades físicas. Contudo, há na mutilação gerada pelo câncer de mama um diferencial com relação a outras formas de amputações no corpo físico: a mastectomia produz uma “deficiência” cuja visibilidade é controlada, pois, a princípio, ela não é aparente, não pode ser facilmente identificada e, com isso, legitimada socialmente. A negociação dessa visibilidade do corpo modificado

bens culturais, sociais e/ou de consumo tais como a educação formal e os sistemas de saúde privados. Neste artigo, estou optando por trabalhar mais com os relatos das mulheres do grupo da FAP por serem quase todas pertencentes a famílias com renda inferior a três salários mínimos, atendidas exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e com baixa escolaridade. Além disso, estou considerando situações observadas na pesquisa de campo que demonstravam claramente as dificuldades financeiras que determinavam, por exemplo, a participação das mulheres nos dois grupos, como a falta de dinheiro para pagar uma passagem de ônibus.

³ Devo ressaltar, entretanto, que algumas das mulheres que se declaravam do lar ou dona de casa também possuíam alguma atividade fora do espaço doméstico, como agricultora ou costureira, mas esta atividade era relegada a um segundo plano devido à informalidade da ocupação e seu retorno financeiro impreciso, sendo geralmente apontada como um “bico” para ajudar a família.

possibilita a muitas mulheres o trânsito seguro nos diversos espaços sociais que elas freqüentam sem deixar aparente sua condição de mastectomizadas, evitando os confrontos sociais nos quais a revelação de sua diferença física pudesse levar a uma estigmatização, seja por causa da mutilação, seja por causa do câncer enquanto doença associada à morte. Esse poder de negociação é usado pela mulher mastectomizada em vários momentos de sua trajetória, como veremos adiante, e permite a ela gerenciar e adequar seus discursos e sua percepção sobre o corpo de maneira muito distinta de outros tipos de mutilação.

Todo o contexto de significação do câncer de mama está intimamente ligado, porém, à representação social que envolve o corpo feminino em nossa sociedade, estando a mama associada à sexualidade, à maternidade e à feminilidade da mulher. Desse modo, as questões relativas ao corpo/doença nesta pesquisa tornaram-se complexas devido à questão de gênero aqui envolvida. Além de pensar a construção social e política do corpo em si, este trabalho deve ser pensado também dentro de uma perspectiva de gênero e, particularmente, de gênero e doença. Concordo, assim, com Lorber quando diz que:

Gênero impacta no adoecimento através de circunstâncias econômicas, responsabilidades no trabalho e na família, escolhas de estilos de vida, interações sociais com membros da família e pessoas íntimas, e nas interações com os profissionais de saúde (...) a justaposição de gênero e saúde apresenta dois problemas principais: diferenças de sexo *versus* diferenças de gênero e diferenças entre-grupos *versus* diferenças dentro-dos-grupos (Lorber, 1997, p. 5)⁴.

A doença afeta e interfere não apenas na percepção do corpo em si, mas também em certos papéis femininos, cultural e historicamente instituídos, como os de mãe, esposa e trabalhadora. Nos grupos aqui estudados, a mulher estava quase sempre sendo chamada a retomar “o seu lugar” na família e na sociedade. Além disso, as políticas públicas voltadas para a saúde feminina têm dado ênfase à responsabilidade da mulher sobre seu próprio corpo, seja através do controle da concepção ou através da realização de exames preventivos. Exige-se da mulher o controle da sua saúde e, conseqüentemente, o controle dos papéis e posições que ocupa e que podem ser afetados por uma doença.

⁴ “Gender impacts on illness through economic circumstances, work and family responsibilities, lifestyle choices, social interactions with family members and other intimates, and interactions with health professionals. (...) The juxtaposition of gender and illness presents two major problems: sex differences versus gender differences and between-group differences versus within-group differences.”

Diferente de outras amputações geradas pelo câncer, tais como a retirada de um órgão interno (pulmão, rim) ou de um membro, a perda da mama ou do útero devido ao câncer é muitas vezes vista como evitável considerando que a mulher, segundo a percepção médica vigente, deve ter o controle da sua saúde, ginecológica sobretudo, através da prática constante de cuidados com o seu corpo⁵.

Temos toda uma história social da medicalização e do controle do corpo feminino (Rohden, 2001; Vieira, 2002; Matos, 2003). Estes trabalhos nos mostram como o corpo da mulher foi (e é) construído dentro de discursos médico-morais que circunscrevem a mulher dentro de uma “natureza feminina” através dos “aspectos biológicos” que a distinguiriam definitivamente do homem: a menstruação e a gestação. O biológico seria o fator determinante da “personalidade feminina”, impossível de ser outra, mas suscetível de controle e ajustamento através da “educação das mulheres” e da construção moral que acentuavam suas supostas “funções naturais”, como a maternidade. Como coloca Vieira:

A medicalização do corpo feminino, com o desenvolvimento técnico da medicina, permite a formação e manutenção da sociedade em relação às questões de saúde que envolvem a reprodução humana, ao elaborar idéias que, através de uma racionalidade moderna e científica, visam ao entendimento e conseqüente intervenção nesse corpo como estratégia social. (...) Na medida em que trabalha e focaliza sua intervenção no corpo feminino, a medicina cria modelos científicos para a sexualidade e a reprodução de tal forma que as ansiedades sociais em relação a essas questões possam ser expressas (Vieira, 2002, p. 24-25).

Assim, pretendo discutir inicialmente como a idéia do corpo feminino e dos papéis sociais associados a ele foi social e culturalmente construída em nossa sociedade, como essa representação é percebida e reelaborada pela mulher mastectomizada e quais os discursos e visões (muitas vezes ambíguos) que passam a ser utilizados para (re)pensar esse corpo após a experiência da doença.

⁵Um exemplo desta responsabilização da mulher em evitar o câncer de mama esteve presente em uma campanha publicitária dos anos 1980 que enfatizava a importância do auto-exame das mamas para prevenção do câncer utilizando o slogan: “Câncer de mama – a cura pode estar em suas mãos”. Focalizar excessivamente a responsabilidade individual da mulher sobre os cuidados com o corpo desvia a atenção de segmentos e setores sociais que também têm responsabilidades com relação à saúde da mulher, tais como as esferas governamentais que, no Brasil, não oferecem assistência preventiva adequada no serviço público de saúde (uma mamografia, exame que detecta alterações na mama, pode levar até três meses para ser autorizada em alguns hospitais públicos de Campina Grande, por exemplo).

Construindo o corpo feminino: apontamentos sobre a criação da mulher

Faz-se aqui necessária uma breve discussão teórica sobre a construção histórica dos discursos sobre o corpo feminino e a criação e instituição de certos papéis femininos presentes em nossa sociedade. A partir de uma análise da normatização dos corpos nas sociedades ocidentais, destaco o papel da medicina nesta operação, sobretudo através dos discursos sobre a medicalização do corpo feminino no Brasil desde o século XIX, por entender que a voz da biomedicina continua a ser uma das mais ouvidas no que se refere à criação de normas, padrões e condutas sobre os corpos, não sem gerar releituras, resistências e conflitos.

Segundo Mauss, “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é o seu corpo” (Mauss, 2003, p. 407). Dentre os princípios de classificação das técnicas corporais, Mauss aponta para uma divisão das técnicas do corpo entre os sexos e sua variação com as idades. Segundo o autor, os homens teriam um modo particular de fechar o punho que seria difícil de ser aprendido pelas mulheres, mesmo que lhes fosse ensinado. Do mesmo modo, as idades impactariam nas técnicas do corpo: um idoso não pode agachar-se como uma criança e, mesmo pessoas de idades próximas não teriam a mesma habilidade para se agacharem, pois tal técnica estaria difundida de maneira diferente nas diferentes culturas.

Mauss não deixa de privilegiar a função da aprendizagem e da tradição para a transmissão das técnicas corporais, quando elas se constituem como um hábito adquirido e vivido pelas pessoas. As observações de Mauss nos são interessantes para que possamos compreender os usos sociais do corpo e analisar a transmissão das práticas corporais nos atos mais comuns da vida humana, tais como o comer, o andar, o dormir etc. Todas são atividades biologicamente comuns aos humanos, mas representadas e realizadas distintamente nas diferentes épocas e culturas.

Contudo, o que Mauss apresentou como técnica associada a um adestramento, algo que “os homens praticaram voluntariamente a si mesmos e a seus filhos” (Ibid, p. 410), poderia ser analisado igualmente como uma disciplinarização e normatização dos corpos sob a perspectiva foucauldiana. Analisando o período histórico (centrado na cultura ocidental) que vai do século XVII ao XIX, Foucault vai nos mostrar como se construíram os “corpos dóceis”, corpos adestrados e modelados na disciplina dos exércitos, das prisões e das escolas. O modo de marchar, a maneira de escrever, a postura do corpo, todos esses elementos que ultrapassaram os muros institucionais para constituir um modelo a ser aplicado aos corpos em sociedade.

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (...) em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações (Foucault, 1987, p. 118).

O corpo na análise de Foucault é o local do exercício de uma eterna disciplina com fins de obter o máximo de rendimento, obediência e produtividade. O que não significa que não incorram resistências, existindo e disputando com os discursos normatizadores que se desenvolvem dentro dos processos sociais de ação sobre os corpos.

Dentre as instituições disciplinadoras dos corpos, estaria também a medicina e suas estruturas correspondentes, tais como os hospitais. Analisando a formação do que chamamos de medicina social, Foucault (2000) nos mostra como se realizou a trajetória da disciplinarização da medicina enquanto saber científico a partir de sua atuação política na formação dos Estados europeus (sobretudo o alemão), no exercício de uma medicina urbana que tratasse dos problemas gerados pela crescente urbanização das cidades (analisando o caso da França) e a medicalização dos pobres, utilizada como instrumento de controle das classes trabalhadoras (o caso da Inglaterra). A partir destes três pontos, o autor nos mostra como se deu a construção do saber médico e seu papel crucial na normatização e disciplinarização dos corpos nas sociedades ocidentais a partir dos séculos XVIII e XIX. Era uma medicina que se dispunha a cuidar dos indivíduos – através de uma atuação assistencialista destinada aos pobres –, e da população através do controle das epidemias, da vacinação e da higienização das cidades. Assim, aquele que seria o representante maior da medicina – o médico – foi investido de poderes para gerir e deliberar não apenas sobre a saúde dos indivíduos, mas sobre a forma como eles deveriam se organizar e viver socialmente:

Acerca da sociedade, de sua saúde e suas doenças, de sua condição de vida, de sua habitação e de seus hábitos, começa a se formar um saber médico-administrativo que serviu de núcleo originário à ‘economia social’ e à sociologia do século XIX. E constitui-se, igualmente, uma ascendência político-médica sobre uma população que se enquadra com uma série de prescrições que dizem respeito não só à doença, mas às formas gerais da existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade e a fecundidade, a maneira de se vestir, a disposição ideal do *habitat*) (Foucault, 2000, p. 202).

Esse poder disciplinador da medicina, verificado, como coloca Foucault, nas mais diversas instâncias sociais, ditando comportamentos e ações, não poderia

deixar de estar presente na construção mesma dos corpos humanos para além da sua fisicalidade, na determinação de uma *conduta corporal* e de uma *moral dos corpos*, tanto para os homens quanto para as mulheres. Porém, considerando-se que a produção do conhecimento médico-científico durante a consolidação da medicina enquanto ciência foi essencialmente masculina, os discursos sobre o corpo da mulher e sua medicalização estão carregados de uma moral que coloca a mulher como ser primordialmente “natural” e “orgânico” em oposição ao homem, um ser “cultural” e “histórico” (Matos, 2003).

Vieira (2002), analisando os discursos das escolas médicas brasileiras do século XIX, nos mostra como se consolida a figura do médico e do saber que ele representa a partir da necessidade de higienização das grandes cidades brasileiras que passaram por transformações neste período com o crescimento demográfico. O discurso médico propôs o controle da periculosidade sanitária (higienização das cidades), o saneamento dos espaços públicos e a ordenação da vida familiar. Neste último aspecto, a mulher foi chamada a cumprir um papel que, segundo a medicina do século XIX, estaria de acordo com a sua “natureza”. A mulher passou a ser valorizada como esposa e mãe e adquiriu maior poder de atuação dentro do lar, no espaço privado, a partir do momento em que foi colocada para ela a atribuição do cuidado dos filhos e da administração do espaço doméstico. Ela tornou-se a primeira e mais importante aliada da medicina na execução dos controles relacionados à manutenção da saúde nos lares, sobretudo nas ações que diziam respeito ao controle da mortalidade infantil⁶. A construção de um discurso sobre a “natureza feminina” está intimamente ligada à centralidade dada pela medicina da época ao aparelho reprodutor da mulher:

A idéia de ‘natureza feminina’ baseia-se em fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher – a capacidade de gestar, parir e amamentar, assim como também a menstruação. Na medida em que essa determinação biológica parece justificar plenamente as questões sociais que envolvem esse corpo, ela passa a ser dominante, como explicação legítima e única sobre aqueles fenômenos. Daí decorre idéias sobre a maternidade, instinto maternal e divisão sexual do trabalho como atributos ‘naturais’ e ‘essenciais’ à divisão de gêneros na sociedade (Vieira, 2002, p. 32).

Também Matos (2003), analisando o discurso médico paulista sobre as representações do corpo feminino e masculino em fins do século XIX e início do século XX, observa que:

⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre o papel da medicina no processo histórico de construção da família no Ocidente e sua relação com as mulheres, ver Ariès (1978) e Donzelot (1986).

Os médicos viam a mulher como produto de seu sistema reprodutivo, base de sua função social e de suas características comportamentais: o útero e os ovários determinariam a conduta feminina desde a puberdade até a menopausa, bem como o seu comportamento emocional e moral, produzindo um ser incapaz de raciocínios longos, abstrações e atividade intelectual, mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza; a combinação desses atributos, aliada à sensibilidade emocional, tornava as mulheres preparadas para a procriação e a criação dos filhos (Matos, 2003, p. 114-5).

Essa determinação biológica da mulher a inscrevia no espaço privado do lar e das funções maternas e domésticas. Sua “natureza emotiva” seria ideal para gerar e cuidar dos filhos. A maternidade aparece nos discursos como uma “obrigação biológica”. Não seria uma escolha, mas uma determinação orgânica. Por outro lado, o homem é lançado na esfera pública, sua “natureza” lhe permitiria ser um ser social e intelectual. Não estando determinado pelas funções procriativas, embora seja parte essencial dela, o homem é lançado no universo “racionalizado” da cultura e, não tendo útero nem ovários, poderá desenvolver plenamente sua capacidade intelectual. A mulher estaria destinada ao ambiente privado do lar, seu mundo seria o *mundo natural* dos afetos, do corpo e do sexo. Ao homem caberia atuar na esfera da vida pública já que pertenceria ao *mundo cultural* do trabalho, do dinheiro e da ciência (cf. Martin, 1989).

Assim, os discursos médicos dos séculos XVIII, XIX e início do século XX engendraram e encerraram a mulher dentro de “sua biologia”, recortando e minimizando as suas possibilidades de se pensar como sujeito cultural plenamente autônomo, além de definir papéis sociais e determinar os usos do seu corpo em função do seu sistema reprodutor, provocando uma alienação da mulher em relação ao seu próprio corpo. Na perspectiva de Martin (1989), a fragmentação e a alienação do corpo feminino realizadas pelos saberes médicos são bastante atuais. Analisando a impressão de mulheres norte-americanas sobre certos tratamentos e procedimentos médicos, Martin nos mostra que o exame ginecológico, por exemplo, e o modo como ele é realizado constitui uma fragmentação do corpo feminino, pois toda a preparação para a realização do exame separa a mulher de sua genitália e daquele que a examina. A vagina seria “objetificada” neste momento, mas as sensações que as mulheres entrevistadas por Martin descrevem sobre o primeiro exame ginecológico são de extremo desconforto, um sentimento de “invasão” e constrangimento da intimidade (Martin, 1989, p. 72).

Levando-se em consideração a representação simbólica das mamas como parte deste processo de construção e fragmentação do corpo feminino, encontrei no texto da fotógrafa inglesa Jo Spence (1995), que teve câncer de mama,

colocações interessantes sobre a simbologia que envolve os seios nas sociedades ocidentais. A autora observa que a mama está presente em nossa vida desde os primeiros momentos da infância como fonte de alimento e conforto, destacando-se aqui sua função nutricional. Posteriormente, ainda na infância, as meninas são educadas a cobrirem o peito, enquanto os meninos são encorajados a exibi-lo. As bonecas trazem representações de mamas perfeitas e na televisão, na mídia em geral, na pornografia e na moda encontramos modelos de uma “forma ideal” de corpo feminino com as mamas adequadas. Todavia, nestas formas dominantes de produção cultural (mídia, indústria de consumo etc.), operam discursos ora comuns, ora divergentes, pois, como coloca Spence, “nos é dito que seios grandes são ‘desejáveis’, ainda que eles sejam evitados pela indústria da moda e tornem-se a base de constantes piadas e comentários” (Spence, 1995, p. 125)⁷. No caso da amamentação, Spence lembra que “quando amamentamos nós nos tornamos propriedade da profissão médica que espera que nós preparemos e administremos o seio do modo como é prescrito”(idem)⁸. Em todos esses momentos, a mama é vista como *parte* útil à amamentação, à sedução e faz-se com que a *parte* (mama) represente o *sujeito* (mulher).

Porém, descoberto um câncer na mama, mesmo com toda a carga simbólica que a envolve desde a infância, à mulher será colocada novamente a questão da fragmentação: agora aquela *parte* em torno da qual foram sendo construídas as representações para a sua sexualidade, a maternidade e a feminilidade não é mais que uma *parte* mesmo e, portanto, dispensável.

Os sentimentos gerados de que nosso corpo é meramente um conjunto de partes, e que estas partes são propriedade de outras pessoas, são intensificados pelo tratamento que recebemos dos médicos quando algo dá errado... Se detectarmos um nódulo na mama, espera-se que nós o entreguemos nas mãos do profissional da medicina. O seio que nós aprendemos a associar à nossa sexualidade de repente se torna completamente dispensável (Spence, 1995, p. 125)⁹.

⁷ “We are told that big breasts are ‘desirable’, yet they are shunned by fashion industry and become the butt of constant jokes and comments.”

⁸ “When breastfeeding we become the property of the medical profession who expect us to prepare and administer the breast in a prescribed way.”

⁹ “The feelings generated that our body is merely a set of parts, and those parts are someone else’s property, are intensified by the treatment we receive from doctors when something goes wrong... If we detect a lump on our breast we are expected to hand them over to the medical profession. The breast that we have learnt to associate with being sexual suddenly becomes utterly dispensable.”

Em síntese, a medicina em diferentes épocas participou ativamente da construção do corpo feminino e de um modelo feminino ditado ou pensado através da sua biologia, construindo sobre esse corpo funções que passaram a caracterizar a mulher (amamentar, parir), a fragmentar seu corpo nos seus símbolos e a determinar papéis sociais em função deste corpo (o cuidado da casa e dos filhos)¹⁰. Contudo, a pesquisa de campo mostrou uma série de discursos conflitantes com o modelo historicamente construído para o corpo feminino. Em certos momentos, observei uma negação da visão fragmentária deste corpo pelas mulheres, porém os papéis sociais atribuídos à “condição feminina” (mãe, dona de casa) se revelaram ainda muito presentes na percepção das minhas informantes, não exatamente como forma de sujeição e controle, mas, ao contrário, como elemento de autonomia no uso do corpo.

Corpo e trabalho na experiência do câncer de mama

O câncer, como toda doença, transtorna e redimensiona os espaços sociais do doente, interferindo em suas relações, além de modificar as ações das pessoas envolvidas. No caso do câncer de mama, essas relações e ações não são passíveis de serem totalmente resolvidas mesmo com a cura, pois a mastectomia é a parte da doença que não passa, por significar uma interferência definitiva na estrutura corporal que irá redefinir a maneira de atuação e percepção deste corpo. Do mesmo modo, os cuidados com o braço do lado cirurgiado vão sempre lembrar a mulher de uma condição física distinta da considerada “normal” ou “dada pela natureza”¹¹. Mesmo para as mulheres que fazem reconstrução mamária, a transformação em seus corpos ainda vai ser constantemente negociada, é um corpo modificado, reconstruído. Esta questão analisada sob a perspectiva de gênero nos lembra que:

¹⁰Enfatizei a participação da biomedicina neste processo de construção do corpo feminino pelo destaque dado em nossa sociedade aos discursos médicos fundamentados por uma pretensa “metodologia científica” tida como isenta e precisa que é altamente utilizada para validar tais discursos. Porém, outras formas de produção cultural participam desta construção das diferenciações de sexo e gênero tais como as religiões, as artes e a mídia em geral (ver Funck e Widholzer, 2005).

¹¹ O braço do lado cirurgiado fica com restrição de movimentos e suscetível a infecções caso seja realizado, junto com a mastectomia, a retirada preventiva dos linfonodos axilares que desempenham função linfática e imunológica. A ausência dos linfonodos facilita infecções por cortes ou queimaduras e a retenção de líquidos entre a pele e os músculos.

O fato de o pênis, de a vagina, de os seios e assim por diante serem denominadas partes sexuais corresponde tanto a uma restrição do corpo erógeno a essas partes como a um todo. Com efeito, a ‘unidade’ imposta ao corpo pela categoria do sexo é uma ‘desunidade’, uma fragmentação e compartimentação, uma redução da erotogenia (Butler, 2003, p.167).

O corpo feminino está fragmentado nos seus símbolos (mama, vagina), naquilo que o diferencia do corpo masculino. Ao mesmo tempo, estes símbolos “cercam” a sua identidade enquanto *pessoa*¹² na valorização daquilo que a define enquanto *mulher*, sobretudo na nossa sociedade onde existe a celebração do corpo feminino perfeito e erótico.

No entanto, o discurso comum nos grupos de ajuda mútua investigados era o de que a mulher não se resume a “um peito”, que o “importante é estar curada”, embora os assuntos que giravam em torno do corpo, da sexualidade ou da relação conjugal fossem sempre abordados de forma tímida e discreta. Havia uma troca maior das experiências sobre o câncer como doença do que sobre a experiência da mastectomia. A vida íntima daquelas que eram casadas era preservada e não se trazia o tema da sexualidade ou do sexo às discussões de maneira contundente. Sexo ou sexualidade são por si temas difíceis de serem abordados comumente pelas mulheres com idade entre 50 e 60 anos (faixa etária em que estava compreendida boa parte das informantes) cujo conhecimento sexual adquirido socialmente foi, normalmente, mais rígido e impregnado de tabus. Além disso, o assunto torna-se mais difícil para a mulher mastectomizada se pensarmos na valorização exacerbada que existe em nossa sociedade do uso do corpo no exercício da sexualidade, e de um corpo belo e perfeito.

Nas entrevistas realizadas, nenhuma das minhas informantes casadas disse ter problemas conjugais com o marido “por causa dessa cirurgia”. Suas colocações sobre o assunto, contudo, eram breves e resumidas quase sempre a declarações do tipo “não mudou nada na nossa relação” ou “continua como antes”. Embora eu insistisse em obter mais informações sobre a nova relação

¹²A categoria pessoa aqui utilizada deve ser pensada como dependente de um modelo intelectual relacionado com o direito, a religião, a moralidade e a política, relacionado, em suma, à cultura produzida por uma e numa sociedade. Augé (1992, p.122) nos lembra que “pensar o indivíduo equivale sempre a pensá-lo em relação ao outro”, já que a pessoa seria um ser relacional e a sua construção se realiza na interação com os outros dentro de contextos e situações variadas. Categorias como idade, gênero, etnia, profissão, todas elas estão relacionadas na construção da pessoa que deste modo figura como entidade imersa numa rede de relações repleta de atribuições e significados.

do casal após a retirada da mama, praticamente todas responderam rapidamente que não tiveram problemas com seus maridos e uma delas colocou de maneira jocosa que “a parte que interessa a ele tá lá intacta (risos)”. A única que admitiu mudanças na relação conjugal disse que “nessa questão ele sempre me apoiou, nunca fez questão por isso, eu é que me afastei mesmo, não gosto”.

Apesar do silêncio envolvendo a sexualidade após o câncer de mama, pude observar um discurso comum de negação da visão fragmentária do corpo feminino em seus símbolos sexuais culturalmente representados no momento em que as mulheres afirmavam ser “mais que um peito”, “o que vale é estar curada”, “eu sou a mesma pessoa de antes” ou “pior se fosse uma perna”. Não podemos negar o impacto que a mastectomia tem sobre a percepção do corpo feminino e o que isso implica na elaboração das identidades sociais da mulher, porém após a experiência da doença/mutilação novos discursos irão ser elaborados sobre esse corpo com o intuito de alcançar a normalização desta percepção e a atuação deste corpo, e o trabalho será um espaço importante de validação desta visão de um corpo total e não de suas partes.

A relação doença-trabalho se mostra muito presente em nossa sociedade, balizada pela capacidade produtiva dos indivíduos. Ser doente ou estar doente é um sinônimo de improdutividade que passa a caracterizar a pessoa enferma como incapaz ou inútil. No caso das doenças agudas, que podem ser tratadas e rapidamente curadas, essa improdutividade é algo momentâneo e passageiro. Dá-se mesmo o direito ao doente de ficar em casa, descansar e durante esse período ele estará desobrigado de suas responsabilidades laborais para que sua recuperação seja rápida e seu retorno ao trabalho não demore. Porém, quando se trata das doenças crônicas ou daquelas que deixam seqüelas (no caso do câncer de mama), a relação não será a mesma, pois:

Por causa do prolongamento dessas patologias, por se tratar de moléstias incuráveis e normalmente não tirar a pessoa de seu quadro de vida habitual, a doença está no centro de todas as relações sociais que essas pessoas mantêm com o exterior socializado. (...) Portanto, o doente e o médico estão longe de serem os únicos atores participantes e o impacto desorganizador da doença se faz sentir na família, no trabalho, no lazer etc (Adam e Herzlich, 2001, p. 123).

Esse “impacto desorganizador” se verifica também na vida da mulher mastectomizada no trabalho, assalariado ou não, pelas limitações deixadas pela cirurgia e pela própria doença e seu tratamento, que pode se estender por quase seis meses, afastando a mulher do trabalho regular ou limitando sua atuação devido às reações ao tratamento.

A maioria das minhas informantes, como já foi frisado, pertencia às classes populares e era dona de casa. Em um primeiro momento podemos acreditar que por não exercerem uma atividade remunerada fora do lar, essas mulheres sofram menos o impacto da doença em relação ao trabalho, porém percebi que, ao contrário, eram elas as que mais sofriam o estigma da inutilidade e das limitações trazidas pela doença. O trabalho doméstico realizado por uma dona de casa exige mais do corpo do que o trabalho de uma médica, por exemplo. Suas atividades cotidianas e repetitivas de lavar roupa, passar, varrer etc. sofrem limitações após a cirurgia: não se pode torcer uma calça *jeans*, retirar alimentos de um forno sem proteção, cuidar das plantas sem luvas e até mesmo para lavar um copo é preciso cuidado, um descuido e um corte profundo podem levar a um linfedema¹³. As atividades de uma dona de casa serão alteradas, não suprimidas ou impossíveis de serem realizadas, mas sofrerão alterações significativas que colocam para a mulher um sentimento de “perda” de autonomia no terreno doméstico que ela controla. Ela passará a precisar de ajuda, a limitar suas tarefas diárias e adaptar certas atividades para torná-las menos pesadas, lutando para não ser vista como uma “pessoa inútil” que “não serve mais pra nada” sem, no entanto, comprometer sua saúde.

Em casa, roupa muito pesada eu não lavo ainda, só coisa leve. Quando tem alguma coisa assim pesada, uma colcha de cama, eu peço pra minha irmã aí ela lava e eu também já chamei uma menina pra lavar, espanar casa essas coisas eu também não faço. Lavar a casa eu lavo e Luisinho [filho] enxuga. (Magna, 52 anos, grupo da FAP)

Sendo a casa seu espaço de atuação, a mulher que se declara *do lar* vivencia profundamente as alterações trazidas pela cirurgia de mama, pois a casa e o trabalho são para ela a mesma coisa, o mesmo lugar. E essas alterações se refletem na família, pois sendo a mulher quem coordena aquele espaço, sua limitação obriga outros membros da família a se posicionarem, tomarem parte numa “obrigação” que era sua. Ao contrário do que possamos pensar, isso não soa para todas as mulheres como uma “democratização” dos serviços domésticos, mas antes irá concretizar sua inutilização devido à doença e colocá-las numa posição na qual elas não querem ser vistas, a de inválidas. Como colocado por Herzlich e Pierret:

Muitas pessoas doentes rejeitam a inatividade e suas conseqüências destrutivas através do desenvolvimento de uma ética da resistência. Não prestar atenção a si

¹³Inchaço do braço.

mesmo, agir como se nada estivesse errado são aspectos desta ética que contribuem para um tipo de negação da realidade orgânica ou pelo menos para despojá-la de qualquer importância (Herzlich e Pierret, 1987, p. 179)¹⁴.

Para muitas dessas mulheres, não poder fazer tudo que faziam (lavar, passar, cozinhar, varrer) não significava um alívio ou descanso das estafantes atividades do lar, mas, antes, uma perda, uma inutilização e uma desvalorização de si mesmas. E elas lutavam para não se verem, nem serem vistas, como vítimas ou inúteis, muitas vezes descumprindo ordens médicas nesse processo de negociação dentro dos seus espaços de atuação.

Eu faço tudo, cozinho, lavo roupa, passo, meus dedos às vezes doem aqui nas juntas, mas dra. G. diz que não é nada do câncer não, deve ser artrite. Aí eu faço a fisioterapia pra ficar melhor. (Betânia, 50 anos, grupo da FAP)

Olhe, eu quero que você me diga como é que uma dona de casa pode viver sem lavar, sem passar, sem cozinhar. Na teoria é fácil, mas na prática é outra coisa! (Solange, 51 anos, grupo Amigas e Amigas - pergunta feita durante um dos encontros do grupo quando uma das coordenadoras, que é fisioterapeuta, orientava as mulheres para evitarem tarefas domésticas mais pesadas)

O fato da maioria das donas de casa não conseguir receber um auxílio doença ou pensão também aparecia como um elemento a mais na caracterização de pessoa improdutiva, pois apesar de não poder mais cumprir com as atividades de antes, ela não tem o direito a uma pensão que amenizaria seus gastos, agora que não pode mais contribuir com sua parte de ajuda à família. Esta situação reflete a complexidade enfrentada pela mulher mastectomizada em negociar e legitimar as limitações trazidas pelo câncer de mama e gera uma situação ambígua: ao mesmo tempo em que a maioria das mulheres donas de casa que tiveram um câncer de mama buscava ser vista como produtiva, realizando atividades domésticas mais pesadas (como lavar roupa) e procurando não se afastar de suas atribuições enquanto responsável pelos cuidados com a casa e a família, freqüentemente se posicionava como inválida, doente ou incapacitada para o trabalho quando se tratava de recorrer a uma pensão do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

¹⁴“Many sick people reject inactivity and its destructive consequences by developing an ethic of endurance. Not paying attention to oneself, acting as if nothing were wrong, are aspects of this ethic, which amounts to a kind of denial of the organic reality or at least to stripping it of any importance.”

O médico do INSS diz que eu posso trabalhar, fazer tudo, que a mãe dele teve essa doença e faz tudo, aí eu disse ‘olhe, doutor, eu não conheço sua mãe, eu só sei que o médico que me operou disse que eu não posso trabalhar, eu sou deficiente, o senhor tá vendo aí o atestado dele, ele tá errado por acaso?’ É um filho da puta mesmo! Da vontade de tirar o peito[a prótese] e jogar na cara dele, ‘tá vendo aí, eu posso trabalhar sem isso?’ (Magna, 52 anos, grupo da FAP)

Considerando que a mutilação gerada pela mastectomia não é visível ou totalmente impeditiva para a realização das tarefas domésticas, abriam-se espaços maiores de negociação para a mulher, entretanto, a legitimação dessa “deficiência” tornava-se mais difícil quando se precisava recorrer a ela em outros contextos. Nestes momentos, surgiam discursos conflituosos e ambíguos com relação às alterações corporais sofridas com a mastectomia: ora as mulheres se diziam “normais como qualquer pessoa”, ora se declaravam “deficientes” e buscavam acionar direitos pertinentes aos portadores de deficiência física em nossa sociedade, tais como a gratuidade no transporte público, por exemplo. Legitimar as limitações trazidas pela doença torna-se também um momento de revelação da condição de mastectomizada e, conseqüentemente, de alguém que passou ou estava passando pelo câncer, o que poderia levar a mulher a vivenciar situações constrangedoras relacionadas à percepção do seu corpo por outras pessoas.

De três em três meses eu tenho que voltar lá no INSS pra ele [médico] me examinar de novo, aí dá uma raiva, porque ele não sabe, já não sabe que eu fiz essa cirurgia, que eu tirei o peito, mas ele tem que examinar de novo e ainda fica dizendo isso, que eu posso fazer tudo como qualquer pessoa normal, que a mãe dele teve essa doença e faz tudo, só que ele sabe que eu não posso, então porque não dá logo essa aposentadoria? É pra irritar mesmo! (Magna, 52 anos, grupo da FAP)

A ambigüidade desses discursos de “ser como antes” e de “ser deficiente” estava muito presente na fala das mulheres donas de casa, geralmente de famílias economicamente menos favorecidas. Compreende-se essa ambigüidade se pensarmos que a doença possibilita, estrategicamente, para essas mulheres uma renda que poderá ser o único rendimento regular de uma família onde os provedores (geralmente os homens da casa) vivem de “bicos” ou de uma atividade informal.

As mulheres do grupo da FAP, geralmente, não desempenhavam qualquer atividade remunerada e a casa era então seu espaço de atuação e onde elas eram mais solicitadas pela família. Analisando os estudos sobre a mulher e o

papel econômico das famílias, Bruschini encontra uma corrente que prioriza “a função econômica desse grupo que, na sociedade capitalista moderna, teria se transformado de produção social propriamente dita em produção de valores de uso ou prestação de serviços domésticos pela dona de casa” (Bruschini, 1990, p.40). Muitas mulheres reclamavam que faziam tudo dentro de casa, mesmo depois da cirurgia que limitava seus movimentos e a capacidade do braço do lado onde foi realizada a mastectomia. Algumas falavam com queixa, mas outras se orgulhavam de, mesmo com limitações, conseguirem continuar “tomando conta da casa e não ter ficado inútil”. Esta questão de poder cuidar da sua casa, cuidar dos seus filhos, do papel (ou da “obrigação”) da mulher nos cuidados com a família me apareceu muito fortemente definida no depoimento de Sílvia, 44 anos, solteira e que fez mastectomia bilateral. Sílvia iniciou um namoro algum tempo depois da mastectomia. Segundo ela, o namorado dizia não se importar com o fato dela não ter as duas mamas. Porém, Sílvia tomou a iniciativa de terminar o namoro:

Sílvia: Eu não levava muito em conta esse namoro não, sabe.

Pesquisadora: Por que, não gostava dele?

S: Porque eu não queria namorar não, porque eu sem a possibilidade de ter filho, sem possibilidade de casar e tomar conta assim de marido, eu disse quer saber? Eu vou só fingir que tô namorando e pronto, aí eu sei que eu peguei dei assim demonstração que não queria e ele por ele, ele desistiu sabe? E hoje em dia somos amigos.

P: Mas então você não quis levar adiante não foi por causa dele, mas porque se fosse virar uma coisa mais séria, pra casar...

S: É, pra casar, tomar uma responsabilidade, fazer comida pra marido, lavar roupa, fazer essas coisas, e eu não tenho condições disso, então foi por isso.

Em um primeiro momento, podemos enxergar na fala de Sílvia uma grande submissão aos papéis femininos culturalmente instituídos (dona de casa, mãe). Porém, analisando mais profundamente suas colocações e levando-se em consideração os demais relatos observados em campo, a necessidade de atuação dentro do lar seria, para as mulheres mastectomizadas das classes populares, sem atividade remunerada fora do espaço doméstico, a única maneira de se manterem atuantes, independentes na utilização de seus corpos e de resguardarem uma identidade no mundo do trabalho.

Considerações Finais

Percebi, tal como Carvalho (2002, p. 74), que entre as mulheres das classes populares havia uma preocupação maior com a função utilitária da mama, que seria menor e inferior a de outros órgãos. As queixas maiores entre essas mulheres eram feitas com relação à limitação de um dos braços, o que para muitas significou a fim de uma vida de trabalho ou impactou de alguma forma a sua atuação dentro do espaço doméstico. Isso não significa, contudo, que os outros aspectos simbólicos afetados com a perda da mama se anulavam, tais como a sexualidade, maternidade etc. Pode-se dizer, porém, que eram minimizados pelos aspectos funcionais. Por outro lado, por tratar-se de uma mutilação que tem sua exposição altamente negociada, a mastectomia coloca para a mulher situações de ambigüidade na percepção e atuação de seu corpo dentro do seu universo relacional. Ao mesmo tempo em que a visibilidade controlada da perda da mama permite à mulher gerenciar a informação sobre seu corpo, ela também dificulta a legitimação social das limitações trazidas pela mastectomia.

O trabalho, seja ele doméstico ou não, é parte constitutiva da identidade social da mulher mastectomizada e, assim como seu corpo, essa esfera da sua vida social sofre profundas transformações devido à doença. Também aqui se dará uma constante negociação cujo objetivo será tornar essas transformações menos traumáticas na tentativa de manter os elementos dessa identidade como ser social produtivo, recuperando seus espaços de atuação após a experiência do câncer de mama. Assim, observei que embora negando sua redução a “um peito” e com isso refutando a valorização de suas *partes* em detrimento da sua totalidade enquanto *pessoa*, as mulheres sujeitos desta pesquisa buscavam constantemente manter certos papéis reconhecidos como femininos na execução dos trabalhos domésticos, sendo, no entanto, esta prática percebida mais como forma de resistência à doença e às limitações trazidas por ela do que como sujeição a um modelo culturalmente estabelecido.

Referências

- AURELIANO, Waleska de Araújo. (2006). *Compartilhando a experiência do câncer de mama: grupos de ajuda mútua e o universo social da mulher mastectomizada em Campina Grande (PB)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 207 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande (PB).
- ADAM, Philippe e HERZLICH, Claudine. (2001). *Sociologia da doença e da medicina*. Philippe Adam, Claudine Herzlich. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC.
- ARIÈS, Philippe. (1978). *História social da criança e da família*. Rio: Zahar Editores.
- AUGÉ, Marc. (1992). *Pessoa*. Enciclopédia Einaudi: Lisboa.
- BRUSCHINI, Maria C. Aranha. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- BUTLER, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Janaina de Cássia. (2002). *Corpo feminino e mutilação: um estudo antropológico*. Goiânia: Editora UFG.
- DONZELOT, Jacques. (1986). *A polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª. ed.
- FOUCAULT, Michel. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2000)[1979]. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 15ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FUNCK, Susana Bornéo e WIDHOLZER, Nara. (2005). *Gênero em discursos da mídia*. Susana Bornéo Funck e Nara Widholzer (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- HERZLICH, Claudine e PIERRET, Janine. (1987). *Illness and self in society*. The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London.
- LORBER, Judith. (1997). *Gender and the social construction of illness*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- MARTIN, Emily. (1989). *The woman in the body: a cultural analysis of reproduction*. Milton Keynes: Open University Press.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. (2003). “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: *O corpo feminino em debate*. Maria Izilda S. de Matos e Rachel Soihet (org.). São Paulo: Editora UNESP.
- MAUSS, Marcel. (2003)[1935]. “As técnicas do corpo”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- ROHDEN, Fabíola. (2001). *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- SPENCE, Jo. (1995). *Cultural Sniping: the art of transgression*. Routledge: London and New York.
- VIEIRA, Elisabeth Meloni. (2002). *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

RESUMO

Corpo, saúde e trabalho: (re)pensando os usos do corpo e os “papéis femininos” na experiência do câncer de mama

Este artigo procura mostrar como o câncer de mama afeta a percepção da mulher sobre o corpo feminino e os papéis culturalmente elaborados para este corpo, com enfoque nas relações envolvendo gênero, saúde e trabalho, sobretudo o trabalho doméstico. A pesquisa foi realizada com mulheres de dois grupos de ajuda mútua na cidade de Campina Grande (PB).

Palavras-chave: câncer de mama; gênero; trabalho

ABSTRACT

Body, health and work: (re)thinking the uses of the body and “female roles” in the experience of breast cancer

This article aims to show how breast cancer affects woman’s perception of the female body and the roles culturally elaborated for it, with an emphasis on relations involving gender, health and work, and above all the housework. The research was carried out with women of two mutual aid groups in the city of Campina Grande (PB).

Keywords: breast cancer; gender; work

Recebido para apreciação: dezembro de 2006

Aprovado para publicação: fevereiro de 2007

Waleska de Araújo Aureliano é mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande - UFPB/UFPG e pesquisadora do NUR - Núcleo de Estudo de Modos de Subjetivação e Movimentos Contemporâneos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (waureliano26@yahoo.com.br)

Políticas de Qualificação Profissional

A CRISE DO FORDISMO E O EMBATE ENTRE QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: CONCEITOS QUE SE EXCLUEM OU QUE SE COMPLEMENTAM?

Luciano Rodrigues Costa

Introdução

As recentes transformações no mundo do trabalho, desencadeadas pelo surgimento dos chamados modelos pós-fordistas, vêm gerando uma série de discussões sobre os reais impactos nas categorias tradicionais de análise da sociologia do trabalho, principalmente naquelas que dizem respeito à remuneração, à gestão, à divisão e ao mercado de trabalho. O esgotamento da noção de posto, bem como a revalorização e o aumento da complexidade do processo de trabalho, gerou ricos e exaustivos debates sobre as atuais demandas por novos conhecimentos e qualificações. No fim da década de 1980 e início da seguinte, Womack (1992), Piore e Sabel (1994), Coriat (1994), a partir de uma perspectiva otimista, perceberam uma verdadeira transformação na maneira como era produzido o trabalho, ensejada tanto pelo enriquecimento quanto pela reunificação das tarefas, o que se tornou possível devido à incorporação maciça de novas tecnologias. Nesta perspectiva, as teses da desqualificação crescente do trabalho no capitalismo monopolista, defendidas por Harry Braverman (1974), e que, até então, eram referências fundamentais nas análises do processo de trabalho, pareciam descartadas, uma vez que haveria, na verdade, uma tendência à diminuição do parcelamento das atividades. Esta tendência demandava novas formas de conhecimento, que não mais as determinadas pelo cargo que o indivíduo ocupava, fato que tornou mais qualificado o trabalho. Que novos conhecimentos seriam estes? Como seria formado, e como reconhecer e avaliar, este novo trabalhador? Como ocorreria sua valorização? Essas são questões que já se impunham desde os primeiros estudos sobre os modelos pós-fordistas e, sobretudo, desde a emergência da noção de *competência*.

Passada a euforia dos primeiros estudos, outras análises se encarregaram de relativizar o otimismo, aparentemente reinante, ao apresentarem dados sobre uma crescente desvalorização, precariedade e queima das qualificações dos trabalhadores. No Brasil, destacam-se as pesquisas de Leite (2003) que, em seus estudos sobre a indústria automobilística, mostram o deslocamento da precariedade

do trabalho para empresas terceirizadas de pequeno porte. Como um forte contraponto aos estudos anteriores, a autora mostra que, na realidade brasileira, como possivelmente em outros países periféricos, o trabalho desqualificado, longe de desaparecer, continua existindo ao longo da cadeia produtiva. Assim, as empresas dos setores de ponta eliminariam as atividades menos qualificadas, deslocando-as para as pequenas empresas, e focariam o trabalho enriquecido, em números cada vez menores. Com isso, “o trabalho diminui na ponta virtuosa, ao mesmo tempo em que se expande na ponta precária” (Leite, 2003, p. 88).

Seguindo a mesma linha de análise, podemos citar também as pesquisas de Guimarães, Cardoso e Comim (2006) sobre a trajetória de trabalhadores demitidos, as quais revelaram os processos de destruição das habilidades e das qualificações de contingentes inteiros, regularmente substituídos por outros dentro da indústria brasileira. Podemos, ainda, fazer referência aos trabalhos de Hirata (1994), que se mostram também muito críticos em relação às transformações que vêm ocorrendo no processo produtivo.

A difusão da noção de *competência*, que tem ocupado espaço significativo dentro dos estudos da sociologia do trabalho, especialmente na escola francesa, apresenta uma clara relação com estas recentes transformações do trabalho fabril, principalmente no que tange à gestão da mão-de-obra nos setores de ponta. Neste sentido, a bibliografia que fundamenta esta discussão mostra sempre como referência a dinâmica do trabalho nos segmentos mais avançados o que, de certa forma, limita a compreensão da realidade dos setores e regiões mais periféricos. De início, algumas questões se impõem: O destaque, cada vez maior, dado à noção de competência assinalaria o fim da noção de qualificação? Que reais transformações estariam ocorrendo e que exigiriam uma nova noção?

Nesse sentido, este artigo procura discutir tanto as demandas por “novos” conhecimentos no processo de trabalho, quanto o conceito de *competência* associado a eles. Pretende-se traçar a trajetória deste conceito, não só para relacioná-lo com o de qualificação, como também para discutir se realmente a noção de qualificação se mostra incapaz de absorver as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Argumenta-se que as tentativas de construção do conceito de competência trazem fortes similaridades com o de qualificação, tais como as discutidas pelos fundadores da sociologia do trabalho francesa, George Friedmann e Pierre Naville, de maneira que as mesmas polêmicas, propostas por estes autores, são recolocadas para o debate atual. Assim, na primeira parte, discutem-se as definições clássicas dos conceitos de qualificação e de competência, mostrando as semelhanças envolvidas na construção destes. Na segunda parte, procura-se demonstrar a dimensão política existente na tentativa de mudança dos conceitos, a partir da oposição entre a dimensão coletiva da qualificação e a dimensão individual da competência. Na

discussão final, a argumentação procura apontar para um conceito de qualificação que se apresenta polissêmico e em constante evolução: não se reduz, portanto, apenas ao universo técnico, antes traz consigo uma dimensão social que possui, neste sentido, uma capacidade explicativa mais ampla.

Qualificação e competência: uma tentativa de definição

O conceito de competência, assim como o de qualificação, surgiu no contexto de intensos debates que pretendiam lançar luz sobre a forma e sobre o conteúdo do trabalho do mundo fabril no capitalismo avançado. A noção de qualificação sempre apresentou uma posição de destaque dentro dos estudos da sociologia do trabalho. Tal noção se consolidou na França após a Segunda Guerra Mundial baseando-se em dois sistemas instituídos: as convenções coletivas, que classificaram e hierarquizaram os postos de trabalho, e o ensino profissional, que organizou os saberes em torno dos diplomas (Duguè, 2004). Desta forma, definiram-se as regras que iriam reger a trajetória profissional dos assalariados, a saber: as relativas ao contrato de trabalho, a questão do recrutamento, da remuneração básica, a hierarquia de salários, a promoção, entre outras (Tanguy, 1997). A qualificação veio fundar, naquele momento, uma correspondência construída coletivamente entre o saber-fazer, o emprego e o salário, de forma que o contrato de trabalho deveria estar em consonância com as condições gerais estabelecidas.

Desde os primeiros estudos, a definição da noção de qualificação causou controvérsias, na medida em que não só era um conceito em aberto e em evolução permanente, como também tinha na noção de trabalho que se apresentava como outro conceito em aberto, uma referência fundamental. Assim, a definição de qualificação tem sido compreendida a partir de duas clássicas perspectivas divergentes: a primeira delas, de viés substantivista, foi desenvolvida por Georges Friedmann - um dos pioneiros da sociologia do trabalho -, que via no artesanato a forma perfeita do trabalho qualificado. Assim, a divisão do trabalho constituía-se da degradação de uma unidade anterior, a do artesanato, e tal degradação referia-se às contradições fundamentais da sociedade e da organização industrial. Friedmann definia a qualificação pelo saber e pelo saber-fazer adquiridos tanto no trabalho quanto em sua aprendizagem sistemática. Esta qualificação seria, portanto, construída a partir do posto de trabalho e encontrava-se no trabalhador. Dessa forma, a intervenção no posto de trabalho definiria a qualificação.

Friedmann e Reynaud (1962), em seus estudos, definem a qualificação a partir de quatro elementos:

- 1.A competência técnica, que pode ser medida em tempo de formação, e na qual se deve distinguir formação geral, técnica e treinamento;

2. Uma situação dentro da escala de prestígio;
3. Uma frequência relativa das qualidades (inerentes ou adquiridas) requisitadas;
4. Uma responsabilidade dentro da produção.

A segunda perspectiva da noção de qualificação foi desenvolvida por Pierre Naville, outro pioneiro da sociologia do trabalho. Em sua perspectiva relativista, a qualificação é o resultado de um processo de formação autônomo, ou seja, independente da formação espontânea no trabalho. Em seu livro: *Essai sur la qualification du travail* (1956)¹, ele se recusa a reduzir a qualificação às virtudes intrínsecas do indivíduo, às suas habilidades e ao seu “savoir-faire”. Em suas análises, a qualificação dependeria de elementos presentes no ambiente social do trabalhador e seria relativa. Suas formas dependeriam também do estado das forças produtivas e das estruturas sócio-econômicas nas quais os trabalhadores estivessem inseridos, tais como o tempo de escolarização, o salário, as operações de classificação e a hierarquia do trabalho.

Mais recentemente, Pierre Rolle, Pierre Tripier e Mateo Alaluf prolongaram e reafirmaram os argumentos de Naville. O mesmo conceito, entretanto, continua não mensurável, podendo relacionar-se a vários fatores, tais como a escolarização, a complexidade das tarefas, a formação, o salário, a classificação, as atividades intelectuais e manuais, a divisão do trabalho, o comportamento, o posto de trabalho etc. Dentro dessa perspectiva, a qualificação não é determinada pela tecnologia, mas construída socialmente, e compreendida somente a partir dela mesma, não sendo automaticamente especificada pelo conteúdo do trabalho. Assim, é importante avaliar as atividades fora do trabalho para definir a qualificação. Para uma melhor compreensão desta, é importante ressaltar a estabilidade e a solidez presentes na estrutura profissional do modo de regulação fordista. Esta estabilidade fazia com que os saberes adquiridos pelo trabalhador, o “saber-fazer”, fossem relativamente sólidos, o que lhe conferia uma permanência na sua categoria profissional. Visto que, neste contexto, somente os conhecimentos formais eram codificados, a qualificação passou a ser compreendida como um estoque de saberes formais estáticos e especializados. Como esclarece Dubar:

Havia claras equivalências entre ‘nível de formação’ e ‘nível de qualificação’, que deram origem às convenções coletivas, aos acordos de empresas, às grades salariais, aos estatutos profissionais. Cada um podia se definir a partir deles, situar-se sobre uma escala salarial, unir-se a uma categoria profissional estável. Ora, parece que todas essas convenções portadoras de identidade profissionais e, portanto, sociais, são

¹NAVILLE, Pierre. *Essai sur la qualification du travail*. Paris: Librairie Riviere, 1956.

questionadas, no decorrer dos anos oitenta, pelos novos modos de gestão da empresa. Não se fala mais em qualificação negociada coletivamente, mas de competência avaliada em cada um individualmente e por cada empregador (Dubar, 1998, p. 70).

A noção de competência, mesmo utilizada há mais tempo em outras áreas do conhecimento, emerge nos estudos sobre o trabalho a partir da ênfase dada à “polivalência”, entendida como um novo conjunto de capacidades que possam responder à complexidade e a imprevisibilidade no “novo” modo de produzir. Essas novas capacidades não estariam mais limitadas aos conhecimentos técnicos, mas abrangeriam amplas habilidades cognitivas e certas características comportamentais e atitudinais, como elenca Tartuce:

...capacidades de abstração, de raciocínio, de domínio de símbolos e de linguagem matemática para a leitura de modelos e antecipações de problemas aleatórios e imprevisíveis; iniciativa, responsabilidade, compromisso, cooperação, interesse, criatividade, capacidade de decisão, para o trabalho em equipe, para a visualização das regras de organização, das relações de mercado etc. (Tartuce, 2002, p. 135).

A competência deveria responder, nesta perspectiva, não tanto ao trabalho estabelecido, mas sim às imprevisibilidades típicas de um ambiente de trabalho menos prescritivo. Seria, portanto, dimensionada através da capacidade do indivíduo de mobilizar saberes adquiridos em vários âmbitos da sua trajetória profissional, bem como em práticas de socialização adquiridas ao longo da vida, canalizadas para a solução de problemas que emergem na prática do trabalho, além de exigir o desenvolvimento de habilidades comportamentais necessárias às interações profissionais.

Conforme discutem Tanguy (1997) e Machado (1998), a noção de competência assenta-se em dois fundamentos: o primeiro, em uma dimensão subjetiva, centrada nas responsabilidades pessoais da atuação profissional; o segundo, na ação desenvolvida em uma situação específica, ou seja, na capacidade de mobilização dos conhecimentos para a articulação da dimensão cognitiva em conjunto com as atitudes necessárias para enfrentar uma dada situação.

As dificuldades iniciais na compreensão do conceito de competência fizeram com que uma série de estudos se dedicasse tanto às tentativas de definição deste termo, quanto às reais inovações que ele trazia em relação ao já consolidado conceito de qualificação.

Segundo Isamber-Jamati (1994), o termo *competência* tem origem nos meios jurídicos, aos quais, inicialmente, ficou restrito. Mais tarde, incorporado por outras profissões, seu uso ficou limitado a uma elite intelectual, na medida em que uma certa competência era exigida para julgar, por sua vez, a competência de alguém.

Ainda segundo a autora, o mesmo termo aparece nas literaturas sociológicas e educacionais de forma polissêmica nos anos 1970, adquirindo seu sentido atual na década de 1980.

Aquele que é (que é reconhecido como...) competente, em relação ao que não o é, ou que o é menos, é aquele que domina suficientemente a área na qual intervém para identificar todos os aspectos de uma situação nessa área e para revelar eventualmente as disfunções dessa situação. Mas, para ser “competente”, deve também, munido desse conhecimento, poder decidir a maneira de intervir a fim de obter tal resultado com eficácia e economia de meios (Isamber-Jamati, 1994, p. 104).

A competência também não se confunde com o talento dos artistas, precisamente porque o homem competente utiliza técnicas pré-existentes, e a competência diz respeito ao uso de técnicas que, embora não sejam criadas por ele, podem ser adaptadas às novas situações. Assim, a noção de competência aparece de forma inseparável da ação e só pode ser apreciada, ou medida, numa situação dada:

As competências dizem respeito ao uso de técnicas definidas que, embora não tenham sido criadas pelo indivíduo, são por ele usadas e podem ser adaptadas às novas situações. A noção de competência está associada à execução de tarefas complexas, organizadas e que exigem uma atividade intelectual importante. Tarefas são realizadas por especialistas. O incompetente não possui o saber e o saber-fazer, ou possui incompletamente (Isamber-Jamati, 1994, p. 105).

Tanto na construção da noção de qualificação como na de competência, o saber se mostra como um dos elementos fundamentais. Mas como se pode defini-lo? Para Marcelle Stroobants (1994), a *cognição* é um elemento fundamental para se entender a noção de competência, no sentido de melhor definir as questões ligadas aos saberes das atividades profissionais, que podem ser encontradas fora da sociologia do trabalho - por exemplo, nos aspectos cognitivos da tarefa. Nessa perspectiva, a competência seria gerada pela capacidade cognitiva do indivíduo de mobilizar conhecimentos, visando solucionar um dado problema, ou seja, a competência é definida como conhecimento e qualidades contextualizados. Ao dar ênfase aos aspectos cognitivos do trabalho e ao tentar ampliar a discussão para fora da sociologia do trabalho, Stroobants inicia seu artigo sobre competência com a seguinte explicação:

Os aspectos cognitivos do trabalho não constituem tradicionalmente objetos de estudo específico em sociologia do trabalho. É indiretamente que a capacidade dos trabalhadores intervém na análise, por meio de seu reconhecimento no mercado de

trabalho. Da mesma maneira, os saberes associados às atividades profissionais foram geralmente abordados a partir de sua valorização. A organização do trabalho pôde, dessa forma, ser encarada como uma maneira de codificar os conhecimentos, separando o saber - a concepção dos métodos – e o fazer – a execução das instruções” (Stroobants, 1994, p. 135).

Stroobants (1994) afirma que as competências são relativas, porque dependem da maneira como são vistas e reconhecidas socialmente, mas também são reais, pois podem ser caracterizadas por um tipo de saber (o saber-fazer e seus recortes específicos, ou seja, o saber relacionado com um verbo que denote ação). Estes saberes, adquiridos diretamente no trabalho, definem-se em oposição aos saberes aprendidos na escola. Assim, é no indivíduo, ou melhor, na dimensão individual do ato humano, e não no posto de trabalho, que se podem encontrar as noções de competência. “A questão parece ser não do conteúdo das competências, mas da mobilização dessas, que seria feita através dos saberes, saber-fazer e saber-ser” (TOMASI, 2000, p. 25). Nesta perspectiva, claramente recolocam-se as antigas preocupações de Pierre Naville na definição da qualificação, ou seja, os elementos independentes da formação espontânea do trabalho.

Uma outra perspectiva, apresentada por Zarifian (2001), associa o conceito de competência ao surgimento de um grande número de disfunções e imprevistos no processo produtivo a partir das recentes mudanças ocorridas no trabalho industrial. Este fato estaria acarretando grandes mutações do trabalho, interpretadas pelo autor através do conceito de *événement*²² Na edição brasileira, esta expressão é traduzida como “eventos”, “acontecimentos”. Preferiu-se manter este conceito no original, sem tradução.

Événement seria o que ocorre de maneira parcialmente imprevista e inesperada como, por exemplo, uma pane, que desestrutura o desenrolar normal do sistema de produção e supera a capacidade da máquina de assegurar a sua auto-regulagem. Desta forma, o conceito de *événement* tem profundo impacto na definição do conceito de competência:

O *événement* significa que a competência profissional não pode mais ser enclausurada em definições prévias de tarefas a executar em um posto de trabalho. Sobretudo ela não pode ser mais incluída no trabalho prescrito. A competência profissional consiste em fazer frente ao *événement* de maneira pertinente e com conhecimento de causa. E essa competência é propriedade particular do indivíduo, e não do posto de trabalho. Seria, aliás, absurdo falar de um posto de trabalho competente (Zarifian, 2001, p. 41).

²²Na edição brasileira, esta expressão é traduzida como “eventos”, “acontecimentos”. Preferiu-se manter este conceito no original, sem tradução.

De acordo com este autor, com o possível esgotamento do modelo taylorista, tem-se uma mudança no paradigma da produção, que passa deste para o *événement*. Com isso, para Zarifian, o conceito de trabalho retorna ao trabalhador, uma vez que se avalia a ação competente do indivíduo diante de uma situação de *événement*. Por outra via, retornaríamos a situações próximas da atividade camponesa tradicional, sempre sensível aos acasos do clima, ao comportamento das plantas e dos animais, e sempre guiada pelo saber tácito do trabalhador. O posto de trabalho e todos os imprevistos que nele possam ocorrer não determinam a competência, antes são referenciais nos quais ela se revela: “Ora, é preciso que uma referência seja construída na relação do trabalhador no trabalho. Nunca se é competente no abstrato. Sempre se é competente em ‘relação a’” (Zarifian, 2001, p. 28). Segundo Zarifian (2001), na tentativa de elaboração desse conceito:

Não há exercício da competência sem um lastro de conhecimento que poderá ser mobilizado em situação de trabalho. A analogia entre esses conhecimentos e a situação de trabalho depende do grau das situações de “*événement*” e da singularidade da situação que a pessoa tem que enfrentar. Quanto maiores as dimensões de “*événement*” e a singularidade da situação, mais os esquemas de conhecimento e de ação que o indivíduo já tiver incorporado deverão ser mobilizados de maneira reflexiva, ou seja, questionando-se sua validade e o fato de serem insuficientes diante da situação (Zarifian, 2001, p. 73).

Neste sentido, a competência é construída socialmente em vários âmbitos da vida cotidiana e não se trata somente de uma competência técnica relativa ao posto de trabalho, antes se trata de uma competência do trabalhador em relação ao seu posto, apesar de não ser somente nesta situação de trabalho que a competência seja constituída. Assim, na perspectiva de Zarifian, pode-se entender a competência não só como uma excelência na “navegação” em meio às contingências do atual mundo fabril, mas também como uma característica dos contextos de trabalho em que o *métier* é o estruturador das relações de trabalho. Estas análises de Zarifian nos remetem às mesmas preocupações de Friedman de que, mesmo afirmando ser a qualificação algo do indivíduo, ela é construída a partir do posto de trabalho.

O que se percebe, nas tentativas de construção do conceito de competência, é que uns afirmam ser este oriundo do discurso empresarial (Hirata, 1996. Zarifian, 2001, 2003), e outros atribuem a sua origem às ciências da cognição, como é o caso de Stroobants (1997). No entanto, os debates parecem recolocar as antigas preocupações dos fundadores da sociologia do trabalho na França sobre os reais determinantes da qualificação. O fato é que a noção de competência tem

sido ampliada para diferentes contextos sociais a partir das recentes transformações trazidas pelo advento dos modelos pós- fordistas, o que gerou uma série de análises críticas sobre a possível dimensão ideológica que este conceito poderia apresentar.

A dimensão política do modelo da competência

Como já apontado, a difusão da noção de competência está diretamente relacionada às transformações no trabalho após o surgimento de “novos” modelos produtivos que trouxeram a flexibilização da organização e dos contratos de trabalho. É neste contexto de mudanças e de elevados índices de desemprego que as discussões sobre a competência ganham visibilidade, asseguradas pelo mercado o qual difunde a idéia de que “não basta ser qualificado, é preciso ser competente”. Com isso, uma série de estudos³ vem apontando o caráter ideológico desta noção e seu comprometimento com a face mais perversa e excludente do neoliberalismo. Nestes estudos, quase sempre se tenta demonstrar que a noção de competência estaria ligada às dimensões subjetivas, as quais envolveriam a disponibilidade dos trabalhadores em colaborar com os objetivos da empresa, o que estaria contido no âmbito da polivalência. No entanto, algumas considerações são necessárias: por mais que a noção de competência se preste a interesses, com certeza ela possui outras dimensões e reduzi-la apenas a uma ideologia pode não contribuir para a discussão acadêmica. Tudo indica que a competência, na verdade, já estava presente nos modelos anteriores ao taylorismo e não é, portanto, uma invenção recente. O que ocorre, realmente, é uma nova maneira de representá-la, isso porque:

Esse modelo, aplicado ao passado, pode nos revelar várias competências insuspeitadas nos trabalhadores (...) já que estratégias cognitivas complexas subentendem as atividades as mais rotineiras. As novas competências assinaladas não são assim sem precedentes, sua descoberta parece mais resultar de uma maneira de ver do que de uma maneira de empregar a mão de obra” (Stroobants, 2003. p. 52).

Também não se pode deixar de ressaltar que a revalorização do conceito de qualificação, sem uma discussão precisa e contextualizada, enfatizando-o simplesmente como opositor à dimensão “ideológica” da competência, pode ser um equívoco. Convém lembrar que o conceito de qualificação remonta ao pragmatismo da sociologia do trabalho francesa no pós-guerra, envolvida na

³Tartuce, 2002; Dugué, 2001 etc.

tentativa de reconstrução daquele país, ou seja, é neste contexto, à luz do modelo taylorista em que foi construído, que o conceito de qualificação se faz detentor das mesmas críticas atribuídas ao de competência, além de, na prática, nunca ter demandado uma formação politizada do trabalhador e tampouco ter reconhecido e valorizado o conhecimento tácito.

Pierre Naville é, possivelmente, uma exceção: em sua definição de qualificação, ele já se mostrava atento à dimensão relacional, pois enfatizava os aspectos sociais na construção do conceito, não desprezando as características implícitas e informais do trabalho, o que fez com que as suas discussões se tornassem extremamente atuais no debate sobre os dilemas contemporâneos do trabalho.

As análises feitas por Zarifian (2003) destacam-se pelas suas tentativas de construir a noção de competência e de revelar aspectos positivos ao trabalhador em comparação à qualificação. Ao dar um estatuto científico à noção de competência, Zarifian relaciona-a com uma perspectiva multidimensional. Desta forma, o autor discute a capacidade do trabalhador de agir em situações imprevisíveis e inesperadas, situações de *événement*, já discutidas, e que dependem, portanto, de conhecimentos práticos. Ademais, Zarifian se refere ao reconhecimento da noção de competência através do julgamento feito pelos outros, em termos sociais e financeiros. A partir disso, elabora-se uma definição ampliada da noção, enfatizando que o foco não é somente a bagagem de conhecimento, mas também a autonomia, através do reconhecimento, por parte das empresas, do engajamento e das responsabilidades dos seus empregados. No entanto, tal perspectiva parte do pressuposto de que as empresas se tornem “organizações qualificantes”, o que de fato não se tem percebido pelos estudos de Leite (2003), Guimarães, Cardoso e Comim (2006), já citados.

Para Zarifian (2003), privilegiar a subjetividade não significa renegar o lado social: “...a competência não deveria, assim, remeter a um indivíduo isolado, mas antes a uma rede de comunicação e de co-responsabilidades, que remeteria a um coletivo de trabalho”. Neste sentido, o autor prefere a utilização do termo competência ao invés do de qualificação, pois este encerraria um dilema entre: *qualificação do emprego* - que não dá conta do trabalho real - e *qualificação do indivíduo* - que não abrange a dimensão do reconhecimento. (Zarifian, 2003).

No entanto, parece real que, no modelo da competência, processa-se uma perda da dimensão coletiva do trabalho ao relacioná-lo aos saberes e aos comportamentos possuídos pelo indivíduo. Com isso, é razoável concluir que a competência contribui não só para o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores, como também favorece a fração dos candidatos ao emprego que dispõe de atributos, ainda vagos, valorizados por este novo modelo. Com

esta valorização individual estabelecem-se novos referenciais para prestigiar certas atividades e para aumentar as diferenças salariais, o que pode acarretar em enfraquecimento das categorias profissionais, dos sindicatos, dos direitos, das proteções coletivas e da solidariedade entre os trabalhadores. Este apelo à individualidade e ao desenvolvimento de comportamentos sociais, em detrimento do desenvolvimento de capacidades técnicas, aponta para uma possível avaliação do trabalhador a partir de comportamentos subjetivos e adaptados aos interesses da produtividade, o que se resume na dimensão do *saber-ser*, que é definido por Stroobants (1997) como:

...traços de personalidade e caráter adequado aos comportamentos requeridos nas relações sociais de trabalho, tais como, envolvimento, responsabilidade, disponibilidade para a inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade (Stroobants, 1997, p. 70).

A indefinição quanto aos critérios para se conceituar o indivíduo competente é outra questão engendrada pelo modelo de competência, o que sugere uma série de perguntas: como avaliar, reconhecer e instituir as competências? Ou como pergunta Paiva (1994): “Que fatores são efetivamente decisivos na formação de personalidades capazes de dispor de tais competências?” Há alguma diferença entre o reconhecimento das competências técnicas e o das competências sociais? Como avaliar os atributos subjetivos das competências sociais, tais como iniciativa e responsabilidade? Apesar de tantas incertezas, na prática o que se percebe é como a avaliação se mantém central dentro de um modelo de competências e como está diretamente relacionada às qualidades pessoais e relacionais. Como analisa Tanguy:

Uma gestão fundada nas competências encerra a idéia de que um assalariado deve se submeter a uma avaliação permanente e dar constantemente provas de sua ‘adequação ao posto’, de seu direito a uma promoção ou a uma mobilidade promocional. (...)Em outros termos, tudo se passa como se a competência, conjunto de propriedades instáveis que devem constantemente ser submetidas à prova, opusesse-se à qualificação avaliada, em grande parte no último período, pelo diploma, título adquirido uma vez por todas (Tanguy, 1997, p. 193).

A autora apresenta uma discussão pertinente ao reconhecer que se a noção de competência entendesse o indivíduo como protagonista do próprio trabalho, poderia atender a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, ou seja, a de uma classificação que partisse dos atributos individuais e não do posto de trabalho. Neste sentido, a noção de competência poderia atender não só às constantes

demandas de reconhecimento das qualificações tácitas, como também aceitar os de conhecimentos adquiridos em outros contextos sociais, que não somente os relacionados ao tempo de formação e formalizados por um diploma. No entanto, Tanguy ressalta que, na verdade, o modelo da competência, em sua forma atual, não produz a valorização desejada, uma vez que as avaliações não são negociadas dentro de ramos profissionais, mas individualmente, entre o assalariado e a empresa, sob condições previamente estabelecidas pelos dirigentes, e o posto de trabalho continua a ser a referência na medida da competência.

Não há como negar o impacto que as transformações sociais, como as novas tecnologias, têm produzido na demanda por mão-de-obra, essencialmente em relação aos requisitos de qualificação e de escolarização que, por sua vez, repercutem de forma indiscutível nos sistemas educacionais e de formação profissional. O que se pode indagar é: qual seria a essência da competência? Como pergunta Tomasi (2004, p.18): “Quando os empresários demandam competência, estão preocupados em fazer frente às mudanças já estabelecidas no mundo do trabalho ou precisam dela para produzir as mudanças que desejam?”

Considerações finais

No debate atual sobre a noção de competência, nota-se que a sua definição ainda se apresenta bastante instável e vaga no âmbito acadêmico. Como se trata de um conceito ainda em construção, ele suscita mais perguntas do que respostas, o que é natural não só por estar inserido nas transformações contemporâneas do trabalho, como também por propor rupturas com relação a um modelo da qualificação já tão consolidado. Não é difícil constatar, pelos debates atuais, que a noção de competência traz várias dimensões que ainda precisam ser mais avaliadas, o que, aliás, já ocorre e pode ser confirmado pela quantidade de trabalhos que se avolumam a cada dia, sobretudo na França.

Não se teve, nesta apresentação, a pretensão de abordar todos os dilemas e polêmicas que o tema sobre competência e qualificação vem suscitando, principalmente nos estudos do trabalho, mas procurou-se sistematizar os principais debates gerados pela crescente literatura. Assim, a partir de uma tentativa inicial de definição da noção de competência, buscou-se traçar a sua linhagem com a noção de qualificação, ressaltando o processo de individualização contido na competência. Ressaltaram-se as possíveis ameaças às práticas de negociação coletiva em função dos processos individualizantes de avaliação e das tentativas de estabelecimento de relações mais consensuais, que provavelmente contribuíram para o enfraquecimento dos sindicatos. Tentou-se ressaltar também que, sendo

algo novo, o conceito de competência pode se prestar a interesses, neste contexto, as recentes transformações no mundo do trabalho, engendradas quer pelo avanço tecnológico ou pela complexidade das demandas sociais, quer por outras mudanças, suscitam novas discussões sobre o conhecimento nas atividades de trabalho. Entretanto, reduzir a noção de competência a isso é limitar as outras dimensões que ela possui.

O que se pode perguntar, para gerar uma discussão final, é se a qualificação, tal como a discutida por Pierre Naville, não seria um conceito mais amplo para compreender as transformações contemporâneas do trabalho. Uma análise mais atenta da construção do conceito de qualificação, feita por Naville, pode nos revelar algumas pistas para entendê-la fora do ambiente de trabalho. Conforme discutimos na primeira parte, este autor apresenta uma concepção relativista da qualificação, relacionando-a a outros aspectos sociais, a saber: o tempo de escolarização, o salário, as operações de classificação e a hierarquia. Nesta abordagem mais ampliada do conceito, os aspectos implícitos, informais e não organizados das características dos indivíduos já estavam presentes, o que nos faz pensar ser desnecessária toda a polêmica em torno da substituição dos conceitos. Nesta perspectiva, a qualificação pode ser influenciada por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos (sistema de formação e de valores, mercado de trabalho) que variam no tempo e no espaço. A qualificação não é, portanto, unicamente o resultado da transformação dos conteúdos do trabalho derivado da racionalização da empresa, como parece propor o modelo da competência, mas é “construída muito mais de critérios sociais, em que as relações de forças e os conflitos têm um papel mais importante do que os individuais” (Tomasi, 2004). Claro que se torna questionável a perspectiva navilliana de mensuração, bem como sua ênfase no tempo de formação como medida da qualificação congregada à certificação profissional. Apesar de todas as mudanças com relação às demandas por novos conhecimentos não prescritivos, o que se percebe atualmente é que o diploma continua como o meio mais objetivo para se medir a qualificação, além de todos os esforços na elaboração de mecanismos que possam congregiar os conhecimentos tácitos e atitudinais, visando à certificação da competência.

A construção desta noção de competência, então, está sempre vinculada às mudanças do trabalho, ou pelo menos daquele ofício mais formal que existe no interior das empresas dos setores avançados. Assim, o enfoque é sempre dado ao “enriquecimento” do trabalho, à valorização e à participação dos trabalhadores como sujeitos deste “novo” processo por meio de atributos que estariam expressos na noção de competência. Este tipo de análise, além de generalizar tais mudanças para outros contextos, traz à tona novamente as

interpretações substancialistas de Friedmann, enfocando não mais o determinismo tecnológico, mas sim o determinismo do posto de trabalho, que demanda a qualidade e as características pessoais para realizá-lo. Neste sentido, pode-se perguntar, como uma indagação final, se o conceito de qualificação, tal como elaborado por Naville, não seria mais amplo do que o de competência? Uma leitura mais atenta de sua obra, à luz dos debates desenvolvidos pela literatura recente, poderia revelar a importância de recuperar tal conceito de qualificação?

Referências

- ALALUF, Mateo. (1986). *Le temps du labeur. Formation, emploi et qualification em sociologie du travail*. Edition l'Université de Bruxelles. 1986.
- BRAVERMAN, Harry. (1974). *Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CORIAT, B. (1994). *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revam.
- DUBAR, C. (1998). A sociologia do trabalho frente a qualificação e a competência. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.19, n.64, p.87-103, set 1998.
- DUGUÉ, E. (2004). A lógica da competência: o retorno ao passado. In: TOMASI, A. *Da qualificação à competência, pensando o século XXI* Campinas: Papirus.
- _____ (1998). A gestão das competências: os saberes desvalorizados, o poder ocultado, In: DESAULNIERS, J, *Formação e trabalho e competência*. Porto Alegre: Edipicrs.
- DADOY, Mireille. (1989). Le retour au métier. In: *Revue Française des Affaires Sociales*. Paris: Ministère du Travail, de l'emploi et de la Formation Professionnelle.
- FRIEDMANN, Georges & NAVILLE, Pierre. (1962). *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Cultrix.
- GUIMARÃES, N.A., CARDOSO, A. e COMIN, A. (2006). Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias inter-setoriais de trabalhadores demitidos indústria brasileira. In GUIMARÃES, N.A. e HIRATA, H. (orgs.). *Desemprego: Trajetórias, Biografias e Mobilização*. São Paulo: Ed. Senac.
- HIRATA, H. (1994). Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In FERRETTI, J.C *et tal. Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes.
- ISAMBERT-JAMATI, Viviane. (1997). O apelo à noção de competência na revista L'orientation scolaire et professionnelle, da sua criação aos dias de hoje. In: ROPÉ, Françoise et TANGUY, Lucie. *Saberes e Competências; o uso de tais conceitos na escola e na empresa*. Campinas: Papirus.

- KERN, H. e SCHUMANN, M. (1988). *El fin de la división del trabajo. Racionalización de la producción industrial, situación actual, determinación de las tendencias*. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- LEITE, M.P. (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- MANFREDI, M.S. (1988). A competência profissional como tema de pesquisa. *Educação e Sociedade*, Campinas:, n. 64, p.13-49, setembro.
- NAVILLE, Pierre. (1956). *Essai sur la qualification du travail*. Paris: Librairie Riviere.
- STROOBANTS, Marcelle. (1993). *Sociologie du travail*. Paris: Nathan Université.
- _____ (1997). A visibilidade das competências. In: ROPÉ, Françoise et TANGUY, Lucie. (orgs) *Saberes e competências: O uso de tais conceitos na escola e na empresa*. Campinas: Papirus.
- PAIVA, V. (1995). Inovação tecnológica e qualificação. In Revista *Educação e Sociedade* nº 50. Campinas: Papirus.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1994). *The second division industrial divide: possibilities for prosperity*. New Iork: Basic Books.
- TANGUY, L. (1997). Competência e integração social na empresa. In: TANGUY, L. e ROPÉ, F. (orgs). *saberes e competências. O uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus.
- TARTUCE, G. (2002). *O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville*. São Paulo:. USP (Dissertação de mestrado).
- TOMASI, Antônio de Pádua. (2004). *Qualificação ou Competência?* In:: TOMASI, A. Da *qualificação á competência.pensando o século XXI*. Campinas: Papirus
- WOMACK, J.P. et al. (1992). *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus.
- ZARIFIAN, Philippe. (2001). *Objetivo Competência; por uma nova lógica*. São Paulo: Editora Atlas.
- _____ (2003). *O modelo da competência. Trajetórias históricas, desafios atuais e propostas*. São Paulo: Senac editora.

RESUMO

A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se complementam?

Este artigo tem como objetivo discutir a emergência da noção de competência como demanda por “novos” conhecimentos no processo de trabalho. Assim, busca-se compreender, através da trajetória desta noção, sua relação com o conceito de qualificação, discutindo as controvérsias da possível ineficácia do conceito de qualificação em absorver as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Palavras-chave: competência; qualificação; processo de trabalho

RESUMÉ

A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se complementam?

L'objectif de cet article est de discuter l'émergence de la notion de compétence comme une exigence actuelle par les “nouvelles” connaissances dans le processus de travail. Ainsi, il serait important de comprendre, à travers la trajectoire de cette notion, sa relation avec le concept de qualification, en discutant les controverses d'une éventuelle inefficacité du concept de qualification dans l'absorption des transformations produites dans le monde du travail.

Mots clés: compétence; qualification; processus de travail

Recebido para apreciação: janeiro de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

Luciano Rodrigues Costa é graduado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. (lrodrigues00@yahoo.com.br)

O SISTEMA “S” E OS NOVOS DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO SENAI DA PARAÍBA*

*Roberto Véras de Oliveira
Eugenio V. Pereira Neto
Alexandre Santos Lima
Diogo Fernandes da Silva*

Introdução

O presente texto trata dos resultados iniciais da pesquisa “*O Sistema S e os novos desafios da Qualificação Profissional na Paraíba*”. Compõe uma pesquisa mais ampla intitulada “*Mudanças no Mundo do Trabalho e os Novos Desafios da Qualificação Profissional na Paraíba*”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa *Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, registrado no CNPq. Essa tem como objetivo traçar um quadro sobre como se conformam os diversos agentes da qualificação profissional diante das novas situações e referenciais trazidos com as mudanças que vêm atingindo as formas de produção e o mundo do trabalho no país e mundialmente. Busca apreender como em uma região periférica da economia capitalista, o Estado da Paraíba, a sociedade reage e atua sobre as referidas mudanças, mais particularmente quanto à qualificação profissional e no que diz respeito aos atores mais diretamente envolvidos com tal área.

A qualificação profissional tem sido entendida por alguns como panacéia frente à atual crise mundial do emprego, quando vem sendo remetida ao indivíduo a responsabilidade maior por criar para si condições de “empregabilidade”. Para outros, tem sido encarada, sobretudo, como objeto de política pública, seja sob uma perspectiva compensatória, de caráter paliativo, de enfrentamento da referida crise, seja sob uma perspectiva de promoção de formas alternativas de geração de trabalho e renda e de resgate e fortalecimento da cidadania. Para outros, ainda, configura-se tão somente como uma oportunidade de negócio, entre outras, aproveitando-se do crescimento da demanda trazido por esse contexto de instabilidade nas relações de trabalho.

*Comunicação a ser apresentada no VI Encontro Regional da ABET, no GT Educação e Trabalho: novas práticas, velhos desafios.

Resulta daí uma composição de interesses e motivações diversa e complexamente articulados, demarcando projetos distintos e, em certos momentos, conflitantes. Para uma discussão pública mais consistente sobre possibilidades de desenvolvimento e de construção da cidadania em uma região periférica como a Paraíba - onde a crise mundial do emprego repercute de modo ainda mais contundente e com características especiais -, o tema da qualificação profissional (associado às problemáticas mais amplas do trabalho e da educação) tem uma relevância central.

Para uma apreensão das diversas formas de ação presentes no campo da qualificação profissional na Paraíba, estamos considerando os atores/experiências seguintes: as políticas públicas e programas de qualificação profissional (que têm sofrido importante expansão, sobretudo a partir de meados da década de 1990, e têm envolvido um amplo debate social e formas inéditas no país de controle social, representadas pelo CODEFAT e as comissões estaduais e municipais de emprego); o Sistema S (que representa o que há de mais longo e tradicional em termos de formação profissional no Brasil e, ao mesmo tempo, vem sofrendo importantes mudanças institucionais e técnico-pedagógicas); as escolas técnicas públicas (que passaram por recente mudança institucional, com a Reforma do Ensino Técnico, de 1997); as escolas privadas, filantrópicas e ONGs (que registram expansão extraordinária no período recente); os programas próprios de qualificação profissional das empresas e instituições públicas e privadas (que vêm sofrendo reorientações trazidas com as mudanças mais amplas nos processos produtivos e de gestão).

Algumas dessas experiências constituem ações de caráter nacional. Outras resultam de intervenções articuladas a partir do plano local. Em geral, combinam uma dimensão local com uma dimensão nacional e, até, internacional (neste caso, sobretudo através de diversas formas de influências de agências mundiais). Com um olhar sobre a Paraíba, o referido projeto de pesquisa atua no sentido de apreender as conexões nacionais e internacionais das experiências estudadas e, particularmente, aquilo que eventualmente possa ser caracterizado como aspectos específicos, próprios, de uma realidade periférica.

O primeiro resultado desse estudo mais amplo já se encontra publicado em Vêras De Oliveira (2006), que trata da avaliação do Plano Territorial de Qualificação Profissional – PLANTEQ, na sua versão 2004, realizada sob convênio entre a Fundação Unitrabalho e a UFCG.

Quanto ao subprojeto “*O Sistema S e os novos desafios da Qualificação Profissional na Paraíba*”, vem sendo desenvolvido desde meados de 2005, através de uma equipe de estudantes vinculados ao PIBIC e PIVIC, e ainda não se encontra concluído. Tem, na sua primeira fase, um foco centrado no caso do SENAI da

Paraíba. Baseou-se principalmente em pesquisa bibliográfica e documental, na realização de entrevistas com gestores e professores e na visita a unidades da instituição. As reflexões aqui produzidas são parciais e resultaram das discussões realizadas no âmbito da equipe, ao longo de todo o processo da pesquisa.

Este texto está organizado em três partes principais. Na primeira, encontram-se situadas as principais implicações trazidas pelas mudanças no mundo do trabalho para o campo da qualificação profissional. Na segunda, discute-se como o Sistema S e, mais especificamente, o SENAI se colocaram historicamente como espaços de formação profissional no país, tendo em conta as principais mudanças sofridas ao longo desse processo. Isso para, em seguida, retomar o processo de constituição do SENAI na Paraíba, mais particularmente em Campina Grande, e as questões postas, a partir de tal iniciativa, em perspectiva histórica, de modo a situar mais claramente os desafios configurados atualmente.

Transformações no Mundo do Trabalho e novos desafios à Qualificação Profissional

Não obstante referências seminais à questão da qualificação dos trabalhadores no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, trazidas pelos economistas clássicos e pela crítica marxista que se seguiu, foi somente com o surgimento da Sociologia do Trabalho, entre os anos 1940 e 1950, que tal questão tornou-se um objeto sistemático de estudos. O momento era de reestruturação da economia européia e de consolidação, a partir dos EUA, dos métodos tayloristas-fordistas de organização da produção. Pesquisadores como Georges Friedmann, Pierre Naville, Michel Crozier, Alain Touraine, embora sob prismas diversos - em boa medida, referenciados em conceitos derivados do pensamento de Marx, mas também de Weber e de outros autores clássicos -, voltaram-se para temas como: as novas tendências e o futuro das relações de trabalho; os efeitos da técnica, da mecanização e da automação sobre o trabalho; o parcelamento das tarefas e a fragmentação dos saberes, entre outros¹.

Considere-se que, no pós-guerra, sob a égide do paradigma fordista, conformaram-se sistemas nacionais de relações de trabalho, sobretudo na Europa Ocidental e nos EUA, voltados a uma regulação social da contratação e uso da força de trabalho pelas empresas. Nesses sistemas, desempenharam papel central o Estado e os acordos coletivos, resultando “na construção de uma estrutura de ocupações, que vinculava cada uma delas a um conjunto de funções e tarefas e a

¹ Ver, por exemplo, o estudo que se tornou referência a esse respeito, Friedmann & Naville (1973).

uma formação profissional (formal ou não) específica” (Dedecca, 1998, p. 272). Nesses termos, a qualificação profissional adquiriu um caráter social e passou a ser objeto de políticas públicas. Sob a ação reguladora dos Estados nacionais, estabeleceram-se sistemas nacionais de educação, encarregados da formação profissional inicial (em associação com a formação escolar), e a formação profissional contínua, realizada no âmbito das empresas (Dedecca, op. cit.).

Apesar dos ganhos sociais trazidos com tal modelo, certos estudos, como o de Braverman (1987), buscaram realçar o quanto o capitalismo, na sua fase “monopolista”, estaria levando a máxima taylorista da separação entre concepção e execução do trabalho às últimas conseqüências, de tal modo que daí não poderia resultar senão uma crescente desqualificação do trabalhador:

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício - isto é, à combinação de conhecimentos de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, ‘a velocidade como qualificação’ etc (Braverman, 1987, p. 375).

No entanto, na passagem dos anos 1970 aos 1980, em meio à crise do modelo taylorista-fordista, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na produção, inaugurando o que para muitos tem se constituído em um novo paradigma produtivo, denominado *produção flexível* (Harvey, 1992), vem trazendo significativas mudanças no campo das relações de trabalho, particularmente no sentido de sua flexibilização.

Offe (1989) avalia que estaria havendo quatro grandes rupturas na estrutura institucional do trabalho assalariado “pretensamente unificado” da era fordista: a divisão vertical quanto à hierarquia funcional e às acentuadas diferenças na qualificação profissional entre os *core workers* (trabalhadores em tempo integral, com mais garantias, benefícios e melhores salários); a divisão entre mercados de trabalho internos (*core workers*) e externos (trabalhadores de empresas sub-contratadas, que não têm os mesmos benefícios); a ocorrência da produção de bens e serviços cada vez mais fora da órbita do trabalho assalariado formal, contratual (aumento do setor informal); e, por fim, as diferenças entre as formas de estruturação do trabalho

industrial e os serviços (a organização do processo de trabalho, a logística e a estratégia organizacional difeririam significativamente entre os dois setores).

Já para Castel (1998), o *Welfare State*, tido como uma resposta historicamente construída diante do risco à vulnerabilidade social no capitalismo liberal, estaria ingressando em um processo de desarticulação, quanto mais as formas de regulação constituídas em torno do trabalho perdem capacidade de integração. Seria a reedição da “vulnerabilidade de massa”, mesmo onde havia sido aparentemente superada.

Tais mudanças recolocaram o debate sobre a qualificação profissional sob outras condições, operando não só alterações de processos, mas também de sentidos. Destaque-se, quanto a isso, a emergência da noção de *competência*, que gradativamente ganhou relevância frente à noção, antes, como indicamos, amplamente disseminada, de *qualificação*.

Enquanto a noção de *qualificação* surgiu referenciada no paradigma fordista de produção, a noção de *competência* derivou da sua crise e substituição por um novo paradigma, o da produção *flexível*. No primeiro caso, demandava-se do trabalhador a capacidade de cumprir o que lhe fora prescrito, donde a qualificação exigida é parte da prescrição atribuída a cada posto de trabalho – havia, aqui, um realce social-coletivo e objetivo. No segundo caso, a demanda do sistema produtivo para o trabalhador passou a concentrar-se na capacidade deste em colaborar criativa e comprometidamente com a empresa no seu desafio de enfrentar eficientemente a crescente competitividade do mercado – o realce passou a ser mais presentemente no aspecto individual e subjetivo-motivacional. Em um contexto de crescente instabilidade das relações de emprego, ao trabalhador coloca-se, cada vez mais, a exigência de uma qualificação mais ampla, mais versátil e mais continuada, de modo a garantir melhores oportunidades de inserção em um mercado de trabalho mais exigente, mais restrito e submetido a uma dinâmica de mutações cada vez mais acelerada. Além do “saber fazer”, demanda-se do trabalhador o “saber ser” e o “saber agir”, entendidos como capacidades de se portar criativa e eficazmente, do ponto de vista da empresa, frente às situações que se apresentem como problema e àquelas que exijam respostas rápidas e inovadoras (Zarifian, 1995).

Para Schwartz (1998), teria ocorrido um “deslizamento” da centralidade da noção de qualificação para a de competência, e tal estaria relacionado a um processo no qual ocorre um deslocamento da noção de *trabalhar* para a de *gerir*, dando ensejo ao que denomina de “gestão de situação de trabalho”. Nesses termos, acrescenta o autor: “o registro do que parece hoje caber na ‘competência’ abrange um campo muito mais vasto, humanamente falando, do que os referentes mais circunscritos, precisos, estreitos, ligados a uma lógica de ‘postos de trabalho’, característica da linguagem da qualificação” (Schwartz, op. cit., p. 03).

O termo é polissêmico, seja nos seus usos anteriores, seja nas suas aplicações atuais². É inegável, no entanto, a sua capacidade de referenciar as novas políticas públicas na área da qualificação profissional. Basta ver a diversidade e importância de iniciativas quanto à “certificação de competências”³.

O que nos interessa realçar aqui é, sobretudo, o caráter de construção social das noções e práticas desenvolvidas, seja sob a égide do paradigma da qualificação, seja sob o da competência. Trata-se, em ambos os casos, de campos em disputa.

O ponto de partida de nossa abordagem, quanto a isso, é o de que as atuais transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho envolvem discursos e práticas – embora contraditórios –, em geral referenciados em noções como “flexibilização do mercado de trabalho”, “competência”, “empregabilidade”, entre outras. Compõem, assim, um movimento que tem como base a substituição da regulação pública das relações de trabalho por uma regulação privada, realizada nos espaços das empresas, que se baseia na individualização crescente da relação entre estas e os trabalhadores (Dedecca, 1998).

Assimilação dos novos paradigmas do Trabalho e da Qualificação no Brasil e seus impactos no Senai

No Brasil, apesar do intenso processo de industrialização e urbanização pelo qual passou ao longo do Século XX, jamais se constituiu um Estado Social e um *pacto fordista* do modo como ocorreram nos países capitalistas centrais, senão aproximações na forma do Estado Desenvolvimentista e do “fordismo periférico”.

No que se refere à *qualificação profissional* empreendida como resposta às demandas suscitadas por tal processo, a iniciativa marcante foi a instituição do “Sistema S”, a partir da década de 1940⁴. Constituído em paralelo ao sistema público, o Sistema S foi destinado à gestão dos organismos sindicais patronais,

² Ver, por exemplo, considerações de Francesc Dobon, em “Pedagogia del excluidó” (Dobon, 2006).

³ Ver, a esse respeito, Manfredi (2006) e Antunes (2006).

⁴ O Serviço Nacional da Indústria - SENAI foi criado em 1942. O Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e o Serviço Social do Comércio - SESC foram instituídos em 1946. Em todos os casos, por decreto presidencial. Os demais “S” vieram depois: o Serviço Nacional de Aprendizagem da Agricultura - SENAR foi criado em 1976, extinto em 1988 e recriado em 1991; o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes - SENAT e o Serviço Social do Transporte - SEST surgiram em 1993; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi criado em 1990 (Manfredi, 2002).

mas custeado com recursos públicos. Conforme atestou Manfredi (2002, p. 183), particularmente o SENAI se constituiu na “maior rede de Educação Profissional formadora de força de trabalho para os diferentes setores empresariais, notadamente para as empresas do setor industrial, em seus diferentes ramos”.

Quanto à adoção de políticas públicas relacionadas ao tema do emprego no Brasil, trata-se de algo recente e se encontra em um estágio ainda bastante elementar de formulação e implementação. Basicamente, o primeiro programa governamental de formação profissional foi o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, criado em 1963, submetido inicialmente ao MEC. O serviço de intermediação de mão-de-obra só começou a ser implementado com a criação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em 1975, quando o Ministério do Trabalho incorporou também o PIPMO. A instituição do seguro-desemprego só ocorreu na segunda metade dos anos 1980, fundamentalmente a partir da Constituição de 1988. Os programas de geração de emprego e renda adquiriram um caráter mais articulado e ampliado a partir de 1994⁵.

Mas, sobretudo a partir do início dos anos 1990, mudanças introduzidas nos campos da política de desenvolvimento e de gestão das relações de trabalho no Brasil conformaram um novo momento à discussão a respeito da *qualificação profissional*. Apesar da introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na indústria automobilística no início dos anos 1980 e da introdução de inovações tecnológicas, particularmente nos segmentos mais dinâmicos da economia, no final da década, o fenômeno da *reestruturação produtiva* só ganhou impulso com a adoção, pelo país, no início da década de 1990, das políticas de liberalização do mercado, seguidas de privatizações de empresas estatais, da abertura do sistema financeiro, da política macroeconômica centrada no controle inflacionário e fiscal, da liberalização do câmbio e das medidas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Ao longo dos anos 1990, o desemprego e a precarização do trabalho converteram-se em um dos mais graves problemas sociais do país, na forma de um “fenômeno de massa” (Pochmann, 2001). Ocorreu, na verdade, um agravamento de um quadro já dotado de características histórico-estruturais: a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho⁶.

⁵ Ver, por exemplo, Azeredo (1998a e 1998b) e Castioni (2002).

⁶ “Assim, os problemas da ‘modernidade’, decorrentes do novo paradigma tecnológico, da abertura dos mercados e da globalização financeira, se superpõem aos problemas do atraso (alto grau de informalização e de precariedade das relações de trabalho, desigualdade social, deficiências no sistema de proteção social, baixíssimo nível de escolaridade da força de trabalho etc.)” (Azeredo, 1998a, p. 125-126).

Na referida década, em particular, as políticas públicas de emprego resultaram (contraditoriamente e em processo), de um lado, das possibilidades institucionais derivadas da Constituição de 1988 e, de outro, da adoção da orientação de índole liberalizante na condução do país. O novo cenário teve uma relação direta com a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e com a criação do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT.

As políticas públicas de emprego, que foram formuladas de maneira mais sistêmica a partir do início da década de 1990, tiveram um caráter fundamentalmente *reativo*, diante do quadro de crise estrutural do emprego e como contraface da opção por uma política macroeconômica orientada prioritariamente para a estabilização monetário-fiscal⁷. Desenvolveram-se paralelamente ao tratamento dado pelo próprio governo à normatização das relações de trabalho, esta marcada, de um lado, conforme já tratamos, por sucessivas iniciativas no sentido da *flexibilização* e, de outro lado, por um esforço sistemático de desqualificação da proposição, apresentada pelas centrais sindicais, no sentido da constituição, no país, de um “sistema democrático de relações de trabalho”. Tais políticas resultaram de um processo contraditório, marcado, tanto por um claro esforço de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, como por um diverso e difuso movimento, por parte da sociedade civil organizada, visando ampliar a participação quanto à formulação e gestão das políticas públicas.

O governo brasileiro, sob a influência de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o BID, a UNESCO, a OIT, entre outros, trouxe para si a responsabilidade de empreender um conjunto articulado e sistemático de iniciativas, visando colocar sob novas referências a questão da *qualificação profissional*. Conforme Castioni (2002), a instituição, em 1995, do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR⁸, sob a coordenação do então Ministério do Trabalho - MTb⁹, teria sido o veículo introdutor de novos “conceitos”. A partir da regulamentação do FAT, em 1990, o Governo Federal, através do

⁷ “Desde os anos 1990, a postura oficial do governo de desvincular as questões relativas à geração de emprego da política macroeconômica, marcada pela rápida e pouco seletiva abertura comercial, pela forte dependência de financiamentos externos, tem sido um dos fatores decisivos para a adoção de um tipo de política social com caráter reativo, voltada basicamente para a correção pontual das distorções do mercado de trabalho” (Dieese, 2001, p. 260).

⁸ Que, em 1999, passou a denominar-se Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, conservando a mesma sigla; e, em 2003, com o novo governo, passou a denominar-se Plano Nacional de Qualificação, sob a nova sigla PNQ.

⁹ Atualmente denominado por Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

MTb, retomou a iniciativa no campo da política pública de qualificação profissional. Em 1993, tiveram início ações voltadas à qualificação profissional dos beneficiários do seguro-desemprego e funcionários do SINE. Mas, foi só em 1995 que o PLANFOR foi instituído.

A reforma do ensino técnico, operada em consonância com a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, através do Decreto Lei 2208/97, configurou uma nova institucionalidade para a educação profissional no país, tornando mais enfática a separação entre formação geral e formação tecnológico-profissionalizante. Além da educação tecnológica e da educação técnica, o novo modelo prevê a educação profissional básica - voltada, sobretudo, aos desescolarizados e desempregados -, que passou a ser operacionalizada fundamentalmente através do PLANFOR¹⁰.

Os programas que compuseram o PLANFOR, ao longo de sua vigência, entre 1995 e 2002, tanto no âmbito nacional como estadual, foram executados através de parcerias com terceiros, incluindo o “Sistema S”, as centrais sindicais, ONGs, entre outros. Segundo Pochmann (1999), apoiando-se em dados do Ministério do Trabalho, enquanto as Escolas Técnicas contaram com 700 mil alunos, em 1996, o “Sistema S” atingiu 3 milhões e o PLANFOR, 1,1 milhão¹¹.

Para Affonso (2001), o PLANFOR tem sido um exemplo da aplicação dos princípios liberais da *focalização*, descentralização e transferência de responsabilidade das políticas sociais para o campo privado. Na avaliação de Ferretti (1999, p. 13):

Assim, o Estado, o empresariado e a sociedade civil, via ONGs, dão respostas ao desemprego oferecendo cursos de formação. Ora, de um lado, isso parece muito interessante, porque afinal de contas pode revelar uma certa preocupação social. Mas, com o que se oferece em boa parte desses cursos, os indivíduos pouco escolarizados e subempregados ou desempregados dificilmente conseguirão situar-se consistentemente no mercado. Além disso, tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego, ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado, da sociedade civil e dos empresários, nada resultou, então a responsabilidade não é social, mas individual.

¹⁰ Ver, a respeito da avaliação do Planfor, Prestes (2006) e Costa (2006).

¹¹ “O programa desde a sua origem tinha o propósito de atender os trabalhadores desempregados, visando elevar a escolaridade e cuja meta era articular, através da ampla rede de formação profissional existente no País, 20% da População Economicamente Ativa – PEA até o ano 2000, meta esta que foi postergada para 2002, por meio da Resolução n. 194/98” (Castioni, 2002, p. 213).

O PLANFOR foi concebido a partir de três idéias-força: as noções de *competência*, de *empregabilidade* e de *parceria*. No que diz respeito à concepção de qualificação, sobressaiu no âmbito do PLANFOR a noção de *competência*. Associada que está ao paradigma da *produção flexível*, tal conceito foi evocado como base para a promoção de uma noção de qualificação que tornasse o trabalhador capaz de “compreender, antecipar-se e resolver os problemas de sua função na empresa” (Araújo, 2000, p. 57). Além do saber “fazer”, para o qual os trabalhadores eram preparados no âmbito do paradigma fordista de qualificação, a esse deveria ser acrescido o saber “ser” e o saber “aprender”¹².

Assim ancorado, o PLANFOR se manteve fundamentalmente omissivo quanto ao que o termo *competência* sugere a respeito da nova realidade do mundo do trabalho, se alinhando às visões excessivamente otimistas sobre os novos perfis profissionais demandados pelo mercado de trabalho, quando o que vem prevalecendo, particularmente em países como o Brasil, em contraste com cada vez mais restritos núcleos de trabalhadores com vínculos mais estáveis, remuneração diferenciada e melhor qualificação, é um quadro de crescente precarização e desemprego¹³, em um contexto já marcado estruturalmente pela segmentação, baixa escolaridade e elevada informalidade¹⁴.

No que concerne ao entendimento, proposto pelo PLANFOR, sobre o sentido último da política de qualificação, ganhou destaque, associado ao conceito de *competência*, o discurso da *empregabilidade*, sobretudo no primeiro mandato de FHC:

¹²“Delinca-se neste contexto um novo perfil e um novo conceito de qualificação, que vai além do simples domínio de habilidades manuais e/ou disposição para cumprir ordens (...) O novo perfil valoriza traços como participação, iniciativa, raciocínio, discernimento, informação. Busca-se pessoas com iniciativa, capacidade de decidir e agir em face de imprevistos ou eventos aleatórios – que são tanto mais freqüentes quanto mais modernas, integradas e informatizadas as empresas” (MTE/SPPE/DEQP, 2001, p. 54).

¹³“As mudanças produtivas que se processam na economia brasileira demandam, de fato, a implementação de ações que visem combater o baixo perfil de qualificação da força de trabalho nacional (...) Entretanto, cabe perguntar sobre a funcionalidade dos programas propostos em um contexto onde as empresas pouco privilegiam os programas de qualificação e os novos métodos de gestão de mão-de-obra (...) Mesmo nos períodos de recuperação do nível de atividade, não se verifica um desempenho mais positivo do nível de emprego, observando-se uma crescente divergência entre esse e o ritmo da atividade econômica (...) Se mantido esse comportamento das empresas, será difícil vislumbrar um papel mais efetivo das políticas de qualificação e de seus efeitos sobre o desemprego e a qualidade de emprego dos trabalhadores” (Dedecca, 1998, p. 290-291).

O emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Hoje mais importante do que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes, até simultâneos (MTb/Sefor, 1995, p. 12).

O problema do emprego/desemprego foi, assim, formulado essencialmente, não como uma “questão social” (Castel, 1998), mas como uma questão de natureza técnico-administrativa, remetida ao plano individual, cabendo ao trabalhador individualmente, através da *requalificação profissional*, adequar-se às exigências do *mercado* e, com isso, tornar-se “empregável”. Ao Estado caberia, nessa equação, tão somente oferecer oportunidades a cada um, através, sobretudo, de programas de educação profissional.

Ora, essa noção foi gestada justamente em um contexto no qual a questão do desemprego ganhava uma dimensão ímpar de drama social. Negado como *questão social*, perde significado como questão *pública*, passando a ser inserido na perspectiva da *desresponsabilização* do Estado, e da sociedade, para com essa problemática, assim como na perspectiva do esvaziamento do *trabalho*, da *educação* e da *qualificação* como direitos¹⁵. Corroborava, assim, sem assumi-la explicitamente, uma percepção de fundo *privatizante* de tais políticas.

Tal concepção adquiriu concretude institucional, organizacional e operacional através da idéia de *parceria*. O discurso da *parceria* ganhou evidência no contexto da Reforma do Estado, operada particularmente pelo governo FHC. Derivou da compreensão de que a *crise do Estado* é uma crise de natureza fiscal e está relacionada

¹⁵Nas palavras de Gentili (1999, p. 88-89), “a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da teoria do capital humano, só que acaba com o nexos que aquela estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social; as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende hoje de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social) (...) ‘Empregabilidade’ não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis, alguns sobreviverão, outros não (...) Nesse sentido, o discurso da empregabilidade tem significado uma desvalorização do princípio (teoricamente) universal do direito ao trabalho e, de forma associada, uma revalorização da lógica da competitiva inter-individual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente”.

ao esgotamento da “estratégia estatizante” de intervenção do Estado e da forma “burocrática” de administrá-lo. Compôs um esforço, que apontava, de um lado, para a *privatização* daquelas atividades concebidas como passíveis de serem “controladas pelo mercado” e, de outro, para a *descentralização* na execução de serviços sociais de educação, saúde, cultura, pesquisa científica. Nesse caso, através de um setor “público não estatal” (ou Terceiro Setor). As instituições não estatais passaram a ser solicitadas a participarem da execução de serviços sociais, em um contexto de crescente retração do Estado no que concerne a financiamento e a gestão dos serviços públicos (Dain & Soares, 1998).

Entretanto, a idéia de *parceria* também estava relacionada às conquistas sociais e políticas dos anos 1980 e 1990, particularmente quanto à ampliação de espaços de participação na forma de conselhos e fóruns públicos, entre os quais se destacam o CODEFAT e as comissões estaduais e municipais de emprego/trabalho. Dessa maneira, em programas como o PLANFOR, a noção de *parceria* se colocou ambigualmente associada às idéias de *cidadania*¹⁶, *privatização*, *descentralização*, *público não-estatal*, *participação da sociedade civil*¹⁷.

A noção de *competência* foi o elemento de referência que imprimiu um determinado sentido à idéia de qualificação adotada conceitualmente no âmbito do PLANFOR. Entretanto, não significou, isso, que tal noção tenha informado os conteúdos dos programas – em geral, voltados para aqueles segmentos colocados fora do núcleo mais restrito do mercado de trabalho. O discurso da *empregabilidade* foi o elemento que orientou tal política pública quanto aos seus propósitos finais – seja no que se refere ao que, de fato, se colocou como objetivo, seja no que diz respeito ao que procurou suscitar como expectativa do público ao qual se destinou. A idéia de *parceira*, trabalhada, sobretudo, no sentido de

¹⁶Particularmente através da referência “cidadão produtivo”: “O cidadão produtivo é aquele capaz de apreender e gerir a realidade que tem como regra a transitoriedade permanente” (MTE/Sefor, 1998, apud Affonso, 2001, p. 70). Conforme Castioni (2002, p. 213), o termo “cidadão produtivo” procura contemplar “a palavra cidadania reivindicada pelos trabalhadores e a competitividade dos empresários”.

¹⁷Conforme Vilmar Faria (apud MTE/SPPE/DEQP, 2001, p. 56), o Governo FHC tinha como princípios organizadores de sua estratégia de desenvolvimento social para o país: a) “igualdade de oportunidades no ponto de partida, entendendo por isso um papel estratégico do setor público na oferta de serviços”; b) “avaliação do custo e efetividade das políticas e programas sociais”; c) “descentralização e flexibilidade, em face das dimensões e heterogeneidade do país”; d) “participação, como forma de controle público sobre as políticas sociais”; e) “parceria entre União, Estados e Municípios, entre governo e sociedade civil, assumindo a impossibilidade de o Estado enfrentar sozinho a complexidade da questão social no Brasil”.

repassar responsabilidades de execução a instituições terceiras, foi, por sua vez, aquilo que cimentou, de um ponto de vista organizativo-institucional, tal projeto. *Competência, empregabilidade e parceria* mostraram-se, com a experiência do PLANFOR, elementos plenamente combináveis, sob certa perspectiva.

Conforme o debate que vinha sendo travado na sociedade a respeito do novo momento da *qualificação profissional*, desde o início da década de 1990, as novas referências discursivas vão impregnando, embora com ambigüidades, nuances, contradições, não só os agentes governamentais, mas também os representantes empresariais e até mesmo as lideranças sindicais (Castioni, 2002).

A discussão pública ganhou novos contornos com a instituição do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em 2003, em substituição ao PLANFOR. Partindo da crítica ao período anterior, o PNQ propôs mudanças nos planos político, institucional, conceitual, pedagógico, ético e operacional (MTE/SPPE/DEQ, 2003). Sobretudo, realçou a noção de qualificação como construção social, questionou o discurso da “empregabilidade” e buscou centrar o entendimento da política pública de qualificação profissional na perspectiva dos *direitos sociais*. Estabeleceram-se, no entanto, não só descontinuidades, mas também continuidades. Manteve-se, com isso, como um campo em disputa¹⁸.

No que se refere ao Sistema ‘S’, em particular, que hoje atua nos níveis básico, técnico e tecnológico da formação profissional, em todo o território nacional e envolvendo os diversos setores da economia do país, mantém-se como um ator de destaque nas discussões e experimentações que o atual momento tem suscitado no campo da *qualificação profissional*. Vem buscando, através de várias iniciativas, adequar-se à nova situação.

O SENAI foi criado para fazer frente a uma situação de crescente carência de operários especializados, especialmente causada pela expansão e diversificação da atividade industrial, desencadeadas a partir dos anos 1930. Estava configurada, naquelas circunstâncias, de um lado, a necessidade de uma crescente racionalização técnica do processo produtivo e das relações de trabalho e, de outro, a construção de um novo projeto hegemônico para o país, o qual requeria a socialização das novas levas de trabalhadores assalariados através de uma representação social assentada na percepção do desenvolvimento industrial como conveniente a todos. Conforme Manfredi (2002, p. 204), a formação do SENAI atuou simultaneamente nessas duas perspectivas. Segundo essa autora, para os críticos da experiência do Sistema S,

¹⁸Ver a respeito, por exemplo, Veras de Oliveira (2005).

...sua formação teria uma orientação muito mais tecnicista do que tecnológica e voltada para as necessidades conjunturais do mercado de trabalho e dos setores produtivos. Assim sendo, serviria de canal de divulgação de uma visão de mundo, de trabalho e de educação ideologicamente orientada pela ótica patronal.

Ao mesmo tempo, é evidente o quanto o Sistema S converteu-se, desde sua fundação, na maior rede de formação profissional do país e da América Latina, ministrando cursos regulares e livres, técnicos e de especialização, em suas próprias escolas, nas empresas e nos sindicatos.

Mas sua trajetória precisou ir se adaptando às transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira. Citando Cunha (2000), Manfredi (2002, p. 183-184) observa três fases nessa trajetória:

...a primeira, nos anos 50 e 60, com a expansão da industrialização para a indústria de base, quando as iniciativas relativas às atividades de aprendizagem se tornaram insuficientes e foram se criando outros cursos de curta duração, denominados de treinamento, que chegaram a ser o foco de sua atuação, sem o desmonte dos cursos de aprendizagem. Na segunda, nos anos 70, por razões ligadas antes à política educacional do que ao setor produtivo, foi a vez de outra ponta: cursos técnicos de nível médio tiveram de ser criados, voltados para certas especialidades. E na terceira, a partir do final dos anos 90, podem-se apontar tanto fatores ligados aos processos de reestruturação da economia e aos processos produtivos na indústria quanto à política educacional, à criação de cursos de nível superior e, como veremos, de novos programas de consultoria e assessoria, indo, portanto, além da educação.

Para Manfredi (2002), com os novos ares políticos trazidos pelo processo de redemocratização do país, dos anos 1970 aos 1980, e com as mudanças introduzidas no padrão tecnológico e organizacional da produção, dos anos 1980 aos 1990, configurou-se um novo contexto para o mundo do trabalho, diante do qual o SENAI se viu pressionado a adaptar-se. De um lado, encontra-se sob a necessidade de atender as novas exigências de qualificação colocadas pelo mercado, cada vez mais marcadas por aspectos como agilidade, dinâmica, flexibilidade, multifuncionalidade, heterogeneidade. De outro, por meio de pressões sociais oriundas da contradição entre o caráter público do seu financiamento e o caráter privado de sua gestão, vê-se sob a necessidade de responder a tais pressões, ajustando o discurso, reestruturando-se e orientando sua atuação institucional.

Assim como a orientação da reforma do sistema de ensino se deu muito vinculada a diretrizes de organismos internacionais, estes também se voltaram para o Sistema SENAI, apontando nele uma estrutura inadequada às novas necessidades do mercado brasileiro. A opção adotada foi a de realizar uma reforma institucional (Mores, 1999). Diante de tal cenário, atuando como um agente importante que

vem influenciando essas condições, o Sistema S, e particularmente o SENAI, vem operando adequações no seu projeto institucional. Segundo Mores (1999, p. 75):

Algumas das transformações mais significativas dizem respeito à progressiva extinção da modalidade de aprendizagem, à concentração de esforços na formação de técnicos, à instalação de cursos de curta duração e ao investimento em atividades de assessoria técnica às empresas.

Ao SENAI coube ajustar melhor seus cursos ao mercado de trabalho, com maior flexibilidade institucional, com a incorporação de habilidades comportamentais na formação da força de trabalho e com a reestruturação dos currículos.

Como consequência desses ajustes, a partir de meados de 1990, o SENAI vem diversificando suas ações, agora estruturadas em três eixos principais: (1) Assistência Técnico-Tecnológica, nas áreas de processo, produção, qualidade e segurança no trabalho e de Informação Tecnológica (serviços vendidos por consultoria ou parceira); (2) Pesquisa Aplicada e; (3) Qualificação Profissional, definindo os cursos conforme a atual estrutura do ensino brasileiro para a educação profissional: no nível tecnológico-superior, oferecendo cursos de graduação em tecnologia gráfica, mecatrônica, tecnologia ambiental, tecnologia gráfica e vestuário; no nível técnico, correspondente ao ensino médio, o SENAI vem oferecendo cursos nas áreas de construção civil, gestão de processos industriais, informação, química, telecomunicações, transporte sobre trilhos e indústria (mecânica, metalúrgica, automobilística, gráfica, vestuário etc.); e no nível de formação profissional básica, no qual se concentra o seu maior número de ação, vem operando com três modalidades:

» Cursos de Aprendizagem Industrial, com carga horária variável entre 800 a 2200 horas, destinados a menores entre 14 e 18 anos que tenham concluído o ensino fundamental; propõe-se a inserir o aprendiz em estágio profissional em empresas;

» Cursos de curta duração (08 a 250 horas): são denominados de qualificação¹⁹, especialização, treinamento, aperfeiçoamento e atualização profissional; não requerem, em geral, nível formal de escolaridade e são serviços vendidos para os empresários ou abertos à população na forma de cursos não-gratuitos, o que difere da modalidade de aprendizagem;

» Cursos de educação à distância não-presencial; são eles: desenho técnico, matemática básica e financeira, mecânica, dentre outros.

¹⁹O termo usado pelo SENAI para qualificação refere-se fundamentalmente a cursos de curta duração, treinamentos técnicos rápidos.

Para a efetivação de seus serviços, o Sistema SENAI possui uma vasta rede escolar que inclui Unidades Fixas, num total de 428 (compreendem basicamente: Centros de Tecnologia, Centros de Educação Profissional, Centros de Treinamentos, Unidades de Treinamentos Operacional), e Unidades Móveis (316), totalizando 744 unidades SENAI espalhadas por todo o país²⁰.

Antes de passarmos a uma abordagem sobre os resultados da pesquisa a respeito da trajetória histórica e desafios atuais do SENAI na Paraíba, cabe algumas considerações sobre como o processo de integração do Nordeste à industrialização brasileira trouxe desafios especiais à qualificação profissional e, como consequência, ao Sistema S.

A integração subalterna da economia nordestina e paraibana e algumas hipóteses sobre o papel histórico do Senai na região

Ao longo do século XX, com a industrialização do país, operou-se o aprofundamento das disparidades e desigualdades regionais. O Centro-Sul (principalmente São Paulo) consolidou-se como centro dinâmico do novo modelo do desenvolvimento econômico, passando a concentrar os investimentos em detrimento, sobretudo, do Norte e Nordeste do país.

Estudos como o de Oliveira (1977) nos ajudam a perceber a lógica de acumulação e reprodução do capitalismo no Brasil, especialmente com um desenvolvimento industrial desigual:

A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (Oliveira, 1987, p. 44).

Da redefinição espacial operada por tal processo, surge, no país, a Questão Regional Nordestina, aqui entendida como a consolidação do Centro-Sul irradiador de capital, região de crescimento, desenvolvimento e modernizações, concentrando os setores mais dinâmicos da economia. O Nordeste passa a assumir, dentro do sistema capitalista nacional, a função de fornecedor de mão-de-obra e de matéria-prima para as indústrias do Sudeste (Oliveira, 1977).

Identificada como região atrasada, possuidora de um lento crescimento econômico, originário de uma base produtiva tradicional e de fraco dinamismo, o Nordeste passou a ser pensado pelo planejamento econômico do Estado

²⁰Ver: www.senai.br.

Brasileiro notadamente como uma região a ser integrada pela industrialização. Sob tal referência foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959²¹, responsável por articular uma série de políticas públicas de incentivos fiscais (FINOR), de combate à seca (DNOCS), de crédito público (BB, BNB, BNDES), cuja proposta central era incentivar a industrialização do Nordeste com o propósito de superar as dificuldades geradas pela velha economia agro-exportadora. Acreditava-se, com isso, promover a integração dos espaços econômicos numa base ou sistema nacional (Oliveira, 1987).

Para Oliveira (1977), os impulsos da criação da SUDENE e de sua condução devem ser buscados numa abordagem que capte o contexto econômico, político e social do próprio Nordeste e do país. Numa palavra, buscando no conflito de classes as respostas para tal empreendimento. No choque entre forças sociais tradicionais (oligarquias agrária e burguesia agroindustrial regional) e a burguesia internacional-associada do Centro-Sul, na operação de um tenso movimento, capturou a SUDENE, beneficiando-se de isenções e incentivos para a acumulação e reprodução expandida do capital industrial, setor dinâmico e estratégico do novo modelo econômico hegemônico no país.

De fato, a ação planejada e de incentivo da SUDENE gerou um forte dinamismo na região, atrelando-a à dinâmica da economia nacional, sob a égide da expansão capitalista do Centro-Sul. Com isso se superou uma situação de economia regionalizada e desarticulada, entretanto não sem reafirmarem-se as posições centro-periferia, com novas desigualdades e desníveis inter e intra-regionais. Numa palavra, não se homogeneizou nem o espaço econômico nacional, nem tampouco as estruturas produtivas distribuídas no espaço regional.

Conforme Araújo (2000), o novo parque industrial nordestino foi constituído a partir de pólos econômicos. Daí resultou uma relativa perda de posição e importância industrial do Estado de Pernambuco e uma maior pujança de Estados como Bahia, Maranhão e Ceará. Produziram-se, de outra parte, subespaços de “isolamento relativo”, caracterizados por uma baixa dinâmica comercial e industrial, como os casos do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba.

Para Araújo (2000), que analisa esse contexto ao longo das décadas de 1960 até 1990, baseada em dados da própria SUDENE e do IBGE, o Nordeste passou de uma região cuja indústria assentava, sobretudo, na produção de bens de consumo não-duráveis, tais como têxteis e alimentícios, para uma base industrial orientada para a produção de bens intermediários.

²¹Tendo existido até 1998, quando foi extinta sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi recriada no Governo Lula, em janeiro de 2007.

Como referências dessa nova estrutura produtiva, destacam-se os pólos econômico-industriais de Camaçari- BA (Petroquímico), de Sergipe (Fertilizantes), de Alagoas (Complexo Salgema) e do Maranhão (Complexo Minero-Metalúrgico). Além desses, emergiu o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, como resultado da articulação de capitais internacionais e do Centro-Sul com a indústria tradicional local. Assim como, os novos pólos agroindustriais do Vale do São Francisco-BA, do Sul do Maranhão e do Piauí, do Oeste da Bahia e do Vale do Açu-RN.

Esses pólos industriais e agro-industriais, que produzem atividades econômicas modernas, as chamadas indústrias incentivadas da SUDENE, mas que, ao mesmo tempo, coexistem e combinam-se organicamente com a rigidez das velhas estruturas políticas (oligarquias tradicionais) e estruturas também envelhecidas de organização econômico-sociais, nos oferecem a constatação, segundo Araújo (2000), da permanência de diferenças espaciais dentro da própria região, revelando uma região portadora de crescente heterogeneidade, complexidade e dinâmica.

Ainda conforme Araújo (2000), as ações da SUDENE na região acabaram gerando implicações econômico-industriais orientadas, basicamente, em dois sentidos. Primeiramente para o questionamento da divulgada visão do Nordeste como “*problema da seca, da miséria e do atraso*”, na medida em que, com o surgimento de sub-regiões, de pólos de crescimento, de maior fluxo de capitais inter-regionais e internacionais, essa Região passou a assumir um papel de maior importância no conjunto da indústria nacional, mostrando um forte dinamismo industrial e comercial, crescimento esse que teve como “principal agente econômico o Estado, na medida em que este agiu investindo, produzindo, incentivando, criando infraestrutura econômica” (Araújo, 2000, p. 166).

Por outro lado, e ao mesmo tempo, tal política teve seus efeitos na dimensão social, ou seja, tal crescimento econômico, via industrialização, combinado com a permanência de estruturas sócio-econômicas e espaciais tradicionais (emblemático o caso da rígida concentração agrária na região) acabaram por reproduzir e aprofundar as desigualdades intra-regionais e sociais. Em outras palavras: “a pobreza continua a ser uma das marcas mais importantes do Nordeste, quando vista no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente” (Araújo, 2000, p. 166).

Fontgalland (2006), em estudo sobre a economia paraibana, envolvendo o período 1986 e 2002, observa que, apesar da predominância dos ramos tradicionais no setor industrial (alimentos e bebidas, têxtil e confecções, calçados, gráfico), vem surgindo uma tímida indústria dinâmica de minerais não-metálicos,

de artigos de borracha e plásticos, assim como uma tendência pelo interesse na química fina (cosméticos) e eletrônicos. Todavia, o setor econômico que se destacou ao longo da década de 1990, com uma média de participação de 62,8% do PIB estadual, foi o terciário, ou seja, o comércio e os serviços. Esse setor ainda foi o responsável, aliado à administração pública, pela maior parcela do emprego formal gerado no período de 1986 a 2001. De modo que o mercado de trabalho paraibano, historicamente caracterizado por traços de baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, por trabalho precário e elevado contingente de mão-de-obra na informalidade, mantém-se com tais características (Fontgalland, 2006).

Segundo Targino *et alii* (2006), há uma tendência marcante de absorção da força de trabalho no setor de serviços, no mercado paraibano, que deve ser entendida como ligada a um contexto mais amplo de transformações não só regionais (com o fenômeno da desconcentração industrial, ou seja, a re-localização de unidades produtivas incentivadas pela Guerra Fiscal²²), mas, sobretudo, ligado ao processo de abertura comercial, liberalização e desregulamentação de mercados em contexto Global.

No caso particular de Campina Grande, houve um primeiro período de expansão econômica ligado intimamente às atividades agro-exportadoras regionais, justamente com a instalação do tronco ferroviário, em 1906, que subsidiou a expansão da produção e comercialização do algodão. Essa transformação também colocou Campina Grande na posição de importante entreposto comercial, um pólo de venda de produtos no atacado e no varejo (Xavier, 1990). Até 1960, ocorreu uma profunda transformação econômica na cidade, com a instalação de indústrias de produtos alimentícios, de extrativismo vegetal, de couro, peles e produtos similares, indústrias do ramo têxtil, assim como indústrias metalúrgicas (Carvalho *et alii*, 1996).

Tais circunstâncias históricas elevaram a cidade a uma condição de destaque na economia da Paraíba, tornando-a mais apta a receber a primeira unidade do SENAI no Estado. Com a transição para uma economia nacional integrada (em decorrência da nova dinâmica de integração dos espaços locais com o centro da economia nacional), na qual, como vimos, a SUDENE atuou decisivamente, Campina Grande sofreu os impactos (1960-1990) da perda de sua função atacadista (Araújo, 2000).

²²Na qual a Paraíba vem participando com o CINEP (Companhia de Desenvolvimento do Estado da Paraíba). Esta vem operando com a política de incentivos fiscais: isenção de ICMS legalizados no FAIN (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba).

Atualmente, Campina Grande vem despontando como centro turístico de eventos, além de vir destacando-se pelo dinamismo de atividades de base tecnológica, com o *tecno-pólo* de produção e exportação de software, no qual se destacam as ações combinadas entre o Parque Tecnológico da Paraíba, o Sistema S (com o Centro Tecnológico Couro-Calçadista) e a UFCG.

É sob tal perspectiva que procuramos compreender a trajetória do SENAI na Paraíba, com destaque para as transformações recentes pelas quais vem passando.

A trajetória histórica do Senai na Paraíba e seus desafios atuais

Para compreendermos a trajetória do SENAI na Paraíba e as inflexões conceituais e organizacionais pelas quais vem passando nas últimas duas décadas, é preciso abordá-la historicamente, considerando-a sob uma perspectiva de inserção que não poderia deixar de dialogar com as especificidades sócio-históricas da região. Ou seja, o SENAI estabeleceu-se no espaço local operando com uma diversidade de ações, ao mesmo tempo atendendo as funções nacionalmente determinadas e outras funções suscitadas à medida que se foi inserindo na realidade local.

Quanto a isso, o livro-memória *Uma escola e algo Mais*, de Lopes (2004), assim como seu próprio depoimento como importante ator social e histórico da trajetória do SENAI de Campina Grande, são importantes fontes de reconstituição desse processo. Os utilizaremos, aqui, como referências principais, sempre os confrontando com outras evidências.

Conforme tais fontes, a primeira unidade do SENAI no Estado da Paraíba foi instalada em Campina Grande, com a construção do prédio localizado no atual bairro da Prata, no ano de 1950. Aí foram instalados a Escola de Aprendizagem do SENAI²³ e o Departamento Regional do SENAI da Paraíba, em 1952. Naquele momento, já funcionavam o SENAI-PE, o SENAI-AL, o SENAI-CE e o SENAI-MA.

O contexto sócio-econômico nacional se orientava sob uma dinâmica de industrialização, colocando a exigência de uma resposta à altura das demandas de preparação de mão-de-obra qualificada para a ocupação de postos de trabalho no setor mais dinâmico da indústria. No âmbito local, Campina Grande concentrava o maior número de estabelecimentos industriais no Estado, mas

²³Em 1987 a Escola passou a denominar-se Centro de Formação Profissional Prof. Stenio Lopes. Com a reforma do sistema de ensino nacional ocorrida em meados dos anos 1990 (LDB/96), passou a chamar-se Centro de Educação Profissional Prof. Stenio Lopes - CEPSL-SENAI.

com um tipo de indústria muito incipiente. Sobretudo, afirmava-se como importante entreposto comercial de porte meso-regional.

Até 1957, a unidade local do SENAI contava com um edifício principal, os blocos que abrigavam as oficinas de ajustagem mecânica, uma oficina de tornearia mecânica, uma oficina de mecânica de motores de automóveis, outra de marcenaria e um terreno anexo à Escola que funcionava como criadouro²⁴.

Naquela ocasião, eram ofertados cursos de qualificação profissional nas áreas de Mobiliário, Mecânica e Manutenção de Veículos Automotores, que funcionavam na modalidade de *aprendizagem industrial*, com aulas distribuídas em um turno de quatro horas, que contemplava a educação geral (ciências físicas e naturais, matemática, português e desenho técnico), e mais um turno de quatro horas para a educação profissional, com a prática nas oficinas. Estimativas de Lopes (2004) apontam, sobre tal período, para um total de 50 a 60 alunos aprendizes com idade entre 14 a 16 anos, estudando em regime de internato.

Tomando posse na direção da Escola de Aprendizagem e do Departamento Regional da Paraíba, em 1957, Stenio Lopes tornou-se um dos mais importantes personagens dessa trajetória. É sob sua condução (até final da década de 1980) que o SENAI de Campina Grande e da Paraíba passará por marcadas mudanças.

Nesse período, o SENAI de Campina Grande vivia uma realidade singular. O ambiente inspirava uma “mentalidade rural”, diferenciando-se do seu caráter de órgão por excelência do setor industrial. Era das localidades circunvizinhas e até de outras mais distantes que vinham os que iriam tornar-se alunos internos-aprendizes do SENAI-CG. Tais alunos enxergavam no internato gratuito uma oportunidade para possibilitar sua formação educacional. Esse não era um procedimento comum no SENAI, que mantinha regimes de internatos apenas em situações nas quais os aprendizes fossem enviados pelas empresas industriais. Focalizado em preparar mão-de-obra para a indústria e empreender uma mentalidade voltada para o trabalho industrial, a direção do SENAI na Paraíba, ao longo do período de 1960-80, extinguiu o sistema de internato.

O curso de Aprendizagem Industrial foi mantido como principal ação estratégica, porém modificada em sua estrutura, já que pela contingência de recursos financeiros e ênfase na preparação profissional, as aulas e os conteúdos da educação geral foram cortados e acrescentados a orientação educacional, o serviço social e o setor de psicologia, como serviços complementares à formação dos alunos. Além dessa modalidade de curso de Qualificação Profissional, foram criados cursos de curta-duração noturnos destinados ao

²⁴Posteriormente cedido ao SESI para a construção do atual Clube do Trabalhador.

público adulto, pautados na noção de treinamento. Ou seja, o SENAI-CG “oferecia um treinamento, uma iniciação profissional. As pessoas que participavam de tais cursos não deviam ser considerados alunos ou estudantes, e sim pessoas que aprendiam, em curto espaço de tempo, as práticas básicas de um ofício” (Lopes, 2004, p. 92).

No que se refere às áreas profissionais priorizadas pelas atividades do SENAI na Paraíba, seria inevitável a configuração de uma situação-problema: dado o caráter tradicional e periférico da economia local, em contraste com a natureza das demandas que resultaram no projeto do SENAI a partir do Sudeste do país (centradas numa economia industrial de base dinâmica), estabeleceu-se uma discrepância entre as demandas e orientações determinadas pela Direção Nacional e as necessidades e demandas da realidade local. Nas palavras de Lopes (2004, p. 48):

...os critérios inicialmente formulados em São Paulo segundo os quais o SENAI atendia à demanda de nova mão-de-obra para o crescimento industrial e à necessidade de reposição da mão-de-obra dispensada ou perdida por vários motivos, não se aplicavam às regiões Norte e Nordeste naquelas décadas de 50, 60 e 70.

A posição prevalecente no SENAI local foi a de atender prioritariamente as expectativas do SENAI Nacional, mantendo uma agenda de cursos centrados nos “ofícios básicos” ou “estratégicos”, que compreendiam as áreas de metal, madeira e eletricidade, voltados fundamentalmente para montagens e reparações. Mas, de outra parte, empreender algumas iniciativas, embora tímidas, no sentido de atender demandas específicas das indústrias locais. É certo que a absorção dos egressos do SENAI-CG no mercado local, naquele período, esbarrava nas limitações de um parque industrial restrito e predominantemente tradicional. Lopes (2004) constata que boa parte dos melhores alunos dos cursos da área de mecânica ia embora para São Paulo. Nessa medida, a inserção dos concluintes aprendizes nas empresas da cidade “parecia mais um favor às pessoas que faziam o SENAI”, do que uma necessidade da indústria local (Lopes, 2004, p. 48).

É possível dizer também que, conforme as fontes consultadas, apesar da identificação de demandas de cursos de qualificação profissional no mercado local ser feita pelo Departamento Regional de maneira assistemática e, noutra ocasião, através de uma pesquisa de mercado realizada pela própria Escola de Aprendizagem, foram empreendidas tímidas ações no sentido de uma maior integração e adaptação das ações do SENAI às demandas do mercado campinense. Ao que tudo indica, essa foi uma situação que se prolongou até anos mais recentes.

Destaque-se, ainda, que o SENAI-CG também acabou preenchendo, nos seus primeiros anos de existência, o papel de qualificação que caberia ao SENAC, o qual ainda não se estabelecera na cidade. Isso, por exemplo, ao realizar um curso de auxiliar de escritório, com duração de 720 horas, que funcionou nas dependências do Colégio Estadual da Prata. O público alvo era de mulheres com no mínimo 16 anos e com escolaridade mínima de 1º grau concluído. O currículo era composto de datilografia, mecanografia, redação técnica, matemática comercial, noções de legislação do trabalho, relações humanas, prática de escritório e etiqueta social.

Duas iniciativas marcaram a expansão do SENAI pela Paraíba a partir da base de Campina Grande. A primeira delas ocorreu com a instalação de uma unidade do SENAI na cidade de Bayeux, em 1966. Inicialmente, tal unidade operou com cursos na área de mecânica e, posteriormente, dedicou-se à área de construção civil. Apenas em 1979 foi inaugurado o Centro de Formação Profissional de João Pessoa, incorporando áreas de mecânica e de manutenção de veículos automotores, de eletricidade, de editorial e gráfica, assim como de vestuário e artefatos de tecidos.

A segunda iniciativa ocorreu na década de 1970, com a criação dos “cursos volantes” (embriões das atuais Unidades Móveis), que contou com apoio financeiro do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, do Governo Federal, e da Secretaria Estadual do Trabalho. Constituíam-se em cursos de curta duração para preparar alunos adultos do interior do Estado. Com turmas de no máximo 12 alunos e duração que em algumas experiências chegaram a até cinco meses, os cursos volantes formavam: mecânico de motores de automóveis, serralheiro-soldador, eletricitista instalador, eletricitista reparador de eletrodomésticos e bombeiro hidráulico (encanador). Inicialmente, funcionaram no mês de férias da Escola de Aprendizagem de Campina Grande, “levando máquina e equipamentos que pudessem ser facilmente transportados” (Lopes, 2004, p. 59). Em 1988, foi inaugurado um Centro de Treinamento, operando em apoio às Unidades Móveis, em Sousa e, em 1989, um Centro de Treinamento em Guarabira.

A ação de *Qualificação Profissional* esteve centrada nos ofícios básicos e estratégicos de montagem e reparação (metal-mecânica, madeira e eletricidade), cuja orientação técnico-pedagógica se baseou na Série Metódica de Oficina - SMO, uma orientação referenciada no paradigma taylorista-fordista e associada aos fundamentos da “instrução programada”, baseada na psicologia behaviorista de Skinner.

Aplicando as orientações advindas da padronização da metodologia de ensino do SENAI Nacional, a unidade de Campina Grande adotou e aperfeiçoou

ao longo de 45 anos de funcionamento o que era denominado de “Tecnologia Educacional”. Esta expressão significou basicamente a aplicação sistemática do conhecimento científico para a solução adequada dos problemas de educação. Para qualquer pessoa, em quaisquer tempo e lugar, se objetiva uma aprendizagem empiricamente fundamentada e orientada para a forma mais ágil e racional, cujo objetivo claro é a obtenção do máximo de proveito. Tal entendimento nasceu sob a referência da noção de Formação Profissional recomendada por organismos internacionais da década de 1950, tais como a OIT e a UNESCO. Tal noção compreendia duas dimensões principais: de um lado, significava “adequação do homem ao posto de trabalho, comportando os conhecimentos, habilidades específicas requeridas pelo trabalho”. De outro lado, de sentido mais amplo, implicava os “conhecimentos e comportamentos relacionados com as condições e relações laborais, situando o homem em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social” (Lopes, 1992, p. 26).

Nesse sentido, a *ocupação* é considerada o centro de interesse em torno do qual orbitam as chamadas disciplinas teóricas (português, matemática, ciências e desenho). Nada é visto nessas disciplinas que não tenha uma aplicação imediata na aprendizagem da operação. Aprender fazendo é o postulado básico. As habilidades motoras, organizadas metodicamente são aprendidas por meio de demonstrações e da prática supervisionada.

Tendo em vista essas referências da “Tecnologia Educacional”, o SENAI-CG consolidou seu método de ensino de ofícios através da SMO, baseada em “uma seqüência de operações de dificuldade crescente, representadas por peças que eram confeccionadas pelos aprendizes, ou em operações manuais com o uso de instrumentos, ou em máquinas operatrizes por eles manipulados” (Lopes, 2004, p. 26). A SMO incluía folhas de instrução, folhas de tarefas, folhas de operação e informação tecnológica. O princípio lógico era basicamente ir do mais simples para o mais complexo, partir do concreto para chegar ao abstrato, repetir as atividades como forma de fixação da aprendizagem. O aprendizado do ofício comportava quatro fases: estudo, demonstração, execução e avaliação da tarefa.

Esse foi o principal instrumento pedagógico no ensino de ofícios e profissões, aliado à observação de operações, à incorporação do estudo dirigido em grupo, tanto na prática de oficina, como nas disciplinas teóricas e no uso de material didático (texto impresso e audiovisual). Esse último recurso usado a partir da década de 1980.

Entre 1968 e 1985, passaram pela Escola do SENAI de Campina Grande quatro diretores que de alguma forma continuaram os rumos traçados por Lopes, uma vez que o mesmo ainda orientava o SENAI da Paraíba, mas

ao mesmo tempo também imprimiram condições e situações diferenciadas. Foram eles: Clodoaldo dos Santos Muniz, Roberto Aroldo Pimentel, Marcos José A. Barbosa e Adjair Maia Lourenço.

Quando do afastamento de Stenio Lopes da direção da Escola de Aprendizagem, permanecendo na direção do Departamento Regional até 1987, ano que marcou seus 30 anos de serviços prestados ao SENAI-PB, desenvolveu-se uma segunda ruptura na gestão institucional.

É só na década de 1990 que o SENAI-CG começará a sentir os impactos das profundas transformações que vinham atingindo o mundo do trabalho em escala mundial e nacional. Os novos modelos de organização industrial e a introdução da automação de base microeletrônica exigiu uma massa de novos conhecimentos e atitudes bastante diferente do padrão de qualificação oferecido pela “tecnologia educacional” do SENAI, ao longo de seus 45 anos de atuação local.

Sob orientação institucional do SENAI Nacional, através da atualização de sua missão²⁵, do novo contexto sócio-econômico e político, tanto em âmbito nacional como local, o CEPSE-SENAI empreendeu em 1998 uma avaliação sistemática de suas ações, do qual resultou elaboração de um plano estratégico projetado para o período 1997-2002. Nesse, consideram-se as situações de ameaças e de riscos e as principais fraquezas da unidade local em Campina Grande, assim como, identifica suas principais forças, oportunidades e potencialidades a serem desenvolvidas.

Suas linhas de ação geral, que antes da década de 1990 centravam-se apenas na *Qualificação Profissional*, agora passam estrategicamente a ser orientadas para: a IT (Informação Tecnológica), realizada pela Biblioteca, Internet e Olimpíada do Conhecimento - evento promovido pelo Sistema S, que visa integrar e nivelar conhecimentos, técnicas e processos na formação profissional dos alunos, a nível nacional); da ATT (Assistência Técnico-Tecnológica); e da ET (Educação para o Trabalho). Neste último caso, foram mantidos os cursos de Aprendizagem Industrial, com funcionamento no período diurno, mas a oferta de cursos foi ampliada, nas modalidades de nível básico (treinamentos, qualificação, aperfeiçoamento). Recentemente, foi criado no CEPSE o curso técnico (aquele equivalente ao ensino médio) em eletroeletrônica.

²⁵Em âmbito nacional, a missão atualizada do SENAI é “contribuir para o fortalecimento da indústria e para o desenvolvimento pleno e sustentável do país, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e adequação, geração e difusão de tecnologia”. Disponível no portal www.senai.br.

Tendo em vista sua missão local de “contribuir para o fortalecimento das indústrias da região, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e a disseminação de informações” (CEPSL-SENAI, 1998, p. 10), o CEPSL manteve sua área de atuação nos chamados ofícios básicos, reestruturando seus currículos: metal (metrologia, tornearia-fresa mecânica, ajustagem mecânica, solda elétrica e oxiacetilênica), mecânica (de autos e injeção eletrônica); mobiliário (marcenaria e lustre de móveis); e eletricidade (predial, industrial e de motores). Mas introduziu novas áreas, como eletrônica (básica, digital), artes gráficas (impressão off-set e tipográfica), alimentos (panificação e confeitaria), automação industrial (controle lógico programável, pneumática, hidráulica, programação de torno) e informática (operação, computação gráfica, programação, webdesiger e manutenção e reparo em hardware), muitos desses cursos oferecidos em modalidade de curta duração.

As transformações recentes vêm alterando, além dos currículos, a orientação técnico-pedagógica que, por 45 anos, esteve embasada na SMO e numa noção de *Qualificação Profissional* referenciada em uma racionalidade instrumental, que engendrava um treinamento técnico para a ocupação de um posto fixo de trabalho industrial. A partir de 1990, se impõe uma *Qualificação Competente*, entendida como aquela cujas bases estão assentadas no aspecto comportamental, isto é, na formação de um profissional que seja capaz de contribuir com a solução de problemas inusitados, e não apenas habilitado a operar máquinas, tal como no paradigma anterior.

É exatamente nesse período da década de 90 até hoje que a gente percebe essa virada de rumo na educação profissional. O mundo do trabalho mudou, o mundo da educação precisa se adequar para estar à altura de colocar no mercado de trabalho profissionais que venham a atender esse leque de mudanças que aconteceu. É exatamente nesse período que você vai perceber que o SENAI começa a enfocar questões mais estratégicas (...) provocar mudanças nos currículos, inclusive, em nível de conteúdo (...) as mudanças que cada vez mais exigem um profissional que seja capaz de contribuir com soluções e não apenas operar máquinas (...). Nós temos hoje uma abrangência na parte teórica que vai desde aspectos de qualidade a aspectos comportamentais²⁶.

Conseguiu-se identificar em tal experiência, tanto ao nível do discurso dos gestores e dos instrutores, como nos documentos norteadores, uma ótica competitiva, que busca ampliar oportunidades, maximizar a utilização de recursos logísticos, materiais e humanos, sempre referenciados em modelos flexíveis de ensino-aprendizagem.

²⁶Entrevista com gestor do SENAI-CG, em 05/05/2006.

A qualidade dos produtos e serviços para o CEPSSL-SENAI implica ter poder de decisão e responsabilidade com as atividades, firmeza, rapidez no atendimento ao cliente-aluno e respeito aos prazos negociados. Com base nessas idéias-força, a aprendizagem é vista como

...flexível a mudanças, e essa flexibilidade dá-se ante a necessidade que surge no desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem considerando o perfil do aluno (cliente), tempo e economia, respeitando as características e processos na execução de tarefas (...). Com esta ênfase, procura-se atender as exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases, entendendo-se o aluno como elemento individualizado, respeitando-se suas necessidades individuais e dotes particulares, sem, contudo, fugir ao conteúdo programático (CEPSL-SENAI, 1998, p. 48).

Até onde foi possível apurar e ainda que em caráter parcial, os desafios colocados ao atual momento da trajetória do SENAI da Paraíba e de Campina Grande, passam por aspectos como:

» a defasagem tecnológica de equipamentos das unidades locais aliada à defasagem tecnológica do próprio parque industrial local, predominantemente tradicional, o que gera distorções na preparação/formação profissional dos alunos;

» conseqüentemente e aliado à crescente inovação tecnológica do mercado, em termos mais gerais, há um déficit, um descompasso verificado pela própria instituição quanto às grades curriculares;

» a continuidade da dificuldade histórica de absorção no mercado de trabalho local dos egressos do CEPSSL-SENAI, cuja estimativa para a modalidade de Aprendizagem aponta para algo em torno de 20% desses;

» a inserção (formas de integração) do Sistema S na rede de formação profissional e no sistema público de trabalho, emprego e renda no território estadual.

Considerações finais: para não concluir

Considerando o caráter de continuidade e aprofundamento desta pesquisa, aqui levantamos algumas questões, a título de hipóteses a serem melhor investigadas, a respeito da implantação e ação político-institucional desenvolvida pelo SENAI em um espaço e contexto sócio-econômico periférico. Ou seja, no Estado da Paraíba (região Nordeste), na cidade de Campina Grande, cuja importância no contexto da indústria nacional, particularmente frente ao parque instalado no Centro-Sul, foi e continua sendo inexpressiva, embora tenha desempenhado um papel importante como entreposto comercial de abrangência meso-regional.

Seguem as questões:

» O SENAI implantou-se em todo o território nacional, com o objetivo principal de preparar mão-de-obra especializada para a indústria do tipo dinâmica, aquela que dirigia a expansão do capitalismo no país, na sua esmagadora maioria situada no Sudeste;

» O SENAI atuou, também, uma vez baseando-se em todo o território nacional, com a função de formador da força de trabalho industrial e dos serviços ligados à produção, por meio da divulgação, disseminação e sedimentação nas subjetividades dos trabalhadores, ou futuros trabalhadores, da representação social do Brasil como uma sociedade modernizada e industrial;

» O SENAI, além das funções de formador de mão de obra qualificada, sobretudo para a indústria do Sudeste, e de promotor de uma perspectiva do Brasil enquanto uma sociedade de tipo industrial, também atuou no sentido de construir as bases dos serviços necessários ao processo de industrialização, mesmo que na forma de economia informal. São os casos, em destaque, das oficinas de reparação de automóveis. Tal estratégia subsidiou particularmente as indústrias automobilísticas e de eletro-eletrônicos, de modo a tornar viáveis a produção e o consumo em massa desses bens duráveis nas condições da economia brasileira (questão que se coloca na perspectiva da tese de Oliveira (1987), a respeito da imbricação das formas “modernas” e “tradicionais” presentes na dinâmica da industrialização do país);

» Todavia, uma vez situando-se em espaços diferenciados do centro dinâmico da industrialização brasileira, como o foi o caso do Nordeste e da Paraíba, o SENAI não pôde se estabelecer, no sentido de cumprir as funções acima indicadas, sem que, ao mesmo tempo, tivesse que se dispor a adentrar a realidade local, abrindo-se a uma série de situações-problemas que não podem ser entendidas como meras reproduções mecânicas das relações e demandas nacionais. Com isso se quer dizer que, no seu processo de implantação em regiões como a Paraíba, o SENAI precisou se abrir à possibilidade de adaptações locais;

» O processo de adaptação do SENAI, em termos nacionais, às novas exigências do trabalho industrial e das relações de trabalho, colocou, por sua vez, desafios especiais para sua atuação em regiões, como a Paraíba e Campina Grande, que continuam situadas como de tipo periférica. Destacam-se, nesse caso:

a) A necessidade de gerar sua própria sustentação financeira. Tendo, para isso, que “privatizar-se”. Ou seja, tendo que adotar um comportamento de empresa (que busca vender seus produtos no mercado), e não mais de prestadora de serviços (que, como o Estado, sob certa base de financiamento, oferecia um serviço de caráter social a parcelas significativas da população trabalhadora). Com isso, altera sua grade de ações de qualificação oferecidas ao público,

diversificando-as e priorizando aquelas mais rentáveis. Por outro lado, passa a encarar os públicos aos quais destinava seus serviços (alunos) e o segmento a quem procurava atender (indústria), agora, como clientes dos serviços que passa a vender como produtos comerciais;

b) A adoção de uma estratégia de especialização de funções, de modo a atender, com mais eficácia e em perspectiva de rede nacionalmente distribuída, cada um dos segmentos mais importantes da indústria. É o caso do setor couro-calçadista na Paraíba, a partir do qual foi instalado pelo SENAI um núcleo tecnológico em Campina Grande, voltado para dar suporte ao setor em âmbito regional. Isso, em termos de pesquisa, de assistência e de qualificação profissional.

Referências

- AFFONSO, C. (2001). *A CUT conselheira, Tripartismo e Formação Profissional: concepções e Práticas sindicais nos anos 90*. Dissertação de Mestrado, IFC/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- ANTUNES, L. (2006). "Notas gerais sobre processos de formação profissional, de reconhecimento e de avaliação de competências em Portugal". In Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê? Qualificação para quem? Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje*. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFPG.
- ARAÚJO, T. B. de. (2000). "Nordeste, Nordeste: que Nordeste?" In: *Ensaios sobre o Desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan.
- AZEREDO, B. (1998a). "Políticas Públicas de Emprego no Brasil: limites e possibilidades" In.: OLIVEIRA, M. A. (org.) *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.
- _____. (1998b). *Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: ABET.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- CARVALHO, M. L. D. et alii. (1996). "Política Pública e o setor industrial de Campina Grande-PB", *Revista Raízes*, Campina Grande, n. 12, janeiro de.
- CASTEL, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTIONI, R. (2002). *Da Qualificação à Competência: dos fundamentos aos usos, O PLANFOR como dissimulador de novos "conceitos" em educação*. Tese de Doutorado, IE/Unicamp: Campinas.

- COSTA, C. (2006). "Do Planfor ao PNQ: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas". In Vêras de Oliveira, Roberto (org.). *Qualificação para quê? Qualificação para quem?* Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje. São Paulo / Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCEG.
- DAIN, S; SOARES, L.T. (1998). "Reforma do Estado e Políticas Públicas: relações Intergovernamentais e Descentralização desde 1988" In. OLIVEIRA, Marco Antônio de. (org.) *Reforma do estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.
- DEDECCA, C. S. (1998). Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90 In: OLIVEIRA, M.A. (org.) *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.
- DIEESE. (2001). *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese.
- DOBON, F. (2006). "Pedagogia del Excluído". In Vêras de Oliveira, Roberto (org.). *Qualificação para quê? Qualificação para quem? Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje*. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCEG.
- FERRETTI, C. J. (1999). "Brasil: Educação e Formação Profissional nos Anos Recentes". In: *Formação Sindical em Debate nº II*. São Paulo: Escola São Paulo/CUT.
- FRIEDMANN, G; NAVILLE, P. (1973). *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Cultrix.
- FONTGALLAND, I. L. (2006). "A Economia Paraibana: particularidades e algumas discussões sobre indicadores de emprego de 1986 a 2001" In: CAMPOS, F. L. S. *et alii* (org.) *A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas*. João Pessoa: EU/UFPB.
- GENTILI, P. (1999). "O conceito de empregabilidade" In.: LODI, Lucia Helena (org.) *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação profissional em Debate*. São Paulo: Unitrabalho.
- HARVEY, D. (1992). *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- MANFREDI, S. M. (2002). *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2005). *Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações*. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, (vol.1. Coleção Construindo a Pedagogia do Trabalho)
- _____. (2006). "Certificação profissional: concepções, institucionalidades e experiências". In Vêras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê? Qualificação para quem?* Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCEG.
- MORAES, C.S.V. (1999). *Diagnóstico da Formação Profissional: ramo metalúrgico*. São Paulo: CNM/UNITRABALHO.
- MTE/SPPE/DEQP. (2001). "Educação profissional no Brasil: Construindo uma nova institucionalidade". *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador*: Guia do PLANFOR 2001. Brasília: MTE.
- OFFE, C. (1989). "Prefácio" & "Trabalho como categoria sociológica fundamental?" In.: *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, F. de. (1987). *Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1977). *Elegia para um Re(l)igião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POCHMANN, M. (2001). *O emprego na globalização: a Nova Divisão Internacional do Trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Campinas: Boitempo.

- PRESTES, Emília. (2006). "Considerações sobre o Planfor e suas experiências de avaliação". In Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê? Qualificação para quem? Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje*. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/EDUFCG.
- RAMOS, P. (1999). "As contradições da modernização conservadora" In.: *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- SCHWARTZ, Y. (1998). "Os Ingredientes da Competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel" In. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: n° 65, Cedes.
- TARGINO, I. et alii. (2006). "Políticas de incentivos fiscais e geração de emprego na indústria paraibana" In.: CAMPOS, F. L. S. et alii (org.) *A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (2006). "Qualificação Profissional: um campo de disputa" In.: Véras de Oliveira, R. (org.) *Qualificação para quê? Qualificação para quem? Do Global ao Local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje*. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/EDUFCG.
- _____. (2005). *A Qualificação Profissional como política pública*. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, (Vol.3.Coleção Qualificação Profissional e Social: Construindo Institucionalidades)
- XAVIER, J. A. (1990). A questão regional no exemplo de Campina Grande. In *Revista Raízes* ano IX, vol 05, n° 07. Campina Grande: GPS-UFPB, dezembro.
- ZARIFIAN, P. (1995). "A Gestão da e pela Competência" In. *Anais do Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competência*. Rio de Janeiro: SENAI/CIET.

Documentos:

- LOPES, J.S. (2004). *Uma Escola e Algo Mais*. Campina Grande: SENAI-PB.
- LOPES, J.S. (1992). *Senai 50 Anos: Retrato de uma Instituição Brasileira*. Campina Grande: SENAI.
- SENAI. (2005). *A missão Nacional e Estrutura*. Disponível em: < www.senai.br > Acesso em: 20 de fevereiro.
- SENAI-CEPSL. (1998). *Relatório de Auto-Avaliação e Planejamento Estratégico (1997-2002)*. Campina Grande: SENAI-PB. (Impresso)
- SENAI/DN. (2006). *Relatório Anual 2005*. Brasília: SENAI/DN. (Arquivo Pdf).
- SENAI/DN. (2000). *Focalizações Regionais: plano estratégico do SENAI revisão 2000-2010*. Brasília: SENAI/DN. (Arquivo Pdf).
- SENAI-CEPSL. (2001). *Plano de Ação 2006*. Campina Grande: SENAI-PB. (Arquivo Doc)
- VASCONCELOS, M.do S. B.; AZEVEDO, E. A. (2001). *Alguns Dados históricos*. Campina Grande: SENAI-PB.

RESUMO

O Sistema “S” e os novos desafios da qualificação profissional: o caso do SENAI da Paraíba

Este artigo apresenta os resultados iniciais do projeto de pesquisa “O sistema ‘S’ e os novos desafios da Qualificação Profissional na Paraíba”. Inicialmente, apresenta um panorama das principais mudanças que vêm ocorrendo mundialmente nas relações de trabalho e suas implicações para a qualificação profissional. Na seqüência, tenta situar o papel histórico do SENAI diante da industrialização brasileira, mais particularmente frente à realidade econômica específica regional e local, do Nordeste e de Campina Grande, respectivamente. Por fim, sistematiza os primeiros resultados da pesquisa, indicando elementos da trajetória do SENAI na Paraíba e as principais mudanças pelas quais vem passando.

Palavras-chave: mudanças no mundo do trabalho; qualificação profissional; Sistema “S”

ABSTRACT

The “S” System and new challenges of professional qualification: the case of SENAI Paraíba

This article presents the initial results of the research project “The ‘S’ System and new challenges for professional qualification in Paraíba”. It begins with an overview of the principal changes which have been occurring globally in work relations and their implications for professional qualification. Following this it attempts to situate the historic role of SENAI in the process of Brazilian industrialization, and particularly in the specific regional and local economic context of respectively the Northeast and Campina Grande. Finally it organizes the initial results of the research indicating aspects of the trajectory of SENAI in Paraíba and the principal changes through which it has been passing.

Keywords: changes in the world of work; professional qualification, “S” System

Recebido para apreciação: março de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

Roberto Véras de Oliveira é professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. (rbveras@uol.com.br)

Eugenio V. Pereira Neto é aluno do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e bolsista PIBIC-CNPq. (eugeniovital@yahoo.com.br)

Alexandre Santos Lima é aluno do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e vinculado ao PIVIC – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica. (alexandresolto@hotmail.com)

Diogo Fernandes da Silva é aluno do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e vinculado ao PIVIC – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica. (diogofernan@yahoo.com.br)

*Repensando a
Responsabilidade
Social Empresarial*

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO MEIO DE SUPRESSÃO DA POLÍTICA

Attila Magno e Silva Barbosa

Introdução

Nos dias atuais, apesar do inegável fortalecimento do associativismo civil, ao mesmo tempo, a faceta neoliberal da globalização estimula o exercício de uma cidadania despolitizada. A democracia representativa está em perfeita adequação aos interesses do capital, pois reduz a participação cívica ao voto e transforma os indivíduos em meros espectadores das decisões políticas. Por sua vez, o associativismo civil, mais especificamente as ONGs, não apresenta posturas efetivamente contra-hegemônicas, mas apenas corretivas dos danos causados pela lógica de dominação global do capitalismo. Ao mercado interessa um tipo de inserção social que ocorra pela via dos acessos ao crédito e ao consumo e não pela via do exercício de uma cidadania crítica no contexto de uma esfera pública realmente ampliada. Desse modo, o Estado não é operacionalizado para promover igualdade e justiça social, mas sim gerenciar necessidades não contempladas ou carências não suprimidas de indivíduos, convertidos em uma massa estatisticamente seccionável e quantificável.

Isto posto, falar em responsabilidade social empresarial (RSE) pode parecer descabido, mas não o é, pois esta é apresentada pelo discurso de diversos atores sociais como um dos caminhos possíveis para a construção de novas formas de promoção de cidadania e de inserção social, não mais centradas na figura do Estado, mas sim nas chamadas parcerias intersetoriais. Um tipo de cidadania que elide a figura do Estado como esfera pública em que a vida em comum pode ser pensada e o converte em simples esfera de exercício biopolítico na qual uma massa global de indivíduos é gerida por um conjunto de técnicas que os reduz a simples estatística.

Tendo em vista os objetivos almejados neste artigo, o conceito de política no qual iremos nos pautar se baseia na definição de Jacques Rancière (1996a; 1996b), isto é, a política entendida como reclamação da parte dos que não têm parte, e como tal, dissenso. Nesse sentido, a política se manifesta a partir da

imposição mínima de uma agenda de questões por parte de indivíduos ou grupos sociais que se sentem sofrendores de um dano e que ainda não estão constituídos como iguais na partilha do sensível. A imposição dessa agenda não implica necessariamente em ganhos reais, mas ao menos possibilita o surgimento de um campo específico de lutas, onde grupos antagônicos se vêem obrigados a movimentarem-se. Para Rancière, o que tradicionalmente é definido como política, ele define como “polícia”, o que em seus termos corresponde ao conjunto de operações dos atores sociais dentro do campo político já instituído.

O que estamos propondo como objeto de reflexão é a identificação das ações sociais de RSE como um meio de supressão da política enquanto esfera de manifestação do dissenso, fato que historicamente tem caracterizado a sociedade brasileira, e que nos dias atuais adquiriu uma nova formatação com o esvaziamento do Estado enquanto meio de promoção de direitos sociais e de provimento de bens públicos. Em nosso entendimento, o projeto de “solidariedade empresarial” ganha corpo à medida que as externalidades negativas do processo de flexibilização produtiva¹ produzem efeitos extremamente deletérios para o convívio social dos grupos que constituem a sociedade brasileira; vide o crescente clima de insegurança social. Ante este quadro, advogamos em favor da tese de que as ações de RSE estão inscritas no conjunto técnicas biopolíticas operacionalizadas para o atendimento de necessidades e carências locais, e não para a viabilização do acesso a uma condição de cidadania plena, como alardeia o discurso que sustenta essa lógica.

Encolhimento do Estado, ampliação da “sociedade civil” e responsabilidade social empresarial

No começo da década de 1990 iniciou-se um intenso debate tanto no âmbito do mercado quanto da sociedade civil sobre a importância das ações sociais de RSE na constituição do que seria uma nova forma de pensar programas de inserção social e de defesa de direitos à cidadania. Quando se começou a falar sobre esse assunto souu bastante inusitado que empresas capitalistas estivessem se propondo a atuar em projetos sem fins lucrativos. Porém, com o passar dos anos, ações desse tipo tornaram-se corriqueiras². Hoje, esse debate parece ter chegado a um ponto crucial, nem tanto por se ter uma visão unívoca do assunto, mas,

¹ Tais externalidades correspondem à intensificação do processo de terceirização, à precarização do trabalho e ao aumento da informalidade e do desemprego estrutural.

² Segundo dados da Pesquisa Ação Social das Empresas divulgada em 2006 pelo IPEA, cerca de 96% das grandes empresas no Brasil, isto é, aquelas com mais de 500 empregados, desenvolvem ações sociais.

sobretudo, porque a posição que vem se tornando hegemônica é aquela que considera a RSE para além do mero cumprimento das obrigações legais

Devido a esforços como os do Gife (Grupo de Institutos Fundações e Empresas)³ na promoção de práticas de investimento social privado para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social⁴ na disseminação da idéia de RSE junto ao meio empresarial, do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) por meio da campanha pela divulgação voluntária do balanço social⁵ empresarial, lançada em 1997 e de publicações ligadas à área de negócios, como por exemplo o Guia da Boa Cidadania Corporativa da Revista Exame, publicado desde 2001, o “ativismo social” empresarial vem se difundindo no Brasil.

O crescimento do Gife e do Instituto Ethos são exemplos dessa tendência. O primeiro, no início de suas atividades em 1995 contava com 26 organizações associadas. Os números atualizados, até fevereiro de 2007, mostram 101 grandes investidores no seu quadro de associados. Segundo o último Censo Gife⁶ referente aos anos de 2005/2006, os seus associados investiram cerca de R\$ 1 bilhão em projetos sociais, culturais e ambientais feitos de forma planejada, monitorada e sistematizada. Isso equivale a 20% do que o setor privado nacional destina à área social - cerca de R\$ 4,7 bilhões, segundo dados do IPEA. A área priorizada pela rede para o investimento social privado é a educação somando cerca de R\$ 124 milhões em 2005, na qual 2.894 entidades foram beneficiadas, totalizando 3.987.313 pessoas beneficiadas. No ano de 2005, as associadas do Gife fizeram investimentos em projetos sociais, ambientais e culturais correspondentes a um montante de R\$ 439.927.920,00, beneficiando um total de 5.938 entidades e 5.279.912 pessoas.

Por sua vez, o Instituto Ethos, em dezembro de 2000, quando tinha apenas dois anos de existência, contava com 340 empresas associadas, que juntas possuíam

³ Associação criada em 1995 com a finalidade de reunir empresas, institutos e fundações de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado por meio de repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática (www.gife.org.br).

⁴ Organização não-governamental criada em 1998 por empresários do setor privado com o escopo principal de promover a mobilização, a sensibilização e a disponibilização de ajuda para o setor empresarial no sentido de gerir os negócios de forma socialmente responsável (www.ethos.org.br).

⁵ Demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também considerado um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (www.ibase.br).

⁶ O Censo GIFE 2005/2006 está disponível na íntegra no site www.gife.org.br.

um faturamento correspondente a 22% do PIB nacional. Atualmente, são 1.149 empresas associadas dos mais diferentes setores e portes. No ano de 2006 suas associadas tiveram um faturamento correspondente a 35% do PIB brasileiro e empregaram um total de 2 milhões de pessoas. Em um primeiro momento essa tendência esteve mais vinculada às grandes empresas devido às capacidades de investimento e gerencial para trabalhá-la estrategicamente visando algum tipo de retorno institucional. Todavia, nos últimos anos ela também tem se disseminado para empresas de menor porte, que antes relutavam em assimilá-la devido alegações de falta de dinheiro ou de conhecimento para agir. A esse respeito, o fundador e ex-presidente do Instituto Ethos, o empresário Oded Grajew, em entrevista à Revista Educação de dezembro de 2000 defendia que estas empresas:

Primeiro, devem primar pela exemplaridade (...) As empresas podem mobilizar recursos - e isso não quer dizer só dinheiro. Recursos são equipamentos, materiais, serviços, conhecimentos, funcionários. Mesmo as pequenas empresas podem colocar esses recursos a serviço da comunidade. Posturas éticas servem para empresas de qualquer tipo e tamanho (...) O maior problema das empresas pequenas é que elas não sabem como agir. Vamos encarar as pequenas e médias empresas como um desafio para 2001...

Após intenso trabalho de divulgação de suas linhas de atuação⁷ junto ao meio empresarial, o Instituto Ethos conseguiu contornar essa situação e hoje é bem representativo o número de micro, pequenas e médias empresas entre seus associados.

Quadro 1: Porte das Empresas Associadas ao Instituto Ethos (anos 2000 e 2006):

| Porte | Total (2000) | % | Total (2006) | % |
|-----------------|--------------|--------|--------------|--------|
| Micro Empresa | - | - | 215 | 18,71% |
| Pequena Empresa | 67 | 19,70% | 316 | 27,50% |
| Média Empresa | 122 | 35,88% | 222 | 19,32% |
| Grande Empresa | 151 | 44,41% | 396 | 34,46% |

Fonte: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

⁷ De modo geral e resumido: 1) ampliação do movimento de RSE; 2) aprofundamento de práticas de RSE (Indicadores Ethos de RSE - incluindo versões para micro e pequenas empresas e alguns setores da economia -, promoção da publicação de balanços sociais e de

Os números dos dois casos evidenciam a ampliação do papel de agente social do mercado nos últimos anos. Tal tendência é atribuída, pelo meio empresarial, à crise do Estado Providência e a conseqüente perda de capacidade do Estado de investir sozinho na área social; por pressões da sociedade civil, as empresas se veriam impelidas a contribuir para a produção de respostas aos problemas sociais e ambientais que afetam as realidades onde estão inseridas. O argumento é o de que em não agindo dessa forma elas correm o risco de ter seus produtos e serviços boicotados pelos consumidores.

Desse modo, a RSE é pensada como uma estratégia de negócios num mercado cada vez mais competitivo. O engajamento da chamada “sociedade civil organizada” em torno de um discurso que demanda uma maior responsabilização das empresas ante alguns temas sociais⁸ estaria levando a uma readequação da postura tradicional de enxergar os negócios. Para os entusiastas da RSE, a idéia não é o mercado substituir as funções do Estado, mas sim de estabelecer parcerias intersetoriais entre os dois e o chamado terceiro setor⁹ na busca de soluções para os problemas sociais. Pois, “a responsabilidade social remete, em síntese, à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo” (Srouf, 1998, p. 294-5).

Segundo Fischer (2002), os fatores cruciais para o fortalecimento da aliança entre Estado, mercado e terceiro setor são o grau de empoderamento¹⁰ atribuído para cada um dos setores e a conscientização de que todos são igualmente importantes para o estreitamento de uma relação pautada na confiança. Assim,

sustentabilidade, produção de manuais práticos); 3) influência sobre mercados e seus atores mais importantes no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE (desenvolvimento de critérios de investimentos socialmente responsáveis com fundos de pensão no Brasil, desenvolvimento de programa de políticas públicas e RSE, participação em diversos conselhos governamentais para discussão da agenda pública brasileira); 4) Articulação do movimento de RSE com políticas públicas: 4.a) desenvolvimento de políticas para promover a RSE e desenvolver marcos legais; 4.b) promoção da participação das empresas na pauta de políticas públicas do Instituto Ethos; 5) Produção de informação (pesquisa anual Empresas e Responsabilidade Social – Percepção e Tendências do Consumidor e coleta e divulgação de dados e casos das empresas).

⁸ Como, por exemplo, a transparência das informações na gestão empresarial, vide o advento da governança corporativa, a maior preocupação com o meio-ambiente e também com as comunidades locais que são afetadas pelas atividades das empresas.

¹⁰ Na perspectiva da autora, o empoderamento é um processo por meio do qual pessoas ou grupos ganham poder para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e auto-estima, mas, sobretudo, é um processo que lhes permite exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais.

ao Estado caberia incentivar e regular as ações socialmente responsáveis; ao mercado, disponibilizar o seu *know how* em ferramentas de gestão na execução e avaliação dos projetos visando otimizar os resultados; e às organizações do terceiro setor indicar os problemas sociais nos quais se deve investir, assim como incentivar a prática de ações de voluntariado. Isto porque nessas áreas considera-se que elas estejam qualificadas, mais especificamente as ONGs que de modo intencional passam a ser identificadas pelos atores do mercado como sinônimo de sociedade civil, isto é, como as organizações capacitadas para uma interlocução técnica legítima; uma interlocução que se faça esvaziada de conteúdos “políticos”. Nessa linha, a parceria intersetorial é entendida como fundamental para a consolidação da democracia, sendo que a cooperação de organizações de diferentes tipos permitiria alcançar de forma mais adequada o desenvolvimento social. Vejamos o que diz o Instituto Ethos sobre isso:

A construção desse modelo requer uma nova dinâmica na relação entre Estado, mercado e sociedade civil, em que empresas e ONGs assumem papéis cada vez mais relevantes, sem que o Estado abdique do seu papel de protagonista na promoção do desenvolvimento. O setor empresarial brasileiro tem condições privilegiadas de contribuir para esse processo: possui capacidade de mobilização, poder econômico e político, responsabilidade diante dos problemas sociais e ambientais e potencial para desenvolver ações passíveis de replicação por outros atores sociais (ethos.org.br).

Os arautos do fortalecimento do associativismo civil advogam que o encolhimento do Estado como meio de promoção de cidadania no cenário político contemporâneo é compensado pela ampliação do papel desempenhado pelo “novo associativismo civil”. Por sua vez, os entusiastas das ações de RSE pegam carona neste discurso para tentar legitimar a postura de “ativismo social” das empresas, argumentando que devido à pressão exercida pela “sociedade civil” estas estão sendo obrigadas a assumir posturas socialmente mais responsáveis em relação ao conjunto de seus *stakeholders*¹¹.

Argumentam que a nova forma de “associativismo civil” surgida a partir dos anos de 1980 vem se fortalecendo como esfera de manifestação legítima de grupos que lutam pelo reconhecimento de condições sócio-culturais

¹¹Termo que no campo empresarial designa qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar por meio de suas opiniões e ações as atividades das empresas, ou que possam ser afetados pelas ações destas. Esse termo surgiu como contraponto à noção de shareholders, que corresponde aos acionistas. O discurso da RSE apregoa que as preocupações das empresas não devem restringir-se apenas aos interesses dos acionistas, mas também dos funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo etc.

idiossincráticas e pela autonomia em relação às dimensões institucionais do Estado e do mercado. Enfatizam ainda que esses grupos não podem mais construir suas identidades apenas pela via do trabalho, pois este teria perdido sua centralidade no atual estágio de acumulação capitalista devido ao fortalecimento de uma esfera de interação comunicativa que permite aos mais diversos grupos sociais dialogarem e articularem não mais a partir de uma lógica de interesses particulares e específicos em disputa, mas sim tendo em vista a busca por consensos normativos respaldados socialmente e que representem o “interesse geral” (Habermas, 1988; 2001; Costa, 1997; 1999).

O “novo associativismo civil” teria como principais características: a) a horizontalidade das relações institucionais entre os atores sociais que estabelecem a interação comunicativa, sejam eles provenientes do Estado, do mercado ou da sociedade civil; b) a espontaneidade na formação das associações e nos vínculos entre seus membros; c) a legitimidade que emana da própria participação dos atores sociais independente do vínculo profissional reconhecido por lei; d) a ação comunicativa que decorre da instauração de uma esfera pública na qual os atores sociais possam buscar o entendimento mútuo e; e) a intermediação societária que se faz de modo mais direto e próximo da sociedade, pois as organizações corporativas e o Estado possuem um nível de burocratização que tende a conduzir as ações dos atores políticos mais para a defesa de interesses econômicos particulares e para o funcionamento da própria política institucional do que para a defesa dos interesses de toda sociedade (Avritzer, 1994; 1997).

Não estamos dizendo aqui que o fortalecimento do “associativismo civil” não instaure situações positivas na constituição de uma esfera pública mais diversificada e atuante, gerando maior inclusão social e defesa de questões ligadas ao meio ambiente, à diversidade cultural, étnica e de gênero etc. Não temos dúvidas quanto à melhora qualitativa neste aspecto, mas é preciso considerar que o escopo da maioria das organizações que compõem a chamada sociedade civil organizada - aqui entenda-se especialmente as ONGs - está pautado em reivindicações pragmáticas que as fazem adotar preceitos gerenciais para viabilizar a captação de recursos tanto junto ao Estado, quanto ao mercado. Desta feita, entendemos que esta situação conduz ao esvaziamento de posturas efetivamente dissensuais; dizemos isto porque é facilmente verificável o fato das ONGs estarem cada vez mais submetidas aos termos da racionalidade instrumental do mercado. Essa situação se evidencia à medida que consideramos, assim como o faz Dagnino, que “a qualificação técnica de que as ONGs são portadoras parece constituir o fator central para explicar a importância que elas adquiriram no período mais recente” (2002, p. 285).

Nesse sentido, tanto o Gife quanto o Instituto Ethos consideram o papel das ONGs fundamental nesse novo modelo de desenvolvimento. Todavia, empresas privadas ainda relutam em estabelecer parcerias, justamente porque algumas ONGs demonstram inabilidade para gerenciar melhor recursos, organizar informações, cortar custos e avaliar os resultados dos projetos. Por conta disto, cada vez mais as ONGs são obrigadas a se profissionalizarem; o conhecimento técnico a respeito do problema social que se quer resolver, por mais que decorra de uma intermediação societária mais direta, na lógica da RSE, não é mais considerado suficiente, mesmo quando fique caracterizado o caráter de “interesse geral” da demanda. Deste modo, os saberes técnicos-gerenciais, eivados que estão pela racionalidade instrumental do mercado, tendem a colonizar a ação comunicativa que emerge dessa nova esfera pública. Não por outra razão, a transferência de saberes gerenciais do mercado para as ONGs é tida como decisiva para o sucesso desse modelo.

Isso fica evidente, quando consideramos o fato de que o Gife assim como o Instituto Ethos disponibilizam cursos sobre ferramentas de gestão voltados para o desenvolvimento de projetos sociais, como por exemplo: a) cenário social e legislação para o terceiro Setor; b) elaboração de projetos; c) avaliação e análise de recursos; d) comunicação e marketing para organizações da sociedade civil; e) sustentabilidade e captação de recursos; f) desenvolvimento e gestão de programas de voluntariado e; g) gestão de parcerias e alianças. No caso específico do Instituto Ethos, as seis ferramentas consideradas básicas são: Primeiros Passos, Matriz de Evidências, Guia de Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, Localizador de Ferramentas, Banco de Práticas e Indicadores Ethos¹². No meio

¹²Essa ferramenta em específico merece um maior esclarecimento, pois foi desenvolvida para o planejamento e monitoramento da gestão socialmente responsável. A estruturação desses indicadores ocorre por intermédio de um questionário organizado em sete temas, quais sejam: valores e transparência; público interno; meio-ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade. Esse questionário basicamente consiste em verificar, por meio de três tipos de indicadores, intitulados indicadores de profundidade, binários e quantitativos, o estágio de RSE no qual a empresa avaliada se encontra: 1) estágio básico, no qual as ações da empresa são reativas as obrigações legais; 2) estágio intermediário, no qual as ações mantêm uma postura defensiva sobre os temas, mas já começa a encaminhar mudanças e avanços em relação à conformidade de suas práticas; 3) estágio avançado, no qual já são reconhecidos os benefícios de ir além da conformidade legal, preparando-se para novas pressões reguladoras do mercado, da sociedade etc.; 4) estágio proativo, no qual a empresa atingiu padrões considerados de excelência em suas práticas, envolvendo fornecedores, consumidores, clientes, a comunidade e influenciando políticas públicas de interesse da sociedade (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social 2006).

empresarial, esses saberes e ferramentas cada vez mais são entendidos como necessários para o gerenciamento adequado das relações com ONGs e comunidades beneficiadas pelos recursos disponibilizados por empresas, institutos ou fundações de origem privada.

No que concerne ao crescimento das ONGs que testemunhamos nas últimas décadas e à conseguinte identificação destas como sinônimo de “sociedade civil”, não podemos perder de vista o legado marxista-gramsciano que considera a sociedade civil como um lugar onde manifestam-se contradições das mais diversas, dentre as quais as lutas de classes e os conflitos entre os mais variados grupos e camadas sociais. Tendo isso em mente, Isabel Monal defende que:

...a vitalidade destes movimentos associativos – designados ou auto-intitulados por muitos como ‘sociedade civil’ -, bem como as posições progressistas que geralmente adotam, geraram numa certa esquerda uma idealização da sociedade civil; ao mesmo tempo, manifesta-se uma tendência a restringir tal conceito apenas às ONGs e a vê-las como pólo positivo do binômio Estado/sociedade civil. Uma certa mitologia está em processo de construção (...) Esta idealização tende a ignorar que a sociedade civil (mesmo se for indevidamente restringida às ONGs) não é homogênea, nem de um ponto de vista classista nem ideológico... (2003, p. 192).

Apesar dessa importante ressalva, ratificamos que não estamos afirmando que nas sociedades capitalistas inexista a possibilidade de mudanças no campo político que conduzam a uma melhora nas condições objetivas de vida. Porém, para que isso ocorra, é preciso considerar, como o faz Bourdieu (1998), o fato do Estado ser uma realidade ambígua que não pode ser vista como um simples instrumento a serviço dos grupos dominantes, porém, apesar de não ser neutro, ele pode desenvolver certa autonomia e força a partir de uma condição de antiguidade enquanto lugar de incorporação e registro de conquistas sociais em suas estruturas. Ou seja, se no contexto da globalização neoliberal o Estado é percebido como fragilizado para a tarefa de promover o acesso aos bens públicos, isso se deve mais a uma construção discursiva que lhe imputa essa condição do que propriamente por impossibilidades que lhes sejam inerentes. Para Bourdieu esse discurso não possui a neutralidade que seus defensores alegam, até porque sua origem é socialmente bem definida e sustenta-se em alguns postulados distorcidos da teoria econômica:

...o primeiro postulado é que a economia é um domínio à parte, separado do mundo social, governado por leis naturais, universais, que os governos não devem contrariar. O segundo postulado diz que o mercado é a instância capaz de organizar de forma ótima as relações sociais, as trocas, a produção, etc., e também de garantir

uma distribuição equitativa. Faz-se uma equação entre mercado e democracia. O terceiro postulado afirma que a globalização exige a redução das despesas do Estado, a diminuição das despesas sociais – ou seja, o retorno ao *laissez faire* – e a supressão de tudo o que possa turvar a lógica pura do mercado. Os direitos sociais em matéria de emprego, previdência social, são vistos como onerosos e disfuncionais. Há também o discurso segundo o qual o *welfare state* [estado do bem estar social] estimula a preguiça, velho discurso americano ligado à tradição calvinista do *self-help* [‘se virar’ por conta própria]. Muitas coisas que nos são vendidas como provenientes da economia pura e universal não passam da universalização de uma visão histórica muito precisa: a visão de mundo americana. O famoso livro de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, começa por um texto de Benjamin Franklin que enuncia um certo número de preceitos econômicos que são, ao mesmo tempo preceitos morais. De fato, há uma moral americana da poupança, da ascese econômica, que está no centro da noção de *self-help*. Nesse momento, no mundo inteiro só se fala em responsabilidade. Evidentemente o axioma principal é que o pobre é responsável por sua pobreza. Em meu jargão, digo que isso é uma *sociodivécia*, ou seja, uma narrativa que tem por função justificar a sociedade tal como ela é (2002, p. 26).

A incorporação dessa narrativa faz os indivíduos acreditarem que a transformação de suas condições materiais, assim como da realidade social que os cerca, são tarefas que competem exclusivamente a si mesmos, porém de modo isolado, ou no máximo agregado a outros indivíduos que comunguem de valores e interesses semelhantes. Alicerçada em uma ideologia da competência, ela cria um cenário propício para a disseminação de duas idéias aparentemente sem ligação, mas que de fato são as faces de uma mesma moeda: 1) o indivíduo como responsável pela sua empregabilidade, e 2) a solidariedade social via ações de voluntariado e filantropia como um substitutivo das ações de grupos politicamente organizados¹³ na busca pela instauração de direitos à cidadania. Essa última idéia é a que dá suporte ao discurso de que as empresas, assim como os indivíduos, devem se responsabilizar pelos seus atos ante a sociedade.

Como demonstra Ivo (2001), nos termos da política neoliberal é preciso “mobilizar o potencial dos pobres”, isto é, aproveitar as relações sociais existentes nas comunidades e canalizá-las para a resolução tanto do problema material da pobreza, quanto da participação e integração social. A participação e a capacidade de organização dos pobres na apresentação de suas demandas e na produção de soluções para suas necessidades básicas são tidas como uma condição efetiva que pode ser considerada tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo leva-se em conta o aproveitamento do potencial

¹³Entenda-se aqui partidos políticos, sindicatos, entidades corporativas e grupos de interesses que manifestam sua atuação política na esfera institucional do Estado.

combativo e de resistência dos pobres, visando transformá-lo em um “ativo” que lhes faça superar sua condição de vulnerabilidade social e, por conseguinte, lhes permita a integração ao mercado e a superação da condição de pobreza. Nessa perspectiva, são considerados apenas “aqueles pobres viáveis, os “bons” pobres, os capazes de transformarem-se em cidadãos-consumidores integrados à sociedade de mercado” (2001, p. 71). Do ponto de vista negativo, a perspectiva neoliberal

...localiza a pobreza como residual ao progresso da sociedade industrial e como situação incompatível com o crescimento e a ordem democrática. Na linha dessa percepção avançam políticas repressivas ou de gestão da miséria e da assistência, muitas vezes articuladas às ações caritativas de entidades e organizações filantrópicas e hoje às ONGs (Ivo, 2001, p. 71).

Diante desse quadro, não é mero acaso o discurso da RSE posicionar-se a favor do desenvolvimento de projetos sociais que encarnem a lógica do “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”. Nessa linha, ajuda efetiva é entendida como aquela que visa gerar uma condição de autonomia das comunidades pela via da capacitação dos beneficiados para a gestão dos problemas sócio-econômicos por eles enfrentados. A responsabilização do pobre pela permanência ou não na condição de pobreza é inerente à lógica da RSE; a maior evidência disto é a ênfase na necessidade de se transferir conhecimentos gerenciais para as ONGs e comunidades beneficiadas.

Um produto biopolítico do capitalismo flexível

A instauração da lógica de RSE deve ser interpretada criticamente. Para tal, é preciso considerar que, desde a recessão econômica mundial do início da década de 1970 e da crise do petróleo em 1973 que a exarcebou, uma forma de acumulação capitalista mais flexível foi sendo imposta de modo concomitante ao enfraquecimento do Estado-Providência que caracterizou o período de vigência do modelo fordista de produção, modelo este que nos anos seguintes mostrou-se rígido demais para superar a crise pela qual passava o capitalismo. Como decorrência deste quadro, as décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se como períodos conturbados de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, fazendo tomar forma um regime de acumulação flexível que se contrapõe à rigidez do período fordista. Segundo Harvey, tal regime “apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (2004, p. 140).

Desde então, no universo empresarial tem ocorrido uma intensificação do trabalho devido a exigência de uma multifuncionalidade dos trabalhadores ante o processo produtivo, assim como processos freqüentes de reestruturação produtiva que diminuem o corpo funcional com vínculo empregatício¹⁴. Além do que, testemunhamos nas últimas duas décadas o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, o que tem levado a um processo de supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, que na maioria dos casos não são privilégios, como quer fazer acreditar o discurso neoliberal, mas conquistas da classe trabalhadora no decorrer do século XX. Por sua vez, na atual configuração do capitalismo, o fortalecimento dos mercados financeiros em detrimento do Estado-Nação no que concerne à indicação dos caminhos possíveis tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social tem deslocado os processos decisórios cada vez mais para as esferas locais, isto é, estaduais e municipais. Ou seja, desloca-se a tomada de decisões para esferas de maior proximidade sócio-política das empresas; esferas nas quais elas possam mais diretamente exercer seu poder de influência.

A necessidade desse modelo de acumulação flexível é justificada no meio empresarial pelo argumento de que a maior complexidade do mercado exige formas de ação mais eficientes em um contexto de aumento de competitividade global. Desse modo, valores como desburocratização, inovação, diversificação, valorização de recursos humanos como meio de aumentar a competitividade e desmanche do Estado-providência são tidos como imprescindíveis para a sobrevivência empresarial na economia atual.

Do ponto de vista empresarial a mudança de um modelo de produção mais rígido para um mais flexível parece trazer mais benefícios do que malefícios. Todavia, do ponto de vista social, devido ao modelo de especialização flexível que se materializa na fábrica enxuta e se alimenta de constantes inovações tecnológicas, o desemprego estrutural se apresenta como uma externalidade negativa. No entanto, Castel (2003) nos chama atenção para o fato de ser o desemprego apenas a manifestação mais visível de uma profunda transformação do emprego, pois a precarização do trabalho é uma outra característica desta situação, em suas palavras: “menos espetacular, porém mais importante”. A precarização se manifesta na perda gradativa de hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado que

¹⁴É preciso considerar que o vínculo empregatício não caracterizava apenas a celebração de um tipo de relação jurídica que permitia o acesso a toda uma rede de proteção social aos trabalhadores, mas também a possibilidade destes de planejar o futuro com uma maior margem de segurança devido à hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado.

caracterizou o período taylorista-fordista, no qual fora instituído uma sociedade salarial onde os trabalhadores podiam vislumbrar certa estabilidade em sua vida devido à rede de proteções sociais existentes.

Segundo Castel (2003), a flexibilização produtiva instaura uma nova questão social onde a precarização do trabalho é o principal fator gerador da crescente pauperização de boa parte da classe trabalhadora. Sob o ângulo do trabalho três pontos de cristalização dessa questão podem ser percebidos: 1) desestabilização dos estáveis em decorrência da redução dos contratos por tempo indeterminado; 2) a instalação da precariedade, por conta da condição de “interino permanente” e; 3) o déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendidos aqui por posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Esta nova ordem leva categorias cada vez mais numerosas de pessoas à perda do trabalho como meio de construção identitária. No caso específico do terceiro ponto tem-se como decorrência o surgimento de um conjunto de indivíduos que Castel denomina de “supranumerários”. Tal condição corresponde a dos não integrados e não integráveis. Em sentido durkheimiano isso conduz a uma perda gradativa de um tipo de integração que decorre da sensação de pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes.

Para Alan Bihl (1999), a transformação da relação salarial no período de produção flexível configura novas imagens proletárias nas quais três grandes conjuntos estão sendo delineados: a) os proletários estáveis com garantias, uma reminiscência do período taylorista-fordista; b) os proletários excluídos do trabalho, aqueles condenados ao desemprego e à dependência da seguridade social; e c) uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, na qual estão incluídos os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os informais e os terceirizados. Nas palavras de Telles, a corrosão dos direitos gerada por essa situação,

Além da evidente fragilização das condições de trabalho e de vida da maioria, a destituição dos direitos – ou, no caso brasileiro, a recusa de direitos que nem mesmo chegaram a se efetivar – significa também a erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas, de tal modo que estas se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação; é por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue esse consenso que parece hoje quase inabalável de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer, a não ser a administração técnica de suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras (1998, p. 25-26).

A descrição feita por Telles (1998; 1999; 2000) corresponde ao encolhimento da cena política, isto ficaria evidente porque a dimensão transgressora da palavra que deveria reivindicar e pronunciar os direitos se faz restringida. As conseqüências disto são a inviabilização da construção de alternativas na dinâmica conflituosa da vida social e o estreitamento do horizonte do possível e do pensável; o que leva a um processo de demissão do pensamento como possibilidade fundadora de pensar um mundo comum.

Tal situação pode ser evidenciada na implementação das ações sociais de RSE, isto porque a regra é a de que o corpo técnico constituído pela parceira intersetorial deve conduzir o processo de identificação das carências a partir de um diálogo com os membros das comunidades e, posteriormente, deve disponibilizar o conhecimento para que os membros destas comunidades possam suprir suas necessidades e, futuramente, dar continuidade por si mesmos ao que vier a ser implementado. Até aí tudo bem, não fosse o fato de que as empresas aparecem com todo um aparato técnico que se impõe como a forma mais adequada de proceder ante os problemas detectados, posto que as empresas entram em cena legitimadas por quantificações do real e por preceitos fundamentados em uma racionalidade instrumental. Neste cenário, os saberes dos “beneficiados” são incorporados às estratégias traçadas pelo saber técnico imposto que se encarrega de neutralizar qualquer possível divergência que comprometa o processo.

Um bom exemplo de tudo isso que estamos falando até agora é o caso da siderúrgica Acesita¹⁵, localizada no Vale do Aço em Minas Gerais, na cidade de Timóteo, onde os pouco mais de 75.000 habitantes vivem em uma economia local que gira em torno da empresa desde o ano de sua fundação, em 1944¹⁶. Em outubro de 1992, período de sua privatização, a Acesita tinha 9.000 empregados; após os programas de reestruturação realizados nos anos que se seguiram, seu quadro funcional foi reduzido em quase dois terços, contando no ano de 2005 com 3.148 empregados e 2.090 terceirizados¹⁷.

Devido à criticidade do processo de enxugamento funcional e o impacto sócio-econômico que este ocasionaria, a alta administração da Acesita, cônica

¹⁵Relato completo do caso consta no Guia da Boa Cidadania Corporativa 2003 da Revista Exame.

¹⁶Para se ter uma idéia da presença dominante da empresa na região, logo após o início de suas operações em abril de 1949, o município passou a ser chamado de Acesita por muitos, sendo que, até hoje, há confusão entre esta denominação e o nome oficial, que é Timóteo (Fischer, 2002).

¹⁷Dados obtidos a partir do Balanço Social da empresa publicado no ano de 2005.

do papel central que a empresa desempenhava para a região, criou em 1994 a *Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social*. A criação desta fundação, na percepção da nova administração, decorreu da necessidade de modificar o caráter ‘paternalista’ que caracterizara a atuação social da empresa, quando ela era estatal. Desse modo, o suposto ‘paternalismo’ teve que ser colocado de lado em prol do negócio e da própria sociedade. Nas palavras do presidente da Acesita, Luiz Anibal de Lima Fernandes, “revimos nosso relacionamento”, por isso, “decidimos criar uma fundação e desenvolver um plano para cidade”. O cerne da estratégia é o fortalecimento das ONGs da região para que elas se tornem sustentáveis e venham a ajudar o poder público na resolução de problemas comunitários que possam conduzir ao aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da região, pois apesar de Timóteo possuir um IDH de 0,831 – o maior do Vale do Aço, o quinto melhor de Minas Gerais e o 127º do país -, 16 dos 26 municípios da região ainda têm IDH abaixo de 0.700. Nesse sentido, a fundação criou, em 1999, o programa Vale Cidadania, no qual o principal trunfo era a capacitação dos dirigentes das ONGs por meio de cursos de administração financeira, comunicação, marketing e planejamento estratégico, entre outros – todos pagos pela fundação Acesita. Segundo a gerente do programa Vale Cidadania, “com isso, as entidades aprendem a formatar seus projetos e vendê-los aos financiadores”, e ela continua, “a auto-sustentação vem daí”. Em outras palavras, é preciso que as ONGs tenham que estar capacitadas para obter outras fontes de financiamento, que não apenas a Fundação Acesita.

Nessa linha, a fundação Acesita desenvolve mais de 50 projetos sociais na região, sendo que um em especial nos chama atenção, quando consideramos as conseqüências da nova questão social a qual Castel (2003) se refere, e o processo de responsabilização dos pobres pela sua permanência ou não na condição de pobreza a qual se referem Bourdieu (2002) e Ivo (2001). Esse projeto intitula-se “Instituto de Artesões” e está vinculado ao plano de desenvolvimento da cidade de Timóteo pela via do Instituto do Inox; este último é uma tentativa de incentivar o empreendedorismo e reduzir as conseqüências do fim da garantia de emprego vitalício que caracterizava o tempo em que a empresa era estatal. Trata-se de um projeto de geração de trabalho e renda que visa a capacitação de pessoas aposentadas para trabalharem como autônomos na produção e comercialização de peças artesanais elaboradas com aço inox.

Segundo Fischer (2002), em um estudo de caso realizado sobre a Fundação Acesita, este é o único projeto no qual a empresa possui um interesse específico, pois pressupõe o incremento do consumo do aço inox por ela produzido. Deste modo, a fundação encarregou-se da criação do espaço e da disponibilização dos equipamentos para a capacitação técnica dos interessados, permitindo inclusive

aos que ainda não possuísem capital para iniciarem o seu próprio negócio, a possibilidade de permanecerem trabalhando no local. A fundação também contratou os serviços de entidades como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para ministrarem cursos e seminários sobre desenvolvimento empresarial.

Desde 1993, com o auxílio da fundação Acesita, o programa Instituto do Inox deu origem a mais de 80 microempresas e foram criados cerca de 1.000 novos postos de trabalho. Todavia, é preciso lembrar que o estatuto social destes postos de trabalho não traz consigo o conjunto de benefícios que caracterizam os postos de trabalho existentes em uma empresa do porte da Acesita. Ao atuar diretamente no desenvolvimento de políticas públicas na região do Vale do Aço, a empresa passa a imagem de comprometimento com o desenvolvimento regional, porém é preciso que se considere que essa postura tem por trás a necessidade de garantir um ambiente menos hostil possível à sustentabilidade dos seus negócios. As parcerias estabelecidas com os poderes públicos locais e com ONGs vinculadas às comunidades objetivam conferir a legitimidade necessária ao seu poder de influência na esfera local.

Nesses termos, é possível dizer que o objetivo de ações como estas não é a constituição de uma cidadania consciente da possibilidade de uma fala dissensual (Rancière, 1996a; 1996b), mas sim uma cidadania resumida à superação de carências e à idéia de que o esforço individual e o espírito empreendedor são as maneiras pelas quais ela se manifesta e consolida.

Ou seja, as ações sociais de RSE direcionam-se fundamentalmente para os “supranumerários”. O que no caso brasileiro corresponde tanto aos que já estavam excluídos pela ocorrência do que Wanderley Guilherme dos Santos (1987) identificou como uma cidadania regulada, em que o acesso aos direitos se dava pela via do vínculo trabalhista reconhecido legalmente pelo Estado, quanto aos que, até pouco tempo, estavam incluídos nessa condição e que hoje estão sendo excluídos. No primeiro caso, não havia uma figura própria na qual o cidadão podia manifestar-se como indivíduo, pois o sindicato era a figura que viabilizava o acesso aos direitos por meio do vínculo legal à corporação. No segundo caso, a flexibilização das relações de trabalho não apenas fragiliza o sindicato como figura de representação, mas também conduz à fragmentação da identidade social contruída a partir do trabalho. Nos dois casos, “desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo e ocupação são na prática transformados em pré-cidadãos, “sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico”, ou seja, a repressão pura e simples, tanto privada como estatal” (Telles, 1999, p. 90). Nesse quadro, essas vidas são convertidas em objetos de gerenciamento, pois a tomada de assalto dos espaços públicos pela

racionalidade instrumental do mercado introduz critérios micros na racionalidade estatal, convertendo-a de modo subliminar em uma racionalidade privada (Oliveira, 1999).

Se considerarmos a tese de Foucault (2005), de que a biopolítica consiste num conjunto de técnicas disciplinares para gestão dos corpos individuais e coletivos e que, como tal, ela é o avesso da política, então é possível dizer que as ações sociais de RSE não são um meio de afirmação dos direitos constitutivos de uma condição ampliada de cidadania, mas sim de gestão da miséria e da pobreza. Em outras palavras, essas ações são um meio de assistência às necessidades e carências de comunidades locais historicamente negligenciadas pelo Estado brasileiro. No entanto, tal assistência não consiste meramente em suprir de modo direto as carências e necessidades das comunidades beneficiadas, mas sim em disponibilizar todo um *know how* de conhecimentos técnicos e gerenciais no sentido de que, após a retirada da empresa, as comunidades possam conduzir elas mesmas aquilo que tenha sido implementado, até porque nesse processo está nitidamente incorporada a idéia de que os projetos sociais implementados devem se tornar auto-sustentáveis, o que significa dizer que os beneficiados devem se responsabilizar pela gestão. Deste modo, apesar dos benefícios sociais e econômicos gerados pelas ações sociais de RSE aos grupos assistidos, o que temos é uma resposta biopolítica do atual estágio de acumulação capitalista às externalidades negativas da flexibilização produtiva. Estamos diante de um tipo de biopolítica que responsabiliza o indivíduo pela gestão de sua vida, e aí incluem-se todas as suas carências e necessidades, além é claro de sua condição de empregabilidade.

A otimização da parte dos que não têm parte

Seguindo uma linha de pensamento que considera o “ativismo social” das empresas vinculado à lógica hegemônica do capitalismo global, Paoli (2002) entende a RSE como um tipo questionável de promoção de cidadania. Ela inicialmente faz referência ao quadro político e econômico brasileiro dos anos de 1990 em que os governos foram impelidos, devido às políticas neoliberais, a livrarem-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais. A partir desse quadro, ela faz referência ao surgimento relativamente recente de um tipo de “sociedade civil” que inicialmente emergiu, mais fortemente, pela via dos movimentos sociais autônomos e politizados em que o mote era o ativismo político pela cidadania e justiça social, e que nos dias atuais teria tido sua força deslocada para um ativismo civil voltado para a solidariedade social. Enquanto o caminho dos movimentos sociais implica a demanda direta por bens públicos, o caminho

das ONGs opta por representar as demandas sociais de forma pragmática a partir de formulações técnicas com governos e prescindindo de uma base ampliada de participação popular. Nessa segunda linha inserem-se os programas de RSE. A tese defendida por Paoli é:

...não obstante os programas sociais produzidos pelo ativismo social empresarial apresentarem dimensões bastante positivas, os critérios próprios à noção de globalização hegemônica propostos neste projeto – a expulsão de populações de um contrato social estável, a aleatoriedade seletiva no tempo e o espaço no qual as ações acontecem, a tentativa de construir uma resposta a exclusões através unicamente da lógica pasteurizada do capital transnacional -, como também os critérios sobre o que vem a ser a dimensão pública e política do agir político, parecem indicar que este caso é mais um contra-exemplo de uma ação democrática participativa do que uma ação contra-hegemônica, podendo complementar-se, sem contradições insuperáveis, aos arranjos neoliberais (2002, p. 379).

Independente dos arranjos neoliberais impostos com a conversão do Estado em esfera gestora de carências e necessidades sociais e não em esfera pública de manifestação do dissenso, na qual é instaurada a partilha do sensível que define a parcela que cabe a cada parte da sociedade (Rancière, 1996a; 1996b), no Brasil, como advoga Oliveira (1999), a anulação da política como esfera de manifestação do dissenso via um complexo de violência e de proibição da fala é inerente à formação do espaço político.

Para a maioria dos brasileiros, a democracia representativa tornou-se a máscara que esconde uma condição de destituição de direitos. Pode se dizer que um dos fatores que ainda conduzem a esta situação é a aversão extremada ao caráter dissensual da política que parte considerável dos grupos dominantes historicamente evidencia. Essa condição do fazer política foi interpretada por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, entre outros, a partir de categorias como patrimonialismo, revolução pelo alto e incompatibilidade radical entre domínio burguês e democracia. A promiscuidade entre o público e o privado, largamente difundida na cena política brasileira, é um elemento exacerbador da lógica excludente imposta pela perspectiva neoliberal.

Esses fatores, segundo Chauí (1999), contribuíram de modo significativo para os patamares extremos de desigualdades econômicas e sociais existentes no Brasil contemporâneo. Como resultado, temos um cenário de encolhimento do espaço público e de alargamento do espaço privado que, aliados ao desemprego estrutural e a exclusão sócio-política, polarizaram a sociedade brasileira entre a carência e o privilégio. Nesse sentido, Chauí nos chama atenção para o fato de que:

...uma carência é sempre particular e específica, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, e um privilégio, por definição, é sempre específico e particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Na medida em que prevalecem carências e privilégios e os direitos não conseguem instituí-los, inexistem condições para a cidadania e a democracia... (2002, p. 43).

A configuração de um campo fértil para a disseminação de ações sociais de “associativismo civil” e de RSE é indicada como a saída “possível” para a crise do Estado brasileiro. As ações individualizadas de solidariedade social de cunho pragmático se sobrepõem às ações coletivas de engajamento político que visam a constituição de sujeitos sociais ativos. Deste modo, tenta-se configurar uma forma sofisticada de eliminação do dissenso. Tal situação não conduz a uma ampliação efetiva da esfera pública, isto porque, como demonstra Rancière (1996a; 1996b) o dissenso não é a guerra de todos contra todos, mas sim as situações de conflito ordenadas, de discussão e argumentação, não entre parceiros já constituídos, mas entre sujeitos sociais que demonstrem a existência de um objeto sobre o qual é preciso argumentar visando a reordenação da partilha do sensível.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (Rancière, 2005, p. 15).

Na década de 1990 a privatização se impôs no Brasil como resposta à falência do Estado decorrente do aumento da dívida pública interna. A argumentação utilizada foi a de que o mercado empresta dinheiro ao Estado, e por isso, este último deve ser administrado como extensão do primeiro. Porém, como demonstrou Oliveira (1999), o processo real se dá de modo inverso, já que a riqueza pública, em forma de fundos, sustenta a reprodutibilidade do capital privado. O discurso neoliberal dissemina a idéia de que o agravamento do desemprego e a intensificação dos problemas sociais são conseqüências da incapacidade do Estado em lidar com essas questões. A omissão do fato de que o desemprego estrutural e a instalação da precariedade como condição de vida são inerentes ao modelo de acumulação flexível que caracteriza o atual estágio de acumulação capitalista é um fator crucial no processo de disseminação da idéia de que uma aliança intersetorial deve ser formada para combater as mazelas sociais. A RSE é um dos remédios receitados pela racionalidade do mercado no sentido de melhorar os resultados

no desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, o Instituto Ethos posiciona-se da seguinte maneira:

...considera o momento propício para promover o avanço do movimento de responsabilidade social rumo à construção desse novo modelo de desenvolvimento. Atento às oportunidades que a conjuntura atual oferece, vem realizando, com a participação ativa de seus associados e das empresas em geral, a articulação, de modo **suprapartidário**, das práticas de responsabilidade social das empresas com políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais voltadas para inclusão social, erradicação da pobreza e da fome, combate à corrupção e desenvolvimento ambiental (www.ethos.org.br).

O grifo é nosso, pois entendemos que esse discurso tenta impor de modo subliminar que não há sensível a ser partilhado; o argumento de que inexistem outros caminhos institui um real que reflete a racionalidade do mercado. A RSE é uma das evidências do processo de desconstrução social a que se referem Oliveira (1999) e Santos (1999). O projeto de igualdade política e justiça social sucumbe ante um discurso de não existência de alternativas viáveis fora da lógica do mercado. Dessa feita, as ações sociais de RSE não passam de otimização da parte dos que não têm parte. Como nos chama atenção Paoli:

Em um duplo movimento para fora de si mesma, a “empresa-cidadã” realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital (2002, p. 407).

No Guia da Boa Cidadania Corporativa de 2003 da Revista Exame um bom exemplo dessa situação pode ser visto no relato da experiência do projeto Banco de Valor do ABN Amro Real. Em 2001, o banco passou a promover reuniões para o conjunto dos seus quinze maiores empregadores de terceirizados no sentido de criar o acesso a um fórum de discussão permanente sobre responsabilidade social. O objetivo, segundo um diretor do banco, era formar uma “corrente do bem” que viesse a trazer benefícios também para quem não estivesse vinculado diretamente à instituição. A idéia surgiu após se observar que alguns terceirizados faziam refeições de forma improvisada no estacionamento da sede do banco, em meio à fumaça que era expelida dos automóveis.

Contudo, é o relato da proprietária de uma empresa de motofrete que terceirizava serviços para o banco que melhor caracteriza a representatividade do exemplo. Isto porque, antes de participar das reuniões, ela não tinha familiaridade com palavras como “transparência” e “público interno”. Tanto ela

quanto os 215 motociclistas de sua empresa viam o discurso da RSE com desconfiança. Após a participação nesse fórum, as discussões sobre o assunto tornaram-se rotinas na empresa, inclusive foi criado um código de ética que coíbe agressividade no trânsito e estimula o voluntariado. Todos os motociclistas passaram por cursos de direção defensiva e de noções de poluição ambiental. O resultado prático foi a queda da média de quinze para zero acidentes anuais que envolviam resgate. Na época desse relato a empresária também fez referência ao fato de ter fechado um contrato de fornecimento de combustível com um posto de gasolina no qual havia uma cláusula de interrupção caso este viesse a empregar mão-de-obra infantil. Segundo ela, “os projetos exigem tempo e dedicação, mas não arrancam um tostão do caixa”.

No ano de 2003 esse programa já atingia 60 fornecedores e tinha exigido em sua fase inicial R\$ 100.000 em investimentos do banco. Entretanto, nas palavras do diretor responsável pelo projeto, “para saúde de nossas relações corporativas, o ganho foi incalculável”, além do que, continua ele, “foi emocionante deflagrar um processo que saiu de nossas mãos e passou a caminhar sozinho”. A incorporação do discurso da RSE pela empresária e a sensação de satisfação do diretor do banco caracterizam bem a perspectiva de presença ampliada e legítima do poder social do capital à qual Paoli se refere.

O discurso da solidariedade social empresarial, apesar de apregoar o contrário do que foi dito aqui, não pode negar o fato de serem as ações sociais de RSE norteadas pela racionalidade do mercado e que por isso de racionalidade comunicativa só possuem a aparência. A imposição dessa lógica discursiva cria a impressão de que a salvação da sociedade só pode se dar pela via dos modelos de gestão concebidos, testados e aprovados pelo mercado. Tais modelos funcionam baseados nos princípios da redução de custos e de otimização de resultados, o que os torna complicados de serem operacionalizados - se não nos termos da própria lógica que os impõem – para instruir os parâmetros de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados de ações sociais que visem à promoção do acesso a uma cidadania plena.

Essa situação nos remete a um antigo provérbio latino: *Quis custodiet ipsos custodes?*¹⁸ A resposta mais provável seria uma esfera pública realmente ampliada,

¹⁸Quem guarda os guardiões? Questionamento que já estava presente nas reflexões de Platão (428-347 A.C) em sua obra A República, onde o personagem Sócrates descreve a sociedade perfeita como aquela na qual aos trabalhadores, escravos e comerciantes se deveria confiar o mundo do trabalho, e à nobreza caberia a tarefa de ser a classe guardiã da polis. A resposta é a nobre mentira de que guardam a si mesmos pressupondo serem dotados de uma condição de superioridade para zelar pelos interesses da polis. Esse questionamento também foi feito pelo poeta romano Jovenal (século II D.C) no seu livro VI das “Sátiras”.

na qual todos os grupos sociais que se sintam sofredores de um dano possam, por via da fala dissensual, se manifestar e reivindicar a parte que lhes deveria caber no todo social. Isto porque, como nos mostra Rancière: “é em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade” (1996b, p. 24). Do contrário, o que resta é a política como “polícia”, isto é, um mero conjunto de operações realizadas pelo Estado, pelo mercado e atualmente até mesmo por uma parte considerável da chamada “sociedade civil organizada” no sentido de otimizar a parte dos que não têm parte, o que no caso brasileiro soa muito mais sombrio se considerarmos as sociedades européias onde o *welfare state* deixou algum legado.

Considerações finais

A realidade social como atualmente se configura no Brasil não parece corresponder a uma era de indeterminações onde a vida ficou absolutamente imprevisível e indeterminada - por isso, impossível de se fazer política, como advoga Oliveira (2003b). O que parece ocorrer é que nos dias atuais estamos vivendo sob a égide de uma forma de sociabilidade que cada vez mais se afasta das idéias de igualdade e justiça social como configuradoras de um mundo enquanto projeto comum. Nessa forma de sociabilidade, o precário e o instável tendem a se naturalizar como princípios ordenadores do mundo do trabalho porque os discursos de inspiração neoliberal lhes atribuem novas significações e gradativamente esvaziam o caráter nocivo que possuem no imaginário social daqueles que nunca vivenciaram e dos que não mais têm a possibilidade de vivenciar os direitos sociais que a classe trabalhadora conquistou no decorrer do século XX. Todavia, esses discursos não fazem a perniciosidade dessa condição se desvanecer da dos destituídos, apenas a escamoteia insidiosamente em um discurso de responsabilização individual, fazendo-os crer que os lugares por eles ocupados na estrutura social, ou são uma decorrência do simples mérito de cada um, ou da simples falta dele, ou pior, são uma mera questão de sorte ou azar. Assim, o recrudescimento da violência dos que não têm parte no todo social e a reação também violenta e recrudescida dos que têm parte são resultados bem previsíveis e determinados; só que a violência dos que têm parte contém um sério agravante: o suporte do aparato coercitivo do Estado. Dado esse cenário, a política não se torna impossível, ela apenas passa a ser pensada e assumida explicitamente como um simples exercício biopolítico.

Diante dos fatos que se apresentam, o real se converte no possível que está contido nas falas constitutivas do discurso do capitalismo globalizado. Os atores sociais que não são os produtores deste discurso, não são pensados como

sujeitos capazes de produzir adequadamente suas estratégias de vida ante às exigências impostas pela atual configuração do capitalismo, mas sim, como meros receptáculos de um discurso que lhes desapropria a fala sobre outros possíveis. Isto é, se por um lado os projetos de RSE podem trazer benefícios econômicos e sociais para aqueles aos quais são dirigidos, por outro, parece condená-los à condição de meros condutores das diretrizes pensadas por aqueles que se apresentam como dotados de “legitimidade” para indicar o caminho do possível.

No nosso entendimento, o espraiamento da lógica da RSE se intensifica a partir do encolhimento da esfera pública como *locus* de manifestação do dissenso. As ações de RSE são uma manifestação clara de exercício biopolítico, uma vez que se apresentam na maioria dos casos, mesmo que isso seja negado pelo discurso das parcerias intersetoriais, como um substitutivo do Estado na formulação de soluções organizativas para problemas comunitários a partir da identificação de carências locais. Em outras palavras, ela não se expressa enquanto política, no sentido de que reconhece cidadãos dotados de direitos, mas sim como gestão, visto que aquilo que ela reconhece são clientela carentes de assistência.

Em uma democracia realmente participativa, a sociedade civil não se fortalece quando se sujeita à racionalidade instrumental do mercado, tão pouco quando se torna um simples sinônimo do que Hannah Arendt (1981) chamou de esfera social, onde o que importa é a mera reprodução da vida em sociedade. Desse modo, a sociedade civil não pode funcionar como um ator fiscalizador da atuação do Estado, tão pouco do mercado, e, não sendo assim, o primeiro tende a ser um mero legitimador dos interesses do segundo.

A grande tarefa que nos é apresentada nos dias de hoje consiste em descobrir como tornar possível a desconstrução de uma lógica de cidadania que se apresenta como um sinônimo de inserção social pela via dos acessos ao crédito e ao consumo, e que por essa razão, consegue ser tão sedutora aos olhos de muitos, mesmo que absolutamente excludente para a maioria desses muitos.

Referências

- ARENDDT, Hannah. (2005). *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- AVRITZER, Leonardo. “Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro”. In: Idem (org). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. (1997). “Um desenho institucional para o novo associativismo”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, pp. 149-174.
- BIHR, Alain. (1999). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (1998). Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2002). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CASTEL, Robert. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- CHAUÍ, Marilena. (1999). Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999. p. 27-51.
- COSTA, Sérgio. (1999). “La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil”. *Metapolítica* (México), v. 3, n. 9.
- _____. (1997). Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *RBCS*, São Paulo, vol. 12, n. 35, pp. 121-134.
- DAGNINO, Evelina (2002). Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Evelina Dagnino (org), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. p. 279-301.
- FISCHER, Rosa Maria. (2002). *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo, Editora Gente.
- FOUCAULT, Michel. (2000). Clase de 17 de marzo de 1976. In: *Defender la sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 217-237.
- HABERMAS, Jürgen. (1988). *Teoria de La Acción Comunicativa*. Racionalidad de La Acción y Racionalización Social. Madrid, Taurus. Tomo I.
- _____. (2001). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- HARVEY, David. (2004). *Condição pós-moderna*. 13. ed. São Paulo: Loyola.
- IVO, Anete Ribeiro Leal. (2001). *Metamorfozes da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires, CLACSO.
- LANDIN, Leilah. (1999). “Notas em torno do Terceiro Setor e outras expressões estratégicas”, in *O Social em Questão* (Rio de Janeiro: OUC) Ano III, n. 4, jul-dez., pp. 61-98.
- MONAL, Isabel (2003). “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.189-200.
- OLIVEIRA, Francisco. (1999). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs.), *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes – NEDIC – FAPESP, pp. 55-82.
- _____. (2003a). *O ornitorrinco*. In: *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, pp. 121-150.

- _____. (2003b). “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”. In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo (orgs), *Neoliberalismo e sectores dominantes: tendências globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 265-291.
- PAOLI, Maria Célia. (2002) “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Boaventura de Souza Santos (org.), *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 373-418.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996a). O dissenso. In: Adauto Novaes (org). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 367-382.
- _____. (1996b). *O desentendimento*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. (1987). *Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (1999). “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo.”. In: Francisco Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.), *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes – NEDIC – FAPESP, pp. 83-129.
- SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas organizações*. São Paulo, Campus.
- TELLES, Vera da Silva (1998). No fio da navalha: entre carências e direitos. In: Silvio Caccia Bava (Organizador), *Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais Programa de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades*, mimeo. p. 09-36.
- _____. (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, UFMG.
- _____. (2000). A modernização vista de baixo, mimeo. pp. 01-26.

RESUMO

A responsabilidade social empresarial como meio de supressão da política

Este ensaio tem como objetivo principal demonstrar que a responsabilidade social empresarial pode ser vista como um meio de supressão da política enquanto esfera de manifestação do dissenso. Para nós, o projeto de “solidariedade empresarial” é um produto das externalidades negativas do processo de flexibilização produtiva. Nesse sentido, defendemos a tese de que este projeto está inscrito no conjunto de técnicas biopolíticas que visam o atendimento de necessidades e carências sociais e não a constituição de uma cidadania plena.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; dissenso; biopolítica

ABSTRACT

Corporate social responsibility as a means of suppressing the political

This essay has as main intent to demonstrate that business social responsibility can be seen as a means of suppressing politics as sphere of manifestation of disagreement. In our understanding, the “business solidarity” project is one product by negatives externalities of the productive flexibilization process. Therein, I defend the thesis that this project is inscribed on the set of biopolitics practices that aim to attempt social needs and lacks and not to establish a condition of absolute citizenship.

Keywords: business social responsibility; disagreement; biopolitics

Recebido para apreciação: fevereiro de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

3

Attila Magno e Silva Barbosa é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Bolsista CNPq. (barbosaattila@uol.com.br)

MERCADORES DA CIDADANIA: LIMITES E DESVIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Isleide Arruda Fontenelle

Introdução

Há em curso, no Brasil, dois temas que têm povoado o cenário político, motivado programas de ação dos setores da sociedade civil e do mercado, e sido objeto constante do discurso midiático: os temas da responsabilidade social empresarial e da inclusão digital. No que diz respeito à *responsabilidade social empresarial*, especialmente no que toca ao âmbito de questões sociais nacionais a serem incorporadas como parte das atividades “cidadãs” do mundo empresarial¹, o tema entrou na agenda brasileira a partir da década de 1990 em meio ao processo de abertura da economia para o capital internacional e a privatização de empresas estatais de setores estratégicos, que se intensificou em meados da mesma década. E isso não se deu por acaso: a explosão de organizações não governamentais (ONGs) e de fundações empresariais, nesse período, está diretamente relacionada à implantação de um novo modelo de política econômica baseada na idéia de um enfraquecimento do Estado no que tange às questões sociais e da emergência de novos atores - sociedade civil e mercado – na corresponsabilização quanto à definição de uma “agenda” para essas questões sociais.

Tendo em comum o fato de “prestarem serviços sociais a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, assumindo finalidades públicas no país e no mundo” (Yazbeck, 2002, p. 174), as mais diversas

¹ São muitos os termos associados ao investimento social das empresas, tais como: filantropia, “que significa amor ao homem ou à humanidade, pressupondo uma ação altruísta e desprendida...”; cidadania empresarial, enquanto uma “relação de direitos e deveres entre empresas e seu âmbito de relações e como participação ativa das empresas na vida de suas cidades e comunidades...”; responsabilidade social das empresas, pressupondo que “a atividade empresarial envolve compromissos com a cadeia produtiva da empresa (...) além das comunidades, ambiente e sociedade”; e conceitos derivados do marketing, através do qual defende-se, mediante termos como marketing social, que “a empresa, ao elaborar suas estratégias de marketing, deve preocupar-se com os lucros e com os desejos dos consumidores, mas também com o interesse público” (Schommer, 2000, p. 147-148).

organizações não-governamentais e fundações empresariais passaram a assumir e difundir essa nova parceria respaldada por um momento histórico de implantação de “medidas políticas de desresponsabilização do Estado e de transferência da responsabilidade pelas questões sociais para a sociedade. Nesta circunstância histórica, os empresários são mobilizados para ‘cuidar’ do social” (Maranhão, 2004).

Claro está que o discurso da responsabilidade social empresarial é disseminado globalmente. Mas é importante salientar algumas especificidades nacionais, especialmente em se tratando de um país com sérios problemas sociais como o Brasil. Dentre tantos, convém ressaltar a alta concentração de renda, que faz com que os 50% mais pobres se apropriem de 15,5% do rendimento total, enquanto os 1% mais ricos detêm 12,7% do rendimento total (Fonte: www.ibge.gov.br). Em um país assim configurado, não está sendo posta em questão a necessidade de uma conjugação de forças entre Estado, mercado e sociedade civil; mas a maneira perversa como o mercado pode atuar, ao assumir o papel de ator principal nessa questão.

O segundo tema em questão - o da *inclusão digital* - se insere no interior dessa tragédia nacional, que é a exclusão social. Segundo dados do IBGE, através de sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2004), apenas 16% das residências brasileiras tinham computadores e, destas, somente 12% tinham acesso à Internet. Para acentuar o quanto somos um país de contrastes, é importante apontar que, segundo estudo apresentado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)², os brasileiros são os maiores navegadores do mundo, com média de permanência na rede de 18 horas e 42 minutos (dados de out./05 – mês de realização da pesquisa). Enquanto isso, ainda segundo dados da referida pesquisa, 55% da população brasileira nunca utilizou um computador e 68% jamais acessou a Internet. Segundo o conselheiro titular do CGI.br, Rogério Santanna dos Santos, “a renda e a educação da população brasileira são os dois principais determinantes para os índices de acesso à Internet” (Romero, 2006).

Os temas da responsabilidade social corporativa e da inclusão digital se cruzam, portanto, do ponto de vista da grandeza da problemática social do país, especialmente no momento em que se vive, globalmente, a consolidação

² A metodologia utilizada pelo CGI.br seguiu o padrão internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto de Estatística da Comissão Européia (Eurostat), permitindo um estudo comparativo internacional. Os dados são referentes ao ano de 2005 e foram levantados pelo Instituto Ipsos Opinion em 8.540 domicílios. Todos os dados referentes a esta pesquisa estão Romero (2006).

da terceira revolução tecnológica, a informática; bem como, através da atitude de algumas corporações que, na figura de suas fundações, elegem a inclusão digital como ponto fundamental dos seus projetos sociais.

Nesse cenário, são muitas as críticas que pululam em torno do desvirtuamento da questão social assumida pelas organizações governamentais e fundações sociais no país. De um lado, o que se alega é que essa ênfase que o privado tem dado às questões sociais tem provocado um deslocamento da política e da noção de cidadania, passando do âmbito de uma conquista e de um direito social, para o campo do favor e da filantropia³. De outro, a crítica se foca na troca mercantil presente nessas ações sociais empresariais, a partir das quais as empresas buscam, na verdade, agregar valor às suas marcas⁴. A viabilidade e lisura dessa troca são explicitadas nas palavras do consultor brasileiro – e também um grande idealizador do papel do empresariado nas questões sociais - Stephen Kanitz, ao demonstrar os ganhos que a empresa teria exercendo a “filantropia estratégica”. Kanitz apresentou pesquisas que comprovariam a legitimação dada pelos consumidores a empresas que apóiam instituições beneficentes: essas empresas seriam escolhidas, em detrimento de outras que não são socialmente responsáveis, mesmo oferecendo produtos com qualidade e preços similares (Kanitz, 1997). Nesse aspecto, a crítica à tal “filantropia estratégica” se divide entre a mais radical, que aponta para um uso mercadológico da miséria, e uma crítica mais pontual, voltada para as empresas que pervertem essa prática ao lançarem mão do discurso da responsabilidade social sem exercê-la de fato, tendo em vista tão somente a busca da ampliação do valor de sua marca.

É no interior desse debate que o Projeto McInternet, desenvolvido pelo McDonald's no Brasil para proporcionar acesso à Internet em suas lanchonetes e veiculado pela empresa como sendo sua contribuição para o favorecimento da inclusão digital no país, será analisado. Para tanto, este artigo se divide em duas partes centrais: primeiro, narra um pouco da história do McDonald's no Brasil e o surgimento da McInternet; em seguida, analisa o discurso da inclusão digital do McDonald's, através desse seu projeto, lançando mão dos dados críticos sobre o “mercado da cidadania” no país. A questão que resta, apenas a ser apontada para futuras reflexões, é: até que ponto o McDonald's estaria deturpando o ideário da responsabilidade social empresarial; ou, pelo contrário, estaria revelando a impossibilidade contida nesse ideário?

³ A esse respeito, ver Paoli (2002); Telles (1998); Telles (2001) e (Yazbek, 1995).

⁴ Para uma crítica no campo da administração, ver: Aquino (2002); Soares (2004); Paula, Pinto, Paiva (2001); Correia, Medeiros (2002); Fabião (2002).

Nota Metodológica

A pesquisa sobre a McInternet foi realizada através de levantamento de dados da própria corporação (<http://www.mcdonalds.com.br/home/>) e de material colhido na mídia sobre o tema McInternet (*press releases* da companhia e demais notícias citadas neste artigo), além da observação participante no uso da McInternet em algumas lanchonetes da rede em duas cidades brasileiras. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório. Tais dados foram analisados à luz do conceito de responsabilidade social empresarial e da perspectiva crítica de sua prática no Brasil.

McDonald's no Brasil: uma miragem de desenvolvimento?

Quando chegou ao Brasil, em 1979, o McDonald's elegeu o famoso bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, para abrir a sua primeira lanchonete. Em terras brasileiras, a primeira imagem que o McDonald's representou não foi a do entretenimento para as massas, que era a que já vigorava em solo americano, mas a "imagem de modernidade" desejada por uma juventude abastada, na região mais cosmopolita do Brasil, até mesmo devido ao preço de seus sanduíches, até hoje incrivelmente alto, se comparado com o poder de compra do brasileiro.

Por essa época, encerrava-se o chamado ciclo desenvolvimentista brasileiro (1950-1980), quando se deu início ao que ficou conhecido por "década perdida". Não para o McDonald's: a partir de 1980, a rede começou a se expandir geometricamente pelo país, abrindo, em 1985, a maior loja McDonald's da América Latina (em São Paulo) e contando, no final de 2005, com 1.200 pontos de vendas espalhados em quase todos os estados brasileiros, servindo diariamente a um milhão e meio de pessoas, o que o deixa entre os oito maiores mercados mundiais da Corporação (dados do McDonald's do Brasil, em dez/2005).

Enquanto o ideal de entretenimento se fixou e o McDonald's continuou crescendo a passos largos - só em 2005 a Corporação cresceu 13%, tendo fechado o ano com um faturamento em torno de US\$ 875 milhões -, a promessa de modernidade do país não se concretizou e, comparativamente, o crescimento do país nesse ano foi de, apenas, 2,3%. Segundo estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), há dez anos que a economia brasileira vem se expandindo abaixo da média mundial e, se mantiver esse ritmo de crescimento, deverá levar um século para dobrar sua renda per capita. Enquanto a média anual de avanço, per capita, do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial nos últimos dez anos foi de 2,6%, a nossa foi de 0,7%. Ainda segundo a CNI, essa fraca performance é devida ao baixo nível de investimentos. Isso

revelaria, sob a ótica da entidade, “como o Brasil está perdendo importância relativa na economia mundial” (Stelzer, 2006).

É nesse cenário que a questão da responsabilidade social empresarial ganha visibilidade no país, embora seu projeto de atuação remonte ao início da década de 1990, resultando de dois movimentos distintos, mas complementares: de um lado, a fundação da entidade Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), um grupo composto por pequenos, médios e alguns grandes empresários do setor que, em 1991, se formam para analisar e dar resposta à crise de representação empresarial do país, e com a tentativa de elaborar um projeto industrial de desenvolvimento nacional; e o Programa Comunidade Solidária, criado no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1º. de janeiro de 1995, que significou “a consagração da diminuição da responsabilidade do Estado com as questões sociais e do aumento da responsabilidade da solidariedade civil... A centralidade do programa é o reconhecimento do dever moral da sociedade em socorrer os pobres” (Maranhão, 2004).

O Programa Comunidade Solidária estava embutido na lógica da reforma do Estado, empreendida no governo FHC, a partir da qual o Estado teve sua área social redefinida, colocando as organizações sem fins lucrativos e o setor privado como novos atores na questão social, na medida em que caberia ao Estado o papel de impor “a disciplina fiscal, a contenção dos gastos públicos (sobretudo sociais), a abertura comercial e o não-protetionismo, a privatização e a desregulamentação dos mercados...” (Maranhão, 2004). Nesse sentido, o “Comunidade Solidária” foi o projeto que redefiniu a relação Estado-Sociedade, ao transferir a responsabilidade social para os novos atores da sociedade civil e do mercado, como apontado nas palavras de Ruth Cardoso, primeira presidente do Programa: “Através da articulação das colaborações, aprendemos que é possível alcançar nossos objetivos sem um fundo público governamental ainda que utilizando recursos públicos que se somam ao trabalho voluntário e aos mais diversos recursos privados” (Cardoso, 2001, p.12).

Nesse contexto, o empresariado assume lugar central, daí se entender o porquê do PNBE se transformar, a partir de 1996, em uma “entidade que apóia e desenvolve programas sociais”, criando para isso o Instituto PNBE de Desenvolvimento Social.

A partir desse momento, o foco da entidade, que no início era o empresário, passou a ser a empresa, deixando de lado seus objetivos iniciais de representação do empresariado. Sua nova missão passou a ser a disseminação de uma nova consciência empresarial como instrumento de mudanças no ambiente interno das empresas e da sociedade... (Maranhão, 2004).

Esse novo ideário social - fundado na mudança do papel do Estado diante da questão social e da ascensão do papel do empresariado na ação socialmente responsável – estava em consonância com o que ocorria no resto do mundo, especialmente nos países desenvolvidos, a partir dos quais a periferia sempre se mira. Aliás, foi a partir desse discurso – de recolocar o Brasil na rota do desenvolvimento mundial – que se pautou todo o discurso da reforma do Estado, tanto no que diz respeito às privatizações das estatais e enxugamento dos gastos sociais, quanto na instauração de uma nova política social, através de um gerenciamento eficiente dos recursos sociais.

Tal discurso nacional se soma ao que há de mais em ponta no ideário global das grandes corporações transnacionais quanto ao seu papel de “cidadãs”, através da criação de “fundos socialmente responsáveis com a ambição de conjugar performance financeira e respeito a certos valores humanos, sociais e ambientais” (Lipovetsky, 2004, p. 41). Ainda que a prática de filantropia empresarial seja bastante antiga, é fato que, nas duas últimas décadas, ela ganha um outro estatuto e uma outra visibilidade que está diretamente relacionada ao tempo histórico em que vivemos: de um lado, a uma mentalidade neoliberal de governar; de outro, a uma nova forma de gestão decorrente dessa mentalidade, substituindo a velha idéia de filantropia pela responsabilidade social empresarial ou corporativa.

No que diz respeito ao McDonald’s, historicamente, essa corporação vem assumindo um discurso de responsabilidade social que envolve ações mundiais, como o “Instituto Ronald McDonald”, de apoio ao tratamento a crianças portadoras de câncer, e a campanha “McDia Feliz”, cuja renda arrecadada no dia, com as vendas do Big Mac, é revertida para instituições que tratam do câncer infanto-juvenil.

Em seu *website* brasileiro consta que, no quesito “responsabilidade social”, o McDonald’s teria sido o primeiro restaurante brasileiro a utilizar cardápios em braile e a adotar rampas de acesso a cadeiras de rodas em todas as suas unidades, tendo também dado início a um programa de incentivo à contratação de portadores de necessidades especiais – física ou mental. Uma outra iniciativa de inclusão social adotada pela corporação, ainda segundo seu *website*, teria sido a sua participação no Projeto Menor Aprendiz, do Governo Federal, cujo objetivo é recrutar jovens não necessariamente enquadrados no perfil da empresa e oferecer um treinamento para atuação nos restaurantes, como aprendizes. Estes jovens poderiam vir a ser contratados, ou não, pela corporação, ao final do seu contrato de regime especial. Por conta de atitudes socialmente responsáveis como estas, o McDonald’s lembra uma série de premiações que vem recebendo no Brasil como, por exemplo, o prêmio “Relações com a Comunidade”, da ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), em 2005.

Como a própria Corporação admite, o McDonald's tem sido plenamente reconhecido pelo mercado e pela mídia especializada brasileira. No que diz respeito a esta última, é importante salientar o quanto a mídia de negócios é favorável ao McDonald's desde a sua chegada ao país. Aqui, o McDonald's é reconhecido como um dos melhores lugares para se trabalhar, sempre freqüentando, desde 1997, o ranking das melhores empresas para trabalhar publicado pelas revistas Exame e Você S/A, sendo que, em 2001, foi considerada a melhor empresa pelo Guia Exame. Reconhecido pelos mais importantes empresários do país, a Corporação recebeu por dois anos consecutivos, em 2004 e 2005, o Prêmio DCI – As Empresas mais admiradas do Brasil.

O McDonald's também é sinônimo de primeiro emprego para jovens carentes brasileiros. Com 34 mil funcionários, a grande maioria jovens e mulheres (do quadro de funcionários de 2005, 91% têm menos de 25 anos de idade e 55% são do sexo feminino), o McDonald's não é considerado apenas um grande empregador - figura entre os cinco maiores empregadores brasileiros, e o maior empregador de jovens -, mas, também, é apontado como um dos maiores formadores de mão-de-obra, já que 70% dos atendentes de suas lanchonetes tiveram lá o seu primeiro emprego e, segundo a Corporação, buscase contratar jovens que moram no entorno das lanchonetes. Por conta disso, a empresa ganhou até mesmo o “selo de primeiro emprego” do Ministério do Trabalho – um programa coordenado pelo Ministério do Trabalho que propõe a abertura de perspectiva para jovens oriundos de famílias de baixa renda. Situação completamente diferente da que enfrenta, por exemplo, nos EUA. A esse respeito, vale a referência à última edição do popular dicionário publicado pela Merriam-Webster Inc., em 2003, que incluiu o verbete *McJob* como “trabalho mal remunerado que requer poucas aptidões e proporciona poucas oportunidades de progresso”. Segundo os editores da publicação, o verbete faz parte do vocabulário americano e foi incluído após inúmeras pesquisas que apontaram a grande quantidade de referências ao termo nas principais publicações em inglês dos últimos 17 anos.

Há vinte e cinco anos no Brasil, o McDonald's ainda continua seduzindo uma forte clientela abastada; mas, também, e cada vez mais, tem sido incorporado ao cotidiano de uma classe menos favorecida. Segundo dados de uma pesquisa realizada pela empresa Toledos & Associados, a maior taxa de fidelidade a uma marca, no Brasil, no consumo em centros de compra (shopping centers), é atribuída à marca McDonald's: a cadeia de fast food é escolhida por 69% dos consumidores da zona oeste da capital paulistana (considerado um bairro de classe média alta); enquanto nas zonas norte e leste (considerados

bairros mais populares), a fidelidade é ainda maior: corresponde a 81% e 78%, respectivamente, de escolhas dos consumidores para lanches durante o período em que estão nos shoppings (Rede..., 2005).

É em meio a esse contexto que o McDonald's lança a McInternet, um projeto inovador, o primeiro desse tipo no mundo, que começou em caráter experimental em 2001, quando o McDonald's passou a disponibilizar computadores em seus restaurantes com acesso à Internet. Inicialmente, de julho de 2001 a agosto de 2002, o McDonald's instalou computadores em 30 restaurantes de São Paulo e em 20 restaurantes do Rio de Janeiro. Nesse período experimental, foram registrados 750 mil acessos. A partir de uma pesquisa realizada pelo McDonald's, de 100 mil consumidores que a responderam espontaneamente, 91,6% elogiaram a iniciativa e 97% disseram que voltariam ao restaurante por causa do acesso à Internet. Além disso, foi confirmado que, no período, o serviço aumentou em 1,5% a 2% em média, o número de consumidores em cada lanchonete participante do projeto piloto.

Diante de resultados tão positivos, o McDonald's decidiu batizar o projeto de McInternet e lançá-lo nacionalmente em 2004, apontando que, a partir dali, o projeto sofrera significativas diferenças: deixou de oferecer apenas acesso à Internet e passou a ter como pilar "entretenimento, serviço e educação", através de programas tutoriais que oferecem aos seus consumidores noções básicas de informática. Isso funcionaria, segundo a Corporação, através da ajuda dos *McHosts*, funcionários especialmente treinados a dar suporte aos consumidores que necessitem de ajuda no acesso ao computador, nas noções básicas sobre Internet, *email* etc. Para tanto, o McDonald's realizou uma parceria com a HP (Hewlett Packard), o Banco Itaú e a América Online (AOL) que, juntos, investiram 20 milhões de reais no projeto: enquanto a HP forneceria o *hardware* e a infraestrutura, ou seja, serviços e PC's, sendo também o responsável pela integração de todo o ambiente computacional do projeto, a AOL seria o provedor de Internet do projeto, oferecendo conteúdos de entretenimento, notícias e educação. Já o Banco Itaú se encaixaria no projeto na medida em que teria, por estratégia, oferecer mais conveniência a seus clientes. Segundo o diretor de marketing estratégico do Banco, Jaime Chaves, com a McInternet, o banco ganha centenas de pontos estrategicamente bem localizados, onde os clientes podem movimentar suas contas.

Em dezembro de 2005, o Projeto McInternet já estava operando em mais de 500 lanchonetes da rede - com previsão de ser implantado em mais 40 pontos-de-venda até o final de 2006 e se estender por todo o território brasileiro até 2008 -, e superado a marca de 2,8 milhões de clientes cadastrados, com 12 milhões de acessos já realizados. Dentre os clientes cadastrados, cerca de 18%

tiveram seu primeiro contato com computadores nos restaurantes McDonald's, segundo dados da própria companhia, obtidos mediante levantamento de sua base de dados. Dentre estes, ainda segundo dados do McDonald's, 30% fizeram uso dos cursos oferecidos pela McInternet sobre computadores, e-mail e Internet.

Inicialmente, segundo a empresa, o projeto não visava aumentar o faturamento das lanchonetes, mas se apresentar como valor agregado para seus clientes; entretanto, a empresa admite que o sistema está impulsionando as vendas da rede no Brasil e foi um dos grandes responsáveis pelo aumento de 13% das vendas em 2005. E não era pra menos, já que, para utilizar o serviço, era preciso apresentar o tíquete de compra dos produtos McDonald's no caixa do próprio restaurante, no mesmo dia do pedido. A partir daí, cada cliente teria direito a, pelo menos, 15 minutos de acesso.

Até aqui, a McInternet poderia ser apresentada como um caso de sucesso empresarial, especialmente de como a Corporação McDonald's, que deveu grande parte de seu sucesso ao modelo fordista na alimentação (Fontenelle, 2002), estaria se reinventando na "era do acesso". No Brasil, o McDonald's, portanto, já seria portador de um novo modelo de desenvolvimento, resultante da terceira revolução industrial. Em um momento no qual começam a se desenhar os contornos da "economia do acesso" e que já se aponta que a mercadoria, por excelência, dessa nova economia será a "experiência", é a lanchonete de *fast food* que nos "educa" para esse novo cenário, vendendo acesso e experiência, através do projeto da McInternet.

Mas, não fosse já surpreendente a maneira como o McDonald's estaria se reinventando na periferia do mundo através do que há de mais moderno em termos da revolução da informação – quando o país sequer concluiu sua segunda revolução industrial –, isso ainda está sendo feito a partir das novas formas de gestão baseadas no discurso da responsabilidade social: a par do mapa da exclusão digital do Brasil, a alta direção da Corporação McDonald's decidiu nomear o projeto da McInternet como sendo a contribuição do McDonald's para favorecer a inclusão digital no País e seus diferenciais de modernidade. Observem-se algumas frases contidas no seu *website* e que, também, foram veiculadas em vários *press releases* da corporação, além de estarem em algumas reportagens da grande mídia e mídia especializada no Brasil:

A McInternet contribui para o processo de inclusão digital no Brasil, possibilitando a todos, clientes e funcionários, uma oportunidade de usar o computador, sobretudo àqueles que não têm o equipamento em casa. Funcionários dos restaurantes estão preparados para habilitar as máquinas, encaminhar os usuários aos sites dos parceiros e orientar os clientes quanto aos conteúdos autodidáticos de utilização da Internet... Além de disponibilizar o acesso gratuito à Internet para seus clientes, o McInternet também prevê a instalação de pelo menos um computador

por restaurante para uso exclusivo de seus funcionários. A idéia é que os profissionais possam realizar cursos e treinamentos on-line, além de aproveitar as infinitas possibilidades oferecidas pela rede mundial de computadores... O período de navegação varia de 15 minutos a uma hora. Para utilizar o serviço, basta apresentar o tíquete de compra dos produtos McDonald's no caixa do próprio restaurante, no mesmo dia do seu pedido.

Todos os parceiros do McDonald's nesse projeto, em *press releases* quando do seu lançamento, também reforçaram o quanto a proposta da McInternet seria de âmbito social, a saber:

É muito gratificante ser o provedor de Internet de um projeto social desta magnitude. Isso reforça o nosso compromisso com o desenvolvimento do mercado de Internet no Brasil (Milton Camargo, presidente da AOL Brasil);

Na HP, acreditamos em fazer bem, fazendo o bem. Com a McInternet, além de usar a tecnologia HP para gerar negócios, a tornaremos mais acessível a um grande número de pessoas e contribuiremos ainda mais para a inclusão digital no país (Carlos Ribeiro, Presidente da HP Brasil);

... o alcance social da McInternet tem tudo a ver com as ações de responsabilidade social desenvolvida pela Fundação Itaú Social em todo o País (Jaime Chaves, Diretor de Marketing Estratégico do Banco Itaú).⁵

Entretanto, além de estar lucrando com a venda de seus produtos, o McDonald's ainda estaria fazendo sua passagem para a "era do acesso", formando seus consumidores. Portanto, se o conceito de inclusão digital "passa pelo fato do cidadão não ser cobrado pelo serviço na hora que vai usá-lo, pois o acesso à informação deve ser um direito de todo cidadão brasileiro, como é o acesso aos serviços de saúde e de educação..." (fonte: www.idbrasil.gov.br), como entender a McInternet como projeto de inclusão digital, na medida em que só tem acesso a ela quando se paga pelo consumo de seus produtos, conforme descrito no próprio site da corporação e comprovado por esta pesquisa ao se tentar fazer uso da McInternet? Neste caso, o cidadão equivaleria ao consumidor?

A perplexidade aumenta quando a notícia é veiculada por jornais de grande circulação nacional, como o jornal paulista "O Estado de São Paulo" – (Lojas..., 2003) –, sem que haja uma única nota que questione a deturpação do projeto. A

⁵ Dados encontrados online em <http://www.aol.com.br/institucional/pressreleases/2004/0008.adp>.

esse respeito, cabe ainda referência a uma reportagem realizada pelo Jornal do Comércio, por ocasião do lançamento nacional do projeto McInternet. Depois de narrar, quase em forma de *press release*, o “projeto de inclusão digital” do McDonald’s para o Brasil, a reportagem realiza entrevista com o então presidente do McDonald’s do Brasil, Marcel Fleischmann, na qual inclui a seguinte pergunta:

- Além da McInternet, quais são os outros projetos significativos do McDonald’s na **área de responsabilidade social**?

- Marcel Fleischmann responde: *“Um dos mais importantes é o projeto Brasil, voltado para a cura do câncer infanto-juvenil. Temos 7,1 mil casos por ano, sendo que 4,6 mil são tratados. Queremos curar os 2,5 mil restantes. Outro problema que queremos resolver é o fato de que, hoje em dia, só determinados municípios e estados oferecem tratamento para essa doença. Quem mora em Manaus, tem que se deslocar para Brasília para se tratar. Queremos mitigar essa migração”* (McDonald’s..., 2003).

Não se trata, aqui, de discutir o alcance dos projetos da Corporação que podem ser enquadrados como tipicamente de responsabilidade social, como o evocado acima. Mas, definitivamente, não é possível enunciá-los para justificar “mais um projeto”, qual seja, o da McInternet, a fim de justificar a seriedade deste último no que diz respeito ao seu propósito social. Como demonstra reportagem de Mandl (2003) – a única que encontrei na mídia com uma visão crítica a respeito do assunto McInternet –, é preciso atentar para a lógica total do projeto e de seus parceiros. Mandl nos alerta para a proposta dos cursos de noções básicas de informática e seu distanciamento do ideal do *software livre*, outro componente indispensável na luta pela inclusão digital:

Nessa história toda, é preciso ressaltar que os tais cursos contarão com um condimento atípico. Os usuários que utilizarem, ou aprenderem a utilizar a rede pelo McInternet, terão que se adaptar ao navegador da AOL. Todo o acesso à Internet será feito pelo software da provedora. Para quem quer combater exclusão digital, merchandising de provedor pago sempre é um boa pedida (Mandl, 2003).

O McDonald’s está a par do debate contemporâneo, no Brasil, sobre como perdemos a corrida da terceira revolução industrial e como estamos aumentando a nossa exclusão social. Enquanto a Corporação comemora seus vinte e cinco anos de sucesso no Brasil, o sociólogo Francisco de Oliveira atualiza sua leitura sobre a nação - feita inicialmente em 1972, com a publicação do livro *Crítica à Razão Dualista* -, e nos revela como não há nada para comemorarmos. Pelo contrário, o autor constata que nos tornamos um assustador ornitorrinco,

um monstro feito de colagens de cacos de sonhos que se despedaçaram e que se manifestam na falsa promessa do progresso - através do consumo de primeiro mundo -, com a persistência do nosso eterno atraso: enquanto o “trabalho abstrato virtual” (serviços) se mostra em suas formas exóticas onde aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores, ou seja, nos *shopping centers*; em outra ponta, ele aparece no crescimento infernal do trabalho informal, seja na venda de marcas de bebidas e refrigerantes às portas dos estádios em dias de shows musicais ou jogos de futebol ou em “tapetes de quinquilharias (...) um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horrivelmente *kitsch*...” (Oliveira, 2003b, p.142).

Em busca de um futuro viável para o país, inicia-se uma ampla discussão pública acerca da necessidade de investimento em inclusão digital, especialmente para os “jovens carentes”, através do desenvolvimento de políticas sociais. Pois são estes jovens que o McDonald’s diz atender duplamente: seja contratando-os como funcionários de suas lanchonetes, seja treinando-os, como consumidores, para o que seria o ingresso no consumo de primeiro mundo.

Subjacente a essa lógica, está o aspecto determinante, a ser discutido no tópico a seguir: até que ponto o falso discurso da inclusão digital do McDonald’s pode ser tomado como paradigmático do quanto foi a “cidadania” que virou “mercadoria” no país?

O caso McInternet como paradigma do “mercado da cidadania”

*Consumidores da classe AA sempre imprimiram o seu padrão de consumo às outras classes. Hoje a classe média também quer ter o luxo de ter princípios (...) o consumidor quer que a empresa tenha responsabilidade social (...) e ela pode até cobrar mais caro que a concorrente; afinal, é pelo bem comum!
Quem financia a solidariedade hoje está preocupado com retorno (...) estamos bem atualizados nisso!*

As frases acima, ditas por um empresário do setor de “empreendimentos sociais”, refere-se a um personagem do filme brasileiro “Quanto vale ou é por quilo?”, dirigido por Sergio Bianchi, lançado em 2005. Mas poderia ter sido retirada de qualquer uma das inúmeras publicações que se referem ao surto de consciência cidadã que tomou conta do país nos últimos anos. Mas não se trata de uma especificidade nacional. Ela espelha uma nova forma de gestão global que foi pautada por uma necessidade ética do mundo organizacional, no sentido

de recolocar a dimensão humana nas empresas. Segundo Lipovetsky (2004), isso se deveu a quatro fatores: 1) a uma necessidade real de preservação do meio ambiente e do homem; 2) a uma busca de maior transparência dos mercados, tendo em vista o novo modelo econômico do capitalismo a partir das políticas neoliberais dos anos 1980, gerando uma fúria econômica e, conseqüentemente, escândalos corporativos que puseram o mundo organizacional sob suspeita; 3) a uma nova estratégia do marketing, na medida em que as empresas passaram a perceber o lado benévolo de atitudes socialmente responsáveis para suas imagens de marca; 4) a uma promoção da cultura empresarial, em busca de uma mobilização dos empregados, na medida em que, acredita-se, alcançando uma imagem de respeitabilidade externa, a empresa também consiga motivar o seu pessoal e mobilizá-lo, fazendo com que isso também influa na dinâmica produtiva da empresa.

Pode-se entender o surgimento desse discurso social como resposta aos excessos de uma economia desregulada. Assim, “quanto mais as empresas nadam nas águas geladas do liberalismo econômico, mais se mostram em busca de alma; maior é a fúria da guerra econômica, maior a exigência de uma moralização dos negócios” (Lipovetsky, 2004, p. 42). Mas se trata, na verdade, de um paradoxo, na medida em que a proposta de uma responsabilização coletiva parte do mercado, ou seja, da mesma instância que não requer freios para a sua atuação. Assim, “o buquê de fundações voltadas para o cidadão”, ainda na terminologia de Lipovetsky, seria uma maneira de conjugar performance financeira com valores sociais. Daí porque essa nova “política do mercado cidadão” é tão propensa a desvios, seja em busca dos fundos públicos destinados a ações sociais – nesse sentido não é demais lembrar que o discurso do “Estado Mínimo” no que tange às questões sociais, tão apregoadado pela política neoliberal, vem sendo paulatinamente substituído, nos discursos das agências multilaterais, pela defesa de um Estado que “coopere com o mercado” e a sociedade na promoção social⁶ -, seja para posicionar as marcas e os produtos sob uma base de “empresa cidadã”, na medida em que o marketing da solidariedade tem se tornado a nova estratégia comercial e comunicacional das empresas, fazendo com que “o posicionamento ético seja a continuação da guerra por outros meios” (Lipovetsky, 2004, p. 47).

Para que tais desvios se transformem em uma verdadeira “mercantilização da cidadania” é um passo, especialmente quando tal ideário global se mistura às

⁶ Dentro dessa lógica, o Estado é que passa a ser “convidado” a intervir, pelo mercado, quando e como este julgue necessário. A esse respeito, ver Chesnais (2005).

especificidades nacionais. E é disso que trata o filme “Quanto vale ou é por quilo”: uma crítica ácida a esse que seria um verdadeiro mercado da cidadania no Brasil. O filme traça um paralelo entre nosso passado escravocrata – através da apresentação de dados reais da nossa história, presentes no arquivo nacional – e a solidariedade de fachada de muitos dos denominados projetos de responsabilidade social empresarial em vigor, hoje, no país, culminando em um retrato profundamente realista de como nosso atraso se mistura ao que há de mais moderno. Em outras palavras: como o capitalismo se reproduz na periferia do mundo, fazendo com que o seu subdesenvolvimento conte a favor.

Dentre tantos casos exemplares que o filme ilustra, um especificamente é interessante de se reproduzir, tendo em vista sua proximidade com o tema do artigo aqui proposto: trata-se de um “Projeto de Informática na Periferia”. Ouve-se o empresário comentar, em tom jocoso, durante sua ida à favela para a inauguração do “Centro de Informática”, que esse projeto seria um sucesso, já que se tratava de “inclusão digital: joguinho, Internet... entretenimento também é cultura...”. Na inauguração do centro, reinava o caos. Os garotos da favela, não conseguindo utilizar os computadores, começam a quebrar tudo. No decorrer do filme, a representante da comunidade tem acesso a documentos que comprovam o superfaturamento da compra dos computadores, e resolve exigir do empresário que este compre novos computadores para o projeto. Ao que o mesmo responde:

Você está me cobrando? Você deveria estar satisfeita... Isso aqui é uma empresa. Se vocês não sabem mexer com computador, aprendam. Você está procurando inimigo no lugar errado. Posso lhe dar uma lista de pessoas que só sobreviveram graças ao nosso trabalho. Quer dar uma de heroína? Você fode (sic) com o seu emprego e com uma série de projetos.

Nesse exemplo, estão contidos dois problemas centrais que também povoam o discurso real sobre a inclusão digital no país: o da própria inviabilidade de se implantar inclusão digital através da simples doação de computadores; e o das diversas formas de perversão de um “projeto cidadão”, desde o seu uso para puro “marketing social”, até à maneira como se lança mão de formas escusas em nome de tais projetos. No que diz respeito ao primeiro problema, há um amplo debate no país acerca da necessidade de se combater a nossa exclusão digital. Entretanto, tal combate não poderia se dar, meramente, a partir de doação de computadores para comunidades carentes, mas em um amplo programa de promoção de acesso à informação e de integração à sociedade do conhecimento. Inclusão digital deveria ser, portanto,

um instrumento para a promoção da inclusão social, baseada no tripé tecnologias da informação, educação e renda⁷. O segundo problema já diz respeito aos casos de lavagem de dinheiro ou de usos de projetos de fachada apenas para isenção fiscal, como os que esse filme mencionado tanto denuncia.

Impossível não traçar tal paralelo com o caso McInternet, acrescentando-se um dado a mais ao que já foi dito: a filial McDonald's no Brasil protagonizou um dos casos mais explícitos de corrupção dos últimos tempos, já batizado pela grande mídia de "McFraude". Segundo reportagem da Revista Veja (Junior, 2005), a filial brasileira do McDonald's é acusada de ter comprado uma norma tributária da Receita Federal – cujo propósito seria aumentar a dedução de royalties no imposto de renda a pagar -, pela qual teria pago um suborno de 5 milhões de reais, o que lhe permitiria pagar menos impostos e livrar-se de multas milionárias que vinha sofrendo por conta de autos de infração. A tal norma foi, de fato, publicada em 26 de fevereiro de 2002, no Diário Oficial da União, proporcionando ao McDonald's uma economia imediata no montante de 100 milhões de reais.

Depois de dois anos de investigação, pela Receita Federal, o caso veio à tona e teve o seguinte desfecho: o presidente do McDonald's do Brasil, Marcel Fleischmann – o grande idealizador da McInternet -, foi demitido junto com mais dois executivos - todos por justa causa – e a direção da rede decidiu entregar todos os documentos reveladores da fraude à Receita Federal. Segundo a reportagem, a razão que teria levado a alta direção a agir dessa maneira poderia ser creditada à tentativa da matriz de deixar claro que o caso de fraude teria sido concebido e executado pelos dirigentes brasileiros demitidos, sem o envolvimento da direção do McDonald's nos EUA, onde há uma legislação severa com empresas cujas filiais se envolvem em atos de corrupção em outros países. Conclui a revista: "Como o Brasil é a terra da impunidade, tudo poderá acabar em pizza" (Junior, 2005).

⁷ O Brasil traz para o cenário nacional um assunto que é de relevância mundial: "diversos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, o G-8 (...) vêm trabalhando na busca de soluções e no alerta para os perigos do analfabetismo digital. O principal documento que ratifica a importância da Inclusão Digital foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final do ano passado [2005] (...) a ONU estabeleceu um novo indicador para o Desenvolvimento Humano: o Índice de Avanço Tecnológico (IAT), criado para avaliar a produção e disseminação das novas tecnologias e, acima disso, seu aproveitamento pela população. Foram analisados 72 países (...) o Brasil ficou em 43º. lugar. O índice leva em conta a criação e capacidade de inovação em novas tecnologias, difusão das mais recentes conquistas, assim como das tecnologias mais antigas (...) e habilidade intelectual, ou seja, a taxa de escolaridade" (Responsabilidade..., 2006).

Ainda que a *McFraude* não esteja diretamente relacionada ao Projeto da McInternet, é impossível não pensar no cinismo contido na proposta de implantação de projetos sociais para melhoria do país, quando a empresa teria burlado a lei e deixado de pagar os impostos devidos. E, ainda que o Projeto McInternet esteja sendo tomado, aqui, como um caso isolado, ele pode ser representativo da “política do favor” que nos move desde o período escravocrata. É esse paralelo com os dias atuais que o filme de Bianchi traça tão bem: no universo das reformulações do Estado e das políticas sociais – no qual o social deixa de ser uma conquista e um direito para ser interpretado dentro de uma lógica privada da filantropia - e no horizonte de um traço cultural brasileiro, a nova forma de “gerir o social” pode se tornar perversa, no sentido psicanalítico do termo, no qual a perversão consiste em admitir que a lei vale, mas não para si, fazendo com que cada um se ache no direito de fazer sua interpretação da lei e criar a sua própria lei, muitas vezes, em nome de um outro bem que se faz⁸.

Em que pese a nossa especificidade nacional no que tange à perversão do modelo, tal discussão nos remete para uma problemática que parece ser global, qual seja, a da “desconstrução da política” (Bauman, 2000) em função de um novo grande sujeito operador do poder político: o mercado. De fato, como aponta Francisco de Oliveira, estaria havendo uma desterritorialização da política, levando as empresas a se transformarem em “operadoras do social” (Oliveira, 2004).

É a partir desse ponto de vista que se localiza uma crítica mais ampla e radical a essa nova forma de “gerir o social”. Ou seja, mesmo que algumas das ações implementadas pelo empresariado no país e no mundo possam ser

⁸ A esse respeito, cabe alusão à reportagem “Brasil no divã”, com o psicanalista Tales Ab’Sáber, sobre um livro no qual faz uma análise da leitura que o crítico literário Roberto Schwarz faz da obra de Machado de Assis. Nele, Ab’Sáber procura apresentar o quanto, na obra machadiana, já estava presente uma forma específica da subjetividade brasileira: perversa, na formulação freudiana. Assim, enquanto Sigmund Freud formulava sua teoria sobre a neurose constitutiva do sujeito moderno, europeu, do século XIX, Machado estaria formulando, nas entrelinhas da sua obra literária, uma subjetividade própria ao Brasil oitocentista: a do perverso. Essa nossa diferença perversa, louvada por uma outra tradição do pensamento social brasileiro como nosso traço exótico de cordialidade, nos faz ver que, longe de ser um dado de civilidade, na verdade é ela que “opera a supressão do espaço público... Porque o homem cordial é muito interessante, mas ele impede que haja direitos objetivos do outro. Essa cordialidade é problemática. Esse espaço afetivo tende ao favor, e este ao controle, que é oligárquico e pessoal” (Cariello, 2006).

analisadas como propostas inovadoras e tecnicamente competentes no que toca à redução das carências sociais, elas acabam por deslocar a questão da pobreza da arena pública - onde essa é pensada como uma questão política mais ampla na qual a noção de cidadania e de direitos tem o seu real sentido – para o campo indeterminado do mercado, onde passam a vigorar como “políticas de exceção”, na brilhante formulação de Oliveira (2003a) e (2004), e ficam a mercê de uma lógica de mercado na qual pode vigorar uma cidadania às avessas, onde a demanda coletiva e legítima por direitos se reduz a uma lógica da esmola e do favor. Ou seja, ela corrói a própria noção do público que, obviamente, traz conseqüências para o mundo organizacional.

Não por acaso, tal questionamento já se localiza no interior dos estudos administrativos sobre o tema, nos quais argumenta-se que, de fato, pode haver um problema de “assimetria de poder”, especialmente no caso de sociedade civis que não tenham uma tradição de uma esfera pública fortalecida (Dulany, 1997); ou de um desvirtuamento de tais projetos pela economia de mercado, seja do ponto de vista de uma exigência de um perfil competitivo dessa “gestão do social”, seja no sentido mais estratégico de se ter um instrumento que minimize as desigualdades provocadas pelo mercado (Soares, 2004). A esse respeito, convém citar o que Simon London escreveu no Financial Times, por ocasião da morte de Peter Drucker:

No processo de se tornar ‘o órgão distinto de nossa sociedade’ nos últimos 50 anos, a administração se misturou intrinsecamente com assuntos políticos, legais e sociais. Ela se tornou, em outras palavras, ‘afetada pelo interesse público’. Entender o que isso significa, tanto na teoria como na prática, será o principal assunto da administração nos próximos 50 anos, previu Drucker (London, 2005).

Certamente, a questão do “interesse público” que penetra no âmago da discussão contemporânea sobre o novo papel das organizações tem a ver com a idéia de uma “nova consciência” que se forma em torno de um “espaço onde agentes sociais e do desenvolvimento, públicos e privados relacionam-se, condicionam-se e interpenetram-se de forma que é difícil identificar seus limites” (Schommer, 2000, p.146). Em outras palavras, remete-nos às relações contemporâneas – cada vez mais indistintas - entre organizações privadas e questões públicas, a partir da idéia de “responsabilidade social” que os discursos organizacionais carregam. E isso está profundamente relacionado ao papel que as organizações vêm assumindo, especialmente a partir da década de 1990, no que toca ao seu lugar como “agente social” e não meramente econômico. Trata-se, de fato, de um cenário novo e de um debate que está apenas começando.

Considerações Finais

Mediante um estudo de caso do “Projeto McInternet”, buscou-se compreender a lógica embutida numa nova forma de gestão, baseada na idéia de responsabilidade social e empresa cidadã, se perguntando por suas possibilidades e limites, tendo em vista a força, o poder e o alcance global das corporações atuais e como elas se organizam a partir das especificidades locais. No caso brasileiro, refletiu-se sobre tal estado de coisas sob a lógica de um traço cultural brasileiro movido pela “política do favor”.

O caso “McInternet”, portanto, pode ser tomado a partir de uma perspectiva macro – indicando essa imbricação contemporânea entre sociedade e gestão e os limites e desafios dessa nova configuração do político que as corporações assumem -, ou, de um ponto de vista micro, enquanto uma perversão do modelo. Em outras palavras, o que este artigo se interrogou foi: até que ponto o mercado da cidadania aponta desvios pontuais de uma proposta coerente e responsável de gestão do social, resgatando um certo efeito civilizador do capitalismo em tempos de desregulamentação, ou, pelo contrário, ele não apontaria para a própria impossibilidade estrutural de um projeto de “gestão cidadã” porque pautado em uma lógica econômica neoliberal que a tudo transforma em mercadoria, inclusive a cidadania? Isso só poderia ser melhor esclarecido através de uma análise mais elaborada sobre os resultados já alcançados na área de gestão social empresarial durante essa primeira década de implementação. A contribuição deste estudo está em apontar a necessidade dessa avaliação para estudos posteriores.

Referências

- AQUINO, Mário A. (2002). Acidentes na terceira via. *RAE executivo*. Ponto crítico. v.1, n.2.
- BAUMAN, Z. (2000). *Em busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CARDOSO, Ruth. (2001). “Prefácio: A construção de um diálogo”, C.M.de Ávila (cood), *Gestão de projetos sociais*, 3ª ed.re., São Paulo, AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (coleção gestores sociais).
- CARIELLO, Rafael. (2006). Brasil no Divã - O psicanalista Tales Ab’Sáber vê na obra de Machado de Assis (...) a formulação de uma subjetividade própria ao país (...). *Jornal Folha de São Paulo*, 22/mar, p.E1.
- CHESNAIS, F. (org.). (2005). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.
- CORRÊA, F. T. B. S.; MEDEIROS, J. R. (2003). *Responsabilidade social corporativa para quem?* Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor. Acesso em 27 jun.2003.
- DULANY, P. (1997). Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração. In: IOSCHPE, E.B. (org). *3º Setor. Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FABIÃO, M. F. (2003). *O Negócio da Ética: um estudo sobre o Terceiro Setor Empresarial*. Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor. Acesso em 27.jun.2003.
- FONTENELLE, Isleide A. (2002). *O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo.
- JUNIOR, Policarpo. (2005). McFraude. *Revista Veja*. São Paulo: Ed. Abril, ed. 1936, Ano 38, no. 51, 21/dez.
- KANITZ, Stephen. (1997). Doações ao acaso ou filantropia estratégica? *Revista Trevisan*, São Paulo, outubro, nº 116.
- LIPOVETSKY, G. (2004). *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina.
- LOJAS do McDonald’s terão acesso à internet. (2003). *Jornal “O Estado de São Paulo”*. Disponível Online em <<http://www.estadao.com.br/rss/tecnologia/2003/out/28/106.htm>>. Acessado em 27/dez/2005.
- LONDON, Simon. (2005). Peter Druker deixa legado na administração moderna. *Jornal Folha de São Paulo*, 15/nov. (publicado originalmente no *Financial Times*).
- MANDL, Alexandre. (2003). *McInternet agora é nacional*. Disponível em <<http://www.magnet.com.br/bits/internet/2003/04/0043>>. Acessado em 13/jan/2006.
- MARANHÃO, Tatiana. (2004). “O administrável mundo novo – a emergência de uma nova gramática sob o signo da responsabilidade social empresarial”. *Projeto de Doutorado*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.
- McDONALD’S reformula projeto de inclusão digital. (2003). *Jornal do Comércio*. Disponível em <http://www.consultores.com.br/noticias.asp?modo=abre&cod_noticia=313>. Acessado em 15/01/2006.
- OLIVEIRA, F. (1972). A Economia brasileira: Crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2. São Paulo.
- _____. (2003a). “O Estado e a Exceção: ou o Estado de Exceção?” Texto preparado como base para a Conferência de abertura da *Reunião Anual da ANPUR* – Associação Nacional

de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte.

_____. (2003b). *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo, Brazil: Boitempo.

_____. (2004). “O capital contra a democracia”. Conferência no *Seminário Os sentidos da democracia e da participação*, Instituto Pólis, São Paulo.

PAOLI, Maria C. (2002). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: Santos, B. de Souza. *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PAULA, A. S. A.; PINTO, J. A. R.; PAIVA, K. C. M. (2001). Responsabilidade Social e Ética: Avaliando exemplos e redefinindo resultados organizacionais. In: *V Congresso De Ciências Humanas, Letras e Artes*, Ouro Preto. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/OGT/ogt0802.htm>> Acesso em: 23 jun. 2003.

REDE McDonald’s lidera a preferência. (2005). *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Dinheiro. 4/dez, p.B15.

RESPONSABILIDADE Social: O que é inclusão digital. (2006). Disponível Online em <<http://cidadania.terra.com.br/interna/>>. Acessado em 22/mar/2006.

ROMERO, Thiago. (2006). Desigualdades digitais. *Revista Ideias e Pessoas*. Disponível em <<http://www.ideias-pessoas.com.br/conteudo/desigualdadeshtm>>. Acessado em 29/mar/2006

SCHOMMER, Paula C. (2000). Investimento Social Das Empresas: Cooperação Organizacional Num Espaço Compartilhado. *O&S* - v.7 - n.19 - Setembro/Dezembro. p.145-160.

SOARES, Gianna. (2004). Responsabilidade Social Corporativa: Por Uma Boa Causa!? *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 2, Art. 23, jul./dez. Disponível em <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1666&Secao=FOR.ESTCRI&Volume=3&Numero=2&Ano=2004>>

STELZER, Vanessa. (2006). *Brasil cresce abaixo da média e vai demorar cem anos para dobrar renda*. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/reuters/>>. Acessado em 22/mar/2006.

TELLES, Vera da Silva. (2001). A ‘nova questão social’ brasileira: ou como as figuras do nosso atraso viraram símbolos de modernidade. In: V. Telles, *Pobreza e cidadania*. São Paulo, Ed. 34.

_____. (1998). No fio da navalha: entre carências e direitos – notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. In: S. Caccia-Bava (org). *Programas de Renda Mínima no Brasil – impactos e potencialidades*, São Paulo, Instituto Polis.

YAZBECK, Carmelita. (1995). “A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social”. *Cadernos Abong*: São Paulo.

_____. (2002). “Voluntariado e profissionalidade na intervenção social”, *Intervenção Social – atas do seminário Info-exclusão, info-inclusão e novas tecnologias: desafios para as políticas sociais e o Serviço Social, Dossier Voluntariado Social: Perspectivas e Práticas*, Lisboa, novembro.

RESUMO

Mercadores da cidadania: limites e desvios da responsabilidade social corporativa

O artigo discute como o McDonald's no Brasil ingressou na "economia do acesso" – cuja mercadoria, por excelência, é a experiência, vendendo sanduíches com a promessa de inclusão digital, através do "Projeto McInternet", apresentado como sendo uma ação de responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: McInternet; inclusão digital; responsabilidade social corporativa; mercado da cidadania

ABSTRACT

Merchandisers of citizenship: limits and diversions of corporate social responsibility

The article discusses the entry of McDonald's in Brazil into the "access economy" - whose merchandise, *par excellence*, is experience -, selling hamburgers with the promise of digital inclusion through its "McInternet Project", which is presented by McDonald's as a work of corporate social responsibility.

Key-words: McInternet; digital inclusion; entrepreneurial social responsibility; citizenship market

Recebido para apreciação: janeiro de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

Resenhas

BRAGA, José Luiz. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p.

Joana Belarmino

Num estilo acadêmico objetivo, o professor José Luiz Braga nos apresenta, em *A sociedade enfrenta sua mídia*, um surpreendente resultado das suas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, acerca dos dispositivos sociais de interação com a mídia. Nesta obra, Braga caracteriza tanto em nível conceitual como na análise prática dos casos estudados, a onipresença, interagindo, intercomunicando-se, operando e agindo com os sistemas da produção e da recepção midiática, de um terceiro sistema de enfrentamento, ou, de um modo mais amplo, de interação social com a realidade midiática.

Logo nas primeiras páginas do livro, o leitor desavisado pode julgar que o autor emoldurou em uma nova formulação as chamadas teorias do “agendamento”, “espiral do silêncio” ou “gatenotícias”, estudos norte-americanos sobre os efeitos a longo prazo dos meios de comunicação de massa, os quais inscrevem-se no solo das investigações acerca da produção e da recepção dos produtos comunicativos, ou mesmo outras pesquisas dedicadas aos processos sociais de interação/reação/enfrentamento da mídia. É o próprio autor quem nos alerta para não cairmos em tal equívoco:

Muitos estudos feitos já tradicionalmente sobre instâncias e processos midiáticos podem ser percebidos como referentes à interação social sobre a mídia. Não temos a pretensão de expressar, com nossa afirmação de um terceiro sistema, a existência de um campo inteiramente inexplorado. Por outro lado, não se trata apenas da atribuição de um rótulo a alguma coisa já plenamente reconhecida. Percebemos que os estudos que enfocam essa circulação social, ou elementos dela, têm ocorrido em padrão esparso, sem percepção expressa de que a processualidade aí corresponda a uma atuação social sobre a mídia. (p. 32/33)

De fato, o autor renova e amplia esses estudos, na medida em que identifica, para além dos tradicionais, novos lugares de fala sobre a mídia, incluindo no rol dos já conhecidos, como as redes críticas de observação da produção midiática, revistas com sua proliferante meta-comunicação, lugares outros aparentemente invisíveis, como a crítica da sala de aula, as conversas de mesa de bar etc.

A matriz conceitual de onde emerge o terceiro sistema de Braga é a própria concepção sistêmica. E aqui o olhar do autor também inova, na medida em que a mídia “enfrentada” pelos dispositivos sociais não é o todo desse plano teórico-

conceitual, mas antes, é vista como dois sistemas parte dessa sociedade, ou seja, o sistema da produção e o sistema da recepção, interagindo com um terceiro sistema, organizando-se dentro e fora do sistema midiático, ou seja, o sistema dos processos sociais de interação com a mídia. A hipótese alinha, pois, quatro objetivos que vêm atualizar e complementar estudos precedentes, quais sejam:

- a) relacionar os diferentes processos a um mesmo patamar, comum a todos, e, portanto, perceber processualidades similares quando, sem essa referência, perceberíamos apenas coisas diferentes e isoladas; podem-se desenvolver, assim, percepções de conjunto; b) perceber as diferenças e especificidades de cada um dos diferentes processos de interação social sobre a mídia, usando o pertencimento comum a um mesmo patamar justamente como critério de comparação e diferenciação; c) perceber e construir articulações *internas* entre os processos, na medida de seu pertencimento a um mesmo sistema; d) fazer uma distinção entre esses processos e aqueles que ocorrem na produção e na recepção - e, ao mesmo tempo, perceber as *articulações* que mantenham com esses". (p. 34)

O esforço intelectual do autor, combinado à matriz sistêmica de compreensão, alarga e sutiliza nossa percepção/investigação acerca dos sistemas de produção, recepção e interação social no campo comunicativo. Convida-nos a identificar e distinguir situações em que dentro de um mesmo meio, nos defrontamos com processos que ora são de produção, ora são de resposta social, reação crítica às produções midiáticas.

Vale ressaltar, entretanto, que não se trata de compreender o sistema de interação social como crítico, dotado de um poder de reagir às produções midiáticas de forma competente, tal como fora idealizado naqueles estudos sobre o uso político dos meios de comunicação de massa. Tampouco nos defrontamos com um sistema de reação fraco, tal como o sistema de recepção proposto pela chamada teoria hipodérmica da sociedade, na sua hipótese dos efeitos ilimitados dos meios de comunicação. Conforme ressalta Braga:

É claro que constatar um sistema de interação social sobre a mídia (em cujo âmbito ocorrem ações de retorno, de crítica, de aprendizagem, de controle da mídia e de interpretação produtiva), não corresponde a uma visão ingênua de que a sociedade estaria sabendo enfrentar o que produz midiaticamente e sua disseminação, ou de que corrigiria automaticamente as eventuais distorções do setor de produção. Pois, assim como o setor de produção apresenta distorções (relacionadas a suas lógicas econômicas, organizacionais e políticas, a seus conceitos de cultura e de entretenimento), o sistema de interação pode ser frágil, esparso, pobre de recursos (materiais, conceituais, criativos e operacionais), de pouco alcance e de visão pouco abrangente. Entendemos, portanto, que uma recepção ativa é correlata, de modo fundamental, à existência na sociedade de

dispositivos de interação social vigorosos — nos dois sentidos, de enfrentamento interpretativo e de forte presença social, ou seja, constatar uma articulação sistêmica entre ações interacionais de sociedade e produção midiática não corresponde a afirmar “equilíbrio”, menos ainda equilíbrio estável”. (P 42).

Depois de haver conceituado e caracterizado o subsistema dos processos de interação social com a mídia, o autor dedica-se ao problema do trabalho crítico da sociedade, através desses dispositivos de análise, interpretação, reação à produção midiática. Para consubstanciar sua exposição teórica, o autor apresenta no livro uma série de estudos de caso, a exemplo de estudo sobre a coluna de Bernardo Ajzenberg como *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, o estudo sobre O “Conselho do Leitor” da *Zero Hora* 97 e estudo acerca do “Observatório da Imprensa”.

O livro atualiza uma tradição de estudos comunicativos que sempre buscaram aportes teóricos nos contributos da sociologia, ou mesmo alimentaram a ciência da sociedade com importantes achados do próprio campo comunicativo. Braga sedimenta esse veio indagador entre comunicação e sociologia, atualizando uma teoria latino americana que já conta com mais de quatro décadas de uma trajetória bem sucedida.

As idéias contidas nesse vigoroso trabalho são estimulantes teóricos para uma realidade cada vez mais visível nos dias atuais, ou seja, a realidade de uma recepção ativa, dinâmica, diversificada e onipresente, provocando reação aos produtos midiáticos tradicionais, assim como às coberturas comunicativas, a exemplo dos processos eleitorais.

O terceiro setor de dispositivos de reação à mídia, pôde mesmo ser flagrado no último pleito eleitoral, quando a Internet por excelência, através do “Observatório da Imprensa”, dos blogs e outros portais, publicizou uma intensa reação de fatias da sociedade ao processo de transição política do país. A disputa verbal, bit a bit, especialmente entre os leitores do O I e o seu articulista Alberto Dimes, revela a qualidade desta reação, em sua natureza especializada, na medida em que produziu-se um enfrentamento entre concepções jornalísticas, liberdade de expressão, democratização da comunicação, confrontados com processos populares de formação da opinião.

É, pois de leitura inadiável, com muito proveito para pesquisas atuais sobre processos de reação à comunicação cotidiana, esta obra do professor José Luís Braga.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. 2ª ed – São Paulo: Contexto, 2006.*

Ellen Elsie Nascimento

Que dizer sobre um tema que, de tão “inexplicável” e “inexprimível”, foge a qualquer arranjo do repertório de palavras que conhecemos? Mary Del Priore ousa contar a história do amor, expondo quanto dessa dimensão de inefabilidade é também fruto do modo como os tempos nos ensinam a viver e traduzir nossa sensibilidade. Com um olhar por vezes essencialista (“o amor e suas práticas estão inscritos em nossa natureza mais profunda” [p. 13]), por vezes mais ponderado, a autora descreve, a partir de eventos históricos, os movimentos de embaraço e descoberta das práticas amorosas que vemos hoje presentes em nosso cotidiano. O fito do trabalho vai muito além do mero inventário amoroso, embora a autora jocosamente revele sua cuidadosa pesquisa de alcovitaria científica, buscando em cartas, diários e segredos de alcova o mundo oculto da intimidade que os próprios sujeitos tratavam de olvidar, tamanha era a cruzada empreendida contra as práticas devotas das paixões da carne.

Professora aposentada do Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, Del Priore não esconde os muitos riscos da empreitada a que se lança – afinal, e sobretudo nessa seara, são mesmo demais os perigos dessa vida, como cantava o poeta. Embora sem abrir mão do rigor da pesquisa, há economia em referências a algumas das fontes na rica gama do material colhido, enquanto as muitas ilustrações comunicam o sentimento que acompanhava o percurso subjetivo de cada tempo. 500 anos de história de um sentimento, desde os tempos do Brasil colônia e o “ideal do amor domesticado” à revolução sexual e à culminância do prazer obrigatório.

Nos primeiros tempos, os eflúvios da paixão cediam seu lugar de liberdade para longe da privacidade dos lares burgueses, onde o amor-paixão era podado ao ponto da extirpação dos vícios luxuriosos. Não obstante os portugueses trouxessem seu próprio repertório de vivência afetiva, sua colônia tropical desenvolveu códigos distintos daqueles que a história dos sentimentos em países como França e Inglaterra nos mostrou. Em plagas coloniais, desenvolveu-se uma estreita ligação entre sentimento e sociabilidade das camadas mais tradicionais. E o Amor, prazeroso e desinteressado, era somente encontrado nas senzalas. “Enquanto o Velho Mundo construía com minúcias o que chamamos de “vida privada”, nicho por excelência das relações amorosas, nas colônias essa mesma

privacidade balbuciava na precariedade do cotidiano (...) Não era sob esses tetos que os amores medravam com liberdade”. Mesmo no alvorecer do século romântico, falar em práticas amorosas era traduzido como sintoma de baixa moral, manifestação própria a pessoas de classe inferior, onde o componente lúbrico dos afetos grassava liberto dos interesses de cobiça ou ambição. Enquanto isso, o amor legitimado pelas instituições acreditava-se bem representado pela família burguesa, na imagem do pai provedor e da mulher submissa. As relações de poder escravistas reproduziam-se no casamento, e a submissão feminina figurava a expressão máxima do amor conjugal.

Ao despontar da Idade Moderna, a autora considera o peso das Reformas religiosas e a divulgação da leitura como algumas das mudanças fundamentais que tiveram ressonância na vida privada. A principal delas, a centralização do Estado, repercute intensamente sobre a dinâmica da vida social de então. É quando se processa o percurso ideológico que afasta a idealização amorosa da sua realização concreta, expondo a (casual?) convergência entre o individualismo romântico e o ideário moderno, em reforço aos valores de igualdade e liberdade. A modernidade anda sempre bem casada com o legado romântico da ambivalência de objetos e idéias, o que novamente reforça a confluência entre os movimentos de uma época e a “dupla moral” presente no olhar que se inaugura.

No momento em que a periodização alcança o século XX, Del Priore aponta as radicais mudanças que se operam na sociedade ocidental. A reviravolta provocada pela Revolução Sexual reconfigura valores que outrora nos ensinaram o que é o amor, produzindo profundas transformações na estrutura da instituição familiar. O amor passa a ser cantado em versos de samba, e a “tirania da paixão” reverenciada em seu aspecto carnal; veículos de informação adentram a esfera da intimidade ensinando a mulher sobre temas antes proibidos. O cinema, a pílula anticoncepcional, a imprensa, a mini-saia, e tantos outros ícones de uma nova moral que eleger a modernidade como vitoriosa, pouco adivinhava sobre o espólio que herdaria da batalha pelo valor do indivíduo. Uma nova perseguição é empreendida, igualmente imperativa, desta vez pela ausência de prazer.

O trabalho constitui rica contribuição acerca dos estudos sobre a sexualidade, desde Foucault, até o mais recente *Sociologia da Sexualidade*, de Michel Bozon (2004). A autora também segue os passos do estudo desenvolvido pelo amigo e professor de Ciências Sociais, Jean-Louis Flandrian – como ela refere na dedicatória –, o qual desenvolve a tese de que a Igreja Católica, em sua perseguição ao amor, mesmo quando no próprio seio sacramental, foi o agente responsável pela remoção do prazer e sua realização apaixonada para fora do casamento, afastando o risco de subversão em relação à instituição religiosa. Del

Priore prossegue apontando o viés ideológico que assemelhava o modelo de perfeição feminina ao culto hagiólatra de pureza, benevolência e castidade na mulher... uma santa! Daí constituir-se pecado o desfrute sexual que não visasse à procriação, dando decorrência aos delicadíssimos ritos nupciais, o que Del Priore aponta como a lógica que deu surgimento à lua de mel: o cuidado em afastar dos familiares o constrangimento da noite de núpcias. A autora segue expondo o quanto essa lógica adestradora de afetos e sexualidade contribuiu para o surgimento do Estado Moderno e do modelo de sociedade católica: “A domesticação do amor conjugal espelhava, assim, a nova ideologia dos tempos modernos” (p. 31). O casamento ganha significado correspondente à lógica do trabalho (*labor*), “uma tarefa a ser suportada” num intrincado sistema prestante à honra e à moral, exceto ao gozo; condição que não afastava os aspirantes do “bom casamento”. Tal visão converge com a principal tese da comunicóloga americana Laura Kipnis, que teve o livro *Contra o amor* recentemente (2005) lançado no Brasil pela Record. Para Kipnis, o “anseio por intimidade” conjugado ao “desejo de autonomia” resultam num misto contraditório que vem sustentando uma lógica centrada no trabalho, que não descansa nem mesmo no campo das relações amorosas; e uma castradora “paixão pedagógica” que normatiza os procedimentos para sustentação da vida em casal. É por meio dessa saturação da ética do trabalho que mesmo a vida subjetiva dos sujeitos é tomada pelo universo dos sentimentos ideologizados, e o consenso da necessidade de ‘trabalhar o relacionamento’ molda práticas funestas de arrimo inarredável.

O livro *História do Amor no Brasil* tem suas primeiras páginas ocupadas com o relato do impacto da história de Julie, contada no célebre romance *A Nova Heloísa*, de J. J. Rousseau, e a febre em torno da impossibilidade amorosa do sentimento romântico. É quando Del Priore cita Denis de Rougemont, na mesma trilha da concepção de tragédia inexorável acerca do ideal romântico, à la *Tristão e Isolda* e tantos outros amores de trova. Ao tempo em que se desfrutava da sensualidade mestiça nos recônditos da alcova, assistia-se à devoção obstinada dos amores impossíveis, o que nos legou uma herança que, mais adiante, a autora classifica de hipócrita. Os amores vividos no século XIX carregavam o signo da sensibilidade romântica, incrementado de pudores obsessivos e paixões nefelibatas, e no entanto, era amante dos vícios da carne; “reprimiu o sexo, mas foi obcecado por ele” (p.220). Um amor de espírito, modelo que Saint-Preux denuncia em sua viagem a Paris, na mesma *Nova Heloísa*, impressionado sobre como os franceses apreciavam o coquetismo das Damas da Corte e ao mesmo tempo veneravam a discrição e delicadeza da mulher pudica, numa idealização dissimulada.

Del Priore segue em adesão às lentes de análise de Anthony Giddens, em *As transformações da intimidade*, expondo o quanto dessa nova moral sexual

vivida pela modernidade provoca a emergência de uma nova subjetividade que afeta a base psíquica dos sujeitos. Daí a indagação sobre qual revolução sexual, ao final do livro, uma vez que o discurso emancipatório veio em companhia de uma pressão normativa que diferenciava moralmente as mulheres – principalmente – pelas suas práticas sexuais, desvelando o “lado oculto” de uma revolução que também invertia valores para reproduzi-los em seguida, um conservadorismo às avessas. É por essa operação que chegamos ao que a autora classifica como “ditadura do orgasmo”. Do sexo como proibição ao sexo de receita médica. O constrangimento à liberdade impera na transição a uma “sexualidade obrigatória”, mesmo que devassadora da intimidade.

Não foram poucos os arranjos inventados para se viver o amor ao longo dos séculos. Modernamente, inauguramos a combinação entre amor e liberdade, mas não sem conseqüências. O peso da solidão convivendo com a reminiscência de um passado feito não somente de trevas revela o quanto é ponderável a crítica feita ao caráter opressivo da tradição. É ela também, diz a autora, que nos ensina os códigos de identificação pelos objetos da emoção, que nos afirma enquanto *homo sensibilis*; e o amor, antes maltrapilho e maltratado, é hoje supervalorizado pela sociedade de consumo. Mas sobra sempre a pergunta, tamanho é o paradoxo do amor reificado: qual amor?

Cordel

HOMEM SALÃO: O DONO DO CAOS

Dilsom Barros

A espécie mais estranha
De toda a raça humana
É o tal *homem salão*
Descendente da tirana
Etnia '*homem corruptos*'
Famosa por ser sacana

Essa clã tipo mundana
Só existe no Brasil
Alimentado com grana
Nessa terra evoluiu
Vendendo e comprando voto
Seu reinado construiu

No poder se garantiu
Há um século, ano a ano,
Perpetua seu poder
Como nobre soberano
Atropela adversário
Executa qualquer plano

Deixa o povo no engano
Não se sente traidor
Combina com sua classe
Favor paga com favor
Se esquece que seu cargo
Pertence a cada eleitor

Para nós um desertor
Não representa ninguém
Representa a si mesmo
Não delega o que tem
De direitos nos mandatos
Que é do povo também

Quer ainda ser do bem
Pousando com alegria
Com toda sociedade
É fora de sintonia
Não existe lei alguma
Que lhe tira a regalia

Quando já se anuncia
O final do um mandato
Corre ali nos seus '*currais*'
Andando dentro do mato
Distribui mesquinhas
É de novo candidato

Muda a cara nesse fato
Pede voto em cada lar
Aperta a mão do povo
Se dizendo popular
Dá as costas e vai embora
Para nunca mais voltar

Não vai conta nos prestar
Enganando os cidadãos
No parlamento desfruta
Junto com os seus “irmãos”
Do dinheiro que é público
Rebanhando com as mãos

Diante dos cidadãos
Apresenta-se na beca
Parecendo homem puro
Que não trai e nunca peca
Mas pode conter dinheiro
Escondido na cueca

Pois já fez esta meleca
No ápice do seu reinado
Articulando um esquema
Para cada deputado
Receber seus trinta mil
Todo mês depositado

O dinheiro escoado
Saiu do Valerioduto
Num sistema de desvios
Depurado e enxuto
Comprando mais de cem votos
Essa renda era o fruto

Demonstrando ser corruto
Em apoio ao presidente
Quem votasse nos projetos
Recebia de presente
Uma mala de dinheiro
Cada nota ainda quente

Essa trama eficiente
Por muito tempo deu certo
Só não contava a língua
De um membro mais esperto
Sentindo que ia perder
Colocou o jogo aberto

Quem abriu foi o Roberto
Que se diz um homem sério
Denunciou a falcatrua
Criada no Ministério
Por Dirceu e Genuíno
Aplicado por Valério

Descoberto o mistério
No banco desse careca
Começou a surgir casos
De dinheiro na cueca
Em dólar e em real
Nas partes em que defeca

Descobriram uma reca
Participando da farra
Brincado com verbas públicas
De projeto que esbarra
Nas mesas dos deputados
Que a grana logo agarra

Todo mês era uma farra
Recebendo o mensalão
Enquanto isso a saúde,
Segurança e educação
Sofria com o descaso
Entre a população

Esse tipo de ladrão
Reina livre no Brasil
A justiça é mesmo cega
Quando vê diz que não viu
E ninguém sabe de nada,
Se sabe, nos omitiu

Pode até ser que mentiu
Pra salvar a sua imagem
Permitindo impunidade
Para essa ladroagem
Com mais de cem *corruptus*
Nenhum foi à carceragem

Essa grande sacanagem
À injustiça se une
Todos saíram ilesos
Parlamentar é imune
Reelege-se de novo
Nunca mais ninguém o pune

Homem salão ficou impune
Está livre a regalia
O máximo de pena foi
Sua aposentadoria
Outro exemplo como este
Vai surgir a qualquer dia

Nessa Sociologia
Participo no papel
De criticar injustiças
Com meus versos de cordel
À política brasileira
Quem não sabe ser fiel

NESTA EDIÇÃO:

MÍDIA E PODER

IMPÉRIO E COMUNICAÇÃO: A GUERRA DA MÍDIA DE MARSHALL McLUHAN
Michael MacDonald.

AS CULTURAS COTIDIANAS E AS MÍDIAS
Wellington Pereira

MEGAGRUPOS MIDIÁTICOS E PODER: CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NARCISISTAS
Adriane Roso e Pedrinho Guareschi

MODERNIDADE E MORALIDADE

“VIDA FALSA”: ADORNO E A EXPERIÊNCIA MODERNA SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL
Simone Magalhães Brito

EXPERIÊNCIAS DA DOENÇA E DO TRATAMENTO

REDES SOCIAIS E SAÚDE: SOBRE A FORMAÇÃO DE REDES DE APOIO SOCIAL NO COTIDIANO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL
Breno Augusto Souto Maior Fontes

CORPO, SAÚDE E TRABALHO: (RE)PENSANDO OS USOS DO CORPO E OS “PAPÉIS FEMININOS” NA EXPERIÊNCIA DO CÂNCER DE MAMA
Waleska de Araújo Aureliano

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A CRISE DO FORDISMO E O EMBATE ENTRE QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: CONCEITOS QUE SE EXCLUEM OU QUE SE COMPLEMENTAM?
Luciano Rodrigues Costa

O SISTEMA “S” E OS NOVOS DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO SENAI DA PARAÍBA
Roberto Vêras de Oliveira, Eugenio V. Pereira Neto, Alexandre Santos Lima e Diogo Fernandes da Silva

REPENSANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO MEIO DE SUPRESSÃO DA POLÍTICA
Attila Magno e Silva Barbosa

MERCADORES DA CIDADANIA: LIMITES E DESVIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA
Isleide Arruda Fontenelle

RESENHAS

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p.
Joana Belarmino

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2ª ed – São Paulo: Contexto, 2006.
Ellen Elsie Nascimento

CORDEL

HOMEM SALÃO: O DONO DO CAOS
Dilsom Barras